



Edelson de Albuquerque Silva Junior

**O REITORADO
DE JOÃO ALFREDO
NA UNIVERSIDADE
DO RECIFE-UR
(1959-1964)**

Patrimonialismo Populista
e Modernização Científica

**O REITORADO
DE JOÃO ALFREDO
NA UNIVERSIDADE
DO RECIFE-UR
(1959-1964)**

Edelson de Albuquerque Silva Junior

**O REITORADO
DE JOÃO ALFREDO
NA UNIVERSIDADE
DO RECIFE-UR
(1959-1964)**

Patrimonialismo Populista
e Modernização Científica



Recife/2017

Catálogo na fonte:

Bibliotecária Kalina Lígia França da Silva, CRB4-1408

S586r Silva Júnior, Edelson de Albuquerque.
 O reitorado de João Alfredo na Universidade do Recife-UR
(1959-1964) : patrimonialismo populista e modernização científica
[recurso eletrônico] / Edelson de Albuquerque Silva Júnior –
Recife : Ed. UFPE, 2017.

Originalmente apresentada como dissertação do autor
(mestrado – UFPE, Centro de Educação, Programa de Pós-
graduação em Educação. Recife, 2012) sob o mesmo título.

Inclui referências.

ISBN 978-85-415-0887-2 (online)

1. Lima, João Alfredo Gonçalves da Costa. 2. Universidade
Federal de Pernambuco – Reitores. 3. Educação. 4. Ensino
superior. I. Título.

370

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2017-037)

Todos os direitos reservados aos organizadores: Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.

*Posso sair daqui para me organizar/
posso sair daqui para desorganizar¹*

1 Fragmento introdutório extraído da letra da música “Da lama ao caos”, do artista pernambucano Francisco de Assis França [Chico Science – 1966-1997].

AGRADECIMENTOS

Ciente de que poderei estar cometendo graves esquecimentos ao não citar aqui todos que, à sua maneira, contribuíram para e com a elaboração dessa pesquisa, procurarei fazer menção a quem nesse momento recordo, e se por ventura a minha lembrança não proporcionar o registro dos demais, peço-lhes a devida compreensão. Optei por conduzir esse registro de agradecimentos a partir de uma ordem alfabética crescente e não por ordem de lembrança ou eventual dimensão das contribuições para assim evitar julgamento de valores que pudessem favorecer ou desmerecer essas nobres contribuições.

Sujeitos

Aos adolescentes, educadores e coordenadores que atuaram nas oficinas de Atualidades na Fundação de Atendimento Sócio-educativo – FUNASE do Estado de PE, entre os anos de 2006 e 2011;

À Carla Cristina (querida), apoio, coragem, companheirismo e carinho constantes;

A Clodoaldo Gomes, Rejane Silva, Felipe Artur, Natanael Luna, Shênia Santos, Claudemir Sales, Wélligta Aragão e Talita Maria pela coleta e organização dos materiais de pesquisa;

Aos companheiros estudantes, professores do período da graduação em Pedagogia, do Diretório Acadêmico (gestão Viramundo), da turma 28 (vinte e oito) do mestrado em Educação;

Ao corpo de funcionários da Biblioteca Central e Bibliotecas Setoriais do Centro de Educação- CE, Centro de Artes e Comunicação - CAC, Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFCH e Centro de Ciências Sociais e Aplicadas – CCSA;

Às crianças, educadores e coordenadores membros do projeto de Extensão Universitária, realizado no Alto do Capitão, em Recife;

À Cybelle Montenegro, pela disponibilidade em resgatar materiais solicitados na Fundação Getúlio Vargas – FGV, na cidade do Rio de Janeiro;

À sra. Elzi Bezerra de Melo, por disponibilizar seu cotidiano em favor do desenvolvimento dessa pesquisa;

Ao Dr. Ernesto Roesler, pela atenção e disponibilidade;

À Hercília Melo, pela companhia durante as descobertas realizadas na cidade de Surubim-PE;

Ao Historiador Dimas Brasileiro Veras, pela atenção e disponibilidade;

À Letícia Medeiros, Lucila Silva e Luís Antônio Medeiros pelo apoio, depoimentos e disponibilidade;

À Maria dos Prazeres Baracho de Albuquerque, Edelson de Albuquerque Silva, minha mãe e meu pai, respectivamente, a meu irmão, Emerson Bruno, à minha sobrinha-afilhada, Evelyn Bruna, pela garra e confiança para além desse percurso acadêmico;

À sra. Maria José Medeiros, pelo privilégio de conhecê-la diante de seus 101 anos;

À Marina Roesler, que mesmo geograficamente distante, disponibilizou-se em contribuir nessa pesquisa;

À Mariza Paula Barbosa, por possibilitar perceber novos aspectos de abordagem da pesquisa;

Ao “povo” surubinense;

Aos “povos” das Várzeas do Capibaribe;

Ao professor Almeri Bezerra e ao radialista Hugo Martins, que nos presentearam com seus depoimentos sobre as vivências no SEC;

À professora Ana Emília G. de Castro, pelas contribuições que conduzem inicialmente o leitor, a leitora às letras, sentidos, desejos, (..) desse livro;

Ao professor André Ferreira, pelas discussões enriquecedoras envolvendo a trajetória da educação e do ensino no Estado de Pernambuco;

Ao professor Antônio Neto, pela revisão desse texto;

Ao professor Antônio Soares, pela atenção e disponibilidade;

Aos professores Antônio Jorge de Siqueira, Marilene de Oliveira Nunes e Alexandre Simão de Freitas pela maneira dedicada com que conduziram as análises da dissertação no momento de nossa defesa;

Ao professor Evson Malaquias, um ORIENTADOR profundamente compreensivo com quem tive (tenho) o privilégio e a honra de aprender;

Aos professores Denis Bernardes, Flávio Brayner, Gutemberg Miranda pelas recomendações que se seguiram para além das formalidades do momento da qualificação;

Ao Professor Lourival Holanda, pela sensibilidade e dedicação;

Aos professores Márcia Ângela da Silva Aguiar e João Morais de Sousa por se disponibilizarem a compor a banca de examinadores e discutir nossa dissertação;

À professora Márcia de Oliveira Melo pela atenção e disponibilidade;

À professora Nonete Barbosa Guerra, pela atenção e disponibilidade;

Ao professor Roberto Motta, pela atenção e disponibilidade;

Ao professor Rubem Eduardo, pela atenção e disponibilidade;

À professora Silke Weber, pela atenção e disponibilidade;

À professora Vera Regina Canuto, pela atenção e disponibilidade;

Ao professor Xavier Uytendenbroek, pelo apoio permanente desde a graduação em Pedagogia, e pela orientação e revisão do resumé dessa pesquisa;

Ao Dr. Ruy de Lima Cavalcanti, pela atenção e informações disponibilizadas;

Às senhoritas da secretaria do Programa de Pós-graduação em Educação, pela atenção e disponibilidade;

Aos servidores Técnico-Administrativos do Centro de Educação, como também os trabalhadores contratados;

Aos vendedores de livros novos e usados do centro e dos subúrbios da cidade do Recife, por possibilitarem o acesso a materiais raros e a preços módicos, sobretudo, acompanhado de nossas conversas.

Instituições

Ao Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano- APEJE;

Ao Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);

À Editora Universitária- - EdUFPE;

À Fundação Getúlio Vargas – FGV;

Ao Núcleo de Educação Integral e Ações Afirmativas – NEAfi/UFPE;

Ao Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE;

À Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

APRESENTAÇÃO

Prezados leitores e leitoras, tenho o grande prazer de apresentar este livro, oriundo da dissertação de mestrado em Educação da UFPE, aprovada por unanimidade, do Professor Edelson de Albuquerque Silva Júnior, que tem como título *O reitorado de João Alfredo na Universidade do Recife-UR (1959-1964): Patrimonialismo Populista e Modernização Científica*, editado e publicado por nossa instituição.

Há de se registrar a contribuição dos últimos reitorados, como o do professor Amaro Lins (2003 a 2011) e do professor Anísio Brasileiro (de 2011 à atualidade) que sempre souberam valorizar pesquisas sobre a valiosa instituição que é a UFPE.

É importante registrar também que o Professor Edelson de Albuquerque faz parte dessa galeria de sujeitos que se engajaram na pesquisa de memória institucional da UFPE que coordeno, e que até o momento redundou em 6 livros editados e publicados pela mesma UFPE.

A ligação desse professor com a investigação não se deu apenas no envolvimento direto como membro da pesquisa sobre a administração da UFPE no tempo histórico, mas na extensão dialógica, como ele mesmo a define. Como registrou em sua dissertação: “o meu interesse pela temática de pesquisa aqui tratada origina-se no momento da inserção no universo da extensão universitária, ainda no período da graduação em Pedagogia na UFPE, no ano de 2006, quando integrei um grupo de estudantes de variados períodos e graduações, orientados pelo professor belgo-brasileiro Xavier

Uytendenbroek, responsável pela coordenação de um projeto de extensão universitária, na então Fundação da criança e do adolescente – FUNDAC. Em seguida, entre os anos de 2009 e 2010, paralelamente ao projeto de extensão realizado na supracitada Fundação, atuou como docente em outro projeto, o qual, dessa vez, orientado pelo professor Vantuil Barroso e pelo professor Petronildo Bezerra, ocorrido na comunidade do Alto do Capitão, em Dois Unidos, no Recife. Com isso, acumularam-se ideias e inquietações, sobretudo acerca do modo que se estabelece muitas vezes a relação entre uma universidade pública e a sociedade”.

Edelson, sabedor da concepção de Paulo Freire, defensor de uma extensão com fortes laços com a sociedade, não como tutora, mas que visa uma extensão dialógica, de troca, de dádiva, no sentido maussiano; inspirado nele, engaja-se em estudar o reitorado de João Alfredo e a extensão no Serviço de Extensão Cultural (SEC).

Assim ele se justificou: “As experiências práticas extensionistas, unidas às leituras que fundamentaram nossas pesquisas envolvendo a universidade com as atividades de extensão, conduziram-me a procurar entender em que momento a UFPE (então UR) se propôs a discutir essa relação entre essa instituição e a sociedade. Essa condução me fez “retroceder” ao período do reitorado de João Alfredo na universidade (1959-1964), situado em um contexto político cujo discurso de reconhecimento e aproximação da Universidade com o “povo” demonstrou evidências da inserção desse reitorado na atmosfera da modernização das relações de produção no país, contudo conservando-se ainda elementos de uma cultura política nacional”.

Este trabalho de pesquisa possui vários méritos, entre eles o seu tema e seu objeto próprio de investigação, e o seu tratamento científico. Pela primeira vez no Programa da Pós-Graduação em Educação da UFPE, um reitorado da própria instituição está como tema de pesquisa (reitorado) e como objeto (instituição, prática e política educacional). Vale ainda destacar que não é “qualquer” um reitorado, mas o de João Alfredo, reitorado perseguido pela ditadura civil-militar, que assume a

Universidade após o falecimento do reitor Joaquim Amazonas, e aquele que acolheu o grande professor Paulo Freire no Serviço de Extensão Cultural (SEC), e que serviu de referência ao Estado nacional, elaborando políticas públicas de alfabetização.

Quanto à sua contribuição científica, materializada neste livro que ora apresento, já expressa pela sua abordagem e foco, quando compreende a UFPE como “instituição enquanto sistema cultural, simbólico e imaginário, apreensão esta concebida e fundamentada na perspectiva de Castoriadis (1995), quando esse autor define instituição como “uma rede simbólica, socialmente sancionada, em que se combinam, em proporções e em relações variáveis, um componente funcional e um componente imaginário” (idem, p.159). Desse modo, entendemos que nossa Universidade faz parte de uma rede sociohistórica que implica sua produção e reprodução, ou seja, para existir, utiliza-se de símbolos, linguagem e rituais. É produto de grupos/classes em disputas (em seu interior e fora dela) e se institui diante de si e diante dos outros por representação (imagens fluxos) e criação (imaginário radical que se realiza sem relação de causalidade). A Universidade é condicionada pela/na sociedade e temporalidade reinante, ao mesmo tempo em que participa efetivamente atuando e criando novas formas e temporalidades, portanto “impossível e inconcebível fora da imaginação produtiva ou criadora”. (Idem, p.176 – grifos do autor)”.

Edelson, de fato, faz análise de seu objeto investigado, problematizando-o. Sai da esfera exclusivamente descritiva, narrativa e constativa. A UFPE, neste caso, é objeto e sujeito da história. Há um movimento dinâmico que o autor desenvolve e percebe a pesquisa, fazendo com que a reprodução da ordem social-política e a agência estejam presentes em seu tratamento, possibilitando a UFPE pulsar. Portanto, leitor, leitora, não espere uma homenagem (ou uma hagiologia) ao reitor João Alfredo e ao professor Paulo Freire, mas um respeito profundo com essas duas grandes instituições, através de um rigor analítico e de uma construção argumentativa sólida e profunda. Identifico Paulo Freire como “instituição”, pois este pensador está fincado com a história e as estruturas sociais e estatais do

povo brasileiro. Paulo Freire não pertence mais à sua família apenas, mas ao povo brasileiro.

Os capítulos IV e V mostram sua maturidade e veia de pesquisador: o primeiro capítulo referido anteriormente, análise da trajetória de vida e profissional do reitor João Alfredo, e o segundo, análise do SEC, revelando a dimensão ideológica e política do reitorado em análise e de Paulo Freire.

Infelizmente temos poucos dados sobre João Alfredo pessoa, indivíduo e reitor. Edelson, com dedicação exemplar, desvela esse vácuo na biografia pessoal e profissional dando uma contribuição enorme para a história da UFPE. Pesquisas analíticas e de memórias institucionais elaboradas sobre a UFPE têm sido dedicadas ao reitor Joaquim Amazonas, fundador da Universidade do Recife, posteriormente Universidade Federal de Pernambuco.

Este vácuo não existe mais. Edelson viaja para os territórios de nascença e de convívio de João Alfredo (Surubim e Bom Jardim), agreste pernambucano, e resgata parte de sua história familiar e política. Para se conhecer a vida e obra institucional de João Alfredo, há de se fazer contato com as letras deste livro.

Quanto ao SEC, obra política-educacional que marca o reitorado de João Alfredo, Edelson nos presenteia com uma lúcida análise dos boletins deste Serviço, revelando a natureza ideológica do próprio SEC e dando pistas acerca da relação ideológica-política e intencionalidade do reitorado com este Serviço.

Bem, não me alongarei mais, pois ao leitor, à leitora, caberá entrar neste labirinto que é o reitorado de João Alfredo e o SEC, que Edelson trilhou. Contudo, como labirinto, o leitor, a leitora, certamente descobrirá ou intuirá outros caminhos e esquinas não trilhados por aqui.

Evson Malaquias de M. Santos
Prof. Doutor Associado DAEPE/CE/UFPE

APRESENTAÇÃO

É com emoção e prazer que faço a apresentação da presente publicação, produto de uma caminhada de pesquisa construída no Programa de Pós-Graduação em Educação. No entanto, antes de trilhar nos atributos significativos da pesquisa “O reitorado de João Alfredo na Universidade do Recife-UR (1959-1964): patrimonialismo populista e modernização científica”, venho convidar os leitores e as leitoras para conhecer um pouco o criador da obra, não pela linguagem de currículo lattes, mas pelos sentimentos convividos e compartilhados no Núcleo de Educação Integral e Ações Afirmativas – NEAfi/UFPE.

O amigo Edelson, profissional-professor-educador-poeta, uma das suas marcas mais impactante são seus abraços e apertos de mãos fortes, ao mesmo tempo, a suavidade de sua voz, a sua tranquilidade contagiosa na luta por justiça social e a capacidade de questionar e de nos fazer refletir. Ele desde muito cedo ficava a observar a nossa UFPE, antes mesmo de adentrá-la como estudante de pedagogia em 2005, uma vez que, por nascer e conviver no bairro da Várzea passou a sua infância e adolescência praticamente ao lado da universidade. Nesta relação de aproximação geográfica emana a sua curiosidade de compreendê-la, como ele mesmo afirma incentivado pelas “narrativas familiares acerca do universo quase mítico e místico que envolvia (e que em certos aspectos ainda envolve) essa Universidade [...]” (SILVA JUNIOR, 2012, p. 13). Depois já como estudante,

as suas inquietudes são promulgadas pelas relações interpessoais com os professores Xavier Uytdenbroek e Evson Malaquias de Moraes Santos, ambos do Centro de Educação, em atividades de extensão e pesquisa.

A sua maneira de ver o mundo se afirma por um posicionamento crítico, daí navegar por uma margem à “indeterminação”, característica da abordagem crítica “social-histórica” de Cornelius Castoriadis, uma vez que na sua pesquisa buscou “analisar as significações imaginárias sociais no reitorado de João Alfredo Gonçalves da Costa Lima (1959-1964)”. Indeterminação no sentido de ultrapassar o desenvolvimento lógico-racional para elucidar o “reitorado de João Alfredo” como uma “teia simbólico-imaginária de significações”, que se manifesta na ação instituinte no social instituído. Para isso, Edelson trilha no terreno das teorias que considera a realidade como sistemas simbólicos historicamente construídos e socialmente mantidos numa relação de poder, significa que “o real” não pode ser tomado em si mesmo para ser conhecido, necessariamente passa pelas ideias, referências culturais e representações sociais, ambas mediatizadas pelo “jogo” simbólico-social.

A sua intenção de estudar o reitorado de João Alfredo, foi “analisar possíveis rupturas ou a perpetuação de uma estrutura organizacional herdada do reitorado Joaquim Amazonas (1946-1959) ao investigar as bases políticas do reitor João Alfredo, as significações dessa estrutura organizacional e os fundamentos ideológicos que orientam a prática discursiva do SEC (Serviço de Extensão Cultural), além de elaborar uma breve narrativa política e profissional desse reitor” (SILVA JUNIOR, 2012, p. 8).

Podemos afirmar que o seu estudo é inédito, utiliza-se de uma meticulosidade científica e sensibilidade humana, debruça-se num universo de documentos como Estatuto da Universidade do Recife, as atas do seu Conselho Universitário e os boletins do SEC, e ainda realiza entrevistas com pessoas que tiveram relações familiares e profissionais com o reitor João Alfredo. A sua “abordagem histórica-social-política-cultural-educacional” nos leva a pensar nos sentidos ambíguos conservadorismo x populismo – desenvolvimentismo

x patrimonialismo, como dimensões identitárias e imaginárias constituintes e constituídas na e pela universidade com a sociedade.

No nosso entendimento, trazer discussões sobre esses sentidos – com suas contradições, limites e possibilidades – à interpretação da UFPE por meio de um recorte de um reitorado como objeto, fundamentado em Castoriadis entre outros teóricos, nos provoca muito mais a refletir sobre os processos sociohistóricos da nossa universidade enquanto “sistema cultural, simbólico e imaginário” do que buscar respostas “fechadas” e/ou de tentar resgatar um “tempo perdido”.

Essas discussões são mais que bem-vindas, uma vez que o objeto social-histórico é co-constituído pelas atividades dos indivíduos, que encarnam ou realizam concretamente a sociedade (e a universidade) em que vivem de forma inseparáveis de seu contexto. E as significações imaginárias, específicas de cada contexto, de cada povo, de cada nação – de cada universidade – constituem a forma de ser e o modo como se veem e se interpretam. Portanto, as reflexões apontadas por Edelson são profundamente necessárias, para todos e todas – fora e dentro da UFPE – porque de alguma forma numa relação dinâmica a constitui e por ela são constituídos.

Desejo aos leitores e leitoras uma leitura prazerosa e “simbolicamente afetiva”.

Prof^a Ana Emilia Gonçalves de Castro
Centro de Artes e Comunicação – CAC/UFPE

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as significações imaginárias sociais no reitorado de João Alfredo Gonçalves da Costa Lima (1959-1964) na Universidade do Recife (UR)², hoje denominada Universidade Federal de Pernambuco. Para isso, buscamos analisar as rupturas (caso as tenham ocorrido) ou a perpetuação de um modelo de estrutura organizacional herdado do reitorado de Joaquim Inácio de Almeida Amazonas (1946-1959). Serão investigadas as bases políticas de suporte do reitor João Alfredo no cargo, as significações da estrutura organizacional da UR no período desse respectivo reitorado e os fundamentos ideológicos que orientam a prática discursiva do Serviço de Extensão Cultural (SEC-1962-1964)³, além da elaboração de uma breve narrativa política e profissional do reitor João Alfredo.

Apreenderemos essa instituição enquanto sistema cultural, simbólico e imaginário. Apreensão esta concebida e fundamentada na perspectiva de Castoriadis (1995), quando esse autor define instituição como “uma rede simbólica, socialmente sancionada, em que se combinam, em proporções e em relações variáveis, um componente funcional e um componente imaginário” (idem, p.159).

2 Instituição criada na capital do Estado de Pernambuco, em 20.06.1946, através do Decreto-Lei nº 9.388 (Imprensa Universitária, 1956).

3 Órgão interpretado por alguns autores, que aqui serão estudados, como a expressão real da democratização na UR.

Desse modo, entendemos que nossa Universidade faz parte de uma rede sócio-histórica que implica sua produção e reprodução, ou seja, para existir, utiliza-se de símbolos, linguagem e rituais. É produto de grupos/ classes em disputas (em seu interior e fora dela) e se institui diante de si e diante dos outros por representação (imagens fluxos) e criação (imaginário radical que se realiza sem relação de causalidade). A Universidade é condicionada pela/na sociedade e temporalidade reinante ao mesmo tempo que participa efetivamente atuando e criando novas formas e temporalidades portanto “impossível e inconcebível fora da *imaginação produtiva* ou *criadora*”. (Idem, p.176 – grifos do autor)

Esses objetivos foram postos devido à posição de pesquisadores que caracterizam esse reitorado, ora enquanto rompimento, ora enquanto continuidade de uma prática organizativa originada, desde sua institucionalização, em 1946.

O interesse pela temática de pesquisa origina-se primeiramente das narrativas familiares acerca do universo quase mítico e místico que envolvia (e que em certos aspectos ainda envolve) essa Universidade, uma vez que surge e se estende tendo também nossas famílias como vizinhas nesse chão *varzeano*, e foi alimentado diante de minha inserção no universo da extensão universitária ainda no período da graduação em Pedagogia na UFPE, no ano de 2006, quando integrei um grupo de estudantes de variados períodos, graduações e pós-graduações, orientados pelo professor belgo-brasileiro Xavier Uytendbroek, do Centro de Educação-CE, responsável por coordenar um projeto de extensão na então Fundação da Criança e do Adolescente – FUNDAC⁴. Em paralelo, surge a oportunidade de atuar em pesquisa via PIBIC, por meio do professor Dr. Evson Malaquias de Moraes Santos, também do CE, cujo título desta vez foi “Breve História da Administração e Organização da UFPE-1946 a 2007”. Esta pesquisa objetivou “estudar brevemente a história da administração e organização da

4 Atualmente Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE. Fonte:<http://www.funase.pe.gov.br/historico.php>. Acesso em 07 de agosto de 2012.

UFPE- de 1946 a 2007”, e baseado predominantemente na concepção histórica e institucional de Cornelius Castoriadis. Composto por três subprojetos (eixos), assumi o compromisso de realizar os estudos que envolveram o eixo 1: “As significações organizacionais e políticas de administração na UFPE-1946 a 1964”, cujos objetivos permearam

a construção de um quadro demonstrativo sobre docentes que assumiram funções de gestores da UFPE - numa escala hierárquica de importância no quadro administrativo e correspondendo ao tempo histórico; levantamento das representações nas entrevistas com docentes e servidores técnico - administrativo sobre a UFPE, a sua funcionalidade e o organograma nos tempos históricos abordados; Contextualização da história da cidade do Recife-PE nos seus aspectos políticos-e-ducacionais; além da identificação e caracterização do (s) mito (s) fundador (es) da UFPE.

Em relação aos trabalhos publicizados e resultantes da supracitada pesquisa, podemos citar: “O Reitorado de Joaquim Amazonas através das atas do Conselho Universitário da Universidade do Recife - 1946 a 1959”, organizado pelos autores, professor Dr. Evson Malaquias e a então estudante da graduação em Pedagogia pela UFPE, Talita Maria Soares da Silva. Trabalho este editado em 2009 pela EDUFPE, envolvendo a análise de cento e cinquenta e nove atas do Conselho Universitário, presidido pelo então reitor da UR, Joaquim Amazonas. Já em 2010, também editado pela supracitada editora, foi publicizado “Atas do Conselho, da Assembléia e da Comissão Designativa do Reitorado de João Alfredo e Vice-Reitorado de Newton Maia da Universidade do Recife – junho de 1959 a agosto de 1964”, com a Coordenação e organização do professor Dr. Evson Malaquias, contando ainda com as prezadas atuações do estudante de Geografia, Natanael Luna Silva, e novamente da então estudante de Pedagogia, Talita Maria Soares da Silva, analisando a UR, e suas composições organizacionais centradas

em órgãos como a Assembleia Universitária, o Conselho Universitário e o Conselho de Curadores.

A criação, em 2008, do Grupo de Pesquisa “Gestão pública educacional, imaginário e cultura”, registrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, pelo CNPQ, orientado pelos docentes Evson Malaquias e Alexandre Simão Freitas, e ligado ao Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional da UFPE, contribui enormemente em torno das perspectivas teórico-metodológicas utilizadas em pesquisas envolvendo os aspectos organizacionais na área das “Ciências Humanas e Educação”, objetivando

através de abordagens sócio-históricas e levando em conta: os padrões de relação Estado e Sociedade, as articulações entre os espaços global, nacional e local, à luz das demandas contemporâneas por Educação, [analisar] processos de definição e implementação das política educativas;[avaliar] programas e projetos concernentes aos diversos níveis e modalidades de ensino e às distintas esferas governamentais;[estudo] do planejamento e a gestão de sistemas e de unidades escolares. [grifos nossos]

Com isso, pretendemos interpretar as raízes de sustentação política de João Alfredo enquanto reitor da UR, pois este foi vice-reitor de Joaquim Amazonas, reconhecido entre pares como um patriarca, vinculado às forças conservadoras do Estado pernambucano. Mas, apesar disso, o reitorado de João Alfredo, além da opinião de pesquisadores a que já fizemos referência, é percebido quase que harmonicamente como um reitorado que foi impedido pelo golpe civil-militar⁵ de continuar suas mudanças e reformas internas e teve um forte laço com o povo através do SEC. Essa ambigui-

5 Expressão semelhante é utilizada por CUNHA (1983, p.61) ao se referir a esse período quando o situa como “movimento contrarrevolucionário civil-militar”.

dade ainda não foi muito bem analisada. Além disso, quais foram as bases internas de sustentação de seu reitorado quando prevalecia a estrutura de cátedra que herdara ainda do reitorado de Joaquim Amazonas?

Desenvolvemos uma breve narrativa biográfica, política e profissional do reitor João Alfredo, pelo fato de haver uma certa pendência analítica no que se refere à sua pessoa e à família, ao homem político e ao administrador - enquanto reitor da UR, diretor da Escola de Belas Artes, professor da Cátedra de Anatomia e Fisiologia Artística ou, ainda, estudante de medicina, oriundo do município de Surubim (PE). Mas, também, porque pretendemos situá-lo, enquanto sujeito histórico, como membro de grupos/classes sociais e partícipe de redes sociais-políticas-antropológicas, desvinculando-o de imagens cristalizadas – que nos impedem de ter uma visão crítica – do reitorado que mudou a Universidade – e quanto mais se associa seu nome ao de Paulo Freire, mais cristalizada fica sua imagem de “reformador”. O indivíduo social faz história e é, também, expressão coletiva e criador.

Não podemos esquecer que a estrutura educacional existente no meio universitário era a do catedrático: figura magistral que manifestava pleno poder nesse meio, sendo as disciplinas suas, os professores assistentes plenamente dependentes destes e até as decisões organizacionais da Universidade eram de sua responsabilidade - a partir do Decreto nº24279, de 22/05/1934, ser catedrático tornou-se requisito essencial para o exercício de reitor.

Sergio Miceli (2008, p.323), ao analisar os embates entre o desejo pela “autonomia estadual e o projeto de unificação nacional” no Estado de São Paulo, na década de 30, esmiúça os critérios exigidos pelo Estado e pela União para a legitimação da ocupação do cargo de reitor nas instituições de ensino, apresentando os perfis de reitor; e, a partir disso, elabora um paralelo entre os gestores centrais das Universidades Estaduais e das Universidades Livres, analisando os Decretos-leis (1931; 1933; 1934;) no que condiz ao referido cargo, além dos requisitos fundamentais para essa ocupação – a instância de indicação, nomeação e validação do mesmo –, como se observa na tabela a seguir:

Tabela 01 – Critérios para a o cargo de reitor, in MICELI (idem)

Universidades Estaduais				
<i>Cargo: reitor</i>	<i>Requisitos</i>	<i>Instância de indicação</i>	<i>Instância de nomeação</i>	<i>Instância de validação</i>
Decreto nº19851 (11/04/1931)	a)Ser brasileiro nato; b)Pertencer ao professorado superior	Conselho Universitário (lista tríplice)	Governo Estadual	Não há
Decreto nº22579 (27/03/1933)	a)Ser brasileiro nato; b)Pertencer ao professorado superior ou ser pessoa de notável capacidade	Não há	Livre escolha do presidente do Estado	Não há
Decreto nº24279 (22/05/1934)	a) Ser brasileiro nato; b)Pertencer ao quadro de professores catedráticos de qualquer dos institutos universitários	Não há	Governo Estadual	Não há
Universidades Livres				
<i>Cargo: reitor</i>	<i>Requisitos</i>	<i>Instância de indicação</i>	<i>Instância de nomeação</i>	<i>Instância de validação</i>
Decreto nº19851 (11/04/1931)	Os mesmos das estaduais	Estatutos próprios	Estatutos próprios	Ministro da Educação e Saúde Pública
Decreto nº22579 (27/03/1933)	Não faz menção	Não faz menção	Não faz menção	Não faz menção
Decreto nº24279 (22/05/1934)	Os mesmos das estaduais	Não há	Associação ou fundação mantenedora	Não há

Nota-se na Tabela elaborada por Miceli (idem, idem) que, na década de 30, ser catedrático torna-se pré-requisito para o cargo de reitor a partir do Decreto nº 24279 (22.05.1934), tanto nas denominadas “Universidades Estaduais” quanto nas definidas como Livres.

Esse mandarinato⁶ institucional, como alguns pretendem definir os catedráticos, expressava a sociedade patrimonialista que instituiu a relação social de dependência, de hierarquia patriarcal e mandonismo – combatidos pela geração de intelectuais dessa Universidade comprometidos com o “povo”.

Para alguns autores, as décadas de 30 e 50 expressavam a forma instituída patrimonialista do coronel em declínio – do poder local – e a ascensão do populismo (nacionalista).

O reitor Joaquim Amazonas foi deputado estadual (1927-1930), senador estadual (1930), membro da Comissão de Economia e Finanças do Estado, membro e presidente do Conselho Administrativo do Estado (SANTOS e SILVA in LIMA, 2009, p.22). E, no reitorado de João Alfredo, quais forças políticas ele representava? – não podemos esquecer que a fidelidade e o programa partidários não eram o forte da prática política dessa época, com exceção, talvez, dos comunistas. Nesse período, ainda outro aspecto que não podemos ignorar está na expressiva utilização, por parte de gestores públicos, de categorias como “povo”, “região”, “desenvolvimento”, sobretudo “povo” como um reflexo potencial do percurso traçado pelo populismo no País no universo universitário.

Como já dissemos anteriormente, alguns pesquisadores caracterizaram positivamente o reitorado de João Alfredo, identificando rupturas significativas nas políticas, nas relações e nas práticas políticas institucionais. Entre eles, encontram-se Dimas Brasileiro Veras, Vera Regina Canuto e Paulo Freire. Outro pesquisador, Gadiel Perruci, segue caminho oposto.

Para uma maior compreensão, traçamos uma tabela identificando autores, departamentos vinculados, título da publicação, origem dessa

6 Conforme PORTELLA, Eduardo (1994), “O mandarinato acadêmico, obediente e zeloso, astuciosamente zeloso e obediente, investiu na formação de quadros tão fechadamente burocráticos quanto socialmente desfiados.” – in “USP: as curvas da modernidade”. Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141994000300006&script=sci_art-text. Acesso em 30 de março de 2012.

publicação e períodos de sua análise. Veremos que, no calor da gestão do reitor João Alfredo, apenas nos dois primeiros anos de reitorado, Paulo Freire escreve e divulga a novidade e mudança que vinha ocorrendo nessa gestão. Nos outros dois, com diferença de um ano apenas, Gadiel Perruci inaugura uma crítica dura à Universidade, e Vera Canuto discrimina elogios de mudanças nesse reitorado. Esse período já indica o início da “redemocratização” brasileira. Recentemente, em 2010, a defesa de mestrado em História (UFPE), de Dimas Brasileiro Veras, contribui ao fortalecer uma leitura que aponta rupturas no campo da política de organização e instituição no reitorado de João Alfredo.

Tabela 02 – Estudo do estado da arte – período de João Alfredo na UR (1959-1964)

Autor	Departamento	Publicação	Origem	Ano
Paulo Freire	História e Filosofia da Escola de Belas Artes (UR)	A Propósito de uma Administração	Imprensa Universitária (UR)	1961
Gadiel Perruci	Professor do Departamento de História e do Curso de Mestrado em Sociologia PIMES/UFPE	Um Projeto Oligárquico-Liberal de Universidade (Notas para uma História da UFPE)	Artigo publicado nos Cadernos de Estudos Sociais, V2, N2, p 505-520.	1986
Vera Canuto	Ciências Sociais da UFPE	UFPE: Projetos Institucionais e Conjuntura Política	Periódico-PIMES-Comunicações-31	1987
Dimas Veras	Programa de Pós-Graduação em História-Mestrado (UFPE)	Sociabilidades Letradas no Recife: a Revista Estudos Universitários (1962-1964)	Programa de Pós-Graduação em História-Mestrado (UFPE)	2010

Ao adotar a compreensão de Organização no sentido de “um sistema cultural, simbólico e imaginário” (ENRIQUEZ, 1997), exporemos

analiticamente, agora, as ideias centrais desses autores. Organizamos nossa exposição, em primeiro lugar, na análise dos autores que reconhecem haver rupturas e mudanças no seu reitorado (Paulo Freire, Vera Canuto e Dimas Veras) e, em seguida, analisaremos o autor que não reconhece mudanças na lógica organizacional e a quem serve o poder na Universidade, Gadiel Perruci.

Em *A Propósito de uma Administração*, publicado em 1961 (João Alfredo com apenas dois anos como reitor), em 91 páginas, estruturado em texto dissertativo e com 29 ilustrações anexas, Paulo Freire explicita seu apoio incondicional ao novo reitorado.

O foco da exposição de Paulo Freire é a mudança que a nova gestão vinha fazendo nas questões prediais, no compromisso com a nova era que o Brasil vinha vivendo e na nova relação sistemática com os estudantes. O então professor interino da cadeira de História e Filosofia da Escola de Belas Artes, Paulo Reglus Neves Freire, discerne inicialmente as condições históricas em que os saberes foram processados no País, diante de uma posição alienada caracterizada pela naturalização da importação de soluções intelectuais (FREIRE, 1961, p.03).

Esse autor sublinha que “um novo clima cultural começa a se formar” (idem, p.04), imbuído num processo onde as elites dirigentes passam a se integrar a esse novo clima vivenciado no País, inserido no alargamento econômico. Freire (ibidem) reforça o aspecto de “um progressivo senso de responsabilidade” dessas elites dirigentes assumindo a compreensão dos reais anseios do povo. Chama a atenção para a associação crítica entre elites dirigentes e o povo no bojo do processo de desenvolvimento nacional e político do País “ao lado de um intenso surto de democratização cultural”. É nessa atmosfera nacional que, segundo FREIRE (1961), o professor João Alfredo assume a Reitoria da UR.

Paulo Freire (idem, p.10) exalta, também, a postura do reitor escolhido, João Alfredo, em seu discurso de posse, em 1959, ao destacar a “necessidade de maiores e mais fortes preocupações da Universidade com a pesquisa científica e o aparelhamento de suas unidades para a formação

de técnicos de alto nível”, expressando assim elementos do perfil desenvolvimentista que contaminou os pronunciamentos na UR nesse período. Mais adiante, Paulo Freire reproduz na íntegra um fragmento extraído do discurso do reitor ainda durante a solenidade de posse:

quando o homem se enaltece, as nossas Universidades, sem esquecer o sentido universal que devem ter, não podem continuar organizadas como centros de ensino livresco e verbalístico em que os eruditos e os de boa memória, citando autores e valendo-se da última leitura, falam com brilho, mas não contribuem para o conhecimento de problemas cujo esclarecimento possa beneficiar o homem brasileiro e a humanidade[...] (ibidem, p.10-11).

Paulo Freire, ao avaliar os dezoito meses de gestão do reitor João Alfredo, chama a atenção de que uma das principais preocupações desse reitorado será a busca pela harmonia entre a Universidade e o povo, respondendo “mais pròximamente aos anseios do novo clima cultural do país” (ibidem, p.12), tendo o teatro e a criação da Rádio como espaços para essa efetivação. Destaca, ainda, a melhoria e a ampliação “das instalações das unidades universitárias responsáveis pela formação dêsses técnicos, como de cientistas” (ibidem, p.14), em face das necessidades de novos quadros para ocuparem os campos exigidos pelo processo de desenvolvimento da região Nordeste.

O entusiasmo de Paulo Freire com a condução de João Alfredo enquanto reitor torna-se explícito massivamente no corpo desse texto. Destaca as preocupações desse reitor em integrar institutos, instalar laboratórios e cursos, formular convênios entre a UR e a SUDENE, associando esses desejos, mais uma vez, aos aspectos do desenvolvimento econômico da região.

Mesmo perante a forte crença e o entusiasmo apresentados por FREIRE (1961), o autor advoga que o reitor João Alfredo não se enquadra

em um perfil desenvolvimentista, tendo em vista que o mesmo assumiria preocupações voltadas para “a harmonia entre a técnica, a ciência e uma verdadeira posição humanista” (idem, p.20). Freire exalta ainda a capacidade do reitor em obter relações sistemáticas com lideranças estudantis, colocando-se como autoridade que há de ser justa. E “Que não se faça inimiga dos que erram e que aplique penalidades em busca de recuperação” (ibidem, p.22).

Após essa avaliação, o professor Paulo Freire complementa, em cinco páginas e vinte e nove anexos – como afirmamos (dos anos de 1959 e 1960) – que a nova gestão vinha modificando a “cara” da Universidade, na construção e em reformas arquitetônicas: das Escolas, dos Institutos, das Faculdades, do Restaurante Universitário, do Hospital das Clínicas, dos Serviços de Obras, da Reitoria. Ilustrações que representam um caráter evidente das realizações prediais na Universidade do Recife, sob o título de “obras realizadas ou em andamento”.

Freire (ibidem) ressaltou, principalmente, em seu texto as mudanças físicas e de equipamentos, políticas (relações interpessoais com os estudantes), gestão humanista – curiosamente, Paulo Freire não toca no ponto pedagógico e nas práticas pedagógicas.

Numa perspectiva diferente da supracitada, embora compartilhem em alguns aspectos, Vera Canuto faz uma análise sociológica-política da Universidade e de seus personagens. O tempo já é outro: o da redemocratização brasileira. Ela faz um balanço de uma experiência interrompida – pelo menos para a mencionada autora.

Vera Regina Canuto, em seu trabalho denominado “UFPE: Projetos Institucionais e Conjuntura Política”, publicado em 1987, em 112 páginas, organiza seu trabalho em três pilares: 1) Universidade do Recife no período de 1959 a 1964; 2) Trajetória do discurso burocrático-autoritário na UR; 3) O discurso e o processo do projeto burocrático-autoritário na UFPE – 1969 a 1975. Ela busca entender a instituição como lugar de “contradições e oposições reforçadas pelas pressões a que se expõe esse tipo de instituição [a educacional], em razão mesmo das atividades que exercem” (idem, p. 3-4).

A origem das pressões, pela própria natureza da instituição, vem essencialmente da “estrutura produtiva”. Vera Canuto (1987) ressalta o objetivo de seu trabalho em analisar a UR enquanto instituição que expressa uma estrutura de poder, inserida num tempo histórico e compondo um fenômeno organizacional.

Entre as aproximações presentes entre FREIRE (1961), PERRUCCI (1986) e VERAS (2010), está a constatação de Canuto (idem, p.02) de que a UR passa (entre os anos de 1950 e 1960) por um processo de “emersão de novas classes com o processo de expansão do capitalismo, caracterizando ainda o momento do reitorado de João Alfredo como um período de “intenso dinamismo, estimulado pelo debate e pelo livre trânsito⁷ de idéias” (ibidem, p.07)

Como PERRUCCI (1986), Canuto (1987) analisa a UR no contexto da própria formação política da região, as correlações de poder nas eleições no Estado, na cidade do Recife e no País, interpretando ainda a Faculdade de Direito da UR como “busca da classe oligárquica regional para a manutenção de sua posição de classe” (ibidem, p.08)

Para CANUTO (1987) e VERAS (2010), com o redirecionamento político na UR a partir do perfil administrativo do reitor João Alfredo, ocorre uma “redução do espaço institucional dos docentes conservadores”. Esse fato consumaria o apoio de parte do corpo docente da UR com as movimentações que culminaram com a renúncia do próprio reitor em junho de 1964.

Ao configurar o reitorado de João Alfredo como “Democratizante-Modernizante”, Vera Canuto (1987, p.91-92) elabora uma tabela temática na qual interpreta aspectos como: “Articulação Universidade-Estado (níveis de autonomia)”; “Controle do sistema de tomada de decisões internas à IES”; “Articulação da Universidade com o contexto socioeconômico”,

7 Expressão comumente utilizada por FREIRE (1961) para expressar o processo de transição política, cultural, no qual estavam inseridos não ‘apenas’ a UR, mas o País.

mencionados em a) “compromissos em termos de produção acadêmica” e b) “acesso à Universidade, além de “Objetivos da Universidade”.

Tabela 03 – CANUTO, 1987, p.91-92

UR (1959-1964) – Projeto Democratizante- Modernizante	
Articulação Universidade-Estado (níveis de autonomia)	Autonomia total e comprometimento com os vários segmentos da sociedade civil, que exerceriam ação fiscalizadora sobre a qualidade da produção acadêmica
Controle do sistema de tomada de decisões internas à IES	Exercido por órgãos colegiados, sem a supervisão do Estado e levando em consideração demandas da comunidade acadêmica, expressas em debates e discussões prévias.
Articulação da Universidade com o contexto socioeconômico	
a) compromissos em termos de produção acadêmica	Respondendo primariamente a demandas das camadas populares, enfatiza disciplinas humanistas combinadas a treinamento científico e especialização profissional; predominam temáticas sugeridas por problemas locais e nacionais.
Acesso à Universidade	Acesso reservado aos considerados capazes a partir dos exames em processos seletivos, com preocupação distributivista revelada na intenção de introduzir mecanismos que garantam o direito à educação a candidatos com dificuldades socioeconômicas
Objetivo da Universidade	Atuar como agência crítica visando predominantemente a estimular atitudes ativas e autônomas que contribuam para o atingimento de uma organização social mais justa

Ainda conforme Canuto (1987), esse Projeto “Democratizante-Modernizante” seria o contraponto ao Projeto “Burocrático-Autoritário”, que a autora afirma estar presente na UR entre 1964 e 1975 e no qual o

objetivo da Universidade centrava-se “em atuar como centro de promoção do avanço do conhecimento científico e tecnológico, visando predominantemente ao atingimento de níveis mais sofisticados de produção e consumo” (ibidem, p. 92).

Essa interpretação converge, em grande medida, em VERAS (2010) e FREIRE (1961) e diverge profundamente de PERRUCCI (1986), quando o mesmo advoga, como veremos mais adiante, que o reitorado de João Alfredo representa o revigoramento do poder oligárquico interno e a rigidez do aparelho técnico-burocrático na UR (idem, p. 14b)

A pesquisadora Vera Canuto (1987) introduz o debate em torno da Universidade do Recife, articulando a própria criação e a estruturação institucional universitária com a conjuntura política estabelecida no Estado, em que segundo a autora, essa agregação (1987, p.08) impossibilitou qualquer incorporação de projeto de transformação organizacional universitária até o ano de 1956. Condição esta “gerada e alimentada por fatores tais como a base oligárquica de nossa formação política, a fraca industrialização da região nordestina, o predomínio da atividade agrícola [...]” (idem, p.08).

A correlação de forças políticas presente nas eleições de 1958 no Estado, com a derrota do governador Cordeiro de Farias, representante da oligarquia regional, e a eleição do candidato à prefeitura da cidade do Recife, em 1959, criam espaços para um progressivo avanço dos grupos de orientação política de esquerda em PE, que, consequentemente, na UR,

estimulam a fração da comunidade acadêmica mais comprometida com as forças progressistas a questionar mais consequentemente a própria direção imprime às atividades dessa instituição fechada em si mesma, legitimadora da hierarquia social, guardiã dos privilégios do saber acadêmico, predominantemente profissionalizante (idem, p.10-11)

Nessa atmosfera política, João Alfredo é escolhido pelo Conselho Universitário, reitor da UR, em 1959, com o compromisso de redirecionar

as atividades na UR fundamentando-se na defesa da modernização da Instituição antes mesmo do cumprimento do anúncio das medidas estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em 1961. Busca-se, assim, o

incentivo à integração ensino-pesquisa, da redução progressiva do poder da cátedra, do fortalecimento do vínculo, da centralização administrativa entre as unidades que integram essa universidade, da ampliação de sua autonomia no que concerne à priorização das demandas externas que lhe são dirigidas (ibidem, p.11)

Inspirada na ideologia nacional-desenvolvimentista, segundo a autora (ibidem, p.12), “momento este que contou com a adesão dos intelectuais mais críticos da sociedade brasileira nessa conjuntura”, a UR adentra de maneira profunda no processo de implantação e incorporação dos institutos de pesquisa, como Química, Geologia, Nutrição, Matemática e Filosofia (ibidem, p.13), tendo na LDBEN um suporte indispensável diante do controle da resistência interna, haja vista também ações envolvendo a reformulação do Estatuto da UR, assim como a autonomia das Cátedras. Entre outras questões

cruciais para a permanência ou alteração do modelo de ensino superior existente”, estava criado, portanto, um espaço legal para um esforço de reorganização cujos limites seriam condicionados quase exclusivamente pela correlação de forças internas a cada instituição que se dispusesse a promovê-lo. (ibidem, p.14)

Ao situar a UR no contexto do progresso econômico e na “intenção democratizante do movimento modernizador na UR” (ibidem, p.14), Canuto interpreta o Serviço de Extensão Cultural (SEC) como um “ indicador da linha de principal atuação do período” (ibidem, p.14), priorizando atividades

“jamais observadas na história dessa instituição”, atuando a partir “do atendimento às dificuldades vivenciadas por segmentos da comunidade extra-acadêmica que antes marginalizara”, com adesão de estudantes ao Serviço após o reitorado declarar apoio a atividades de promoção da União Nacional dos Estudantes (UNE) e do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UR (ibidem, p.14-19). Além disso, cria o Centro de Estudos Internacionais (CEI)⁸ – não constando nas Atas do Conselho Universitário a sua criação –, “incentivando relações culturais com países da América, da África e da Ásia que apresentam problemas comuns” (ibidem, p.15-16)

Para Canuto (1987), o SEC

engaja a UR na estratégia de conquista e consolidação da hegemonia das novas frações que, a partir de 1958, vinham disputando o controle político do Estado de Pernambuco participando da elaboração de um novo projeto de organização social para o País (idem, p.15).

A autora destaca ainda que, “na pretensão de se estabelecer pesquisas em torno dos problemas brasileiros, cujas investigações e soluções devem ser estimuladas de forma autêntica diante de uma sociedade em trânsito, é institucionalizado na UR, no ano de 1963, o Instituto de Ciências do Homem” (ICH), legitimando a defesa de que “é “dever” da universidade atuar como centro de investigação e pesquisa voltadas para a solução de problemas próprios de uma realidade nacional e regionalmente subdesenvolvida (COSTA LIMA, 1964, p.08 in Canuto [ibidem, p.16-17]). Tal prática institucional, diante da criação do SEC, do CEI, do ICH, demonstra a utilização plena da autonomia conquistada que levou à sua ampliação (ibidem, p.17).

A professora Vera Canuto (1987) pronuncia-se a respeito das implicações e divergências constituídas nesse período do reitorado na UR com

8 Órgão da UR que, segundo CANUTO (1987), também foi criado no ano de 1962.

a propagação da criação de um *tempo novo* na instituição, “com a criação de canais de participação [...] de docentes e alunos estatutariamente impedidos”. Essa atitude foi interpretada por algumas fontes entrevistadas pela autora como “demagógica”. (CANUTO, p.18-grifos da autora). De acordo com o reitor João Alfredo, in Canuto,

da participação estudantil se beneficiava não apenas a comunidade discente, pela oportunidade de participar e se informar a respeito do que se passava na instituição, como os órgãos superiores, que, pelo contato direto com o corpo discente através de seus representantes, passavam a se inteirar de “ problemas que são melhor sentidos por quem lhes sofre diretamente a ação e as conseqüências e, por isso mesmo, estão mais aptos a propor sugestões que facilitem o atendimento de aspirações justas (COSTA LIMA, 1965, p.52 in Canuto, 1987, p.19 – grifos da autora)

No tocante à relação do reitorado com o corpo técnico-administrativo, a autora frisa que, através da relação com essa categoria, obteve-se como destaque a criação, em 1960, da Caixa de Crédito dos Servidores da UR, com a proposta de

ser dirigida e mantida pelos próprios servidores e pensada com a intenção de alterar o sentido paternalista presente na assistência prestada até então pela administração superior aos servidores, embora, “suas participações nos debates não tenham sido importantes senão nos escalões mais altos da hierarquia (ibidem, p.19).

Canuto (1987, p.20) destaca que fatores como o desenvolvimentismo, um repensar da Universidade, as modificações estruturais na UR “uniram, por um certo tempo e em certa medida, docentes politicamente

heterogêneos. Mesmo que mais pelo aspecto da competência do que pelo engajamento ideológico (idem, p.20). A ascensão do discurso interpretado pela autora como “Democratizante-Modernizante”⁹, composto por categorias como eficiência, modernização, administração centralizada, região, camadas excluídas, ou simplesmente modernizante, composto por categorias como homem, nação, substituindo povo e região, amplia, assim, as condições internas de apoio ao reitorado, “reforçadas pelas condições da conjuntura externa”, ocasionando a recondução no ano de 1962, de João Alfredo no cargo de reitor da UR, reduzindo, conseqüentemente, o espaço institucional dos docentes conservadores (ibidem, p.20-22).

Dimas Veras (2010), em trabalho de dissertação intitulado ‘Sociabilidades Letradas no Recife: a Revista Estudos Universitários (1962-1964)’, em 232 páginas estruturadas em três capítulos, define seu objetivo de pesquisa como:

compreender o espaço que ocupavam a Estudos Universitários e seus produtores do Serviço de Extensão Cultural no campo intelectual do Recife, destacando a contribuição que deram à cultura política da época, as críticas que arregimentaram e como estas foram recebidas, as relações sociais e institucionais que estabeleceram e como reagiram ao desfecho imposto pelo golpe militar de 1964 (VERAS, 2010, p.09).

Utiliza frequentemente categorias como ‘práticas’, ‘representações’ e ‘apropriação’, “formulações conceituais tomadas dos estudos do historiador Roger Chartier” (idem, 2010, p.12). Busca compreender a estruturação

9 A autora qualifica a Revista Estudos Universitários, do SEC, como um canal de difusão do discurso Democratizante-Modernizante (Canuto, 1987, p.23) As configurações tratadas pela autora podem ser observadas também com a elaboração de um quadro didático intitulado Projetos predominantes na UR – 1959-1975 (Canuto, 1987, anexos 91-92).

da UR em consonância com as ações culturais promovidas na sociedade, no que concerne às movimentações registradas na capital pernambucana, e determinados impactos acerca da própria cultura brasileira. Na justificativa, Veras (idem) aponta que a escolha da Revista Estudos Universitários fora determinada pelo

a) o caráter institucional que a Universidade do Recife oferece aos produtores culturais atrelados outrora a atividades diletantes, inaugurando a extensão cultural e universitária em âmbito nacional; b) a experiência de formação, associando-os uns aos outros na constituição de uma família letrada com suas afinidades e repulsas, suas territorialidades, desde o fim do Estado Novo à *diáspora* causada pelo golpe militar; c) uma modalidade de produção cultural que tende com os anos a se estreitar com a ação política, do qual emerge uma nova concepção do intelectual, da universidade e da cultura brasileira (idem, p.12).

Ao focar a UR no período de intensa produção cultural, especificamente durante o reitorado de João Alfredo¹⁰, o autor posiciona essa Universidade enquanto espaço de incorporação de uma renovação política e cultural, condicionada pela emergência de um novo projeto político-pedagógico por ocasião do falecimento do “patriarca” Joaquim Amazonas e da ascensão do antigo vice-reitor João Alfredo (VERAS, 2010, p.13-14) [grifo do autor].

No item 2.1 “(“A propósito de uma administração”: o reitorado de um vice-reitor)”, Veras introduz¹¹ uma narrativa na qual situa João Alfredo

10 Então diretor da Escola de Belas Artes de Pernambuco (EBAP). (ibidem).

11 Após iniciar esse item com fragmento de discurso de João Alfredo ressaltando que “temos de emergir a fim de ingressar no “novo tempo”, tempo em que a ciência e a técnica estão mudando até o comportamento político das nações” [grifos do original]

como vitorioso no escrutínio realizado em 1954, para o cargo de vice-reitor e vice-presidente do Conselho Universitário da UR, diante de pleito envolvendo o professor Mário Ramos e Silva, da Faculdade de Medicina do Recife (FMR). Segundo ainda o autor, a presença de João Alfredo enquanto integrante de listas tríplices, nas quais Joaquim Amazonas permanecia reitor não era um fato novo, pois já se encontrava registro de João Alfredo compondo as citadas listas desde os anos de 1950 (idem, p.80).

Envolvido numa narrativa histórica de vida e profissional, na qual o autor apresenta o ainda diretor da Escola de Belas Artes de Pernambuco, João Alfredo, como precursor da cirurgia estética na região Nordeste, e posteriormente, como candidato natural à sucessão ao reitor Joaquim Amazonas, Veras (idem, p.80) assinala que João Alfredo representava a pedagogia tradicional, porém, argumenta que o mesmo “se esforçava aos seus modos para dinamizar os processos educativos da Universidade” (ibidem, p.81), compreendendo inclusive a assimilação e a reflexão dessa pedagogia devido ao próprio processo de transição socioeconômica no País. Crente na “liderança das elites letradas afirmando-se com os povos”, haja vista “o advento da classe média na comunidade acadêmica”, acreditava e defendia que os “técnicos e intelectuais guiarão o país para o próximo patamar civilizacional” (ibidem, p.83-84).

Segundo VERAS (ibidem), categorias como ‘realidade brasileira’, ‘consciência nacional’, ‘conscientização’, ‘educação de massas’, ‘povo’, ‘evolução social’, tornam-se frequentes nos inúmeros pronunciamentos do reitor João Alfredo, inserindo institucionalmente na UR um enfoque didático-pedagógico crítico. Para VERAS,

esta nova postura tanto está atrelada ao contato direto com o pensamento pedagógico crítico de Paulo Freire e o enfoque desenvolvimentista do Iseb como atende às demandas de um novo direcionamento administrativo, diligenciando as tensões universitárias e equilibrando seus não raros conflitos (ibidem, p. 84-85).

Ao retomar a análise dos escrutínios realizados para a sucessão ao cargo de reitor da UR, o autor destaca, após entrevista realizada, em novembro de 2009, com o professor da UFPE, Heraldo Souto-Maior, que esse processo eleitoral não se deu de maneira branda, até porque

o próprio João Alfredo devia lembrar a ocasião em que seu patrono reitor Joaquim Amazonas, numa de suas muitas transições de mandato, tomara conhecimento por acaso do acordo estabelecido entre as forças políticas ligadas a um conselheiro da UR e o Governo Federal. Este pacto tinha por fim a escolha deste conselheiro como novo reitor da UR pelo Presidente da República. Antes da reunião do Conselho Universitário que formaria a nova lista tríplice, Joaquim Amazonas costurou ‘om os demais conselheiros (obviamente com a exceção do seu opositor) os três nomes que comporiam o documento, deixando de fora deste o colega que supostamente já havia garantido o reitorado na capital (ibidem, p.87).

VERAS (ibidem, p.88) advoga que a caracterização do reitorado de João Alfredo como populista, pelo fato de o reitor apontar a UR como instituição de promoção de “criação de uma cultura brasileira” associada com a aproximação do povo, utilizando uma abordagem estrutural, “perde sua consistência quando levados em consideração os campos de produção e as histórias regionais.” (ibidem, p.88). Ele conclui que

o reitor João Alfredo assumia a função de técnico empreendedor da instituição universitária, a ele cabendo consolidar e mostrar que a UR existia e possuía uma proposta “autêntica” para sociedade de massas, adequada aos imperativos institucionais e ideológicos do Governo Federal, por meio do qual podia participar da política de desenvolvimento

regional. Por outro lado, tentava adequar a instituição universitária, e, consequentemente, seus métodos, suas questões e suas necessidades, às novas disposições sociais, demográficas, econômicas e culturais do País. (ibidem, p.94)

Veras (ibidem) associa as atividades do reitor João Alfredo ao percurso educacional do então professor Paulo Freire. Associação que, segundo Dimas Veras, se fortalece com a contratação de Paulo Freire, nos anos de 1950, contribuindo esta associação para que o reitor João Alfredo insira na UR o enfoque didático-crítico outrora categorizado como pedagógico tradicional.

Preponderantemente, Veras (ibidem) caracteriza o reitor João Alfredo no quadro da renovação cultural na UR, identificando o advento da classe média da região na instituição. Chama a atenção do processo de transição socioeconômica do Brasil e da busca incessante da UR em conectar-se com o povo, etc.

Entretanto, conforme PERRUCI (1986, p.13), “a UR não teria outro caminho, em face das condições objetivas criadas, senão o de iniciar um amplo programa de reforma e de adaptação aos novos tempos, inclusive por efeito da LDB, de 1961”. Ele deixa transparecer uma certa compreensão entusiasmada quando passa a analisar a UR e as mobilizações culturais na cidade do Recife nos anos que precediam o próprio lançamento da Estudos Universitários¹² (Revista do SEC), como também o material realizado por Paulo Freire em 1961, quando, ao preceder as descrições das realizações arquitetônica e de planejamento para a UR, afirma que esse surgimento de uma esperança está acompanhado pelo “senso de responsabilidade das elites dirigentes” (FREIRE, 1961, p.04), sem mencionar, por

12 Dirigida pelo reitor João Alfredo, e tendo entre os membros do Conselho Consultivo os professores: Aluizio e Evaldo Bezerra Coutinho; José Cavalcanti de Sá Barreto; Gilberto Osório; Luiz Delgado; Luiz Ferreyra dos Santos; Maria do Carmo Tavares de Miranda; Newton Sucupira.

exemplo, a própria estrutura de poder que o próprio reitor representava, haja vista a constatação de Perruci (ibidem, p.14) ao situar João Alfredo enquanto representação da oligarquia Acadêmica, assim como a origem política de João Alfredo acima das configurações presentes nas listas trípticas para o reitorado.

De tudo o que foi exposto, percebemos que prepondera uma interpretação de que houve uma ruptura quanto à política administrativa e organizacional que a Universidade do Recife foi capaz de produzir, e que o seu reitor representava, ao lado de Paulo Freire, essas mudanças. Os exemplos de mudanças democráticas alojavam-se nas relações com os estudantes. Contudo, não apontam mudanças na organização, na trajetória política e institucional do reitor, de seus vínculos histórico-institucionais com Joaquim Amazonas e de sua base política de apoio nela. Gadiel Perruci destoa dessa interpretação, porém seu ensaio não nos traz elementos empíricos suficientes sobre a “oligarquia” (que alguns preferem chamar de mandarinato) que dominava a Universidade do Recife, por exemplo – como não esclarece o conceito de oligarquia. É o que veremos mais adiante.

Sendo assim, nos questionamos: Como João Alfredo pode ser apresentado como expressão de um tempo novo na UR (1959-1964), se foi partícipe da estrutura organizacional das decisões na Universidade desde o ano de 1948 e se sua escolha sempre foi consensual? Como se estabeleciam as relações entre os objetivos do SEC e os interesses do corpo docente de catedráticos do Conselho Universitário na Reitoria da UR, sendo o SEC novidade democratizante na prática tradicional de gestão na UR? A instauração do SEC representaria uma ruptura organizacional da Reitoria da UR com o poder oligárquico interno, contradizendo assim a defesa do professor Gadiel Perruci? Por que, entre os estudos analisados sobre o reitor João Alfredo, não se questiona hegemonicamente a autoridade instituída, além da própria estrutura de poder que o reitor representava?

Gadiel Perruci, em seu texto de 1986, denominado “Um Projeto Oligárquico-Liberal de Universidade (Notas para uma História da UFPE)”, com vinte páginas, analisa o tempo histórico da década de 30 à década de

80, identificando mudanças no interior da Universidade na ocasião da emergência da ADUFEPE¹³, do DCE e do SINTUFEPE¹⁴. Até então, a Universidade vivia e era dominada pelo mundo da oligarquia e da oligarquia-liberal.

Ao analisar o contexto político e socioeconômico em que estava inserida a UR, chama a atenção para a inserção da defesa da modernização regional. Esta não só comandada pela oligarquia da região, mas reforçada dentro “de um ‘novo’ pacto político e social das exigências originadas desde os anos de 1930”:

num primeiro momento, a hegemonia é exercida pela indústria usineira, sob o Governo de Carlos de Lima; mais tarde ela é retomada pela oligarquia sertaneja representada, inicialmente, por Agamenon Magalhães e continuada, depois de 1945, pelo antigo PSD, até pelo menos os finais da década de 1950, quando, então, o comando político estadual passa a ser exercido pelo usineiro Cid Sampaio, embora não mais como simples usineiro, porém, sim, como representante do setor modernizante do empresariado local. (idem, 1986, pp.03-04 – grifo nosso)

A ascensão das representações políticas do setor categorizado por Perruci (idem, p.04) como modernizante resulta na busca de resposta às suas próprias necessidades econômicas perante o avanço das relações de produção lideradas pela esfera industrial. Para isso, o governo do Estado, com o usineiro Cid Sampaio¹⁵, encampa o incentivo de investimentos

13 Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco.

14 Sindicato dos trabalhadores das Universidades Federais de Pernambuco.

15 Cid Feijó Sampaio nasceu no Recife, no dia 7 de dezembro de 1910. Engenheiro formado e usineiro, iniciou sua vida política através da União Democrática Nacional (UDN), partido pelo qual disputou e venceu as eleições para o governo de Pernambuco em 1958, tendo o apoio de Luís Carlos Prestes e Gregório Bezerra, ambos do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Exerceu o cargo de governador entre 1959 e 1962. Após o golpe militar de 1964, Cid

estruturais e financeiros para que se fortaleça a Escola Técnica Federal do Recife, e investe na criação do Colégio Técnico Prof. Agamenon Magalhães, “destinados ao atendimento do proletariado em geral”. No ensino superior, assiste-se ao começo da hegemonia das Faculdades de Medicina e de Engenharia, que se tornavam os grandes centros de difusão do que se concebia, na época, como ciência e tecnologia [...] (ibidem, p.04).

Ao seguir uma análise em que situa a UR como ingressa nos meandros dos alicerces das estruturas políticas e econômicas diante das demandas do setor industrial, Perruci (1986) chama a atenção para o fato de que novas expressões linguísticas passam a compor o vocabulário não só da academia, mas de todo um contexto social na cidade do Recife, resultante de um *processo de modernização* ou, ainda, *processo de desenvolvimento*, enquanto a UR atribuía funções à formação de juristas, engenheiros e médicos. Processo de modernização este ainda permanecendo sob a tutela da oligarquia regional, dentro de uma ideologia desenvolvimentista, objetivando possíveis melhorias para a região. A educação termina, assim, sofrendo impacto dessa nova ordem em movimento, assim pensa o autor:

com isso, as chances educacionais aumentam, atendendo a uma demanda reprimida, em face do crescimento econômico e da inserção no mercado de trabalho das camadas médias urbanas, embora o controle e, portanto, o poder, continuassem, como sempre, na mãos das oligarquias. (idem, p.06)

Perruci (ibidem) aponta que o então vice-reitor em exercício, e posteriormente reitor, João Alfredo, assume a estrutura de poder central da UR em plena “crise do Estado Populista”, ficando então a cargo desse reitorado adaptar a Universidade às novas realidades sociais e políticas vividas

Sampaio filiou-se à ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e foi eleito deputado federal por Pernambuco em 1967. Fonte: <http://www.portaisgoverno.pe.gov.br/web/portal-pe/governadores>. Acesso em 22/out/2010.

pelo País e pela região (ibidem, p.12), assumindo a pretensa modernidade como tentativa de se romper com a origem e com a trajetória oligárquicas na UR, pretensão esta, em certos aspectos, alimentada também em âmbito nacional pelos debates em torno das Reformas de Base propagadas no governo João Goulart .

Mesmo com o reitorado de João Alfredo, com a UR mantendo heemonicamente uma trajetória de controle e reforço da concentração do poder oligárquico¹⁶ na instituição, “agora metamorfoseado num aparelho tecno-burocrático mais rígido”, Perruci (ibidem) reconhece que, diante do cunho reformista desse reitorado, “parece inegável que a UR tentou internalizar a ideologia da “modernização” vivida pelo País e expressa no discurso acadêmico, assimilando a tentativa de aproximar um pouco mais a UR da realidade social circundante, tendo como fundamento e preocupação principal o que se convencionou chamar de “reforma universitária” (idem, p.12-14). Com isso, a UR passa a ser situada e difundida enquanto “Universidade para o Povo”, criando-se, então, por exemplo, a Revista Estudos Universitários, a Rádio Universidade, entidades¹⁷ incorporadas ao Serviço de Extensão Cultural (SEC), coordenado pelo professor Paulo Freire, e com a “composição de jovens intelectuais¹⁸ e estudantes.” (ibidem, p.13-14)

Para Perruci (1986):

o período João Alfredo foi responsável por inúmeros mitos em torno da negação, ou pretensa superação,

16 Mesmo” já abalado pela mudança de padrão da acumulação dos anos de 1950, então determinado pelo setor industrial, via-se, também, em nível local, confrontado pelos movimentos camponeses, operários e da classe média que desaguarão na famosa “Frente do Recife”” (Perruci, 1986, p.12 – grifo do autor).

17 “Meios de intermediação entre a produção cultural científica e a política comunitária, então prevalente no período”. (Perruci, 1986, p.14)

18 Muitos dentre os primeiros ainda então não incorporados à UR como docentes [...] (Perruci, 1986 p.13-14).

do passado oligárquico da Universidade, assumindo o discurso da “modernidade” como forma de ruptura com aquele passado. Tais mitos serão construídos, ou cultivados, de fato, não tanto pela ação concreta da Reitoria, porém, muito mais em função do debate político no Recife, internalizados ou incorporados pela UR, que, em muitos aspectos, estavam eivados de equívocos, de impasses e de voluntarismo, características, aliás, de toda uma “geração de intelectuais” que, ainda jovem e mal equipada cientificamente, surgia nos anos de 1960 (idem, p.12).

Como já vimos, os autores (Canuto, 1987; Freire, 1961; Veras, 2010) anteriormente caracterizaram o reitorado como democrático, com mudanças na organização e na instituição – alguns realçando tanto os seus aspectos pedagógicos como os administrativos e as relações interinstitucionais. Gadiel Perruci (ibidem) se diferencia dessas leituras. Entretanto, percebe-se ainda no estudo de Perruci (ibidem) uma tímida análise acerca de atividades que procuraram minimamente inibir uma tradição de compromissos políticos da UR quando esta assume um “caráter reformador”, transformando-se “numa imensa tribuna da “modernidade” e, por consequência, numa instável encruzilhada das mais diversas correntes do pensamento e da ação política”, sendo o próprio reitor expressão de uma “oligarquia acadêmica” (Perruci, 1986, p.14 – grifos do autor). A aparente carência de análise dessa suposta ambiguidade (“modernidade” – “oligarquia”) omite, em certa medida, uma avaliação mais profunda do que esse “caráter reformador” poderia justamente significar.

Desse modo, ao analisar os autores que se debruçaram sobre o estudo da UR, inseridos no período do reitorado de João Alfredo, partiremos para uma interpretação acerca desse reitorado, considerando dimensões de investigação centradas na cultura política no Brasil, suas significações e os reflexos na prática da instituição universitária, além de relevar o panorama social e político no Estado de Pernambuco e no

País, fundamentada nas condições sócio-históricas produzidas e reproduzidas nesse contexto, obtendo, por sua vez, o livro de atas do Conselho Universitário como elemento de entendimento e de (re) visão do imaginário que conduziu e que instituiu a UR entre os anos de 1959 e 1964, uma vez que esse material de registro é expressão da própria instituição – com suas tensões e ambiguidades.

Compreendemos instituição como um conjunto de valores, regras, normas que orientam a ação, os comportamentos e as atitudes. A instituição não somente orienta, mas estabelece, institui *novas figuras* nunca antes existentes. Só é instituição porque é imaginária. Ela implica afeto, representação e intenção. Ou seja, a instituição é produção da imaginação social-histórica. Há três planos coexistindo simultaneamente: a instituição, o instituinte e o instituído. Nesse sentido, a reprodução é uma produção.

Para CASTORIADIS (1995), há dois aspectos a destacar nas instituições: um aspecto funcional e outro poético. Assim:

as instituições preenchem funções vitais sem as quais a existência de uma sociedade é inconcebível. Mas a contestamos na medida em que pretende que as instituições se limitem a isso, que sejam perfeitamente compreensíveis a partir deste papel. (p.141)

Ao contestar uma compreensão simplesmente funcionalista de instituição, visto que esta não apresenta aquilo que “deveria ser para ela o ponto central, ou seja: quais as “necessidades reais” de uma sociedade que as instituições se destinam a servir?”, CASTORIADIS (idem, p.141b) trata do estudo da criação e reprodução das próprias carências e falências sociais. Portanto, para CASTORIADIS:

uma sociedade só pode existir se uma série de funções são constantemente preenchidas (produção, gestão e educação, gestão da coletividade, resolução dos litígios, etc.), mas ela não se reduz só a isso, nem suas

maneiras de encarar seus problemas são ditadas uma vez por todas por sua “natureza”; ela inventa e define pra si mesma tanto novas maneiras de responder às suas necessidades como novas necessidades (ibidem, p. 141c) [grifo do autor].

Essas instituições se prevalecem das atribuições simbólicas presentes em sua engenharia de manutenção social, as quais, para CASTORIADIS, se expressam preliminarmente “na linguagem”, contudo não se reduzindo à própria linguagem, assim como dentro de “uma rede simbólica” (idem, p.142) E esse “entrelaçamento com o simbólico” constitui a atuação das instituições nas problematizações sociais, uma vez que “a instituição é uma rede simbólica, socialmente sancionada, onde se combinam em proporções e em relações variáveis um componente funcional e um componente imaginário” (ibidem, p.159), entendendo o imaginário como significação

quando queremos falar de alguma coisa “inventada” – quer se trate de uma invenção “absoluta” (“uma história imaginada em todas as suas partes”), ou de um deslizamento, de um deslocamento de sentido, onde símbolos já disponíveis são investidos de outras significações[...] (CASTORIADIS, ibidem, p.154 – grifos do autor)

Esse imaginário, conforme CASTORIADIS (ibidem, p.160-162), expressa um produto próprio, característico das próprias instituições. Representa problemas criados a que os homens não conseguem responder, dada uma “época e considerada a sociedade”. Conforme menciona CASTORIADIS (ibidem, p.154b), as associações entre o simbólico e o imaginário expressam a necessidade de existência dessas significações, visto que “o imaginário deve utilizar o simbólico, não somente para “exprimir-se”, o que é óbvio, mas para “existir”, para passar do virtual a qualquer coisa a mais (grifos do autor). Embora o autor aponte esse caráter associativo entre o simbólico e as instituições, mais adiante ele faz menção ao fato de

que não se pretende limitar essas instituições à compreensão simbólica, haja vista que, mesmo essas instituições compondo uma rede simbólica, há possibilidade de essa rede não se limitar ao simbolismo. Esse aspecto é compreendido por CASTORIADIS (ibidem, p.165-166) quando destaca que

toda interpretação puramente simbólica das instituições suscita imediatamente as seguintes perguntas: por que *este* sistema de símbolos, e não um outro? quais são as *significações* veiculadas pelos símbolo, o sistema de significado ao qual remete o sistema de significantes? por que e como as redes simbólicas conseguem autonomizar-se? E já suspeitamos que as respostas a estas perguntas estão profundamente ligadas. (ibidem, p.165-166 – grifos do autor)

São indagações mencionadas pelo autor que contribuem na compreensão de uma institucionalização do *real* mediante as perspectivas de realidades promovidas pelo que está instituído e pelo que há de se instituir. CASTORIADIS (ibidem) chama a atenção também nesse momento, para o que caminha para a própria institucionalização da realidade, tendo, na produção e na reprodução de uma realidade, elementos fundamentais de análise social, doravante, a singularidade de uma dada época e sociedade. Ou, ainda, por que não investigar e interpretar questões relacionadas à sociedade sob o aspecto das significações do campo instituinte?

Dando margem a essa “interrogação aberta e incessante,”¹⁹ Castoriadis argumenta que

uma instituição que tem uma significação, símbolo, mito e enunciado de regra que remete a um sentido organizador de uma infinidade de atos humanos , que

19 Fazemos menção à definição da professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Lilian do Valle, ao analisar a obra científica de Cornelius Castoriadis.

faz levantar do meio de campo do possível a muralha que separa o lícito e o ilícito, que cria um valor e reorganiza todo o sistema de significações, dando, por exemplo, à consanguinidade um conteúdo que ela não possuía “antes” (CASTORIADIS, *ibidem*, p.168 – grifo do autor)

Já Lebrun (*ibidem*, p.18b) observa que os *atos institucionais* “existem apenas em virtude de um acordo coletivo sobre sua existência, fundamentando-se em regras constitutivas, uma intenção coletiva e um contexto de pano de fundo”. Já para Pierre Legendre, conforme Lebrun (*ibidem*, p.19), a atividade da instituição é “este núcleo da civilização onde se organiza a articulação normativa do laço subjetivo e social”. Destaca, ainda, Lebrun o caráter da coletividade, da prática tradicional e da legitimação das relações sociais dentro de uma esfera mediada na produção e reprodução de comportamentos.

Ao referenciar Marcel Mauss, Lebrun explicita que, para Mauss, Instituição é:

um conjunto de atos ou de ideais instituídos que os indivíduos encontram diante deles e que se impõem mais ou menos a eles. Não há (de imediato) nenhuma razão para reservar exclusivamente, como se faz comumente, essa expressão aos arranjos sociais fundamentais. Entendemos, portanto, por esta palavra, tanto os usos e os modos, os preconceitos e as superstições quanto as constituições políticas ou as organizações jurídicas essenciais: pois todos esses fenômenos são de igual natureza e diferem apenas em grau (*ibidem*, p.16b).

Para Merleau-Ponty, conforme Lebrun, aquele “insiste na diferença presente de imediato entre o instituído e o instituinte, ou seja, no que ele chama de não coincidência entre o instituinte e o instituído, o que o levará

a afirmar que *o tempo é o modelo de instituição* (ibidem:17- grifo do autor).
Reitera mais adiante que

por instituição se compreendiam estes acontecimentos de uma experiência que a dotam de dimensões duráveis em relação às quais uma série de outras experiências terão sentido, formarão uma sequência pensável ou uma história – ou ainda estes acontecimentos que depositam em mim um sentido, não a título de sobrevivência e de resíduo, mas como convocação para uma sequência, exigência de um futuro. (ibidem, p.17b).

Para Lebrun (ibidem, p.18), Paul Ricoeur anuncia a concepção hegeliana dos estudos das instituições. Para Ricoeur, citando Hegel,

o homem nasce não porque tem uma consciência individual, mas porque essa consciência individual entra em uma relação dialética com as outras consciências individuais para produzir as instituições”[...] É dentro da instituição que o homem inicialmente se perde, segundo a grande lei da alienação; mas é lá que ele se encontra, por meio dessa renúncia. (Lebrun, ibidem, p.18)

Alguns autores buscam diferenciar organização de instituição. Assim, KAËS (1989), refere-se à instituição como

conjunto das normas, das regras e das atividades agrupadas em torno dos valores e das funções sociais. Ainda que uma instituição também possa se definir como uma organização, no sentido de uma disposição hierárquica das funções que se efetuam geralmente no interior de um edifício, de uma área ou de um espaço delimitado, [utilizando] para essa segunda acepção exclusivamente a palavra organização KAËS (idem, p.67 – grifo nosso)

Essa concepção de instituição aproximada da concepção de organização favorece uma análise na qual KAËS defende que “qualquer organização tem tendência a manter a mesma estrutura do problema que ela tenta enfrentar e pelo qual foi criada” (ibidem, p.68). Contextualizando essa defesa a partir da experiência das organizações hospitalares, o hospital passa a apresentar os mesmos sintomas dos doentes, incluindo privação, isolamento.

André Lèvy entende o termo organização sob a ótica de

uma unidade sociológica orientada para a produção coletiva de bens, de idéias ou de serviços, portanto um conjunto concreto de pessoas e de grupos, mas também de meios técnicos ou materiais, de conhecimento e de experiências associadas para que se possa chegar a objetivos comuns, o que supõe a gestão e o tratamento de problemas de ação (idem, 2001, p.124-130).

Essa análise associada finalmente à noção de gestão assegura em certa medida as condições de organização através dos aspectos da representação social, e condiciona esse modelo de estruturação a partir de uma expressão da realidade muitas vezes fragmentada. Conforme Lèvy (2001, p.130b – grifo do autor), “uma organização supõe sempre e necessariamente um *fim* nos dois sentidos da palavra, ao mesmo tempo um termo temporal e uma finalidade”. E segue o autor apontando que

organização significa partilhar recursos e meios coletivos em função de objetivos definidos, *limitados* tanto em sua extensão quanto no tempo. Significa instaurar a era do possível, do aleatório, do tempo, e não da duração; do contingente e do provisório, não do transcendente, do relativo, não do absoluto, da invenção, não do familiar (2001, p.130c – grifo o autor).

Enriquez (1997) advoga que “uma instituição não existe (salvo enquanto princípio instaurador) fora das organizações concretas que ela produz e a que dá sentido e graças às quais adquire uma duração e um sentido renovados” (ibidem p.19b-81). A concepção geral de organização para ENRIQUEZ, está configurada nos planos do sistema cultural, do simbólico e do imaginário (ibidem, p.33), em cujo sistema cultural prevalecem “uma estrutura de valores e de normas, uma maneira de pensar, um modo de apreensão do mundo que orientam a conduta de seus diversos autores” (ibidem, p.33b). Nesse plano, a organização está fundada numa estrutura que representa hábitos historicamente estabelecidos através das atribuições realizadas pelos seus membros, sob um processo de análise de coerência ou inversão de comportamentos fundamentais para a permanência dessa organização.

No plano simbólico, ENRIQUEZ (ibidem) ressalta o caráter mítico das organizações. O mito, antes de mais nada, fala da origem das coisas, da origem da comunidade, nutrindo a memória perpétua da própria organização. Conforme esse autor,

a organização não pode viver sem segregar um ou mais mitos unificadores, sem instituir ritos de iniciação, de passagem e de execução, sem formar os seus heróis titulares (colhidos com frequência entre os fundadores reais ou os fundadores imaginários da organização), sem narrar ou inventar uma saga que viverá na memória coletiva: mitos, ritos, heróis, que têm por função sedimentar a ação dos membros da organização, de lhes servir de sistema de legitimação e de dar assim uma significação preestabelecida às suas práticas e à sua vida (ibidem, p.34)

Segundo ENRIQUEZ, há dois imaginários que atuam na organização: o imaginário motor e o enganador. O primeiro realiza-se “na medida em que a organização permite às pessoas se deixarem levar pela sua imaginação criativa em seu trabalho sem se sentirem reprimidas pelas regras

imperativas” (ibidem, p.35c). Essa feição questionadora, que implica a criação e, conseqüentemente, a mudança, apresenta-se “como a expressão da espontaneidade criativa, da invenção técnica e social; ruptura no tempo: ele é o que permite escapar à cotidianidade, estabelecer um novo ritmo de vida e uma nova dinâmica de trabalho e de relações sociais” (ibidem, p.36). O segundo, o imaginário enganador, refere-se à resistência às mudanças, e os seus defensores e as suas ideias são tratados como inimigos a serem combatidos. Para ele, o imaginário enganador surge

na medida em que a organização tenta prender os indivíduos nas armadilhas de seus próprios desejos de afirmação narcisista, no seu fantasma de onipotência ou de sua carência de amor, em se fazendo forte para poder corresponder aos seus desejos naquilo que eles têm de mais excessivos e mais arcaicos e de transformar os fantasmas em realidade (ibidem, p.35)

Nesse sentido, a identidade rígida da organização está prevalecida e garantida através de estatutos e regimentos que constituem a identidade organizacional, caminhando pela trajetória da expressão de um poder, muito embora, como adianta Enriquez (ibidem, p.35b), “aparecendo ao mesmo tempo como superpoderosa e de uma extrema fragilidade...”

ENRIQUEZ postula a existência de diferentes instâncias na análise das organizações: a mítica, a social-histórica, a institucional, a organizacional (ou estrutural), a grupal, a individual e a instância pulsional. Interessamos, aqui, a social-histórica, a institucional e a organizacional. A instância social-histórica, conforme o autor, expressa o predomínio do caráter ideológico nos perfis das relações atribuídas nas organizações. Esse caráter, para o autor, é “herdeiro da mitologia nas sociedades históricas”, obtendo como “função principal “polir o social” a fim de lhe dar a homogeneidade requerida.” (ibidem, p.58 – grifo do autor).

Para ENRIQUEZ (ibidem), é na instância institucional “que poderão verdadeiramente se expressar os fenômenos de *poder*, realizando o

mascamamento dos embates e conflitos, “fundamentada num *saber* que tem força de lei e que se apresenta como a expressão da verdade”, canalizada “nos comportamentos concretos” que são evocados da origem de um fundador cristalizado nesse espaço de caráter essencialmente “educativo” e “formativo” (ibidem, p.71-73 – grifos do autor). Enríquez, in MOTTA e FREITAS (2000), observa as organizações como “lugar onde as decisões são tomadas racionalmente e não de forma intuitiva, onde cada um conhece a sua tarefa bem como as responsabilidades a elas relacionadas[...]” (idem, p.12).

Todos esses aspectos da instituição implicam-nos numa compreensão que compreenderá a Universidade do Recife (fundada em 1946) como organização e instituição ao mesmo tempo (sócio-histórico): imaginário patriarcal (na sociedade, coronelista e clientelista; na Universidade, catedrático) que comanda os laços sociais /políticos/institucionais de dependência e cujos grupos existentes em seu interior expressam os valores sociais-históricos da sociedade no contexto dado de redemocratização brasileira no campo, principalmente, ainda, da organização social. A instituição imaginária social patriarcal não admitirá mudanças significativas na organização Universidade – as mudanças serão periféricas.

Ela estava regida pela lógica dos catedráticos – poder supremo da instituição e da organização –, e a democracia não era objeto de reflexão e distribuição – isso somente quando dos conflitos estudantis em greve (mesmo assim, nem sempre).

O *pacto invisível* (comandado pela instituição imaginária) estabelecido entre os catedráticos do Conselho e o reitor gerou uma interpretação equívoca de que havia mudanças e rupturas, quando, na verdade, a força patriarcal dos catedráticos prevalecia incólume. Não havia tentativa de democratizar a instituição universitária, pois, no imaginário reinante (tanto na sociedade - predominavam o populismo nacionalista e o desenvolvimentismo - como no seu interior), bastava criar instrumentos (o SEC, por exemplo) que teriam a finalidade de democratizar a sociedade (não a Universidade).

O utilitarismo e, como tal, o instrumentalismo populista prevaleciam – nesse sentido, como afirmamos anteriormente, não são democráticos. Se havia interesse em democratizar a Universidade, fazia-se na defesa do acesso (ampliação de matrículas e criação de institutos e outros órgãos) e na ideologia (de “povo” e de “popular”), e não na instituição – seus valores, representação e afetos continuaram intocáveis. Confundiu-se o organizacional (o explícito) com o institucional (implícito). É o que veremos em toda a dissertação. Prevaleceu, assim, o imaginário enganador – mudar para não transformar.

Contudo, o imaginário criador emergiu: a invenção de “povo”, “desalienação”, “conscientização”, “universidade autêntica” fez emergir novas formas (o SEC, por exemplo) na organização e na linguagem, mas não foi capaz de produzir nova instituição – o golpe civil-militar não permitiu.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1961) estava em discussão e estabelecia *novos* critérios para a educação nacional. Critérios que, após treze anos de embates, promoveram possíveis avanços e notórios retrocessos, que também compuseram as discussões entre os membros do Conselho Universitário da UR.

No Estado, a eleição de prefeito e governador ligados à “Frente do Recife” e às “Oposições Unidas de Pernambuco”, respectivamente, em que também estavam presentes vários docentes da UR, criou no âmbito estadual expectativas para a realização de modelos distintos de gestão em relação à tradição política regional, embora ainda persistissem evidências dessa afinidade com o corpo político estadual caracterizado como de *coronéis*. Na esfera educacional municipal e, posteriormente, estadual, o Movimento de Cultura Popular – MCP estabeleceu novos rumos à educação e à cultura, com um corpo docente composto inclusive por docentes da própria UR. O próprio reitor João Alfredo atuou em Seminário do MCP, definindo atribuições para a educação a partir desse Movimento.

A emergência dos novos sujeitos políticos dava-se numa ordem social-política-econômica conservadora: dos donos de terras, das canas e das oligarquias políticas. A prática política histórica do mandonismo, do

favor e do protecionismo prosperava, inclusive, entre os populistas (de suas diversas matizes ideológicas: Jânio Quadros, Jango, Brizola, Arraes, etc). No campo ideológico, o nacionalismo e o desenvolvimentismo.

Nesse bojo, surge em 1962, na UR, o SEC, coordenado pelo professor Paulo Freire ²⁰ e também assistido pelos demais servidores, estudantes e docentes da UR. Em dois anos de existência sob a perspectiva de seus membros fundadores (1962-1964), esse Serviço abrangeu regiões do Estado, do Nordeste e do País, como, por exemplo, através do Plano Nacional de Alfabetização com o aval do presidente da República, João Goulart, além de efetivar parcerias com instituições e pesquisadores do exterior. O SEC é destacado pela maioria dos autores aqui tratados como uma experiência distinta da UR, e que coube ao reitor João Alfredo a sua criação.

O professor João Alfredo já compunha a estrutura de poder na UR desde 1948, quando assume a direção da Escola de Belas Artes de Pernambuco – EBAP (SANTOS, 2011, p.111) e, em seguida, integra diversas listas tríplices para o cargo de reitor da UR. Eleito vice-reitor e, posteriormente, por ocasião do falecimento do reitor Joaquim Amazonas (1946-1959), elevado ao cargo de reitor, o médico pernambucano João Alfredo tem pela frente a tarefa de conduzir a UR aos desafios que estavam expressos no processo de modernização do País e, conseqüentemente, da própria Universidade, sobretudo, no que se refere ao seu modelo organizacional.

O corpo docente catedrático da UR exercia suas relações de poder, sobretudo, nas instâncias colegiadas da instituição diante de seus pares,

20 Salientamos que, em 1959, Paulo Freire disputa a cadeira de História e Filosofia da Educação na Escola de Belas Artes com a filósofa Maria do Carmo Tavares de Miranda (assistente do filósofo alemão Martin Heidegger, em 1955), “chamada por Gilberto Freyre pelo codinome *A filósofa de Paris* [cf. Revista Continente Multicultural – Ano VI – nº 61 – janeiro de 2006 – grifo nosso]. Freire fica em segundo lugar. Com o resultado e diante da expressão que Paulo Freire já representava na esfera educacional, o reitor João Alfredo teria “sugerido a divisão da cátedra em História da Educação e Filosofia da Educação. Paulo Freire refutou prontamente a sugestão.” (VERAS, 2010, p.109). A tese apresentada por Freire (1959) nessa ocasião está estruturada em: introdução, capítulos 01, 02 e 03, conclusões, Anexos I e II e Bibliografia, em 141 páginas.

representando dessa maneira a rigidez da hierarquia simbólica e concreta da composição organizacional na Universidade. O Conselho Universitário torna-se um componente importante de constatação dessa afirmação, uma vez que se percebe nos registros do livro de atas o predomínio dos direcionamentos dos catedráticos, pelo menos, no que ocorre a partir da interpretação do secretariado responsável pela dissertação dessas atas.

Desse modo, a dissertação foi organizada da seguinte maneira nos aspectos teóricos e na análise empírica, a saber: **Capítulo I** – Material, procedimentos e métodos; **Capítulo II** – Cultura Política e Imaginário Social; **Capítulo III** – Contexto Sociopolítico-Educacional de 1930 a 1964 (Pernambuco); **Capítulo IV** – A estrutura organizacional da Universidade do Recife no reitorado de João Alfredo; **Capítulo V** – o Serviço de Extensão Cultural (SEC) da (na) Universidade do Recife.

O **Capítulo II** – Cultura política e Imaginário social MERCADANTE (1965); VIANNA (1996); CARVALHO (2000; 2009); FAORO (2001); MARTINS, P. (2002); SCHWARTZMAN (1982); OLIVEIRA (1990); WEFFORT (1980); MARTINS, L. (1997) fundamentará o entendimento sobre a tradição política no País, como, por exemplo, a partir das práticas conciliatórias que garantem a conservação da estrutura social no País e de que maneira, mesmo após a instauração da República, essas práticas são reformuladas e se perpetuam nas diversas instâncias institucionais do poder. Ou seja, as práticas patrimonialistas orientam e expressam o fazer político organizacional das nossas instituições sociais. A dinâmica organizacional na Universidade do Recife é alimentada por essas significações imaginárias patrimoniais que dão forma à funcionalidade das relações interinstitucionais e interpessoais hierárquicas.

No **Capítulo III** – Contexto Sociopolítico-Educacional de 1930 a 1964, será elaborada uma breve narrativa sócio-histórica, contudo não pretendemos limitar-nos cronologicamente, ou seja, ao *meramente* descritivo e, sim, tratar dos fatos através de análise que se relacione à trajetória da própria UR, a seus antecedentes históricos, assimilando-os aos aspectos sociais, políticos e educacionais no Estado de Pernambuco. Se no capítulo

anterior, dedicamo-nos ao estudo das significações imaginárias sociais da sociedade brasileira, neste, aqui, analisaremos a especificidade da dinâmica e forma/figura da educação.

Através do **Capítulo IV** – A estrutura organizacional da Universidade do Recife no reitorado de João Alfredo, visamos a análise da dinâmica desse órgão colegiado e em que medida as relações de força presentes nessa instância ilustram rupturas e continuidades ao já estabelecido. Estudamos, também, os segmentos educacionais presentes neles (catedráticos, estudantes, docentes livres, gênero) e o papel destes na dinâmica e na presença dos rumos do Conselho Universitário. Além disso, a análise do estatuto nos indicará a representação de poder que está estabelecido nesses segmentos. Os processos ritualísticos do Conselho Universitário de dádivas – homenagens – nos apresentarão as significações identitárias com o poder social e interno. Não poderíamos deixar de analisar, também, a trajetória familiar, educacional e profissional do reitor João Alfredo. Esse capítulo possibilitará entender a ruptura ou a manutenção de uma ordem.

O **Capítulo V** – o Serviço de Extensão Cultural (SEC) da (na) Universidade do Recife fará uma interpretação desse Serviço através dos (06) seis boletins emitidos pelo mesmo, desse modo indagando em que medida essa atividade expressa algo novo na UR e como, por exemplo, o SEC atuou perante o contexto político-educacional nacional e no Estado, além da existência e da ausência de reconhecimento desse Serviço por parte da UR, utilizando, inclusive, os depoimentos e os estudos de seus membros como baseamento dessas análises.

Com essa arquitetura organizacional, esse material pretende tornar-se um elemento de contribuição no entendimento de como se estabelecem as relações políticas e sociais nos espaços de poder nessa instituição, associando-as aos aspectos que ilustram a tradição político-organizacional de uma complexa instituição como a UR, sobretudo, no período do reitorado de João Alfredo.

Material, procedimentos e métodos

Para a análise desta pesquisa, percorremos uma abordagem histórica-social-política-cultural-educacional que nos fornecesse elementos interpretativos do fazer político-cívico da sociedade brasileira. Pois, assim procedendo, a Universidade do Recife e o desenrolar das criações organizacionais educacionais seriam compreendidas aqui como parte dessa teia simbólico-imaginária de significações. O fazer, a dinâmica organizacional do Conselho Universitário e das relações interinstitucionais estariam alimentados pela leitura dessas lentes.

Para o entendimento das rupturas e/ou da manutenção da organização UR no reitorado de João Alfredo, levando em conta a abordagem anterior, estudamos o Estatuto da UR, as atas do seu Conselho Universitário e os boletins do SEC. Além disso, a ausência de informação sobre João Alfredo forçou-nos um estudo específico de sua pessoa na trajetória familiar, educacional, profissional e política. As rupturas e/ou a manutenção do reitorado só seriam possíveis se tivéssemos elemento comparador. Assim, investigamos as atas do Conselho Universitário.

Nesse sentido, a compreensão do que vem a ser um documento oficial, será fundamentada através dos estudos de ALBARELLO (1997), quando

ensina, em relação aos documentos que documentos oficiais e, portanto, oriundos de fontes também oficiais, que se trata

de documentos que são emitidos por uma autoridade pública, ou recebidos por essa autoridade, em virtude das responsabilidades que lhe estão confiadas por lei, por regulamentos ou por certos costumes notórios (idem, p.21-22)

O que, para esse autor também poderíamos considerar como “documentos de arquivo”. (ibidem, p.22b). Os documentos que definiremos como oficiais, originados de setores responsáveis pelo arquivamento e pela preservação de documentos da Reitoria da UR, serão cerca de duzentas e trinta páginas do livro de Atas do Conselho Universitário da respectiva Universidade no período entre 1959 e 1964, além do seu próprio Estatuto, datado de junho de 1946, com o objetivo de analisar materiais primários e insuspeitos de alteração, uma vez que foram fotografados do original pelo pesquisador-orientador.

O acesso às atas do Conselho Universitário do período Joaquim Amazonas (1946-1959) foi possível através do trabalho de sistematização realizado por SANTOS e SILVA (2009).

Obviamente, ao termos esses documentos como parâmetro de análise, inserimo-nos em interpretações das reuniões a partir dos registros realizados pelos cinco servidores-secretários, a saber: Nildo Carneiro Leão (a partir de 20.06.1959, retornando em eventuais ocasiões.), Edmário Amorim de Moraes (a partir de 05.05.1961), Edmir Régis de Carvalho (a partir de 02.03.1962), Laura Guedes de Góes Cavalcante (a partir de 24.07.1963) e Celeste Haidée de Almeida Vasconcellos (a partir de 12.03.1964).

Geralmente os registros realizados pelos secretários ocupavam entre quatro e cinco páginas do livro de atas, escritas por extenso, estendendo-se entre frente e verso, e, em regra atendiam às expectativas dos Conselheiros, pois as atas eram aprovadas em reunião posterior quase sempre por unanimidade.

Observam-se, em alguns casos, breves rasuras no corpo da ata, conforme pode ser exemplificado nas atas dos dias 25.06 e 17.08, ambas de 1959, quando o secretário Nildo Carneiro Leão registra inicialmente que a reunião ainda estava sendo presidida pelo reitor Joaquim Amazonas²¹, revelando uma latente internalização da imagem do então reitor como personagem ainda presente no imaginário do secretário responsável pelo registro da reunião.

Desse modo, as 39 (trinta e nove) reuniões do Conselho, mesmo seguindo regras e ordens de formalidade, representavam características pessoais de cada secretário ao julgar temáticas que mereciam ter um maior destaque nessas atas. A partir disso, elencamos algumas precauções que pudessem abranger os cinco secretários, como o próprio tempo de sua função de registrar essas reuniões do Conselho Universitário, e particularidades de cada um no momento dos registros, no sentido de compreender “o que o autor pretendia ao produzir o documento; os significados dados a ele pelo seu público potencial. Até porque

os documentos podem ser interessantes pelo que deixam de fora assim como pelo que contêm. Eles não refletem simplesmente, mas também constroem a realidade social e as versões dos eventos. (May, 2004, p.213-224)

Definida por BARDIN (1977) como “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referência” (idem, p.45), a análise documental através das atas pode representar relações de força no Conselho, porque, para MAY (idem), “documentos são vistos como meios através dos quais se expressa o poder social” (ibidem, p.214).

21 Joaquim Amazonas foi reitor da UR no período de 1946 a 1959. (Santos e Silva, idem)

Conforme ainda MAY (ibidem, p.220), um aspecto que também deve ser considerado está na credibilidade dos documentos analisados, o que, nessa ocasião, faz-se presente, visto que, em se tratando de fonte primária de documentação, o livro de atas do mencionado Conselho estaria teoricamente imune a quaisquer tipos de violação. Contudo, ainda para MAY (idem, idem), torna-se importante avaliar o teor de precisão das observações e dos registros contidos em tais documentos.

A análise do conteúdo das atas respeitou na íntegra a maneira como estava organizada a narrativa do texto. As expressões linguísticas foram mantidas, preservando assim expressões típicas do período aqui analisado. As eventuais rasuras nas atas também foram consideradas.

As atas também seguiam um ritual organizacional hierárquico, sendo iniciadas com um cabeçalho informando o caráter da reunião. Em seguida, são registrados dia, mês e ano de sua realização, local, horário e presidência da mesma. Logo após são ratificados o caráter da reunião, a sua numeração através de símbolos ordinais (3ª, 4ª, 5ª ... reunião) com o presidente declarando aberta a sessão. Seguida de identificação dos Conselheiros presentes, ordem do dia, expediente e encerramento da sessão declarado pelo presidente da reunião, com a ata lavrada pelo respectivo secretário e submetida à aprovação em uma reunião posterior. A ordem das assinaturas era realizada de maneira que apenas uma preenchesse cada linha de orientação desenhada nas páginas, de cima para baixo, com a rubrica do presidente localizada sempre no ápice dessa lista.

A leitura do conteúdo dessas atas foi orientada através da eleição de categorias temáticas que associamos às categorias da pesquisa.

A tabela está estruturada (cf. abaixo) da seguinte maneira: Reitorado João Alfredo – Universidade do Recife (1959...); Conteúdo Temático predominante da reunião; Categorias da Pesquisa. Essa metodologia era utilizada no sentido de se poderem sistematizar os assuntos mais presentes nas reuniões, e de que maneira estavam presentes, uma vez que a categorização “é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento

segundo o gênero (analogia), com critérios previamente definidos”, o que, para BARDIN (idem), “impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com os outros” (Bardin, ibidem, p.117-118).

Tabela 04 – Fragmento da divisão das categorias analisadas

REITORADO DE JOÃO ALFREDO – UNIVERSIDADE DO RECIFE	CONTEÚDO TEMÁTICO PREDOMINANTE DA REUNIÃO	CATEGORIAS DA PESQUISA
Ano de 1959	Eleição / Reconhecimentos- Homenagens	Hierarquia / Débito Político-afetivo / Organização.

O uso das tabelas possibilita ao leitor apreender de maneira didática os procedimentos adotados para a análise dos componentes da pesquisa. Procedimento este também utilizado tanto nas caracterizações dos autores e das obras organizados a partir do estudo do estado da arte, de forma que fossem destacados o autor, o departamento, a publicação, a origem e o ano, como também na explanação da trajetória dos conselheiros no andamento do reitorado de João Alfredo, com o respectivo quantitativo de vezes que o Conselheiro fora conduzido e reconduzido ao referido cargo, como pode ser observado abaixo.

Fragmento da tabela de exposição dos autores e suas respectivas obras tratando do reitorado aqui estudado:

Tabela 05 – Fragmento do estudo do estado da arte

Autor	Departamento	Publicação	Origem	Ano
Paulo Freire	História e Filosofia da Escola de Belas Artes (UR)	A Propósito de uma Administração	Imprensa Universitária (UR)	1961

Abaixo, fração da tabela expositiva na qual é traçada a trajetória dos membros do Conselho Universitário²² da UR do período entre 1958 e 1964,

22 O símbolo (*) ao lado dos nomes dos membros identifica catedráticos.

considerando que, iniciando o estudo em 1958, teríamos uma visão mais ampla dos membros originados desde as suas conduções ao aludido cargo já no período antecedente ao reitorado de João Alfredo.

Tabela 06 – Fragmento da composição do Conselho Universitário da UR (1958-1964)

1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964
Reitor Joaquim Amazonas	(transição) Reitor Joaquim Amazonas/ Reitor João Alfredo	Reitor João Alfredo	Reitor João Alfredo	Reitor João Alfredo	Reitor João Alfredo	Reitor João Alfredo
UNIVERSIDADE DO RECIFE - MEMBROS DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO						
- Joaquim Amazonas*; - João Alfredo*; - Newton Maia*;	- Joaquim Amazonas*; (2) - João Alfredo*; (2) - Sá Barreto; (1)	- João Alfredo*; (3) - Antônio Figueira*; (3) - Marco Maciel (estudante); (1)	- João Alfredo*; (4) - Newton - Ivan Maia*; (4) - Madre Maria José Torres; (3)	- João Alfredo*; (5) - Loureiro*; (2) - Jorge Lôbo*; (4)	- Newton Maia*; (6) - Romero Marques; (1) - Nilo Pereira; (4)	- Newton Maia*; (7) - Antônio Baltar*; (1) - José Carlos Morais (estudante); (1)

Desse modo, esse procedimento de pesquisa demonstra o teor quantitativo desse ponto de análise, o que, conforme BARDIN (idem, p.114), “funda-se na frequência da aparição de certos elementos da mensagem”.

Entretanto, um caráter qualitativo desses procedimentos também pode ser verificado na medida em que é realizada uma rigorosa análise dessas mensagens referidas por BARDIN (idem, idem), por exemplo, no que trata do estudo do estado da arte, quando as obras científicas encontradas foram submetidas a leituras e releituras com o objetivo de interpretá-las e trazer suas significações. Isso, ainda para BARDIN (ibidem, p.115), pode “estabelecer categorias mais discriminantes”.

Na tentativa de proporcionar uma maior ampliação do caráter bibliográfico da pesquisa, foram realizadas buscas nos endereços eletrônicos: http://www.bdttd.ufpe.br/tde_busca/resultado-tdes-prog.php?ver=37&programa=37&ano_inicio=&mes_inicio=&mes_fim=&ano_fim=2011&grau=Todos, da Biblioteca Digital de Dissertações e Teses do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE-UFPE), e <http://www.periodicos.capes.gov.br>, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ambos no dia 17 de abril de 2012. Essa busca foi orientada por termos, como: Reitorado de João Alfredo; Universidade do Recife; Serviço de Extensão Cultural. Nesse processo, podemos afirmar que até a data pesquisada não constam nesses respectivos endereços quaisquer materiais científicos abordando exclusivamente a temática aqui trabalhada.

Uma fonte eletrônica intensamente utilizada durante todo o percurso da pesquisa, foi a do sítio do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (<http://cpdoc.fgv.br/>). Optamos por esse Centro de Pesquisa devido à sua credibilidade e consolidação como instância que, criada em 1973, “tem o objetivo de abrigar conjuntos documentais relevantes para a história recente do país, desenvolver pesquisas em sua área de atuação e promover cursos de graduação e pós-graduação.” (CPDOC)²³.

Através do Portal da Scientific Electronic Library Online (Biblioteca Científica Eletrônica em Linha (SciELO)), pudemos ter acesso a uma considerável produção envolvendo os aspectos tratados na pesquisa. Adotamos também esse Portal devido à sua credibilidade no universo científico, constituindo-se este

em um modelo para a gestão e operação de publicação eletrônica em rede cooperativa de coleções de periódicos científicos de qualidade crescente em

23 Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/sobre>. Acesso em 17 de abril de 2012.

acesso aberto com ênfase nos países em desenvolvimento e emergentes. (SciELO)²⁴

Entre os locais de bastante proveito na aquisição de arquivos, livros e artigos científicos, podemos fazer referências ao Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano²⁵ (APEJE), com a disponibilização dos jornais locais²⁶ (Diário de Pernambuco e Jornal do Comércio) no período entre 1959 e 1964, além do Diário Oficial da União (D.O.U.), edição de 18 (dezoito) de junho de 1964, para serem fotografados e resultando na formação de um acervo digital com 138 (cento e trinta e oito) imagens, assim como aos acervos das bibliotecas setoriais da UFPE, especificamente, as do Centro de Educação (CE), do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), do Centro de Artes e Comunicação (CAC), do Centro de Ciências Econômicas Sociais e Aplicadas (CCSA), e da Biblioteca Central, inclusive, ao proporcionar o acesso a quatro dos seis boletins do SEC, através de suas gentis funcionárias, como também aos acervos pessoais disponibilizados por pesquisadores interessados em estudar o período aqui citado, além das bancas alternativas dos vendedores que comercializam livros novos e usados nos subúrbios e no centro comercial da cidade do Recife (*sebos*).

Um dos recursos também utilizado neste estudo, foram as imagens (com seus respectivos créditos) tratando de aspectos sociais do Estado de Pernambuco e do País, assim como revelando aspectos familiares e profissionais do reitor João Alfredo. Saliente-se que todas as referências

24 Fonte: <http://www.scielo.org/php/level.php?lang=pt&component=56&item=3>. Acesso em 17 de abril de 2012.

25 Localizado na Rua do Imperador, número 371, no bairro de Santo Antônio, no Recife. Fonte: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=351&Itemid=180. Acesso em 17 de abril de 2012.

26 Utilizamos apenas esses dois jornais devido a questões operacionais. O uso dos respectivos jornais deu-se pelo fato de esse veículo “ilustrar a opinião de grupos ou de categorias sociais determinadas e, por isso, desempenhar um papel essencial na vida política e social” (ALBARELLO, idem, p.23)

iconográficas envolvendo aspectos familiares do reitor foram utilizadas após a devida permissão de seus doadores, identificando, sobretudo, a origem desse material e proporcionando ao leitor adentrar visualmente no universo social e personalizado que caracterizava esse período histórico.

Para o estudo da trajetória do reitor João Alfredo, foram realizadas e utilizadas 04 (quatro) entrevistas com 01 (um) homem e 03 (três) mulheres na faixa etária entre 55 (cinquenta e cinco) e 75 (setenta e cinco) anos, entre os períodos de 21 (vinte e um) de julho e 1º de agosto do ano de 2011, no município de Surubim (Agreste do Estado) e na cidade do Recife. Todo o conteúdo das entrevistas somado resulta em 68'83" (sessenta e oito minutos e oitenta e três segundos) de narrativa.

Como critérios de eleição dos sujeitos da pesquisa foram consideradas suas relações familiares e profissionais com o reitor João Alfredo na UR, sendo as entrevistas contrastadas entre elas. Após o cumprimento dessas entrevistas, o material recolhido foi mostrado novamente ao entrevistado (áudio ou transcrição) para sua devida liberação de uso, a qual foi consentida durante a própria gravação.

Todos os sujeitos entrevistados serão identificados através de seus respectivos nomes, uma vez que nenhum dos depoentes exigiu formal ou informalmente o anonimato²⁷, além de acreditarmos que essa exposição não compromete a integridade desses entrevistados. O roteiro dessas entrevistas foi único, contudo assumindo um teor metodológico que proporcionasse um maior aprofundamento através da particularidade do discurso do sujeito entrevistado. (Szymanski, 2004, p.48)

Elaborado com vinte e uma questões-guia²⁸ estruturadas a partir de uma pesquisa prévia realizada acerca do reitorado em análise, o roteiro de entrevista teve como intuito possibilitar a realização de novas perguntas

27 Salientamos que *Alfa* refere-se ao nome original da esposa de João Alfredo (Alfa da Costa Lima).

28 Conforme ALBARELLO (ibidem, p.87), essa condição metodológica “coloca o entrevistado em condições de se exprimir, seguindo o curso de seu pensamento.”

com o desenvolvimento do diálogo que, no município de Surubim, contou com as contribuições da estudante-entrevistadora Hercília Melo. Para o registro das mesmas, foi utilizado um gravador digital de áudio (modelo RR-US551), precavendo-nos para não fazer desse instrumento um fator inibidor aos sujeitos entrevistados (May, *ibidem*, p.164)

Cultura política e imaginário social

Para este capítulo, estudamos as obras de Paulo Mercadante (1965), do sociólogo Luiz Werneck Vianna, do sociólogo e cientista político José Murilo de Carvalho (2000; 2009), de Raymundo Faoro (2001), do sociólogo Paulo Henrique Martins (2002), do sociólogo e cientista político Simon Schwartzman (1982), da socióloga Lúcia Maria Lippi Oliveira, do cientista político Francisco Correia Weffort, do sociólogo e cientista político Luciano Martins (1997).

Visamos aqui estudar a cultura política que é a manifestação das significações imaginárias sociais – tanto no seu aspecto instituído quanto instituinte. Mais do que como fatos, preocupamo-nos aqui com sentidos, valores, significações.

Martins (1997, p.14) nos adverte que, para compreender os significados do próprio desempenho do Estado *nacional* diante das questões que nos incomodam nesta pesquisa, ou seja, a perpetuação ou a ruptura de uma estrutura organizacional, torna-se relevante realçar a conservação de uma cultura política no País intensamente adversa a possibilidades de mudança na sua estrutura de gestão, assumindo e reassumindo posturas originadas desde os tempos de colônia portuguesa.

Isso, para MARTINS (1999, p.74), caracteriza-se a partir da ausência de

uma classe antagônica suficientemente forte e consciente de seus interesses e de suas oposições, como uma burguesia industrial ou simplesmente uma burguesia moderna, oposta aos interesses do latifúndio, que pudesse levar adiante reformas sociais que não afetassem posições políticas e ideológicas fundamentais. (Martins, 1999, p.74)

Essas circunstâncias elevam o patamar da resistência das estruturas políticas, sobretudo no período do final do século XIX. Entretanto, um aspecto que Mercadante (idem, pp.57-58) utiliza como reflexão está no fato de que a “independência política de 1822 encerra em seu contexto o espírito de conciliação que provinha de todo o processo histórico nacional”, assegurado através de “um desquite amigável entre Portugal e Brasil”. E acrescenta esse jurista que esse movimento de independência do domínio português foi alimentado organicamente por dois grupos característicos: “o primeiro, aspirando à mudança de nossas relações internas de produção, juntamente com o fortalecimento das conquistas já feitas por ocasião da abertura dos portos” pela abolição do tráfico negreiro, é representado por “ferventes partidários do enciclopedismo”. O segundo grupo, defensor da “consolidação das novas relações externas de produção, representava a corrente dos senhores rurais cujos líderes defendiam a Monarquia Parlamentar” (ibidem, p.65).

Martins (1999), ao analisar peculiaridade do Brasil diante de seu transpasse do século XIX para o século XX, adverte que “as transformações sociais e políticas são lentas, não se baseiam em acentuadas e súbitas rupturas sociais, culturais, econômicas e institucionais”, ou seja, “o novo surge sempre como um desdobramento do velho” Para ilustrar essa afirmação esse autor nos convida a compreender como se estabelecem supostas e vagarosas modificações nas relações de riqueza no alicerce da sociedade brasileira, quando

o próprio rei de Portugal, em nome da nobreza, suspende o medieval regime de sesmarias na distribuição de terras; quando foram os senhores de escravos que aboliram a escravidão; o príncipe herdeiro da Coroa portuguesa proclama a independência do Brasil (idem, p.30).

A independência foi outorgada por um príncipe português que, mais tarde, se tornaria o primeiro imperador do Brasil, num processo que não foi ocasionado por uma *guerra de independência* (Martins, 1997, p.15b – grifos do autor), o que, para Vianna (1996), “culminou em um processo clássico de cooptação das antigas lideranças de motivação nacional-libertadora. (Vianna, 1996, p.02)

Ao tratar dessa abordagem realizada por Martins (1999, p.30), Mercadante analisa que o próprio “plano político de conquistar para a causa a adesão do príncipe-regente já importa na preocupação de bitolar a independência no trilho de uma solução conservadora”, contudo obtendo posteriormente o apoio de áreas indispensáveis que ainda mantinham aversão à república (idem, pp.67-68). Desse modo,

o Estado que nasce da Independência, invocando o liberalismo e modelando as suas instituições políticas de acordo com ele, intensifica a escravidão, fazendo dela o suporte da restauração que realiza quanto às estruturas econômicas herdadas da Colônia. (Vianna, 1996, pp.02-03)

Como assinala Mercadante (idem, p.113), o que prevaleceu durante o processo de independência foi o condescendimento. Segundo esse autor, “no decreto de convocação da Assembleia Constituinte ainda se fala na “manutenção da integridade da monarquia portuguesa e em “assembleia luso-brasileira”, explanando as condições necessárias para que o vínculo colonial entre Brasil e Portugal fosse mantido. Isso foi demonstrado também

durante a convocação para a referida Assembleia através do Manifesto de 1º de agosto de 1822, quando se anuncia: “mandei convocar a assembléia do Brasil, a fim de cimentar a independência política dêste reino, sem romper contudo os vínculos de fraternidade portuguesa” E prossegue Mercadante, ao assentar o manifesto de 06 de agosto do mesmo ano, dirigido à nação pelo príncipe-regente , quando declara: “ protesto ao mesmo tempo perante Deus e à face das nações amigas e aliadas que não desejo cortar os laços de união e fraternidade que devem fazer de toda a nação portuguesa um só todo político organizado” (idem, idem).

Essa herança política conservadora, como mencionam Mercadante (1965) e Martins (1999), ganha fôlego de análise nos estudos de Martins (1997). Para esse autor, ao interpretar as raízes que caracterizaram essa cultura política no Brasil, a “estrutura de poder, sua *mentalidade* e sua burocracia foram totalmente transplantadas ao Brasil, que, também devemos lembrar, era uma colônia de exploração e não de povoamento.” Martins (1997, pp.14b-15). E acrescenta: “a ocupação extensiva das terras e as primeiras atividades econômicas (madeira, ouro e pedras preciosas) estavam submetidas à concessão do Estado e eram atribuídas a uma clientela restrita”, criando-se com isso uma ampla estrutura burocrática para fazer cumprir tais exigências impostas pelo Estado; complementando, esse autor adverte que, “não por acaso, as pessoas empregadas na administração colonial eram conhecidas como *filhos da folha* (significando *vivendo às custas da folha e pagamento do Estado*)”

Carvalho (2000) nos permite adentrar no eixo do sistema burocrático nacional a partir de uma análise acerca da trajetória política de uma personagem fundamental para se compreenderem as bases culturais da política nos períodos históricos aqui realçados. Carvalho, em “Rui Barbosa e a razão Clientelista” (idem), ao eleger a personagem que dá título ao seu texto, avalia os aspectos das relações macro e micro que perpassaram os hábitos políticos na formação do Estado brasileiro, mantendo em vários sentidos as razões que garantiam o clientelismo, o patronato, as

relações de favor²⁹ que nos permitem compreender o estabelecimento de “uma relação de troca de favores políticos por benefícios econômicos”, não importando para isso a escala social de pertencimento (Martins, 1999, p.29) e que, a partir da “República, os mecanismos de clientelismo e patronagem inspiram as relações de mando no meio rural estendendo-se, também, com algumas variações, para o meio urbano” (Martins, 2002, p.98)

Conforme Carvalho (2000), durante os quatorze meses em que exerceu o cargo de ministro da Fazenda (de 15 de novembro de 1889 a 21 de janeiro de 1891), Rui Barbosa “recebeu centenas de ofícios, cartas, cartões, telegramas. Exatos 40% dessa correspondência referem-se a pedidos de favores” (idem, p.01). Nesse período,

a distribuição de favores governamentais tinha o nome de patronato e filhotismo. O meio pelo qual se exercia o patronato era o empenho, ou seja, o pistolão, o pedido, a recomendação, a intermediação, a proteção, o apadrinhamento, a apresentação. A prática era tão condenada quanto arraigada. (ibidem, pp.01-02)

Das “2.529 correspondências recebidas por Rui Barbosa durante o exercício no Ministério da Fazenda no período de *introdução* da formação do Estado brasileiro, 1.013, cerca de 40%, referiam-se a pedidos de favor” (Carvalho, 2000, pp.03-04) feitos por

colegas de governo, militares e civis, como Benjamin Constant e Campos Sales; políticos como Aristides Lobo, militares como o visconde de Pelotas; republicanos históricos e exaltados, como Saldanha Marinho, Silva Jardim, Sampaio Ferraz, Aníbal Falcão; escritores e professores

29 Cf o trabalho de Elisa Pereira Reis intitulado “Opressão Burocrática: o ponto de vista do cidadão” (1990). Disponível em: bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/.../1445.

como Júlio Ribeiro e Ernesto Carneiro Ribeiro; parentes, como a tia Luíza Adelaide e o primo Antônio Jacobina; amigos, colegas de faculdade, correligionários; desconhecidos. Seis mulheres fazem parte da lista de pidões, inclusive dona Marianinha, mulher de Deodoro. O marechal Floriano Peixoto, que entrou para a história com a imagem de austeridade, fez tantos pedidos (20 cartas) que, ao agradecer uma nomeação confessa: “são muitos os meus pedidos por isso não me recordo ter intercedido a favor desse Dr.” (Rio, 25/8/1890). Barata Ribeiro, prefeito republicano do Rio de Janeiro, pediu a nomeação do irmão Atanagildo como governador de Goiás e não se esqueceu também do futuro genro. O ex-professor de Rui, Ernesto Carneiro Ribeiro, pediu para si um cargo na Faculdade de Medicina da Bahia, e quis também emprego para um irmão. O romancista Júlio Ribeiro, tísico, pediu um consulado na Europa a fim de poder tratar da saúde. (idem, idem)

Para Martins (1999, p.20), “a política do favor expressa-se como base e fundamento do Estado brasileiro, não permitindo assim a compreensão e a distinção entre o público e o privado”. As consequências dessa cultura também recebem um direcionamento de análise de Martins (1999) no momento em que esse autor relaciona o modelo no qual, desde os tempos da Coroa portuguesa, ocorria a concessão de vastas áreas territoriais. Essa atribuição era realizada como forma de pagamento aos serviços prestados pela vassalagem através de benefícios garantidos por uma relação familiar de fidelidade à Coroa, não sendo, como ainda adverte Martins,

um direito, mas uma retribuição. As reações entre o vassalo e o rei ocorriam como troca de favor. A lealdade política recebe como compensação retribuições materiais, ...honorarias, como títulos e privilégios que, no fim, resultavam em poder político e, consequentemente, em poder econômico. (ibidem, 23)

Isso naturaliza a tradição do favor como “mecanismos legítimos na sociedade brasileira” (ibidem, p.35), conforme MARTINS (1999), corrente “não só entre ricos e pobres, em princípio compreendido pela ética católica”, mas o favor tornando-se uma

obrigação moral entre pessoas que não mantêm entre si vínculos contratuais ou, se os mantêm, são eles subsumidos pelos deveres envolvidos em relacionamentos que se baseiam antes de tudo na reciprocidade (idem, p.35)

Como aponta Martins (1997), “após a independência, essa herança colonial ininterrupta fez surgir um conglomerado de estruturas oligárquicas de poder espalhadas pelo país” (1997, p.15). Nesse processo, como nos adianta Mercadante (1965),

os homens públicos, toda uma elite formada nos centros universitários do continente europeu, trouxeram para o nosso meio conceitos teóricos, fórmulas jurídicas, instituições administrativas e com tal espólio arquitetaram um edifício de govêrno artificial e burocrático (idem, pp.94-95)

Com isso, ocorre o transplante de instituições ao País através de “doutos parlamentares e criteriosos administradores” que “bordavam, sôbre a realidade de nossa vida, uma teia de discussões abstratas ou retóricas; digladiavam-se em tórno de fórmulas constitucionais, francesas ou inglesas”, demonstrando-se uma possível relação subalterna do País diante das relações político-econômicas atreladas aos interesses de mercado oriundos do velho continente. É quando Mercadante anuncia o Brasil como “um filho adotivo da cultura européia”, submetendo-se à “influência do mercado externo e ao espírito metropolitano da colonização” (idem, p.100).

Mercadante (1965) introduz uma interpretação de como se encontrava a distribuição político-populacional no Brasil na sua condição de independência, destacando inclusive as relações de produção perdurantes naquele contexto social do final do século XIX. Para esse autor, "O Brasil político era algumas centenas de famílias dispersas pelos extensos latifúndios e que constituíam a única realidade política do país" (idem, p.105). Essa visualização que Mercadante traz, possibilita ver como estava se estabelecendo a "família brasileira" que dominava extensas dimensões de terra, assegurando a edificação de uma realidade que perpassaria eras posteriores. Para Mercadante (idem, pp.105-106), a sociedade presente no momento histórico ora demarcado expressava-se por

uma sociedade de proprietários, em geral rudes...
Senhores de escravos nos domínios e comerciantes de
produtos de exportação. Entre essa gente próspera das
fazendas e a massa dos escravos, mestiços e cafusos,
vegetava com ínfimos salários nos centros urbanos uma
parcela reduzida de homens livres. (idem, pp.105b-106)

Esses homens livres referenciados por esse autor "dispunham de modos de pensar correspondentes a estratos sociais inferiores, sem validade pública" (ibidem, p.106b). Não compunham a parcela dos grupos sociais responsáveis por elaborar um entendimento de mundo a serviço da classe de senhores.

Martins (1999) acentua que tanto com a Independência quanto com a República ocorreu a "preservação de um certo absolutismo, que o exército representa; uma certa verticalização do poder, com base, porém, no poder paralelo e local das oligarquias, dos potentados". Desse modo, "as oligarquias asseguram a estabilidade do poder" (idem, p.28). Para Mercadante, "emancipação sem qualquer mudança nas relações internas produtivas", com isso havendo "uma conciliação, também institucionalmente, entre um liberalismo nas relações externas de produção e uma economia escravista nas relações internas de produção. (1965, pp.74-89)

Como assinala Carvalho (2009), às vésperas de se findar o primeiro mês após a Proclamação da República, surge desde já uma preocupação por parte dessa legião em construir e oficializar uma narrativa acerca desse momento, haja vista que “estavam em jogo a definição dos papéis dos vários atores, os títulos de propriedade que cada um julgava ter sobre o novo regime, a própria natureza do regime.” A batalha estava se redefinindo a partir do “estabelecimento do mito da origem.” (idem, p.35)

As disputas pelos papéis de destaque no momento da Proclamação motivam Carvalho (1999) a analisar as “Proclamações”, impulsionado pelos partidários de personagens como Deodoro (“República Militar”), Benjamin Constant (“República Sociocrática”), Quintino Bocaiúva (República Liberal”), Floriano Peixoto. Deixa claro esse autor que “não há inocência na briga pela delimitação do papel de cada uma dessas personagens. Por trás da luta, há disputa de poder e há visões distintas sobre a natureza da República” (idem, pp.36-54).

Um aspecto que ainda merece destaque nesse período da Independência e da Proclamação e formação republicana no Brasil: a presença do “povo” nesse percurso. Mercadante (1965) e Carvalho (2009) emergem diretamente esse estudo. Mercadante (idem, pp.69-70) chama a atenção para o fato de que o “novo estado americano, que se formava sobre as ruínas da monarquia portuguesa” foi operacionalizado com “a ausência de participação popular”, indicando que “o povo fôra advertido, mesmo antes do glorioso sucesso, ...de que a sua atuação nos acontecimentos importantes sempre poderia proporcionar um doloroso saldo de tragédia”. MERCADANTE continua a análise da presença do povo, ao interpretar estudos de Oliveira Viana³⁰, no que se refere “às origens de nossas instituições políticas”, advertindo “que nos domínios brasileiros nada havia que desse ao povo força política perante os senhores rurais.

30 Oliveira Viana, Instituições Políticas Brasileiras, vol. I, p.350. (Cf. Mercadante, 1965)

Estavam os moradores à mercê do proprietário da terra, único poder absoluto e soberano.” Com isso,

o povo não tinha que recorrer contra a autoridade onipotente; desarmado, não dispunha nem de independência de ação e do pensamento, nem do conhecimento prático de qualquer instituição democrática. Carecia de consciência jurídica, decorrente de costumes e tradições, pra determinar o comportamento dos homens na vida pública (ibidem, p.93).

Carvalho (2009) adentra numa seara que Mercadante (1965) não se propôs, a partir de estudos referentes à presença do povo no ritual da Proclamação da República e seu curso sob aspectos de gênero. Conforme Carvalho (idem, p.92), “se o povo masculino esteve ausente da proclamação, que dizer do povo feminino?” (idem, idem). Como bem assinala Carvalho (ibidem, .p92b), no final do século XIX, no Brasil,

havia uma elite política de homens, que eram chamados públicos. A mulher, se pública, era prostituta. Mesmo na fase jacobina da República, durante o governo de Floriano, a participação era exclusivamente masculina. Não só as mulheres não participavam, como não era considerado próprio que elas participassem. Política era coisa de homem (ibidem, p.92c)

Entretanto, como trata Carvalho (2009), um dos principais elementos que compuseram o “imaginário republicano francês foi o uso da alegoria feminina para representar a República”, quando, num processo de criação de novos símbolos, ideias, ideais, surge como alicerce de convergência a imagem feminina, inspirada na tradição romana, em que “a mulher já era símbolo de liberdade”. O que, respeitando-se as devidas proporções, transplantou-se para o Brasil através de simpatizantes

dos princípios republicanos que ilustravam por meio de caricaturas a representação feminina na imprensa periódica antes mesmo da própria Proclamação. (idem, p.75-79)

Essa constatação de Carvalho (idem) poderia também trazer importantes contribuições na compreensão do modelo no qual se estruturava o próprio Conselho Universitário da UR, no sentido de que o mesmo provavelmente não pudesse ser categoricamente configurado como um espaço legitimamente republicano, uma vez que se tratava de um ambiente onde a presença, o controle e a imponência masculina prevaleciam.

Ao retomar a cultura política sob a análise das relações propiciadas por Rui Barbosa, no trâmite do Império à República, Carvalho (2000) assegura que “houve perfeita continuidade entre o antigo e o novo regime no que se refere à abrangência da prática clientelista que “pode ser vista como troca entre partes desiguais envolvendo bens públicos” cuja “troca desigual no campo político era uma extensão de trocas desiguais no campo social” (idem, p.22). Para Martins (1999, p.20), “qualquer tentativa de interpretar a dinâmica do processo político brasileiro, e seus episódios singulares, passa pelo reconhecimento de que as mudanças só ganham sentido nas crises e descontinuidades do clientelismo.

Para Martins (1999), com o advento da Proclamação da República, o Estado brasileiro assume uma aparência de modernização de sua estrutura política. Contudo, o que ainda se torna predominante é a associação entre a dominação patrimonial e o poder político, cujas “oligarquias políticas colocaram a seu serviço, [sobretudo], as instituições da moderna dominação política, submetendo a seu controle todo o aparelho de Estado.” Além de que

as oligarquias que se opunham à centralização política em defesa do seu poder local tenderam a organizar-se num partido liberal. Liberalismo, porém, permeado por relações de trabalho escravistas e que tinha como base grandes proprietários de terra” (idem, pp.20-105)

Dentro dessa lógica de dominação patrimonial (Martins, 1999) em que transcorrem as relações políticas, inclusive, a partir da Proclamação da República, Martins (2002) considera nesse caráter de sociedade a expressão de “traços hierárquicos.” É quando, nesse caso, “o autoritarismo pode surgir por razões diversas que sempre obedecem a um processo vertical, de cima para baixo, através de práticas de cooptação e de vinculação afetivas e políticas.” (idem, pp.78-79)

Raymundo Faoro (2001) chama-nos a atenção para o “caráter” do personalismo do presidente diante dos deputados na cultura política brasileira por meio dos fundamentos da Política durante a República Velha. Conforme esse autor,

os deputados e senadores, representantes dos governadores, são, por via reflexa, agentes do presidente, fiéis no voto e calados na censura. Apesar de frágeis os condutos intermediadores, precárias as defesas autonomistas, sobrava um campo instável para negociar o prestígio. O reconhecimento dos representantes do povo no cenário federal seria um dos pontos onde assentaria a fluida liderança dos chefes. (FAORO, 2001, p.683)

Essa cultura autoritária é tratada por Martins (2002) como “um conjunto secular de representações, crenças, valores e normas que impregnou, historicamente, por dentro e molecularmente, as instituições públicas e privadas no Brasil”, estabelecida através de “um campo de forças que fornece a centralidade simbólica e inspira tradicionalmente a organização das instituições do poder e da política no Brasil” e, desse modo, “constitui um significante das instituições brasileiras”; e, para se obter uma “compreensão da historicidade da cultura autoritária no Brasil, depende de como situamos as significações simbólicas e históricas do pacto fundador da cultura nacional”. (idem, pp.65-86)

Para José Murilo de Carvalho (1997), o coronelismo nas relações de poder instituídas diretamente entre o poder central nacional e as

representações da oligarquia locais, como em grande medida aponta Faoro (2001), fundada na legitimação e no reconhecimento do domínio por parte do governo, e na perpetuação das políticas implantadas pelos coronéis resultava em barganha na distribuição de cargos públicos e benesses perante os desafetos políticos locais. No entanto, segundo CARVALHO (1997), “essa prática [clássica] morreu simbolicamente quando se deu a prisão dos grandes coronéis baianos, em 1930. [E] foi definitivamente enterrado em 1937, em seguida à implantação do Estado Novo”. – grifos nossos. Entretanto, Martins (1999) chama-nos a atenção ao apontar que

a revolução de 1930 pôs no poder uma aliança de militares e oligarquias regionais marginalizadas pelo sistema oligárquico, aliança de inspiração centralizadora, desenvolvimentista e, em princípio, antioligárquica.” (idem, p. 71).

SÁ (1974) traz à tona discussões que envolvem estratégias utilizadas pelos coronéis para se perpetuarem no comando, no domínio das relações de trabalho, nos envolvimento eleitorais entre “patrão” e “empregado”, mesmo diante do processo de industrialização das áreas rurais e o direcionamento de considerável fração do poder agora concentrado nos centros urbanos.

Conforme Sá (1974, p. 110-112), a prática do coronelismo, assegurada no controle econômico da região, mantém-se essencialmente pela dependência do trabalhador da área rural. Os benefícios obtidos por essa relação de dívida favorecem o acúmulo da concentração de terras e capital por parte dos grupos ou famílias dominantes da região, os quais têm no coronel a figura ‘tradicional’ de sua representação diante das relações diretas entre, por exemplo, municípios e União. Um aspecto também analisado por Maria Auxiliadora Ferraz de Sá (1974, p.113-116) está em que a “modificação e a redefinição da relação patrão-cliente [que] se faria também por ocasião das eleições, quando se procura utilizar de uma maior

aproximação e suposta identificação do patrão com o cliente, fato nem sempre necessário no sistema antigo”.

Isso, em certa medida, caracteriza o uso dos não proprietários de terra, agora com interesses falsamente coexistentes, associados pelos coronéis para o fortalecimento do poder exercido pelo respectivo “líder” regional, ampliando assim consideravelmente seu prestígio ora assegurado por representantes do parlamento estadual e ‘ilimitado’ através das conexões diretas no plano central da política nacional.

Para Carvalho (2009), o período da introdução republicana foi um tempo de batalhas pela criação do próprio imaginário de República, com a instauração de alegorias, mitos, rituais e heróis que integraram o corpus simbólico e manipulador advindo do período de transição de um modelo de governo. A aparente polarização da estruturação política da República concentrou-se em grande medida entre as liberdades proporcionadas a partir da instauração da República sobre os pilares da participação coletiva no governo, da liberdade de decidir em praça pública. E a liberdade se exercendo através do caráter representativo de governo, sob forte influência das justificativas positivistas atreladas a comportamentos e perspectivas perdidos “nas estruturas comunitárias que os absorvem totalmente” (Carvalho, 2009, p.22)

Esse debate que envolve a importação de ideologias que se lançam como expressão real da modernização com fortes influências dos movimentos republicanos ocorridos na França ou nos Estados Unidos, sem, muitas vezes, considerar particularidades regionais. Modernização esta que também não garante mudanças seja nos hábitos e nas práticas de governo, seja no modo de produção econômica, como chama a atenção EINSEMBERG (1977) ao tratar, por exemplo, da indústria açucareira no Estado de Pernambuco, entre os anos de 1840 e 1910, ou, ainda, na correlação entre poder instituído e população.

A introdução do País no século XX, para OLIVEIRA (1990), por sua vez, nas primeiras décadas da República, resulta numa série de estudos nos quais eram diagnosticadas as razões do “atraso” brasileiro, contagiados

pela efervescência das variadas tendências da vida político-cultural e pela predominância de propostas de renovação, sobretudo, nas artes. O cunho de mobilização político-artística denominado de modernista da cultura nacional, em seu primeiro momento,

pretendia incorporar o país à ordem urbana e industrial, ao mundo da racionalidade. Ser moderno era identificado como ser civilizado, cosmopolita, ou seja, estar atualizado com o mundo. O grande pólo urbano é visto como pólo e cultura, como região privilegiada do encontro e fermentação de novas idéias. É na segunda fase...que aparece de forma explícita a idéia de que ser moderno é ser brasileiro, assumindo-se de um modo singular de realização dos valores nacionais. (idem, p.175b-183)

Ao fazer referências ao pensamento de Chau³¹ (1980, p.07), Martins (2002) adverte que

não se pode compreender o autoritarismo das elites brasileiras apenas analisando o Estado e suas instituições. Devem-se compreender as representações que cercam o poder e a noção de autoridade (idem, p.74)

Essa relação patriarcal ilustrada acima demonstra a defesa de estratégias de poder de relação simbólica através de “um pacto fundador presente nas estruturas das principais instituições nacionais – a família, a Igreja, o Estado, a organização” (Martins, 2002, p. 84). Como exemplo, a associação entre o próprio Vargas e a Igreja, após uma disputa ferrenha entre esta instituição e o novo Regime com o advindo da República, pela

31 CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Moderna, 1980.

representação de nação”, culminando, já durante o governo Vargas, “num pacto entre Igreja e Estado, mediante o reconhecimento do catolicismo como religião da maioria da nação brasileira”. Nesse mesmo período, “Nossa Senhora da Aparecida” é declarada rainha e padroeira do Brasil, o que, para Carvalho (2009), representou “não só uma derrota republicana, mas ainda uma derrota do cívico perante o religioso” (idem, p.94); Martins (1999, p.119).

O questionamento acerca desse sentido de modernização, de desenvolvimento atribuído por Schwartzman (1982), por exemplo, nos primórdios dos anos de 1930, com Getúlio Vargas, é tratado por MARTINS (1999) ao analisar as confrontações entre desenvolvimento e crescimento, além da dimensão econômica que, para o autor, prevalece a outras dimensões da vida social nessa análise. Martins (idem) afirma que “a Revolução de 30, nos seus primeiros meses, apenas iniciou uma guerra contra os potentados locais, especialmente no Nordeste, abandonando-a em seguida”, substituindo velhos chefes políticos regionais por militares. Com isso, “as oligarquias mantinham suas relações de clientelismo e, sobretudo, sua dominação tradicional em relação à clientela, o povo”, contudo, dessa vez, satisfazendo “aos novos donos do poder, os militares e burocratas do Estado centralizado”, resultando num sistema político em “que o coronelismo sempre se baseou”. (idem, pp.31-32), estabelecendo, assim, com os coronéis, “uma espécie de pacto político tácito”. Desse modo,

o governo não interferiu diretamente nem decisivamente nas relações de trabalho rural, não as regulamentou, indiferente ao seu atraso histórico, embora, ao mesmo tempo, regulamentasse e melhorasse substancialmente as condições de vida dos trabalhadores urbanos. (ibidem, pp.31-32)

Dessa forma, ocorre então a perpetuação “de uma enorme força eleitoral conservadora, que se tornou o fiel da balança da política brasileira”, nutrida pelo clientelismo político. (Martins, ibidem, p. 32)

Mesmo com o forte atrelamento de Vargas ao aparato do poder local através dos coronéis, e a manutenção de uma razão clientelista como fomento das práticas políticas, Mercadante (1965) chama a atenção de que, em 1937, ocorre o segundo rompimento do Estado com os compromissos firmados desde o tempo colonial. Para esse autor, “é fulminado o liberalismo, cuja crítica o próprio Vargas faria em termos de um estado forte, mas que nascia para impor uma nova transação de paz entre as classes, entre patrões e empregados, justiça e leis sociais”. Entretanto, não ocorrendo “ruptura com o formalismo jurídico, se manteve, da mesma forma, a estrutura do direito privado anterior” (Mercadante, *idem*, pp.10-11)

Esse período, mencionado há pouco por Mercadante (*idem*), para Martins (1997), deve ser também encarado como um momento em que a “modernização das estruturas do governo federal e a profissionalização dos quadros da administração pública tornaram-se questões importantes”, embora fundadas numa centralização das tendências oriundas da Revolução de 1930” (Martins, 1997, p.16), constituindo uma reforma do Estado. No entanto, como adverte o próprio Luciano Martins (1997), os projetos políticos impostos no país no período entre a primeira era

Vargas e a democratização do Brasil, em 1945, não ajudaram muito a modernizar a administração pública como um todo. Se, de um lado, foram estabelecidos procedimentos mais transparentes para tornar a administração pública responsável perante o Congresso, de outro lado, esse mesmo instrumento foi usado pelos partidos políticos para ampliar suas práticas clientelistas profundamente enraizadas. (*idem*, 1997, p.17)

Conforme Martins (1999), do ano de 1946 ao ano de 1964, o PSD, partido criado por Vargas (Vianna, 1996, p.08 e Martins[*idem*, p.71]), “claramente representante dos interesses oligárquicos do interior e das regiões mais atrasadas do País, decidiu os rumos do poder” durante todo o respectivo período histórico. Partido este “fortemente identificado

com o clientelismo rural, o chamado “coronelismo”, e as oligarquias (ibidem, p.49-71b – grifo do autor). Assim como o PSD, Vargas promove a criação do PTB, legenda “de orientação populista e urbana, que colhia os votos das massas operárias e urbanas incorporadas ao processo político sob inspiração de Vargas e de sua política trabalhista” (ibidem, p.72). Atuando sob o vértice rural e urbano, Vargas mantinha sob sua égide os pactos políticos, em que, por um lado, viabiliza a regulação da questão trabalhista nas cidades e, por outro, permite na área rural relações “fortemente baseadas em critérios de dependência pessoal e de verdadeira servidão”, a partir do compromisso firmado, de modo que, “os proprietários não dirigem o poder, mas não são por ele contrariados” (ibidem, p.72b), Assim,

a transição política do autoritarismo à democracia reabre, em condições novas, a agenda da revolução passiva: em primeiro lugar, porque as elites políticas do territorialismo foram afastadas do controle do Estado, tendo sido sucedidas por uma coalizão de forças cada vez mais orientada por valores de mercado e pelo projeto de “normalização” da ordem burguesa no país, o que implicaria, além de uma ruptura com o passado — “o fim da era Vargas” — a subordinação de todas as dimensões do social a uma racionalidade derivada das exigências de modernização capitalista; em segundo, porque o seu “fermento” não está mais no liberalismo, nem na questão social, como no momento da incorporação dos trabalhadores ao mundo dos direitos sociais sob a ação tutelar e organizadora do Estado. (Vianna, 1996, p.12)

O período posterior a Vargas encontra na persona de Juscelino Kubitschek a manutenção da política do clientelismo, assegurando assim “apoio político para o seu projeto de desenvolvimento econômico e de modernização da sociedade brasileira, acreditando que “as elites regionais

e oligárquicas, beneficiárias do atraso por ele responsáveis, legitimariam seu projeto modernizador” ” (Martins, 1999, p.59).O governo Juscelino³² (1956-1961), tinha forte caráter nacional-desenvolvimentista; e, ao analisá-lo, Mercadante (idem, p.11) avalia que esse governo “intensificaria o desenvolvimento fundado no esquema dos favores de câmbio. Era a forma brasileira de fortalecer a burguesia industrial e conduzir o país da etapa do desenvolvimento natural para uma política desenvolvimentista.”

A exacerbação do nacionalismo percebida durante o governo JK pode ser mais bem compreendida a partir dos estudos de Oliveira (1990). Para a autora, com esse nacionalismo característico, nesse caso, no governo JK, “a nação passa a ser colocada como o valor mais alto na escala de símbolos político-culturais, conseguindo integrar diferentes tradições, religiões, etnias e classes” (Oliveira, idem, p.30), constituindo-se, então, esta a nação para e do desenvolvimento. Nação que, como aponta Siqueira (2000),

está intimamente associada a alguns imaginários fiadores deste sentimento nacional. Em 1822, quando Pedro I foi sagrado imperador do Brasil, a pessoa do imperador incorporava em sua áurea um sonho imperial reservado aos grandes impérios da antiguidade. Com o Brasil descolonizado, havia um fascínio pela imensidão do seu território, pela unidade da língua, projetando um ideal de grandeza que sempre povoou as mentes e os corações. (idem, p.01).

Essa unidade ponderada por Oliveira (1990) e Siqueira (2000) pode ser interpretada, através dos exames de Martins (1999), como relação de princípios patrimoniais. Correntes, desde a era da Colônia, caracterizadas também como unidades familiar e política (idem, p.25). Unidade esta, proporcionalmente, também presente, de forma típica, nas sucessões

32 Conforme VIANNA, (1996, p.08) Juscelino Kubitschek fora eleito presidente da República devido à coalizão PSD-PTB (ambos criados por Vargas).

governamentais, seja sob o aspecto da moralidade, como característica presente no período Jânio Quadros, ou ainda unidade para a implantação das Reformas de Base anunciadas por João Goulart.

Entretanto, conforme Martins (1999), a “sacralidade dos valores da tradição” produziu o mote para a instauração do golpe civil-militar, em 1964, no Brasil. Retomar os costumes herdados da formação político-cultural do País tornou-se crucial para “proprietários de terra, apoiados por grupos conservadores do clero e da classe média”, em nome de uma liberdade, “*a liberdade de ser desigual*” (Martins, 1999, p.78 – grifo do autor). É quando a unidade, nesse instante, adquire status de uma cultura política hereditária.

A tradição conservadora no Brasil (Mercadante, 1965) contribuiu para o estabelecimento de uma cultura originada da era colonial. As práticas políticas são fortemente baseadas no favor, no clientelismo (Martins, 1999), no autoritarismo (Martins, 2002), que se expressam como forma naturalizada de se governar no País, tendo como base de apoio representações das oligarquias que se enraízam na estrutura do Estado, moldando-se de acordo com a tendência de poder proposta pela liderança política nacional. Essa característica de possibilitar a governança através de alianças do atraso (idem, 1999) preserva um sentimento arcaico de sociedade, renunciando, inclusive, princípios republicanos (Carvalho, 2009).

Dessa maneira, as análises aqui desenvolvidas pretendem proporcionar o debate para pensar também esse Brasil República, suas confrontações, suas conciliações que contornam e penetram institucionalmente na cultura política e no imaginário social que constroem esse País, através do instituído e do instituinte, considerando, sobretudo, a associação com a consolidação de uma universidade pública, como também o reconhecimento de seus limites.

Posto tudo isso, as significações sociais que orientam e fazem, preponderantemente, a prática política, buscaremos nesse momento tratar da maneira como essas significações se revelaram e se institucionalizaram nos cenários político, social e educacional entre os tempos de 1930 e 1964, no Estado de Pernambuco.

Contexto político, social e educacional de 1930 a 1964

3.1 Cenário sociopolítico: Retratos de um Pernambuco

Esta seção vai mostrar vários momentos políticos em Pernambuco e a participação direta ou indireta dos docentes da UR nos rumos políticos pernambucano e brasileiro. Agamenon Magalhães foi o interventor de Pernambuco no Estado Novo e ministro de Estado – foi professor da Faculdade de Direito, mas não seguiu a vida docente, pois seu tempo foi dedicado à política. O prefeito Pelópidas Silveira e vários secretários de Educação, nas décadas de 40 a 60, saíram dos quadros desta Universidade. O deputado Antônio Neves era genro de João Alfredo – foi acionado para que João Alfredo fosse indicado reitor (cf. entrevista com Jonio Lemos, SANTOS, 2012). Gilberto Osório foi várias vezes deputado federal e estadual representando as oligarquias locais. Se retornarmos ao período anterior a João Alfredo, Joaquim Amazonas foi senador estadual por vários anos e, também, presidente administrativo do período de Agamenon Magalhães. A vida pública e política de seus dirigentes principais, pois todos eram catedráticos, não pode ser dissociada da instituição e vice-versa – apesar de todos os entrevistados negarem o envolvimento político no interior da Universidade (Santos, 2012).

Na década de 30 no Estado, no período do interventor Agamenon Magalhães³³, estrutura-se “uma campanha de “combate” ao mocambo no Recife” (Cavalcanti, 1978, p.318). Entretanto, “inicialmente estimado em quarenta mil, no fim do governo de Agamenon o número de mocambos elevou-se a cem mil, o que provava a inocuidade das medidas de guerra à choupana usada pelo povo, em suas precárias condições de existência” (idem, idem – grifos do autor). Como consequência dessa política de urbanização imposta pelo símbolo da representação varguista no Estado, as “vilas populares” que ordenou construir,

a das lavadeiras, a dos motoristas, a dos contínuos, a dos serventes, transformaram-se, com o tempo, em redutos residenciais da classe média pela impossibilidade de seus primitivos adquirentes cumprirem

33 Professor da Faculdade de Direito do Recife – ministrou aulas, apenas, durante um ano. “Em 1918 iniciou sua carreira política como deputado estadual, eleito na legenda do Partido Republicano Democrata (PRD), liderado pelo então governador Manuel Borba (1915-1919). Tornou-se também redator dos jornais *A Ordem* e *A Província*, de Recife. Em 1922 reelegeu-se para a Assembléia pernambucana e apoiou a candidatura oposicionista do Nilo Peçanha à presidência da República, lançada pela Reação Republicana. Em 1929-30, junto com o PRD e em oposição ao governador pernambucano Estácio Coimbra, apoiou a candidatura presidencial de Getúlio Vargas, lançada pela Aliança Liberal. Com a derrota da Aliança, participou ativamente em Recife do movimento que depôs o presidente Washington Luís e levou Vargas ao poder. Em janeiro de 1937, passou a acumular com o Ministério do Trabalho, interinamente, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, onde permaneceu até o mês de junho. Deixou o Ministério do Trabalho para tornar-se interventor federal no estado de Pernambuco, em substituição ao governador Carlos de Lima Cavalcanti, seu antigo aliado, a quem acusara de conivência com o levante comunista deflagrado em novembro de 1935 em Recife por membros da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Deixou o governo de Pernambuco em março de 1945, quando foi reconduzido por Vargas ao Ministério da Justiça. Nas eleições realizadas em dezembro de 1945, após a deposição de Getúlio, elegeu-se deputado por Pernambuco à Assembléia Nacional Constituinte. Em outubro de 1950, elegeu-se governador de Pernambuco. Morreu em Recife, em 1952, no exercício do governo estadual.” Fonte: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/agamenon_magalhaes. Acesso em 12 de setembro de 2011.

obrigações contratuais quanto à amortização do preço do imóvel” (Cavalcanti, 1978, p.318)

Abaixo, observa-se registro fotográfico realizado na década quando do episódio da Revolução, na década de 30, na qual fora deposto o governador do Estado, Lima Cavalcanti:



Ilustração 1. As ruas do Recife, como a da Soledade, foram palco de batalhas na Revolução de 30.

FONTE: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/seccultura/fccr/historia/cap8/cap8-img3.html>. Acesso em 16 de set. de 2011.

O período pós-Estado Novo possibilita uma reorganização de Associações classistas, como, por exemplo, as de tradicionais setores: portuários, ferroviários, trabalhadores da indústria alimentícia e têxtil, influenciados, em muitos casos, pelas intervenções e direções impetradas pelo Partido Comunista Brasileiro – PCB. Já nas eleições presidenciais, em 1945, o PCB, defendendo a candidatura do engenheiro Iedo Fiúza, conquista 40% dos votos válidos na cidade do Recife e nas regiões no do entorno, elevando-se para 62,88% nos bairros de predominância operária, enquanto o candidato da UDN, brigadeiro Eduardo Gomes, obtém 33%, seguido do General Dutra, com 26% dos sufrágios. Considerando o

resultado³⁴ nas urnas, principalmente, na região do Grande Recife, o PCB constrói e reforça sua plataforma eleitoral fundada na defesa de uma “Assembléia Constituinte, pela imediata extensão dos direitos sociais dos trabalhadores agrícolas, pela entrega das terras aos agricultores junto aos grandes centros de consumo, imediata democratização do ensino, etc”. (SOARES, 1982, p.33)

Em 1947, através de uma estrutura eleitoral baseada na “defesa e melhoria da agricultura, industrialização, diversificação da produção agrícola...”, o candidato da chamada Frente Popular nas eleições para o governo do Estado, Pelópidas Silveira (PC-ED), obtém 56,74% dos votos, Barbosa Lima Sobrinho³⁵ (PSD), 15,60%, Neto Campêlo Junior³⁶ (UDN-PL-PDC), 27,37%, e Eurico de Souza Leão (PR), 0,29%. O que não significa necessariamente que o resultado desse pleito poderia se configurar como consciência de classe dos trabalhadores, até porque o programa eleitoral do PCB, por exemplo, conforme Soares, não apresentava um caráter de definição classista ou de plano socialista, aspecto que pode se tornar eminente no momento em que, durante entrevista, um operário afirma que os mesmos “...não entendiam muito bem, mas confiavam no que os companheiros falavam”. (idem,

34 Conforme SOARES (idem, p.34), o candidato Iedo Fiúza (PCB) obteve na região do Sertão pernambucano 0,14% dos votos, enquanto Eduardo (UDN) e Eurico Dutra (PSD) receberam, respectivamente, 41,53% e 58,33%.

35 Foi presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, de 1938 a 1945, quando tomou posse da cadeira de deputado federal por Pernambuco, na Assembléia Constituinte de 1946. Na Câmara dos Deputados, em 1946, foi membro da Comissão de Finanças e designado relator do orçamento do Ministério da Guerra. Renunciou à cadeira de deputado em 1948, para assumir, a 14 de fevereiro do mesmo ano, o cargo de governador do Estado de Pernambuco, exercendo o mandato até 31 de janeiro de 1951. Fonte: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=338&sid=121>. Acesso em 12 de setembro de 2011.

36 Barbosa Lima foi eleito em janeiro de 1947 - num pleito disputado palmo a palmo com (UDN-PDC-PL) - com uma diferença de, aproximadamente, 600 votos. Perdeu na Capital, mas ganhou na contagem geral, após contestações dos adversários que até recorreram à Justiça Eleitoral para tentar modificar o resultado da eleição. <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/parlamentares/JoaoCleofas/05.html>. Acesso em 12 de setembro de 2011.

p.37) Para Cavalcanti (1978), nesse mesmo ano, Pelópidas foi resultado da união eleitoral entre o Partido Comunista e o Partido Socialista, possibilitando o ressurgimento de tendências da esquerda política do Recife, após o “Estado Novo”, com outras roupagens, mas com o mesmo sentido popular”, sendo eleito, nessa ocasião, Barbosa Lima Sobrinho, devido à porcentagem de votos no Estado em geral. (idem, p.252 – grifo do autor)

A partir de 1954, com a caracterização do período nacional-desenvolvimentista no País, ocorre a predominância do domínio político e econômico dos setores industriais ante os agroexportadores. *Novas* correlações de forças são incrementadas para compor os interesses da expansão do capitalismo industrial, com alianças partidárias sendo efetivadas, como no caso do “PSD e do PTB, com o apoio ideológico dos nacionalistas e comunistas”. (Cavalcanti, 1978, p.264)

Ainda nos anos 50, ocorrem o Congresso Norte e Nordeste em defesa do Petróleo, realizado no Teatro Santa Isabel, e o Congresso de Salvação do Nordeste, no Clube Português, introduzindo (idem, idem) nessa região o caráter desenvolvimentista pela esquerda política e por frações da burguesia regional com o objetivo de confrontar-se com os pilares econômicos ora hegemônicos. Isso gerará a Carta de Salvação do Nordeste, inserindo a região na “expressão de transição entre a concepção desenvolvimentista-industrialista dominante nos anos 50 e os ideários nacionalista-reformistas em destaque no início da década de 60”, constando nessa Carta, entre outros aspectos, a “Proteção à indústria nacional; o reconhecimento das comissões intersindicais, do direito de greve e da Confederação dos trabalhadores do Brasil; a Reforma Agrária”, atendendo, assim, através desse documento final, impulsos às reformas sociais, assim como as preocupações provenientes do caráter do desenvolvimento econômico (ibidem, p.40-45).

Com o compromisso de defender todas as resoluções do Congresso de Salvação do Nordeste, de lutar contra a tentativa de golpe de Estado e em defesa da Constituição, integrada ainda à defesa do desenvolvimento industrial diante do quadro político nacional, a chamada Frente do Recife

(PC-PS e PTB) oficializa, em 1955, o candidato Pelópidas Silveira ao cargo de prefeito da cidade do Recife. Com o apoio inclusive da UDN, seguindo esta legenda partidária pretensões eleitorais para o pleito do ano de 1958, Pelópidas (registrado pelo PSB) é eleito com 66,87% dos votos (ibidem, p.47-48).

Para o cargo de vice-prefeito da cidade do Recife, “as forças de esquerda e populares se dividiram entre o deputado Vieira de Menezes (PTB), apoiado pelos comunistas, e Sócrates de Carvalho, lançado pelos socialistas, obtendo vitória o candidato Vieira de Menezes.” Ao definir o candidato da Frente do Recife à prefeitura da cidade homônima, Cavalcanti (1978) trata-o como “um jovem engenheiro civil, filho de renomado professor de humanidades, sem a menor tradição de vida política, sem filiação partidária, apenas voltado para a solução dos problemas urbanos.” No aspecto profissional, estava vinculado ao Instituto Tecnológico de Pernambuco – ITEP. (Idem, pp.252-266).

Com objetivos de derrotar o pessedismo em Pernambuco, em 1957, Alfredo Ramos (PTB), Antônio Figueira³⁷, Barros de Carvalho³⁸ (PTB), Cid

37 Médico e Professor da Universidade do Recife. Opositor declarado do reitor João Alfredo.

38 Ele foi mobilizado para encaminhar o nome do prof. Murilo Guimarães para reitor em contraposição ao candidato indicado pelos militares. (Cf. Santos, 2012) Filiado à União Democrática Nacional (UDN), elegeu-se primeiro suplente de deputado federal em Pernambuco, em 1945. Entre junho e dezembro de 1947, ocupou uma cadeira na Câmara. Elegeu-se deputado federal em outubro de 1950 pela Coligação Democrática Pernambucana, que reunia seu partido, a UDN, o PTB, o PR, o PRP e o PL. Em 1953, já filiado ao PTB, reelegeu-se deputado federal pelo Movimento Popular Autonomista, aliança entre o PTB e o PST. Nas eleições parlamentares de outubro de 1958, elegeu-se senador e, ao mesmo tempo, reelegeu-se deputado federal pelas Oposições Unidas de Pernambuco, optando pelo mandato no Senado. Ministro da Agricultura do presidente Juscelino Kubitschek. Barros de Carvalho defendeu a antecipação do referendo sobre o retorno do presidencialismo, posição que acabou saindo vencedora no Congresso em 1962. O plebiscito foi realizado em janeiro de 1963, determinando o retorno ao sistema presidencialista. Fonte: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/Barros_Carvalho. Acesso em 12 de setembro de 2011.

Sampaio³⁹ (UDN/Classes Produtoras), David Capistrano⁴⁰ (PCB), Francisco Julião⁴¹ (PSB), João Cleofas (UDN), Miguel Arraes (Esquerda Nacionalista), Monteiro de Morais (PSP) e Pelópidas Silveira (PSB) assinam o “Manifesto Oposições Unidas” (SOARES, 1982, p. 68). Apresentando um perfil fortemente “centrado na proposta de industrialização e nos meios de sua viabilização”, posteriormente lançam a Cid Sampaio como candidato dessa Oposição (Cavalcanti, 1986, p.97), que, por sua vez, conforme Cavalcanti (1978), teve seu primeiro “Manifesto ao Povo” redigido na residência do médico Antônio Figueira, com a definição da chapa para a disputa eleitoral definida após reuniões na residência de João Cleofas e, posteriormente, na do próprio Cid Sampaio. Assegura-se para a vice-governança o nome de Pelópidas. (idem, p.273)

39 “Ocupou vários cargos de destaque no estado de Pernambuco. Em 1947, foi presidente da Federação das Indústrias e, em 1952, o primeiro presidente eleito do Centro das Indústrias, criado com a finalidade de realizar estudos econômicos comparativos entre as diferentes regiões brasileiras, assumindo ainda a presidência da Cooperativa dos Usineiros. Foi através da União Democrática Nacional (UDN), partido político ao qual era filiado desde 1947, que ele ingressou na política e por esse partido foi indicado como candidato a governador de Pernambuco.” Fonte: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=562&Itemid=182. Acesso em 14 de setembro de 2011.

40 Participou do Levante de 1935, como sargento da Aeronáutica, sendo expulso das Forças Armadas e condenado, à revelia, pelo Estado Novo, a 19 anos de prisão. Participou da Guerra Civil Espanhola como combatente das Brigadas Internacionais e da Resistência Francesa, durante a ocupação nazista. Em 1945, foi anistiado e, em 1947, eleito deputado estadual em Pernambuco. Entre 1958 e 1964 atuou na política pernambucana e dirigiu os jornais “A Hora” e “Folha do Povo”. Com o golpe militar, entrou na clandestinidade e asilou-se na Checoslováquia, em 1971. Fonte: <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/MDDetalhes.asp?CodMortosDesaparecidos=233>. Acesso em 12 de setembro de 2011.

41 Em 1954, foi o primeiro parlamentar eleito por essa legenda [PSB] no Estado, ao conquistar uma cadeira na Assembléia Legislativa. Em 1958, foi reeleito com expressiva votação para mais um mandato na Assembléia Legislativa de Pernambuco, na legenda do PSB. Em 1959, venceu o processo judicial que garantiu a posse das terras do engenho da Galiléia para seus moradores, baseando-se em uma lei recém-promulgada que determinava a desapropriação da propriedade com pagamento de indenização ao antigo dono. Fonte: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/francisco_juliao. Acesso em 14 de setembro de 2011.

Com a tradição coronelista voltada à concentração do poder político por parte de uma “oligarquia algodoeira-pecuarista, conjuntamente ao poder central, em detrimento da burguesia agroindustrial”, as defesas pretendidas pelas Oposições Unidas, imbuídas na necessidade da modernização regional doravante à avalanche industrial que se inseria no País, entram de imediato em um possível confronto com essa tradição que dominava a estrutura do Estado desde os anos 30 (Soares, 1982, p.70), uma vez que, se contrapondo à chapa da “Oposições Unidas de Pernambuco”, o PSD articula e lança para o pleito sua Chapa com Jarbas Maranhão⁴² – José do Rego Maciel⁴³.” (Cavalcanti, 1978, p.274)

Conforme CAVALCANTI (1986), no ano de 1958 ampliava-se o isolamento do governador Cordeiro de Farias⁴⁴, rebatendo o movimento de popularidade do então prefeito Pelópidas da Silveira que, para Cavalcanti (idem, p. 96), “inaugurava um novo tipo de administração municipal, estimulando a participação política dos diversos segmentos da sociedade e instituindo as audiências semanais no Teatro Santa Isabel.” Esse “novo tipo

42 Senador de 1955 a 1963.

43 Durante o Estado Novo, foi procurador fiscal do Estado de Pernambuco e secretário da Fazenda, no governo do interventor Agamenon Magalhães, de 1937 a 1945. Nomeado prefeito do Recife pelo governador Etelvino Lins, ocupou esse cargo de 1952 a 1955. Foi presidente regional do PSD. Fonte: <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/links/JoseRegoMaciel.html>. Acesso em 23 de março de 2012.

44 Para a indicação do prof. Murilo Guimarães a reitor, logo após o golpe, este foi acionado pelo professor Cyleno Ribeiro, para interceder a Castelo Branco. (Jonio Lemos, in Santos, 2012). Participou das conspirações que precederam a deflagração do levante armado de julho de 1922 contra o governo federal, que deu início ao ciclo de revoltas tenentistas. Em 1954, elegeu-se governador de Pernambuco (coligação com o Partido Social Democrático, o Partido Libertador e o Partido Democrata Cristão), ocupando o cargo entre 1955 e 1958. Em 1961 foi nomeado chefe do Estado-Maior das Forças Armadas pelo presidente Jânio Quadros. Com a renúncia de Jânio, envolveu-se ativamente na conspiração contra o novo presidente, João Goulart. Após a instalação do regime militar em 1964, passou a dirigir o Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, posteriormente Ministério do Interior, função que desempenhou até junho de 1966, quando se retirou da vida pública. Fonte: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/cordeiro_de_farias. Acesso em 05 de agosto de 2011.

de administração” citado por Cavalcanti (1986), é abordado por Cavalcanti (1978) quando analisa “a contribuição das associações de bairros” como elemento que “ampliou a dimensão social do trabalho da Prefeitura”, pois “em cada encontro de moradores e autoridades, estavam presentes o vereador do bairro, fosse qual fosse seu partido, o médico, o padre, a professora, o pastor evangélico”. Dessa forma, “muitas obras de subúrbio se realizaram em regime de mutirão, a prefeitura entrando com instrumentos de trabalho e veículos, o povo, por seu turno, fornecendo mão-de-obra”. (Cavalcanti, 1978, pp.257-258)

Durante o governo de Cordeiro de Farias, a “polícia política desfechou forte ofensiva contra os comunistas, desbaratando muitas de suas organizações, a partir do Comitê Estadual. Quem não foi preso, fugiu ou se ilegalizou” (Cavalcanti, 1978, p.269). Após a decretação do Código Tributário Estadual, em medida de urgência, a impopularidade do governador aludido acresce seguida de paralisações das atividades econômicas e de protestos organizados pelas classes produtoras do Estado. Nesse mesmo ano, “as leis trabalhistas praticamente não tinham aplicação na região” remanescente do período do interventor Agamenon Magalhães. O novo Código Tributário, elaborado pelo secretário da Fazenda, Clélio Lemos, desencadeou ainda a mobilização da “Associação Comercial de Pernambuco, dominada por elementos da União Democrática Nacional, ao lado da “Oposições Unidas”, contra o projeto de novo Código”, ocasionando posteriormente o “rompimento das chamadas classes produtoras com o general Cordeiro de Farias e seu grupo político” (idem, pp.270-271)

A constituição de uma aliança partidária envolvendo membros da Frente do Recife e representantes tradicionais da burguesia industrial expressa em grande medida uma política reproduzida no País dentro de um espírito desenvolvimentista – reformista – nacionalista, considerando as legendas e as tendências que compunham esse movimento. Nesse bojo ‘plurifacetado’ de uma regionalização da política eleitoral, uma vez que a UDN, adversária das tendências desenvolvimentistas nacionais, tornava-se

aliada no âmbito das eleições⁴⁵, em 1958, no Estado, as bandeiras nominais de Cid Sampaio e Pelópidas Silveira são içadas na oficialização de suas candidaturas para os cargos de governador e vice consequentemente. Cid Sampaio estabelece alianças e acordos políticos com coronéis sertanejos do Estado, obtendo apoio de chefes regionais, e, ao mesmo tempo, desaconselhava a vinda de Luiz Carlos Prestes ao Recife, para contribuir na campanha eleitoral, dividindo palanque com o próprio Cid Sampaio, como ocorreu no bairro de Casa Amarela⁴⁶, na capital. Após a vinda de Prestes à capital, chega, para fazer “uso da palavra num grande comício na Avenida Dantas Barreto (centro comercial de Recife), o ainda vice-presidente da República, João Goulart. (Cavalcanti, 1978, pp.274-275)

Essa aliança vingaria até 1962, devido não só a aspectos políticos referentes ao apoio eleitoral no plano nacional, com Cid Sampaio referendando o candidato Jânio Quadros à Presidência enquanto a Frente apoiava o general Teixeira Lott, mas também pela comprovação da incompatibilidade da associação entre representantes da burguesia e da tradição oligárquica com expressões políticas oposicionistas da região e a possibilidade de organização dos trabalhadores contagiados pelos discursos desenvolvimentistas envolvendo membros dessa Frente e que abarcaram um quantitativo considerado de eleitores que se concentravam de maneira mais intensa nas áreas urbanas e rurais – canavieiras influenciadas pelas Ligas Camponesas⁴⁷ e pelo Partido Comunista. (Soares, 1982, p.76-78)

45 O candidato das Oposições Unidas é eleito com 59,68% dos votos, enquanto Jarbas Maranhão (candidato da situação) obtém 40,32% dos votos. No Recife, a porcentagem de eleitores do candidato das Oposições ficou com 79,04% dos votos, enquanto o segundo ficou com 20,96%. No que se refere aos eleitores no interior do Estado, Cid Sampaio ficou com 51,32% dos votos, enquanto Jarbas Maranhão chegou com 48,68%. (Soares, 1982, p.83)

46 Conforme Cavalcanti (1978), durante o comício de Prestes, “Dom Antônio Almeida de Moraes Júnior, arcebispo de Olinda e Recife, mandara repicar os toques de sino da igreja, entretanto não tirou a atenção do bravo eleitorado católico da cidade. (idem, p.276)

47 As Ligas tinham suas origens na luta dos foreiros do Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, na Zona da Mata de Pernambuco. Foi lá que a primeira Liga foi criada, em 1955. Desse pólo inicial, elas rapidamente se expandiram por vários municípios, chegando

Conforme Cavalcanti (1978), já no ano de 1946-47, organizava-se, através do Partido Comunista, a Liga Camponesa da Iputinga, localizada “numa pequena faixa rural-urbana do Recife, visando à construção de um “cinturão verde” em torno da capital.” (idem, p.296 – grifo do autor). O deputado estadual Francisco Julião (PSB) estimula a “criação do Conselho Regional das Ligas Camponesas”, e arregimenta “estudantes e jovens da cidade para disseminar seus núcleos de organização em vários municípios do Estado”, contudo, mantendo “um tipo de assistência meio paternalista” num momento em que “os proprietários de terra afogavam com sangue as reivindicações dos trabalhadores (idem, pp.295-297). Montenegro chama a atenção para o fato de que “grande parte da imprensa, dos políticos e mesmo da sociedade civil alegava que, com a atuação de Francisco Julião à frente das Ligas, essas organizações transformavam-se numa grande ameaça à ordem social e, sobretudo, à “paz agrária” dos latifundiários (2008, p.14 – grifo do autor)

Nos bastidores da política na esfera municipal, “A Frente do Recife” articulava a candidatura para a sucessão a Pelópidas, caracterizado por Cavalcanti (1978) num momento em que, “aos poucos, foi-se desvinculando da aliança com a burguesia”, através de uma “união popular e esquerdista” (idem, p.279). Inicialmente, como aponta Cavalcanti (1978), o nome que surge é o do engenheiro Antônio Bezerra Baltar, professor da UR. Entretanto, esse nome não convergiu politicamente entre “comunistas e socialistas”. Para superar essa crise na Frente, é proposta a candidatura do deputado estadual Miguel Arraes de Alencar, “o qual ocupou o cargo de secretário da Fazenda nos governos Cid Sampaio e Barbosa Lima Sobrinho (1948)” (idem, p.279).

mesmo a estabelecer núcleos em outros estados. Foi no Nordeste, no entanto, que a sua atuação foi mais intensa. A sua projeção nacional, e também a de seu principal líder, Francisco Julião, foi embalada pela visão que se firmou do Nordeste, na década de 50, como região problema, caracterizada por calamidades climáticas como as secas, pela miséria, pela fome, por índices altos de mortalidade e baixos de saúde e educação, constituindo-se, enfim, em uma das representações do atraso. Fonte:

Após a intransigência inicial do governador Cid Sampaio em relação à candidatura de Arraes, justificando-se numa análise de conjuntura nacional, como, por exemplo, a exigência do ainda vice-presidente da República, João Goulart, da candidatura de um “trabalhista”, Cid Sampaio cede ao nome de Arraes após obter a confirmação do apoio das classes produtoras” do Estado. (Cavalcanti, 1978, pp.282-283)

Com a administração do Recife sendo bem avaliada pelos seus pares, apoiado em setores de camadas populares e conquistando a confiança de alicerces da classe média, envolvido em um contexto político nacional com a eleição de João Goulart, o agora prefeito Miguel Arraes torna-se para a Frente expressão considerável para as eleições⁴⁸ de 1962 no Estado. Entre as obras realizadas pela Prefeitura durante essa gestão, estão a “conclusão da Avenida Norte, ligando-a à BR-101, a melhoria das condições de vida da população dos mocambos, a inauguração do transporte de ônibus elétrico, a instituição do décimo terceiro salário” (Cavalcanti, 1978, p.289-290)

Cid Sampaio, sob a liderança da UDN, lança para o pleito para governo do Estado o usineiro João Cleofas, reintroduzindo na disputa para a eleição estadual personagem presente na estrutura de poder do então governo de Getúlio Vargas. A estratégia implantada pela campanha de Miguel Arraes reforçava discursos veementes acerca da participação do povo nas instâncias decisórias na estrutura de controle do Estado, muito embora não deixando de lado aspectos referentes às Reformas de Base, no tocante ao plano nacional, como também a defesa da retomada e do aceleração do desenvolvimento industrial no Estado, atendendo inclusive às bases de apoio durante o pleito simbolizadas por representações políticas ancoradas no PSD, que também lançaria nesse processo eleitoral o candidato Armando Monteiro.

Na trajetória do governo Miguel Arraes, bandeiras como a Reforma Agrária, a implantação da Filosofia Paulo Freire de Educação, a crítica à

48 Resultado eleitoral desse pleito: Miguel Arraes (Frente do Recife+PSD): 47,98% dos votos; João Cleofas (UDN), 45,47%; Armando Monteiro (PSD), 6,65% (Soares, 1982, 107)

ideologia dominante, entre outras defendidas e inflamadas também nacionalmente nos comícios do então presidente João Goulart, o prosseguimento do Movimento de Cultura Popular⁴⁹, a criação do Conselho Estadual de Educação⁵⁰ caminham concomitantemente a medidas de proteção e fortalecimento da economia açucareira, beneficiando, sobretudo, o núcleo de influência eleitoral do PSD, partido que nesse período expressava ampla maioria entre os deputados no Estado, além da presidência da própria Assembleia Legislativa, entre os anos de 1961 e 1962.

Conforme Cavalcanti (1978, p. 305), “a vitória de Arraes resultara de um fenômeno, em nível nacional, de “participação do povo”, como categoria histórica, no processo político da sociedade brasileira do pós-guerra” [grifo nosso], no entanto, o apoio do PSD, através do vice-governador Paulo Guerra⁵¹, exigia por parte do governo benesses aos coronéis do interior

49 Conforme Letícia Barbosa Rameh (2009, p.73), “O MCP surgiu em dois momentos: em meados da década de 1950 – com o apoio do prefeito de Recife Pelópidas Silveira às ações do movimento ainda não institucionalizado – e no limiar da década de 1960 – agora institucionalizado como extensão da Prefeitura de Recife sob a gestão de Miguel Arraes.”

50 Órgão então “criado em 1963 [“Lei Estadual nº 4.591, de 1º de março de 1963, nos termos do artigo 10 da Lei Federal nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 e reformulado pela Lei Estadual nº 11.913 de 27 de dezembro de 2000, em conformidade com o artigo 195 da Constituição do Estado de Pernambuco.” Fonte: http://www.cee.pe.gov.br/index_historico.htm. Acesso em 14 de setembro de 2011.] e surgiu então em meio ao alto índice de analfabetismo e à preparação profissional deficitária do trabalhador nordestino, o que funcionava como entrave para o progresso e o desenvolvimento local e nacional...”, [tendo entre os pioneiros]. Abelardo da Hora; Cristiano Cordeiro; Dulce Campos; Francisco Brennand; Galdino Loreto; Geraldo Costa; Germano Coelho; Irecê Furtado; José Paulo Cavalcanti; Manoel Correia de Andrade; Maria Antônia Amazonas MacDowell; Paulo Rosas; Paulo Menezes; Paulo Freire; Sylvio Rabello (Barbosa, 2009, p. 45) – grifo nosso.

51 Paulo Guerra foi nomeado por Agamenon Magalhães para prefeito das cidades de Orobó (22.8.1938 a 2.5.1940) e de Bezerros (2.5.1940 a 16.7.1941); e o indicou para ocupar a Delegacia Regional do Departamento de Imprensa (DIP) do 2º Distrito do Recife, cargo exercido de 16 de julho até 10 de dezembro de 1942. Ainda em 1942 e até 18 de novembro de 1945, assumiu a direção da Penitenciária Agrícola de Itamaracá. Em 1945, indicado pelo senador Etelvino Lins – na época substituto do interventor de Pernambuco –, tornou-se líder político de Igarassu e foi eleito deputado federal constituinte, também sob a influência do então ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, na legenda do Partido Social

que também estavam atraídos pela aproximação de uma ala do PSD com a Frente para a gestão estadual.

Ao analisar esse panorama político no Estado, Cavalcanti (1978) associa os procedimentos realizados para a composição das eleições entre os anos de 1957 e 58 e as eleições de 1962. Para o autor, “o centro da campanha de Cid Sampaio, foi o grande debate pelo desenvolvimento econômico, pois, em 1962, as campanhas atendiam

discussões sobre as origens internas e externas do subdesenvolvimento, os fatores do colonialismo apontados como entraves à expansão da economia e da cultura nacional, a reforma agrária reivindicada, os trabalhadores surgindo como força atuante... (idem, p.303)

Entre os desafios postos ao governo Miguel Arraes – Paulo Guerra, estava o de “reafirmar a agroindústria no Estado e reverter a crise da pecuária-algodoeira do agreste e do sertão.” Concomitante a essa situação, o Estado apresentava quadros de “endemias rurais, a fome crônica, a verminose, os baixos índices de saúde; a mortalidade infantil; a poluição dos rios; o problema do mocambo e da moradia popular; os fenômenos adversos da “natureza”, a seca no sertão e as cheias na capital e nas cidades vizinhas” (grifo nosso), numa realidade sanitária em que “dos cento e vinte municípios, apenas setenta contavam com médico e dentista.” (Cavalcanti, 1978, p. 306-314)

Os conflitos na área rural emanavam e se acentuavam no Estado no período do governo Arraes. Enquanto trabalhadores rurais e lideranças eram assassinados em suas áreas de atuação, nenhum representante do

Democrático (PSD), para a legislatura de 1946 a 1950. Presidiu aAssembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (1961-1962)”. Fonte:http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=631&Itemid=195. Acesso em 14 de setembro de 2011. Com o Golpe civil-militar, assume o Governo do Estado até 1967.

“baronato feudal” foi vítima de agressão física”. No ano de 1963, “quatro trabalhadores e um camponês foram metralhados pelas costas por capangas a mando do industrial José Lopes de Siqueira Santos, sendo posteriormente todos absolvidos pelo delegado Romildo Leite”. Ainda no mesmo ano, “em També, distrito de Ferreiros, o líder das Ligas Camponesas local, Paulo Roberto Pinto (Jeremias) foi emboscado pelos proprietários do Engenho, José Borba e Pompeu Veloso Borba, com o crânio de Jeremias sendo esmigalhado”. Os proprietários do Engenho foram denunciados pelo promotor público Murilo Barbosa da Silva”, entretanto, com o golpe civil-militar, “o processo foi mandado às favas”, sendo o referido promotor “demitido do cargo, como “subversivo”, pelo Ato Institucional. (idem, p.326-327 – grifos do autor)

O resultado eleitoral para o cargo de prefeito da Cidade do Recife, em 1963, tendo Pelópidas Silveira como prefeito eleito (Frente do Recife) e, como vice, Augusto Lucena⁵² (apoio da UDN e de “outras forças conservadoras” [Cavalcanti, 1978, p.332]), denota uma certa modificação do cenário político na região, com a Frente tendo minimizado consideravelmente seus espaços de influência na capital, mediante estratégias político-econômicas estabelecidas pelo campo partidário de oposição. Para Cavalcanti, isso pode ser exemplificado “na paralisação, por alguns dias, da circulação do transporte coletivo na cidade sob pretexto dos proprietários desses transportes de obterem novas tarifas”. É quando a Prefeitura cede aos interesses desses proprietários e “decreta um aumento de cinquenta centavos nas passagens urbanas” (idem, p.261).

O modelo de desenvolvimento industrial associado em partes às disparidades regionais e fortemente evidenciado no País nos anos 50,

52 “No ano seguinte, assumiu a Prefeitura, quando o golpe militar que depôs o presidente do Brasil João Goulart resultou no afastamento do governador Miguel Arraes e do prefeito Pelópidas Silveira. Neste período, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena). Responsável pela instalação do MOBREAL em Recife.” Fonte: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=346&Itemid=180. Acesso em 13 de junho de 2011.

condicionando alianças partidárias e ideológicas tradicionalmente adversas no Estado, parece não mais suportar os reais interesses já promulgados no ano de 1964, principalmente pelas alas habitualmente conservadoras, uma vez que, mesmo, por um lado, sendo criadas instâncias governamentais de relação com o operário e o camponês, seguidas de uma mais ampla presença dessas categorias em decisões políticas na estrutura do próprio Estado, ocorre também, em grande medida, a constatação de certas evidências do controle desse Estado diante dos passos dessas categorias, haja vista as greves deflagradas entre os anos de 1962 e 1964 e as ocupações de terra realizadas em 1963 (cf. Soares, 1982, anexo), o qual, muitas vezes, por intermédio dos membros do Governo, ocasionava a neutralização desses movimentos mediante, por exemplo, supostos princípios jurídicos de “direito à propriedade” em face dos comprometimentos e limites estabelecidos para a constituição dessa aliança eleitoral.

Com o advento do golpe civil-militar em 31 de março de 1964, a constatação da ruptura entre Frente e representações da tradição oligárquica no Estado, patentes da cúpula militar conservadora, setores da classe média, etc, evidencia-se na introdução do Governo do Estado, agora sob a liderança de Paulo Guerra, e da Prefeitura do Recife, comandada pelo advogado paraibano Augusto da Silva Lucena.

Em 19 de março de 1964, em declaração pública⁵³ intitulada “Manifesto de intelectuais em apoio a Arraes”, centenas de pensadores e profissionais liberais lançaram-se em defesa do governador do Estado. Entre estes, Silvio Rabello, Audálio Dantas, Ascenso Ferreira, Amaro Quintas, Manuel Correia de Andrade, Edmir Rodrigues, Renato Carneiro Campos, Vanildo Bezerra Cavalcanti, etc. Entre alguns aspectos presentes nesse Manifesto, está a ratificação da confiança direcionada ao Governo do Estado “no tocante à política de justiça social, de garantias individuais e, sobretudo, de defesa de postulados da democracia e do direito de

53 Manifesto publicado no Jornal do Commercio no dia 19.03.1964.

organização das massas populares”, destacando ainda a influência nacional e estrangeira na convivência com a “agressão à autoridade constituída, pela violência física aos camponeses sem terra , pela aberta pregação do golpe e da luta intestina”, e dispondo-se os assinantes dessa declaração pública “a reagir sempre que os interesses do povo pernambucano estiverem em jogo”. (MANIFESTO, 1964).

Nove dias após a deflagração do golpe civil-militar no País, foi realizada em vários Estados a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, conforme CAVALCANTI (1978), “com dinheiro das *sucursais* da CIA” (idem, p.331 – grifo do autor), em apoio ao mencionado golpe. Durante concentração na Praça da Independência, em Recife, apenas cinco membros da referida Marcha discursaram, entre estes “Gilberto Freyre, a filha do comandante do IV Exército, general Justino Alves Bastos..., e o comandante da 7ª Região Militar, o general Altair Franco”. O discurso⁵⁴ proferido pelo antropólogo e sociólogo pernambucano, com o título “Brasil não admite noite terrível em que só brilham estrelas sinistramente vermelhas”, e foi publicizado no jornal Diário de Pernambuco, em edição do dia 10.04.1964.

Gilberto Freyre utiliza-se da Praça onde está sendo realizada a concentração após a mencionada Marcha, por diversas vezes, como propício espaço simbólico de integração dos variados setores sociais, como ambiente “das liberdades pernambucanas, dos brios brasileiros, dos direitos humanos”, rememorando “Demócrito e...Elias”, definindo o golpe de 31 de março de 1964, como “movimento saneador e renovador”, liderado “por soldados do brio de um Humberto Castelo Branco e da bravura de um Justino Alves Bastos e de um Mourão, da fibra de um Dutra e de um Costa e Silva, da firmeza de um Kruel...”.

Ao prosseguir, FREYRE (idem), durante o discurso, enuncia a presença de “agentes comunistas a serviço de estrangeiros, dentro das próprias universidades e de organizações federais como a SUDENE, o Instituto do Café e

54 Fonte: <http://jc3.uol.com.br/jornal/noticias/ler.php?canal=115&codigo=80153>. Acesso em 2010.

em organizações como a PETROBRÁS;”, assinalando na conclusão que há “fé em Deus e confiança no Brasil” como elementos de unificação dos povos e defesa do País. (DISCURSO, 1964). O apoio de personagens como o próprio Gilberto Freyre ao golpe civil-militar no País, como observado acima, causa repercussões diretas no cotidiano da então Universidade do Recife, através de movimentações internas e ‘externas’ à instituição articuladas sob a égide do próprio antropólogo e sociólogo, que entre demais fatores e personagens, ocasionariam a própria renúncia do reitor João Alfredo.

3.1.2 Aspectos sociais no Estado

Na mesma proporção que a política, a miséria social reinava no Estado de Pernambuco. Os dados são alarmantes. É nesse quadro político e social – de forte inserção política dos docentes e discentes na política, principalmente, após o fim do Estado Novo – que a Universidade será criada. A justificativa da criação da Universidade não se referia aos problemas sociais e/ou econômicos, mas ideológicos: referência a Maurício de Nassau.⁵⁵

O estado de miséria urbana e rural encontrado no Estado nos anos 30 e 40 fomentava a proliferação dos mocambos⁵⁶ na cidade do Recife. Na década de 30 somavam quarenta e cinco mil apenas na cidade do Recife (Cavalcanti, 1978, p.135) Condicionados pelo latifúndio da cana de açúcar em expressiva geografia do Estado, onde “vive a população trabalhadora num estado agudo de pauperismo, resultado dos ínfimos salários pagos nesta zona”. (CASTRO, 1957, p.70).

55 Santos e Silva (2009)

56 Com as paredes de barro batido, num engradado de ripas, formando a estrutura chamada “taipa”, o mocambo tem em regra a forma retangular, com as quatro paredes da mesma altura, e é coberto por um toldo de palha em dois planos inclinados, unidos na cumeeira e descansando nas paredes laterais. Geralmente edificadas em “zona baixa, úmida, dos mangues. Zona da lama, de mosquitos e de caranguejos. (CASTRO, 1957, p.72-73).

Através de questionário elaborado pelo Departamento de Saúde Pública do Estado, direcionado, entre outros, a um operário residente na Ilha de João de Barros, em Recife, responsável pela assistência de cinco membros da família, possuindo uma renda mensal de 100\$000 (Réis), constatou-se que, entre as despesas emergenciais com alimentação dessa família, estavam a charque (250g), somando \$600 diários, o feijão (1/2 Litro), somando \$300 diários, a farinha (1 Litro), somando \$400, 00 diários, o leite (1 copo) equivalendo a \$200 diários, o açúcar (250g), igual a \$300 diários, o café (50g.), somando \$200 diários e pães (03unidades), somando \$600 diariamente. Em se tratando de habitação, aluguel (10\$300) mensal, luz, (\$100) diários, carvão, (\$200) diários, água, (\$100) diários. O operário em Recife recebe em média, nessa época, um salário de 3\$700, sobrevivendo com cerca de 5, 17 pessoas, quando, “para sua manutenção, a família operária despende em média 3\$866”, ocasionando assim déficits e acúmulos de dívidas na região comercial. Assim, 71,6% do salário do operário está destinado à quota para aquisição de alimentos. (CASTRO, 1957, p.79-82).

A seguir, é possível visualizarmos a estrutura dos mocambos, assim também como o contexto ambiental no qual eram instalados nas diversas comunidades da cidade do Recife, na década de 40.



Ilustração 02. Mocambos – Recife – 1940 - Acervo do Museu da Cidade do Recife

FONTE: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/seccultura/fccr/historia/cap8/cap8-img1.html>.

Acesso em 16 de set. de 2011.

O quadro de mortalidade, entre os anos 30 e 40 na cidade do Recife, apresentava índices de 27.9 mortes a cada 1.000 habitantes, enquanto cidades como São Paulo e Rio de Janeiro apresentavam 15.3 e 18.8, respectivamente. O grau de mortalidade entre as crianças de 0 a 1 ano por 1.000 estava em 259, 9. Esses fatores são impulsionados pela “alimentação insuficiente, carencial e desarmônica, usada pelas classes operárias...” (CASTRO, 1957, p.86-89)

Durante as décadas iniciais e meados do século XX, a capital pernambucana é introduzida em um surto migratório, resultante das consequências do latifúndio, das altas taxas de mortalidade nas áreas mais distantes da capital, além da carência de alimentos, transportes, ensino, etc, intermediada pela estagnação econômica da região num reflexo da concentração das finanças da região no arcaísmo da produção açucareira, acumulando elementos para uma readaptação do plano urbanístico da cidade e contemplando, em certa medida, uma nova planta arquitetônica. Os bairros na capital passam a ficar geograficamente mais próximos, as peculiaridades culturais entre esses bairros não se expressam com tanta intensidade, a área rural da cidade torna-se cada vez mais neutralizada. Conforme Virgínia Pontual (2001),

O crescimento demográfico nas décadas de 1940-1950 e 1950-1960 foi de, respectivamente, 50,6% e 51,9%. Trata-se de um incremento explosivo a ser explicado pelo aumento correspondentemente acelerado da parcela de crescimento vegetativo e do incremento da parcela, ao que tudo indica, ainda maior, representada pelos fluxos migratórios ou, mais precisamente, pelos saldos do balanço migratório. Esse crescimento, no transcurso da década de 1950, significou a passagem de uma situação de quase equilíbrio da distribuição populacional entre urbana (55,5%) e rural (44,5%) para uma outra, em que há dominância da primeira (1960, 65,7%) sobre a segunda. Pontual (idem, p.429)

A cidade do Recife, agora enquanto expressão do crescimento de uma metrópole, reformula-se no plano arquitetônico com a aplicação de uma política urbanística voltada às práticas de aterramento em grande medida descontroladas nas áreas próximas aos rios, justificada pela necessidade de se adequar a uma nova paisagem que se formara com a ascensão demográfica e comercial. Os transportes coletivos exercidos pelos bondes passam a atender regiões de maior extensão geográfica, possibilitando assim a intermediação entre o centro da cidade e os subúrbios.

A seguir, podemos parcialmente compreender o processo de urbanização da cidade, tendo como exemplo a Avenida Caxangá, nos anos 40, importante via de acesso das comunidades varzeanas do rio Capibaribe ao centro comercial da cidade do Recife.



Ilustração 03. Avenida Caxangá – anos de 1940.

FONTE: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/seccultura/fccr/historia/cap8/cap8-img6.html>.

Acesso: 16 de set. de 2011.

A seguir, temos uma representação do transporte coletivo elétrico presente na cidade do Recife nos anos 30 – o bonde.

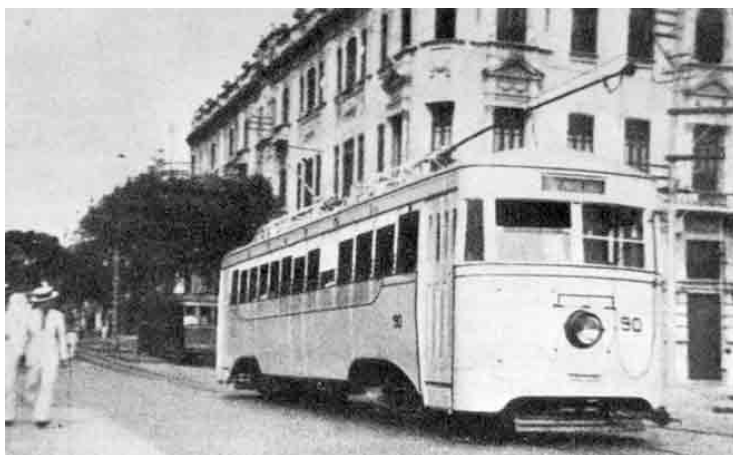


Ilustração 04. Bonde – Recife – anos de 1930

FONTE:http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=807&Itemid=1. Acesso em 16 de set. de 2011.

Em relatório elaborado pela Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Nível Superior-CAPES⁵⁷, em 1959, Pernambuco tinha uma população de 4.107.000 habitantes (dados emitidos em 1958) e sua capital, Recife, 512.370, configurada como de grande densidade demográfica. Na década de 50, a percentagem de habitantes na área classificada pela CAPES como urbana e suburbana estava em 34%; já a rural, em 66%. Nessa mesma década, os Estados aos quais se destinava uma mais intensa emigração de pernambucanos eram São Paulo (62.745 emigrantes) e Paraíba (54.384 emigrantes). Entre os principais motivos dessa transição demográfica, conforme pesquisa realizada pela CAPES, estavam:

o alto preço da renda das terras; baixos salários; desemprego; estiagem; sedução de agenciadores; venda da terra que ocupava; falta de assistência oficial; períodos curtos de trabalhos nas safras; alto preço

57 Atualmente, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (cf.:<http://www.capes.gov.br/>).

da terra; pagamentos adiantados dos foros; ocupação das terras para criação de gado; falta de segurança nos contratos de nomeação. (idem)

Já no que se refere à imigração, o Estado recebera potencialmente pessoas oriundas de Estados como Alagoas (60.387 imigrantes) e Paraíba, com 89.849, atraídas “pela expansão das atividades urbanas”. Nesse tempo, o setor terciário apresentava elevada participação na formação da renda social no Estado, incluindo aí “inúmeras atividades, de tipo marginal, localizadas nas áreas urbanas, para onde se deslocam os excedentes das atividades rurais”. A renda territorial (em milhões de cruzeiros) atingia 30% no setor primário, 17% no setor secundário e 53% no setor terciário. (CAPES, 1959, p.37-45).

Conforme, ainda, dados da CAPES (1959, p. 64), “a população ocupada em atividades econômicas em Pernambuco ascendia a 1.326.165 pessoas, correspondendo a 30% da população total”, em meados da década de cinquenta, o que passa a configurar um desequilíbrio entre o crescimento populacional e a disponibilidade de mão de obra mediante a elevação do percentual de indústrias de transformação instaladas no Estado entre as décadas de quarenta e cinquenta. Em 1955, no Estado, havia “109 organizações sindicais, das quais 44 de empregadores, 59 de empregados e 6 de profissionais liberais, abarcando, respectivamente, 3.674, 40.673 e 79 associados”, representando um percentual “inferior a 11% [da] proporção de sindicalizados entre os ocupados na indústria, nos transportes, no comércio e serviços” (idem, p.66 – grifo nosso).

Em 1958, a Usina de minério produziu entre os períodos de março e abril 10.162 e 8.358 toneladas, respectivamente, de fosfato na cidade de Olinda, demonstrando, entre os meses mencionados, um decréscimo abrangente nessa atividade de exploração de recursos naturais. Nesse mesmo tempo, o transporte ferroviário “abrange cerca de 1.095km, [...] representando 3,2% da extensão total das ferrovias nacionais”. O transporte rodoviário contava com uma malha viária federal com a extensão

de 1.553 km, 1.701 km na malha estadual e 13.505 km na malha municipal para o atendimento do estímulo comercial acumulado intra e inter-regionalmente, assim como a função econômica do Porto do Recife. [idem, p.74]

O cálculo do volume de mercadorias movimentadas no Porto do Recife, nos finais da década de cinquenta no Estado, era de 1.820.779 toneladas, tendo, entre os elementos direcionados à exportação com maiores fluências, o açúcar (51% desse total e representando 87% das exportações enviadas para fora do País, com destaque para a parceria com a Inglaterra, responsável por 38,5% dessas transações), seguido do cimento com 25% desse volume. As mercadorias provenientes da importação concentravam-se, em maiores índices, nos “Derivados de petróleo (gasolina, querosene, óleo combustível, etc.), com cerca de 70% (principalmente originados do exterior do País), na charque (com 7%) e no trigo em grão juntamente com pinho em tocos, tábuas, etc., com 6% dessa participação comercial.” (idem, p.79-120).

A distribuição das áreas de lavoura canavieira, em 1957, apresentava o município de Catende como o de maior concentração de área dessa monocultura, com 8,4%, acompanhado de Rio Formoso, com 6,0%. Recife, já nessa estimativa adotada na pesquisa, apresenta um percentual de 0% em canaviais. (idem, p.102).

Os produtos alimentares e têxteis expressavam as maiores participações na composição da produção industrial no Estado, com 38, 6 e 26,6%, respectivamente, com cerca de 48.023 trabalhadores integrando o quadro de operários nesses dois ramos da indústria.

Na década de cinquenta, no Estado, o orçamento das famílias operárias na cidade do Recife estava distribuído em 52,5% (alimentação), 16,1% (habitação), 5,5% (vestuário) e 25,9% (definido como outros). As restrições no padrão de vida da população no Estado, tendo os dados do Recife e cidades como Moreno, Catende, Caruaru e Pesqueira, com 60,0%; 55,4%; 51,3% e 46,0%, respectivamente, em despesas com a alimentação, demonstram, conforme a CAPES (1959, p.130-131), “sintoma claro de um baixo nível de vida nas camadas estudadas”, ou seja, nas famílias operárias.

Entre os anos cinquenta, e até meados dos anos sessenta, em Pernambuco, entre temáticas que tiveram amplo destaque nos veículos da imprensa escrita da época, antecedendo e configurando em grande medida o cenário no qual o reitor João Alfredo exerceria o cargo na UFPE, encontram-se:

a) a criação, em 1959, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE; a posse do governador Cid Sampaio (1959); b) a eleição de Jânio Quadros para Presidente da República, em 03 de outubro de 1960, e, posteriormente, sua renúncia em 1961 - nesse mesmo período, a greve dos estudantes de Direito da então Universidade do Recife, envolvendo diretamente a Presidência da República, recebeu intenso destaque; c) o assalto ao Trem Pagador na Central do Brasil também foi notícia em 14 de junho de 1960; d) em abril de 1962, o líder camponês João Pedro Teixeira é assassinado no Estado da Paraíba; e) em maio de 1962, o cineasta Anselmo Duarte conquista a Palma de Ouro em Cannes, França, com o filme O Pagador de Promessas; f) morre Dona Santa, rainha do “Maracatu Nação Elefante”; g) João Goulart assume a Presidência da República sob sistema de governo Parlamentarista, quando, em 1963, após resultado do plebiscito com a participação de cerca de 11, 5 milhões de eleitores, reconquista o Sistema de Governo Presidencialista; h) nesse mesmo ano também ocorre a Revolta dos Sargentos, após o Supremo Tribunal Federal declarar inelegível um representante das Forças Armadas, ação fundamentada na Constituição de 1946, desencadeando assim o levante de integrantes da Marinha e da Aeronáutica na capital federal; i) entre os anos de 1955 e 1964, no Estado, cinquenta e três greves foram decretadas, envolvendo diversas categorias, como os gráficos, os operários da construção civil, da indústria têxtil, trabalhadores da área da cana-de-açúcar, entre outras; j) em trinta e um de março de 1964, ocorre a deflagração do golpe civil-militar, tratado e definido em determinadas matérias da imprensa escrita em parte do Estado e do País como “movimento militar” e/ou “revolução”.

Tudo isso resulta, nacionalmente, na deposição do presidente eleito João Goulart e de membros desse governo, além de uma série de

consequências que afetariam diretamente também governos em determinados Estados, como Pernambuco, e cidades no Brasil, como Recife, assim como o re-planejamento de uma política econômica, educacional, etc, e de ralações políticas interna e externa. i) No dia 1º de abril de 1964, o estudante secundarista Jonas José de Albuquerque Barros e o universitário Ivan da Rocha Aguiar são sumariamente assassinados durante manifestação no Centro da cidade do Recife.

Entre esses acontecimentos, é importante visualizarmos o contexto que a Universidade do Recife vivencia entre os reitorados de Joaquim Amazonas e de João Alfredo, os governos no Estado e os destaques na gestão dos prefeitos da cidade de Recife.

Tabela 07 - Governadores e prefeitos no período dos reitorados de Joaquim Amazonas e de João Alfredo

Governadores ⁵⁸	Prefeitos	Reitorado	Governadores	Prefeito	Reitorado
1946	Pelópidas Silveira 1946				
1946/1947 Demerval Peixoto	Clóvis de Castro 1946 - 1947	Joaquim Amazonas	1959/1962	Miguel Arraes 1960 - 1962	João Alfredo
1947 Amaro Gomes Pedrosa 1947/1948 Otávio C de Araújo	Antonio Alves Pereira 1947 - 1948	Joaquim Amazonas	1962/1964 Miguel Arraes de Alencar	Liberato da Costa Júnior fev/1963 - dez/1963	João Alfredo
1948/1951 Alexandre J. Barbosa Lima Sobrinho	M. C. de Moraes Rêgo 1948 - 1951	Joaquim Amazonas	1962/1964 Miguel Arraes de Alencar	Pelópidas Silveira 1963 - 1964	João Alfredo

58 Fonte: www.portaisgoverno.pe.gov.br/web/portal-pe/governadores. Acesso em 23 de março de 2012

1951/1952 Agamenon Sérgio de Godoy Magalhães	Antonio A. Pereira 1951 - 1952	Joaquim Amazonas 1951 - 1952	1964/1967 Paulo Pessoa Guerra	Augusto Lucena 1964 – 1969	João Alfredo
1952 Antônio T. Galvão 1952/1955 Etelvino Lins de Albuquerque	Jorge Martins 1952 - 1953	Joaquim Amazonas			
1952/1955 Etelvino Lins de Albuquerque	José do Rêgo Maciel 1953 - 1955	Joaquim Amazonas			
1952/1955 Etelvino Lins de Albuquerque	Djair Brindeiro 1955	Joaquim Amazonas			
1955/1958 O. Cordeiro de Farias 1958/1959 Otávio Corrêa de Araújo	Pelópidas da Silveira 1955 - 1959	Joaquim Amazonas			

Essa tabela permite compreender o quadro político no qual se inseriu a Universidade do Recife no período entre 1946 e 1964. Tramita entre períodos de potencial cunho modernizador em razão da e em contradição com a tradição oligárquica do Estado. Período de estagnação das indústrias de açúcar e ascensão de novos empreendimentos econômicos que dinamizaram a cidade, o Estado, por exemplo, no aspecto da urbanização e dos meios de transporte. Essa tabela indica, também, a estabilidade da Universidade (dos cargos de reitores) diante da instabilidade ou mudança dos governantes do Estado e do município. Mostra-nos as coligações, por exemplo, de Pelópidas, de esquerda, com Augusto Lucena, ultraconservador cristão; de Arraes com Paulo Pessoa Guerra; de Arraes com Cid Sampaio – todos “os aliados” apoiaram a ditadura militar.

A Universidade do Recife não “apenas” testemunhou essa trajetória política em Pernambuco, como também forneceu quadros para a edificação dessa estrutura política estadual, ocupando cargos ou atuando estrategicamente na organização de grupos políticos, seja através de estudantes, como Marco Antônio Maciel, ou através de membros do corpo docente da instituição, como Aderbal Jurema, Pelópidas Silveira, Antônio Bezerra Baltar, Antônio Figueira, etc. Nesse bojo, tanto Joaquim Amazonas quanto João Alfredo assumem os reitorados considerando aspectos próprios da cultura política local, agindo, muitas vezes, de acordo com as circunstâncias encontradas e assumindo, por diversas vezes, um perfil reconhecedor das ações dos governantes (inclusive com homenagens e outorgas) e, em outros momentos, um caráter conciliador, demonstrando que, em muitos aspectos, as decisões na Universidade do Recife envolviam também interesses que ultrapassavam os limites arquitetônicos da sala de reuniões do Conselho Universitário, por exemplo.

3.2 Cenário educacional: Trajetória em solo Pernambucano

Agora estudaremos o que Castoriadis chamou de instituição segunda, que é o estudo da instituição enquanto estabelecimento, como organização; para Enriquez e Lèvy, como imaginário específico da educação.

Ao traçar um paralelo entre a “emergência e a implantação da Reforma Educacional de Ulisses Pernambucano⁵⁹ (1923) e a Reforma Carneiro Leão⁶⁰ (1928), em Pernambuco, no período entre 1920 e 1937, SELLARO (s/d) permite-nos compreender o panorama do ensino público

59 “Reformou a medicina psiquiátrica, criando uma escola de cura pelo trabalho e deixando inúmeros discípulos.” (Barros, 1972, p.196)

60 “Antônio de Arruda Carneiro Leão, em 1928, elabora a reforma de ensino no Estado de Pernambuco.” (Machado, 2007, p.107-108). Essa Reforma era constituída de 27 títulos, 61 capítulos e 424 artigos. (Araújo, 2002, p. 109)

estadual, “avaliando seus efeitos sobre o ensino elementar e normal, tentando qualificar tais reformas, em suas repercussões sociais.” (Idem, p.491)

Para SELLARO (s/d, p.492), a Constituição de 1891 estabeleceu

obrigações do Estado em matéria de educação e de distribuição das competências entre o Estado-federal e os Estados-federados, dera ao Congresso, embora não privativamente, a responsabilidade de criar instituições de nível superior e secundário nos Estados, e “animar” no país o desenvolvimento das letras, artes e ciências; o que deveria ser feito, sem privilégios que tolhessem a ação dos governos locais. (idem, idem)

Concedeu atribuições aos poderes estadual e federal, desse modo, conforme SELLARO (idem, 492), permanecendo um planejamento de ensino fundado na dualidade de sistemas, herança do período do império, cabendo ao Estado legislar sobre o Ensino Normal, ficando com o governo federal a exclusividade de normatização do Ensino Secundário e Superior.

Araújo (2002), ao detalhar resultados da estrutura de ensino entre os Estados de São Paulo e de Pernambuco, constata que, em 1898, SP (expressão econômica) “tinha oito grupos escolares e 1.150 escolas isoladas. Em 1915, tem 161 grupos, 12 escolas reunidas e 1.500 escolas isoladas”. PE (monocultura açucareira), “logo após a República, possuía 700 escolas isoladas, enquanto, em 1915, são apenas um pouco mais de 100”. O que para, Araújo (acumulando demais estatísticas financeiras e estruturais), justifica afirmar que “a situação de PE piorara muito da Proclamação da República para o começo do século XX”. (idem, pp.74-76)

Na primeira década do século, a falta de financiamento e a falta de compreensão oficial acompanham o percurso embrionário do ensino superior em Pernambuco, no que concerne a dois casos específicos tratados por Barros (1972), a saber: as Escolas de Farmácia e de Engenharia. Entretanto, por outro lado, a década de 20 destaca-se, sobretudo, pela consolidação dos Cursos, como o caso da Escola de Medicina.” (idem, p.191)

Barros (idem) possibilita uma compreensão histórica do processo de instalação e tentativa de organização de cursos médios e superiores no Estado; ao perpassar, nesse caso, as décadas de 20 e 30, o autor relata a expansão do número de cursos, os respectivos responsáveis pela sua instalação e por sua associação com a conjuntura política propícia do respectivo período, como, por exemplo, iniciativas de governos e livres, adiadas pelo governo sucessor, assim também como canceladas, como foi o caso da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais (1931), sob a direção do professor Aníbal Bruno⁶¹, “encerrando as atividades ao fim do segundo ano por não se ajustar às submissões dos cursos federais. Entre os membros docentes dessa Faculdade, estavam expressões do perfil de Josué de Castro, Sílvio Rabelo, Luíz Freire, Aluísio Bezerra Coutinho, Olívio Montenegro e Gilberto Freyre.” (ibidem, p.194-195)

Em 1903, é fundada a Escola de Farmácia; em 1909, ocorre tentativa de instalação da Escola média de Agricultura (em 1913 transformada em Escola Superior de Agricultura e Veterinária); em 1912, é fundada a Escola Politécnica; em 1920, funda-se a Escola de Química; em 1932, consolida-se a criação da Escola de Belas Artes; e através da contribuição do secretário de Agricultura do Estado, Paulo Carneiro, cria-se o Instituto de Pesquisas Agronômicas durante a interventoria de Carlos de Lima Cavalcanti no Estado. Este Instituto foi transferido para a comunidade de Dois Irmãos (Recife), na Universidade Federal Rural de Pernambuco. (Barros, 1972, p.192-194b). Desse modo, podemos apontar que,

na Primeira República, houve, em nível nacional, uma luta pela ampliação das oportunidades educacionais: após a Primeira Grande Guerra (1914/18), direcionada para a necessidade de difusão do ensino elementar; na década de 20, voltada para a reformulação dos sistemas de ensino existentes; e, após 30, privilegiando o

61 Aníbal Bruno de Oliveira Firmo, Pedagogo e Jurista (Cavalcanti, 1978, p.131)

ensino técnico profissional. Esse processo teve, naturalmente, características próprias em cada região e, também, nos Estados (SELLARO, s/d, p.495)

Em “1920, a população do País atinge os 30 milhões, com 65% de analfabetos” (Sellaro, s/d, p.497). Nesse cenário educacional

Acreditava-se, sobretudo na década de 20, que a expansão de uma educação baseada nos princípios doutrinários da Escola Nova, ao atingir grandes contingentes populacionais, seria capaz de inseri-las na senda do progresso, impulsionando o Brasil na trilha das grandes nações do mundo. (idem, p.492)

Conforme Araújo (2002), evidências no Estado de elementos do ideário da Escola Nova⁶² já estavam contidos no discurso do governador Manoel Borba (1915-1919), como também em trabalhos de Carneiro Leão (1909; 1916; 1919). Contudo, é no governo de Estácio Coimbra (1926-1930), com arcaicas economias em crise (monocultura – SP, MG, PE), junto à “emersão de um parque industrial urbano e à ascendência de uma classe industrial local”, que a Escola Nova recebe status oficial, defendendo a “universalização do ensino primário, tornar eficiente e científico o ensino normal e estimular o desenvolvimento do ensino técnico-profissional em suas diversas modalidades, especialmente a industrial...”. (idem, pp.31-59)

SELLARO (s/d) chama a atenção para o fato de que grande parcela dos trabalhos pela autora encontrados no Estado associa a Escola Nova com uma iniciativa de Carneiro Leão. Esse aspecto é contestado pela mencionada autora quando adverte que “algumas fontes primárias sobre a atuação de Ulisses Pernambucano como diretor da Escola Normal e a reforma

62 Segundo Araújo (idem, p.31) “movimento iniciado no século XIX, na Inglaterra, em que se estabeleceu um conjunto de princípios em que se destacam a importância do método, a preocupação com a criança, a sua interação com a sociedade...”

que ali implantou em 1923 evidencia a presença de princípios importantes desse ideário orientando tais inovações.”. Essa contraposição baseia o pressuposto da autora ao analisar a “renovação do ensino público (1920-1937)” no Estado de PE. (idem, p.499)

O modelo de ensino que estava sendo institucionalizado no País sofre severas críticas por parte de intelectuais, como avalia Gilberto Freyre, que notavam nas Escolas, nas Universidades e nos recém-chamados colégios uma espécie de caricatura dos moldes então presentes em “autênticas faculdades de filosofia e de verdadeiras universidades”. Conforme ainda FREYRE (1956), essas carências e atrasos encontrados na estruturação do ensino universitário e secundário no País dar-se-ão pelas circunstâncias do não acompanhamento dos projetos e planejamentos atribuídos a universidades como as de São Paulo e do Rio de Janeiro, neutralizando um “pleno desenvolvimento, com as cátedras dos professores universitários ocupadas em regra – e não por exceção...” (1956, p.13). Freyre chama a atenção ainda para a questão do ‘mau “nacionalismo” pedagógico’, expressão ligada ao fato de ainda não se admitir de maneira mais sólida no País “a necessidade de auxílio técnico europeu ou estadunidense na preparação de catedráticos universitários ou de professores para os cursos secundários”, haja vista a presença, na maioria dos colégios e universidades do Brasil, de um modo de ensino deficiente e arcaico proveniente de professores imaturos. (Freyre, idem)

Na década de 30, a Reforma Carneiro Leão (1928) é “atropelada pela Revolução” (Sellaro, s/d, p.498),

porém, retomada no mesmo ano, sendo vivenciada, em grande parte de suas proposições, até 1937, por Aníbal Bruno – Diretor Técnico da Educação – como parte do processo de renovação e democratização do ensino, desenvolvido até o golpe de 1937. (idem, idem)

Entre as realizações encampadas por Aníbal Bruno (Cavalcanti, P. 1978, p.133; Cavalcanti, Z. 1986) está “a criação da Universidade Popular

do Recife”. Através dessa iniciativa, os grupos escolares, no período da noite, foram transformados

em escolas de aprendizado para adultos que não estivessem cursando regularmente outros estabelecimentos por qualquer motivo, e mesmo para aqueles que, frequentando cursos regulares, quisessem se aperfeiçoar em matérias avulsas. (idem, idem)

Desse modo, “funcionaram oito cursos na cidade, cada qual com diversas matérias, totalizando mil trezentos e noventa e três alunos”. (ibidem) No Estado, o modelo de ensino secundário tinha como referência o Ginásio Pernambucano⁶³, (Sellaró, s/d, p.494), entre cujos membros docentes estavam Aníbal Fernandes, Olívio Montenegro, Ricardo José da Costa Pinto, Vicente do Rêgo Monteiro, José Cavalcanti de Sá Barreto, Valdemar de Oliveira, Luiz de Barros Freire, Aníbal Bruno e Aluísio Pessoa de Araújo (Montenegro, 1943, pp.297-298).

A década posterior (exatamente em 1946) demarca o período em que se torna concreta a criação da Universidade do Recife – UR. No entanto, conforme SANTOS (2010), o desejo de criação da Universidade antecede o período supracitado, uma vez que, “desde 1928, os catedráticos da Faculdade de Direito desejavam sua criação” (idem, p.55). Entretanto, ainda, “a idéia de fundação de uma universidade no Recife vem desde a época da ocupação dos holandeses; eles tinham já assentado o plano

63 Fundado no dia 1º de setembro de 1825, por decreto do presidente da província de Pernambuco, José Carlos Mayrink, sob o nome de *Liceu Provincial de Pernambuco*, numa das dependências do Convento do Carmo. Em 14 de maio de 1855, uma Lei converte o Liceu Provincial de Pernambuco em um internato de educação pública, e de instrução secundária, sob o título de *Ginásio Pernambucano*. Fonte: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=271&Itemid=186. Acesso em 26 de março de 2012 (grifos do autor).

dessa universidade em 1654, quando foram expulsos daqui” (ibidem, ibidem, apud Nestor, 1928).

Em 11 de agosto de 1946, em solenidade realizada no Teatro Santa Isabel, às 20h30, em Recife, é instalada a UR, tendo como seu primeiro reitor o professor da Faculdade de Direito, Joaquim Amazonas (1946-1959). Esse, conforme SANTOS (idem), não decorreu harmonicamente, haja vista que “o professor Arsênio Tavares, em uma longa carta, indaga quais estudos foram feitos para se chegar à necessidade de se criar a Universidade do Recife”. (idem, p.57) Um ano após sua institucionalização (09.09.1947), eclode na UR a primeira greve estudantil que, conforme SANTOS (2010), tinha como pauta de reivindicações:

1º anulação da 1ª parcial da 2ª cadeira de Física; 2º realização de nova prova; 3º afastamento dos professores assistentes da referida cadeira; 4º afastamento do professor contratado Luíz de Barros Freire; 5º garantias aos alunos matriculados na 1ª cadeira de Física no sentido de evitar possíveis represálias; 6º repetição das aulas dadas ou como tal consideradas; 7º inclusão de um representante dos alunos no Conselho Técnico Administrativo da Escola. (idem, p.133)

Ao partir inicialmente de estudantes da Escola de Engenharia de Pernambuco, através do Diretório Acadêmico da mencionada Escola, a greve obtém diversos apoios, entre os quais dos Diretórios Acadêmicos de Direito, Medicina, Belas Artes, Filosofia Manuel da Nóbrega, Agronomia, Química, da Escola Politécnica, etc. A greve foi encerrada no dia 19 de setembro do mesmo ano. (idem, pp.132-158)

Durante o 11º Congresso de Educação de Adultos (1958), realizado no Rio de Janeiro, o professor Paulo Freire, com as colaborações da orientadora Dulce Chacon, da professora Elza Freire, da assistente social Judite da Mota Ribeiro e do estudante universitário José Augusto de Sousa Peres, elabora relatório de cinco laudas intitulado “A Educação de Adultos e as

Populações Marginais: Mocambos”, assinalando a indispensabilidade do contexto social e histórico associado ao processo educativo. Teve, inclusive, nos Centros Regionais de Pesquisa Pedagógica e no ainda Instituto Joaquim Nabuco (atualmente Fundação Joaquim Nabuco) espaços para o conhecimento e tratamento de questões peculiares de cada região do Estado, influenciado preponderantemente pelos princípios e pensamentos educativos de Anísio Teixeira⁶⁴ e Álvaro Vieira Pinto, entre outros.

Para Paulo Freire (1958), a realidade histórica nesse período assinala a possibilidade de uma transição de povo de ser colonial para ser nacional, medida fundamental no processo político. A ideologia do desenvolvimento entra em contraste com as condições sociais vividas por imensa parcela da população do Estado, com um modelo de moradia, os mocambos⁶⁵, habitados, conforme Freire (idem), pelo “proletariado assalariado; pelo subproletário, vivendo de biscates; pelo mendigo real ou falso.” Entre as conclusões e recomendações postadas nesse documento filiado ao Departamento Técnico de Educação Primária de Pernambuco, órgão da Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, consta:

que o processo educativo não deve ser uma superposição à realidade histórico-social a que se pretende aplicar; que as transplantações devem se ajustar às cores da realidade nacional; que o planejamento de cursos de educação de adultos para as zonas de mocambos

64 Foi incentivador e deu apoio completo à criação do Instituto Estadual de Pernambuco, particularmente, o Jardim de Infância Ana Rosa Falcão, que se propunha moderna, influenciada pela Escola Nova. A arquitetura do IEP foi bastante elogiada por Anísio Teixeira, pois respeitava os princípios de uma moderna escola.

65 Se, pelo censo de 1913, os mocambos perfaziam um total de 16.347 prédios ou 43,3% dos prédios existentes, no de 1939 eles totalizavam 45.581, abrangendo 63,7% dos imóveis da cidade. Se em 1913 os mocambos não só “*cercavam a cidade como um babado*” como estavam “*enquistados em áreas mais urbanizadas*”, em 1939 essa situação devia ser aterradoradora. Já não se diferenciava a figuração da cidade da imagem do mocambo. (PONTUAL, 2001, p.427)

do Recife deve tomar em consideração seus aspectos peculiares. Aspectos esses inseridos, por sua vez, em alguns dos seus ângulos, em realidades mais amplas: regional e nacional (FREIRE, 1958).

No dia 15 de março de 1959, “em obediência a dispositivos constitucionais”, o então governador eleito, Cid Sampaio, pronuncia seu primeiro discurso à Assembleia Legislativa, no qual, conforme Weber (1984),

em nenhum momento sequer faz menção aos problemas educacionais de Pernambuco ou do Recife e, menos ainda, faz referência a qualquer prioridade neste setor apesar de o manifesto programa ter incluído entre um dos problemas pernambucanos relevantes a nomeação de professoras primárias por “pistões”, sem respeito a concurso. (idem, p.237)

Pressionado pela conjuntura social inserida na campanha e pelo resultado eleitoral de Miguel Arraes para prefeito do Recife, sendo, inclusive, realizado “um diagnóstico da situação escolar no Recife”, em 15 de março de 1960, em sua segunda mensagem à Assembleia Legislativa, Cid Sampaio faz referência à educação e

reconhece que “aumenta de ano para ano o número de crianças em idade escolar e sem escolas”. Mas deixa claro, também, que isto não constitui uma de suas prioridades de governo, uma vez que somente foi possível “aumentar as matrículas nos cursos primário e secundário” porque “houve uma disponibilidade de receita sobre as obrigações de pessoal” (Weber, idem, p.238 – grifos da autora)

Esse “diagnóstico da situação escolar no Recife”, mencionado por Weber (idem), foi publicizado pela “professora Anita Paes Barreto

(Assessora –Técnica da Prefeitura), no dia 31 de janeiro do ano de 1960”.
As circunstâncias

da apresentação do Plano Municipal de Ensino mostraram “que mais de 50% das crianças, se se considerarem as idades de 7 a 12 anos, e mais de 66%, ou seja, 98.281 crianças, se se considerarem as idades de 5 a 14 anos”, não frequentavam escolas por falta de unidades escolares. (idem, p.240)

Ao constatar a considerável extensão “da população recifense em idade escolar e não escolarizada”, e com a evidência desse quadro educacional no Estado, a Prefeitura do Recife, “com a supervisão de Associações de Bairros e Sociedades Benéficas, estreia o Plano supracitado, quando “começam a funcionar 26 turmas, absorvendo 1.040 crianças. Além disso, também professorandas do Instituto de Educação de Pernambuco e de outros educandários recifenses começam a colaborar na execução”. (idem, p.241)

Posto por Cavalcanti (1978, p.285) como “o ponto mais alto da administração de Miguel Arraes”, o Movimento de Cultura Popular – MCP surge como “organismo destinado inicialmente a coordenar as atividades educativas” na cidade do Recife, requerendo junto ao “comércio e às indústrias locais o custeamento das despesas com o professorado, obtendo, entre entidades que se comprometem com o apoio, o Lions Club e o Rotary Club”⁶⁶ (Weber, 1984, p.242), Desse modo, como aponta Weber (idem, p.248),

até fins de outubro de 1960, o MCP já havia recebido a doação de 17 terrenos, nove provindos diretamente de proprietários e oito obtidos através de Vereadores.

66 O próprio reitor João Alfredo chegou a assumir o cargo de governador distrital do Rotary Club (Cf. Capítulo IV, 4.3).

Além do mais, continua a doação de material didático por parte da indústria local (ibidem, p.248)

Conforme afirma Weber (idem, p.247), o MCP perseguia os seguintes objetivos, “de acordo com o artigo 1º de seu Estatuto”:

1. promover e incentivar, com a ajuda de particulares e de poderes públicos, a educação de crianças e adultos; 2. atender o objetivo fundamental da educação que é o de desenvolver plenamente todas as virtualidades do ser humano, através da educação integral de base comunitária, que assegure, também, de acordo com a Constituição, o ensino religioso facultativo; 3. proporcionar a elevação do nível cultural do povo, preparando-o para a vida e para o trabalho; 4. colaborar para a melhoria do nível material do povo, através da educação especializada; 5. Formar quadros destinados a interpretar, sistematizar e transmitir os múltiplos aspectos da cultura popular. (idem, idem)

E, conforme ROSAS, constavam como objetos de “educação de crianças e adultos”, inclusive o “religioso”, “elevar a cultura do povo para o trabalho e a vida”, “formar quadros para interpretação da cultura”. (Rosas, 1986).

O MCP defendia uma educação que não era feita “para” o povo, pois, assim sendo, ela seria uma “educação que alguém, não exatamente o povo, seleciona para ser oferecida ao povo”. O MCP visava “educar entre si”, pois “ninguém se educa sozinho”. “Conscientização” era a palavra da moda na época – apesar de se reconhecer que nem todos, certamente, estavam comprometidos com o real sentido dela. (ROSAS, 1986, p. 2).

Conforme Paulo Rosas,

pensava-se que, através da educação, toda uma camada social e injustamente alijada do processo de desenvolvimento social e humano, sem acesso ao

sistema de informação e crescimento de seus indivíduos, a não ser de modo bissexto e com o sacrifício de seus valores culturais, pudesse forçar a mudança no sistema econômico vigente e conquistar aquilo a que tinha direito. Pensava-se que tal objetivo jamais seria alcançado através apenas dos modelos convencionais de educação formal (1986, p.10).

Desse modo, o MCP passa a ser implementado pedagogicamente através da intervenção do “teatro, da valorização dos folguedos tradicionais, da organização de praças de cultura, da instalação de galerias de arte, de parque de recreação, de atelier para artes plásticas e artesanais, do cinema, dos teleclubes, das mesas redondas sobre cultura popular”, considerando problemáticas presentes nas comunidades. (Cavalcanti, 1978, p.286)

Compuseram a diretoria do MCP: Germano Coelho (presidente); Anita Paes Barreto (diretora da divisão de ensino); Paulo Freire (diretor da divisão de pesquisa); Norma Porto Carreiro Coelho (esposa de Germano Coelho, *representante dos estudantes* e coordenadora de educação pelo rádio); Arnaldo Marques (diretor da divisão de saúde); Abelardo da Hora (diretor da divisão de Artes plásticas e Artesanato); Geraldo Vieira (engenheiro, diretor da divisão de bem-estar coletivo (diretor da divisão de música, canto e dança) maestro Mário Cândia (diretor da divisão de música, canto e dança); jornalista Aluísio Falcão (diretor do departamento de divisão de cultura); Luiz Mendonça (diretor da divisão de teatro); Reinaldo Pessoa (diretor da divisão de esportes); Paulo Rosas (coordenador de pesquisa); Zaira Ary (coordenadora dos centros de cultura), assim como também atuaram nesse Movimento mais de uma centena de associados “nas categorias de fundadores, patrocinadores, colaboradores, dirigentes, estudantes, educadores e militantes”. (Barbosa, 2009, pp. 83-84 – grifo nosso)

Com as atividades iniciadas no bairro de Santo Amaro, o MCP “inaugura oficialmente as dez primeiras escolas, em solenidade que não contou com representação do governo estadual.” (Weber, 1984, p.243)

Em maio de 1960,

Universitários de diversas Faculdades das Universidades do Recife e Católica de Pernambuco, através de seus Diretórios Acadêmicos, realizavam a Semana Universitária de Cultura Popular, com o objetivo de promover e divulgar o MCP no meio estudantil (idem, p.244)

Semana na qual se pretendia

a instalação, no Recife, de uma universidade em bases novas, capaz de mobilizar todo o povo para a valorização de seus mais autênticos elementos culturais”, conforme palavras de Germano Coelho⁶⁷ na conferência de abertura da I Semana Universitária de Cultura Popular (idem, idem).

Universidade em bases novas que, segundo Paulo Rosas (idem)⁶⁸, visava ser efetivamente uma “Universidade Popular”⁶⁹. Esta, “preocupada tanto com a geração e a documentação da cultura quanto com sua difusão, cremos que predominando um sentido puro de conscientização, a partir das descobertas dos grupos, e não com o objetivo de transmitir ‘verdades’ pré-estabelecidas” (grifos da autora).

Entre os participantes dessa Semana, constava o reitor da UR, João Alfredo G. da Costa Lima, que, diante de conferências e debates, “propôs uma conjugação de esforços entre o trabalho desenvolvido pelo MCP e

67 Presidente do MCP (Weber, 1984, p.244b)

68 Conforme Souto Maior (2005, p.15), primeiro coordenador do Instituto de Ciências do Homem (ICH) instalado em 1963 na UR.

69 Intenção apresentada por Aníbal Bruno em meados da década de 30, em PE. Cf. Cavalcanti, P. 1978; Cavalcanti, Z. 1986

o da Universidade com o objetivo “de contribuir para a elevação cultural da população recifense”” (ibidem, ibidem – grifos da autora). Nesta da Semana tratou-se do:

1) Significado da Cultura Popular: Estrutura e Objetivos do MCP, Germano Coelho; 2) A Cultura Popular e a Atualidade Brasileira, Paulo Freire; 3) Educação de Base e a Cultura Popular, Anita Paes Barreto; 4) Cultura Popular e Desenvolvimento, Antonio Baltar e 5) Universidade e a Cultura Popular, Nilo Pereira (D.P., 11.05.60, p. 3 e *I.C.*, 13.05. 60, p. 13). (Weber, 1984, p.251)

Nessa oportunidade, inclusive, com forte inserção de docentes da UR nesse Movimento, “mais de 400 universitários se dispõem, de forma efetiva, a participar do programa de alfabetização que deve ser implantado pelo MCP em 1961”, priorizando-se, nesse ano, a escolarização de crianças e a alfabetização de adultos. (ibidem, pp.248b-250)

Na Primeira República, a “educação popular” estava compreendida como a habilitação à “instrução elementar” que coincidia com “instrução pública”. Na década de 60, ela toma outra significação: “a expressão ‘educação popular’ assume, então, o sentido de uma educação do povo, pelo povo, para o povo” – a educação ressignifica-se para “conscientização”. No plano dos movimentos socioeducacionais, surgirá, em Recife, o Movimento de Cultura Popular (MCP) em maio de 1960. O MCP pretendia “desenvolver uma educação genuinamente brasileira visando à conscientização das massas por meio da alfabetização centrada na cultura do povo” (SAVIANI, 2008, pp.317-318).

O seu público alvo era o trabalhador manual de baixa renda e “reduzida instrumentação intelectual e para o trabalho, em face de sua preparação para reagir a um estado de coisas, cuja tomada de consciência tornava sua manutenção insustentável” (ROSAS, 1986, p. 2).

Durante conferências promovidas pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais e pelo Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas e

publicizadas no ano de 1960, a situação em que se encontrava o ensino em Pernambuco foi novamente colocada, dessa vez por gestores e professores da rede de ensino do Estado. O então secretário da Justiça e da Instrução Pública do Estado, o bacharel e jornalista Aníbal Fernandes, afirma que, ao assumir a pasta governamental,

o estado da instrução pública, no Recife, era de penúria. Basta dizer que encontramos o Grupo Escolar João Barbalho funcionando numa dependência do edifício do ginásio. No edifício do ginásio funcionava também a Escola de Artífices. Nem sei mesmo como se podiam conciliar cousas tão diversas...o edifício do Ginásio era uma espécie de casa de cômodo, de hospedaria popular onde cabia de tudo. (INEP, 1960, p.23)

Para o então secretário da Justiça e da Instrução Pública do Estado aludido, algumas mudanças ocorrem na educação no Estado a partir do “vigor do novo Regimento de Ensino”, com a “modificação do horário escolar, com a fiscalização do ensino na capital por inspetores professores, com a criação das caixas escolares e com a reorganização do Conselho de Educação. Os impedimentos postos, ao assumir a gestão educacional do Estado, foram, conforme Aníbal Fernandes, motivados por condições fundadas por políticas realizadas há mais de trinta anos nas regiões geográficas do Estado. Condições reveladas, como afirma,

em contingência de sub-desenvolvimento bem acentuado...Na própria capital, com poucas exceções, as escolas tinham instalações miseráveis. E no interior, então, afora alguns edifícios antigos e nem sempre bem zelados, o ensino era quase uma aventura” (INEP, 1960, p.24-27).

Já o então professor da Faculdade de Direito do Recife, professor da Faculdade de Filosofia de Pernambuco, deputado estadual em PE, então

secretário de Educação e Cultura do Estado, Gilberto Osório de Oliveira, fazendo uso de dados censitários da década de cinquenta no Estado, adverte que “Pernambuco é um dos Estados da Federação que apresenta o mais baixo índice de alfabetização, com 2.053.675 pessoas que não sabem ler e escrever, representando isso quase 78% da população total.” Mediante a mesma fonte censitária, acrescenta que se encontram ainda no Estado “cêrca de 288.289 crianças em idade escolar e sem escolas. Quanto à receita do Estado para a educação no exercício do ano de 1954, conforme Gilberto Osório “jamais se destinaram sequer 10% dessa receita orçamentária aos serviços da Educação”. (INEP, 1960, p.46-47).

A carreira profissional do docente no nível primário, nesse período, estava fadada a receber os mesmos vencimentos que recebera na introdução da prática docente na rede de ensino. Para o professor Gilberto Osório, “mesmo com desmembramento da Secretaria de Saúde e Educação (lei nº446, de 222 de abril de 1949), conservara anormalmente a mesma estrutura e, praticamente, a mesma organização do antigo Departamento de Educação” ..., mantendo-se

uma tumultuosa confusão de atribuições e responsabilidades, sobretudo administrativa, concorrendo o tumulto para o entravamento dos serviços, os conflitos frequentíssimos entre as respectivas chefias e a redução do Secretariado à melancólica condição dum mediador inerme entre partes desarmônicas . (INEP, 1960, p.52).

O professor Gilberto Osório apresenta um quadro de sugestões à reestruturação da reorganização burocrática da Secretaria de Educação, assegurado na defesa de uma “divisão do Estado em Inspetorias de Ensino”, ocasionando, assim, um melhor aparelhamento das distribuições dos serviços. Acompanhando, inclusive, o agravante de denúncias de fraude envolvendo a distribuição de bolsas escolares, como fora comprovada com a falsificação de uma qualificação de pobreza por parte de um rico fazendeiro, amigo do governador (INEP, 1960, p.52b-58).

O então professor da Faculdade de Filosofia de Pernambuco, Aderbal Jurema, que também atuou como secretário de Educação e Cultura do Estado, assim como membro da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados (Federais), conferenciando acerca da situação do ensino primário em PE, aponta o direcionamento das ações por parte do governo do Estado nesse nível de ensino como de maneira deficiente, em face das reais prioridades julgadas pelo referido docente. Para ele,

os técnicos e responsáveis pelo funcionamento do sistema se viam vez por outra tentados a construir tôrres de marfim, mais de ciência pura e inocentemente pedagógica, do que executar um plano de combate sem tréguas ao analfabetismo, com base na educação popular (INEP, 1960, p.67).

A Secretaria de Educação e Cultura apresentou estimativas que confirmavam o desequilíbrio entre o quantitativo de pessoas em idade escolar e a capacidade de atendimento em número de salas de aula, equipamentos, etc.

Essa compressão de matrículas torna-se agravante ainda mais intenso na capital do Estado pelo fato de “a Prefeitura do Recife situar-se como a única prefeitura do Estado que não mantém escolas primárias, o que lhe dá uma posição singularmente anticultural na paisagem humana de Pernambuco.” (INEP, 1960, p.67b-68)⁷⁰

Entre as décadas de quarenta e cinquenta, conforme o docente ora mencionado, o Estado reduziu de 75% para 72,5% o índice de analfabetos,

70 Em 1957, o quantitativo de docentes em regência de classe era de 2.870; a população em idade escolar de 07 a 12 anos era de 501.360; a população escolar estava em 501.360; estudantes matriculados: 292.353. Havia um déficit provável de 209.007 discentes. No ano de 1957, segundo estimativa do Anuário Estatístico do Brasil, “3.886 regentes de ensino primário municipal foram recenseados para 122.460 alunos, numa média por classe de 31 alunos no primeiro mês letivo de 1957.” Dados fornecidos pelo IBGE (INEP, 1960, p.69).

associando-se às estatísticas definidas pelo IBGE, em que nesse mesmo período entre as referidas décadas o Estado configura-se na 14ª posição no patamar nacional no que se refere ao nível cultural. Dados que para o referido docente contrasta “com a posição de relêvo na inteligência brasileira” (INEP, 1960, p.68b).

Em junho de 1961, a segunda greve estudantil acontece na UR, dessa vez, partindo de discentes da Faculdade de Direito. Inicialmente provocada por impasses entre estudantes e o diretor da mencionada Faculdade, o professor Soriano Neto, envolvendo inclusive a negação desse diretor à realização de palestra⁷¹ com a presença da sra. Celia Guevara (mãe de Ernesto Guevara). Com a eclosão da greve, denúncias de “desmandos administrativos” contra o aludido professor se alastraram. Com seu decorrer, a greve passa a ter a adesão do DCE-UR, da Universidade Rural de PE, das Faculdades isoladas de Caruaru, da UEP, dos estudantes de Agronomia e Veterinária, da Frente Nacionalista Estudantil, do Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Médicas, de Ciências Econômicas, de Odontologia, de Engenharia, da União Pernambucana dos Estudantes Primários, da UNE, da União dos Estudantes da Paraíba, da União Estadual dos Estudantes da Bahia, além de Sindicatos. (Cesar, 2009, pp.40-41; Cavalcanti, 1978, p.293).

Esse episódio envolveu distintas escalas de poder na UR, na cidade, no Estado e no País, pois, foi tratado de tal maneira na Reitoria, na Câmara dos Vereadores da cidade do Recife, na Assembleia, na Câmara Federal, assim como, por diversas vezes, pelo ministro da Educação, Brígido Tinoco, e pelo presidente da República na ocasião, Jânio Quadros. Tanto o prefeito Miguel Arraes quanto o governador em exercício, Pelópidas Silveira, envolveram-se abertamente nas conciliações. (CESAR, idem, pp.41-105; Cavalcanti, idem, pp.293b-294). A UR trata desse acontecimento através

71 Entretanto, a referida palestra fora realizada após decisão da Assembleia estudantil. A sra. Celia Guevara discursou por cerca de trinta minutos. (Cesar, 2009, pp.32-33)

do Conselho Universitário apenas no dia 19 de junho⁷², quando uma reunião é convocada às 22h, em caráter de urgência, após o reitor haver recebido telegrama do ministro da Justiça, Pedroso Horta (Cf, ata do Conselho Universitário da UR do dia 19.06.1961). A greve passa a ser tratada como questão jurídico-militar.

Com autorização do presidente Jânio Quadros, tropas do Exército invadem a Faculdade de Direito⁷³, fato descrito detalhadamente por Cavalcanti (idem) quando diz que: essa invasão “revestiu-se de um verdadeiro ato de guerra, tropas adestradas, munidas de armas sofisticadas, arrastando-se pelo chão, no jardim 13 de maio, como se fossem atacar um poderoso inimigo.” E conclui que “a cena era de um ridículo incrível”. Utilizando-se, inclusive, “de carros de assalto”. Isso para o autor, se configurava como “um ensaio para tomada de poder, consumada na gestão de João Goulart.” (Cavalcanti, idem, p.294b). Na madrugada do dia 16 de junho é anunciado o fim do movimento grevista estudantil. (César, idem, p.138)

Embora não declarando abertamente sua posição político eleitoral no ano de 1962, grande parcela de seus membros militou na campanha de Miguel Arraes para o governo do Estado. Com isso, “shows de teatro, pequenas encenações de peças populares e outras manifestações do gênero nos palanques armados nos subúrbios” foram organizados, antecedendo os discursos do candidato e de sua base de apoio. (Cavalcanti, 1978, p.301)

No segundo semestre de 1962, dois lançamentos iriam pôr em confronto a “opinião pública”, a saber: a peça *A Bomba da Paz*, de Hermilo Borba Filho (docente – UR), e a *Cartilha do MCP*. A peça foi avaliada como

72 Conforme Cesar (2009, p.138), o término da greve deu-se na madrugada do dia 16 de junho.

73 Essa Faculdade também tornou-se destaque a partir de manifestações de estudantes, trabalhadores, etc, contra o aumento da tarifa das passagens dos transportes coletivos em Recife e Região Metropolitana, em 20.01.2012. Soldados do Batalhão de Choque da PM do Estado lançaram “três bombas de efeito moral dentro das dependências da Faculdade” quando estudantes procuravam proteção. Fonte: <http://www.diariodepernambuco.com.br/nota.asp?materia=20120120130954>. Acesso em 27 de março de 2012.

“uma primeira reação à infiltração vermelha no teatro brasileiro”. A Cartilha, “muito criticada, sendo, inclusive, um dos alvos prediletos de toda a campanha encetada para destruir” o próprio Movimento, foi considerada por Anísio Teixeira como “a melhor cartilha para adultos analfabetos que, até agora, conheci no Brasil”⁷⁴; sua publicização promove vigilância não apenas local, uma vez que, em 02.11.1962, “na edição latino-americana da Revista *Time*”, um jornalista estadunidense exhibe artigo referindo-se ao Livro de leitura para adultos do MCP como uma “cartilha ideológica do MCP”, a qual, apesar de não ter sido considerada subversiva pelo Serviço de Inteligência do Exército, incita os trabalhadores à luta por considerar a greve, garantida por lei, um meio de obter melhores salários (Weber, 1984, pp. 256-263 – grifos da autora).

Durante discurso pioneiro como governador do Estado, Miguel Arraes compromete-se em “mobilizar todos aqueles que em Pernambuco queiram colaborar com o programa educacional” dizendo que “estenderá a todo o Estado a influência do MCP” (idem, p.262). A extensão do alcance do MCP, sobretudo através das “Escolas Radiofônicas”⁷⁵, possibilitou a realização do “Encontro de Palmares”, em 1964, em cidade homônima, o que, para Cavalcanti (1978), caracterizaria a ação do Movimento “numa região paupérrima, secularmente castigada pela monocultura e pela presença de relações semifeudais entre trabalhadores e empresários”. Esse encontro também contou com a atuação do Serviço de Extensão Cultural da UR, tendo à frente Germano Coelho, Anita Paes Barreto e Paulo Freire (idem, pp.322-323). Com o golpe civil-militar, Carlos Maciel⁷⁶ assume a presidência do Movimento, propondo-se a fazer, de fato, “uma democratização da cultura e a democratização da educação. O trabalho real em prol do povo é o único objetivo a que visamos realmente”. (Weber, 1984, p.268)

74 Cf. Livro de leituras para adultos – Movimento de Cultura Popular – 1962, p.05.

75 Conforme Weber, (idem, p.255) “Motivo de divergência entre Paulo Freire e o grupo da referida Escola, quanto às formas de proceder à alfabetização de adultos.”

76 Membro da Juventude Universitária Católica – JUC (Rosas, 1986, p.04)

A criação do Conselho Estadual de Educação – CEE (Lei Estadual nº 4.591, de 1º de março de 1963, nos termos do artigo 10 da Lei Federal nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961) reflete o caráter normativo, deliberativo e consultivo que o Estado também assume no Sistema de Ensino.⁷⁷ Entre os conselheiros precursores, figuram Abelardo da Hora; Cristiano Cordeiro; Dulce Dantas; Francisco Brennand; Galdino Loreto; Geraldo Costa; Germano Coelho; Irecê Wanderley; José Paulo Cavalcanti; Manuel Correia de Andrade; Maria Antônia Amazonas Mac Dowell; Paulo Rosas; Paulo Meneses; Paulo Freire; Sylvio Rabello.⁷⁸

Já quanto ao Estado, no que se refere à estrutura de cúpula da administração, o governo do Estado de Pernambuco, entre os anos de 1958 a 1964, nomeou seis Secretários de Educação – parte deles, docentes da Universidade do Recife. Encabeça essa lista de gestores educacionais o bacharel Merval de Almeida Jurema (03 de setembro de 1958 a 13 de novembro de 1958). Entre as atuações de Merval Jurema, podemos destacá-lo ainda enquanto membro do Conselho Estadual de Educação por oito anos, além de pró-reitor de Assuntos Acadêmicos e diretor da Imprensa Universitária da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Entre os dias 14 de novembro de 1958 e 31 de janeiro de 1959, assume a gestão de secretariado José Euclides Bezerra Cavalcanti.

Posteriormente, assume o cargo o professor e então diretor da Faculdade de Direito do Recife, o procurador Geral do Estado, consultor Geral do Estado, Lourival Faustino Vilanova (02.02.59 - 31.01.63). De 01.02.1963 a 02.10.1963, assume a gestão da Secretaria de Educação o bacharel e então docente da disciplina de Economia Política e Direito Constitucional, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), presidente, em 1960, do Movimento de Cultura Popular (MCP), membro do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco, em 1963, Germano de Vasconcelos Coelho. Em

77 Fonte; http://www.cee.pe.gov.br/index_historico.htm. Acesso em 27 de março de 2012.

78 Barbosa (2009, p.45).

seguida (de 07 de outubro de 1963 a 01 de abril de 1964), assume a gestão a docente da Escola de Serviço Social de Pernambuco, da Faculdade de Filosofia do Recife e da Universidade do Recife, Anna Paes Barreto. Com o advento do golpe civil militar, o cargo de secretário de Educação no Estado passa a ser exercido por Edson Moury Fernandes (02 de abril de 1964 a 05 de agosto de 1966)⁷⁹.

Para melhor visualização, segue a tabela abaixo:

Tabela 08 – Relação entre UR, Secretários de Educação e os Governos em execução.

Secretário de Educação	Período	Governador
Merval de Almeida Jurema (Docente da UR)	03.09.1958 – 13.11.1958	General Oswaldo Cordeiro de Farias – 1958-1959
José Euclides Bezerra Cavalcanti	14.11.1958 – 31.02.1959	Cid Sampaio – 1959-1962
Lourival Faustino Vilanova (Docente da UR)	02.02.1959 – 31.01.1963	Cid Sampaio – 1959-1962
Germano de Vasconcelos Coelho (Docente da UR)	01.02.1963 – 02.10.1963	Miguel Arraes de Alencar 1963-1964
Anna Paes Barreto (Docente da UR)	07 de outubro de 1963 a 01 de abril de 1964	Miguel Arraes de Alencar 1963 a 1964
Edson Moury Fernandes	02 de abril de 1964 a 05 de agosto de 1966	Paulo Pessoa Guerra 1964 a 1967

Com esses dados acima, percebem-se a presença e a importância dos docentes da UR na estrutura do Estado na área da Educação com governadores que representaram o Estado Novo (Cordeiro de Farias e o secretário de Educação, Merval Jurema) e populistas⁸⁰ (Miguel Arraes, e os secretários de Educação: Germano Coelho e Ana Paes Barreto), sendo esses últimos do MCP. Entre os anos de 1959 a 1964, dos seis Secretários que assumiram a Pasta da Educação no governo do Estado, quatro foram oriundos

79 Fonte: <http://www.educacao.pe.gov.br/default.asp>. Acesso em 29.ago.2011.

80 Cavalcanti, 1978, p.305

do quadro docente da UR, o que, em certa medida, ratifica o pressuposto de que, em muitos casos, a UR atua como fornecedora de quadros para composição da estrutura de poder do Estado, e mais explicitamente, no que se refere diretamente à educação, obtendo posição de relevo ante a essa constatação a centenária Faculdade de Direito da UR.

Com o auxílio dessa interpretação e através da análise a seguir, será tratado o modelo organizacional em que a UR estava fundada no reitorado de João Alfredo, uma vez que os próprios contextos aqui analisados também compunham o imaginário de membros da própria Universidade, haja vista suas relações com os governos, com os acontecimentos locais e nacionais, e ainda de que maneira essa aproximação também contribuiu para o entendimento de um perfil de instituição. Os catedráticos da UR deslocavam-se para a oligarquia (Agamenon Magalhães, Gilberto Osório, etc) quanto para os *populistas* (Pelópidas, Paulo Freire, Paulo Rosas, etc). Contudo, quando o assunto era o cotidiano da organização e da instituição, Universidade do Recife, prevalecia o mandarinato – principalmente no Conselho Universitário, a lógica do poder dos catedráticos. É o que veremos agora.

A estrutura organizacional da Universidade do Recife no Reitorado de João Alfredo Gonçalves da Costa Lima

4.1 Breve antecedente da estrutura organizacional da Universidade do Recife: O Regime de Cátedras

Ao percorrer os passos de Fávero (1980, p.23), adentramos em aspectos, a nosso ver, de grande relevo, para estabelecer uma compreensão do que vem a ser a Universidade numa base cultural no País fundada numa relação de dependência das nações colonizadoras. Conforme Fávero (idem, p.21), “quando falamos de universidade, não podemos deixar de indagar o que ela é e como se cria, entretanto, não se desprendendo do que vem a ser essa instituição”.

Desse modo, a desnaturalização do caráter fundador da universidade possibilita, em certa medida, compreender como se organiza a arquitetura de poder dessa instituição que, para Fávero (idem, idem), perpassa uma “situação de ambiguidade quando, por um lado, “reproduz a estratificação social, a ideologia vigente e, de outro, “através de alguns grupos mais conscientizados, tenta exercer um papel crítico diante da sociedade.”

Empregando a Universidade do Brasil como referência de análise da organização universitária no País, Fávero (idem, p.93) reproduz a afirmação de Gustavo Capanema⁸¹ quando o mesmo assegura que, ao se organizar em 1935, a referida Universidade proporciona ao Ministério da Educação e Saúde estabelecer uma maior atenção por parte desse Ministério a partir de seu “Plano de Reorganização”.

Sob a alegação de que o País “precisará cada vez mais de um numeroso e aprimorado escol intelectual”, Capanema reconhece o “dever da União de ampliar e melhorar a Universidade Federal” em um país “que não dispunha ainda de verdadeiras universidades, não tinha uma tradição universitária, e as poucas instituições existentes não correspondiam às exigências do ensino que pretendiam ministrar e às pesquisas a desenvolver” (Fávero, 1980, p.94)

Ao analisar as afirmações de Capanema, Fávero (idem, 94b-95; Bomeny, 1994) chama a atenção para o aspecto centralizador, controlador, sobretudo com a instauração do Estado Novo (1937-1945), quando, nesse momento, “a política educacional não se limita apenas a decretar a legislação e ditar normas para a sua implantação, mais que isso, ela visa transformar o sistema de ensino em um instrumento eficaz de manipulação dentro do sistema instituído.” Justificada no “dever da União de armar e proteger, por todas as formas, o progresso dessas instituições...”, que, para Fávero (ibidem), se configuraria “gradualmente na transformação do ensino superior em um ‘perfeito aparelho ideológico do Estado’”.

Para receberem do respectivo Ministério a chancela de Universidades “de caráter nacional”, e conseqüentemente “mantidas e dirigidas pela União”, as universidades teriam que se submeter a aspectos, os quais são destacados por Fávero, a saber:

81 Ministro da Educação e Saúde (1934-1945) Fonte:http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_b_gustavo_capanema.htm. Acesso em 30 de março de 2012.

a) a universidade “deveria ser um padrão”. Ela seria padrão, segundo as palavras do ministro, no sentido de que as linhas fundamentais de sua estrutura, instalações, administração e funcionamento seriam apresentados como exemplo de boa organização. Deveria ser padrão, de modo que seus institutos de ensino oferecessem todas as variantes de cursos, discriminados e definidos na lei Federal; b) constituir-se num ativo centro de pesquisas científicas, de investigações técnicas, de atividades filosóficas, literárias e artísticas, de estudos desinteressados de toda sorte, a fim tornar-se o mais alto centro de expressão de nossa cultura intelectual; c) freqüentada por estudantes de todo o país, não apenas por estudantes da capital; d) constituir-se no mais sólido reduto, diz o ministro, onde pudessem ser guardadas as tradições, firmados os princípios e diretrizes que asseguram à nação brasileira a continuidade, o progresso, o equilíbrio e a liberdade. (Fávero, 1980, p.95b)

Conforme Bomeny (idem), o modelo de ensino superior no Brasil não escapou das intervenções durante os dois períodos ditatoriais no País (1937-1945 e 1964-1984). E adverte que

A coincidência de havermos herdado do Estado Novo a primeira tentativa de estruturar organicamente a universidade pública no país e de termos procedido à grande reforma universitária no momento mais duro da política autoritária do pós-64 tem que ser avaliada com cuidado (ibidem)

Um aspecto que nos parece ter relevância ao analisarmos a estruturação do ensino superior no País está na instituição do regime de cátedras como referencial de autoridade e poder na organização universitária, e introduzida “a partir de 1808, quando o Príncipe D. João VI, aqui chegando, determina a criação, entre outras, das cadeiras de Anatomia, no

Rio de Janeiro, e de Cirurgia, no Rio e na Bahia.” (Fávero, 2000). O próprio período no qual a Universidade do Recife está sendo analisada representa bem essa referência catedrática nas instâncias de decisão da instituição. De “natureza *quase monárquica*, o professor catedrático era por direito de conquista ou de investidura o chefe nato, o dirigente vitalício da cadeira a que se vinculava.” (CHAMLIAN, 1984, p.61 – grifos da autora)

Conforme depoimento do docente catedrático da então Faculdade de Arquitetura da UR, Jônio Santos Pereira de Lemos, ao pesquisador Santos (2012), o concurso para catedrático, na UR, era constituído de cinco etapas: título, prova escrita, prática, didática e defesa de tese, durando em média uma semana. (idem, p.172-173)

Entretanto, em períodos antecedentes, como o da Proclamação da República, a definição dos catedráticos dar-se-ia pela nomeação de governos. Essa prática foi alterada a partir das “reformas Carlos Maximiliano (1915) e Rocha Vaz (1925) que apresentam então o concurso como um pré-requisito” para essa ocupação. (idem)

Apesar disso, para CHAMLIAN (idem), essa prática de ocupação de cátedra sem a realização de concurso ainda é percebida nos anos cinquenta com a federalização de muitas escolas superiores particulares. Inúmeros casos de docentes ocupando cátedras para as quais não prestaram concurso foram registrados. A medida adotada pelas instâncias oficiais foi efetivar os conjecturados catedráticos reconhecidos como fundadores das respectivas, contrariando as já mencionadas Reformas, a saber: a de 1915 (Carlos Maximiliano) e a de 1925 (Rocha Vaz). (idem, p.50)

CHAMLIAN (idem) define as cátedras desde o seu ingresso no País até “a sua recente extinção”, relevando, em três pontos, alterações na composição e as consequências destas para os seus titulares:

1 – Cargo docente, ocupado por um único indivíduo e especificamente relacionado a uma determinada área do conhecimento, mais ou menos ampla, mas cada vez mais tendendo à especialização. O seu titular ou

responsável é o “lente catedrático”, cioso de sua posição única e prerrogativas, o “proprietário” exclusivo da área de estudos para a qual foi nomeado (por concurso o não); 2 – Unidade, ou melhor dito, “fração” ou “repartição administrativa” (ou talvez mesmo “departamento”, no sentido de parte de um todo) de uma instituição escolar de ensino superior e, também por muito tempo, de ensino secundário. O “chefe”, único responsável por essa fração administrativa, é ainda, como sempre, o catedrático, que participa da estrutura de poder da unidade escolar correspondente (escola, faculdade, instituto) como único legítimo representante da mencionada “fração administrativa”; 3 – Agrupamento de docentes (ou pesquisadores) vinculados a uma determinada área de conhecimentos, organizados em uma “carreira”, mas dependentes de um único professor responsável, que detém, em última análise, todos os poderes decisórios e de cuja confiança dependem, também em última instância, todos os demais (Chamlian, 1984, p.45 – grifos da autora)

Ao fazer menção à cátedra, o Estatuto do Ensino Superior (Reforma Francisco Campos), de 1931, “ratifica o professor catedrático como o primeiro na hierarquia do corpo docente e coloca em termos de exigência para o provimento no cargo o concurso público de títulos e provas”. (Fávero, 2000) Determina ainda a ampliação dos critérios para o provimento das cátedras quando assegura que sua nomeação, também, será realizada “sem concurso, no caso de “candidato insigne que tenha realizado invento ou descoberta de alta relevância, ou tenha publicado obra doutrinária de excepcional valor”.” Caso fosse a primeira nomeação, permaneceria durante dez anos e, posteriormente reconduzido (exigindo-se, dessa vez, apenas títulos), assumiria “garantias de vitaliciedade e inamovibilidade, vantagens que somente perderia por abandono do cargo ou em virtude de sentença judiciária (Chamlian, 1984, p.47), aposentando-se

quando atingisse trinta anos de exercício do magistério ou ao completar sessenta e cinco anos de idade. (ibidem – grifos da autora)

Com a Constituição de 1934, é estabelecida a

garantia da liberdade de cátedra; vedada a dispensa do concurso de títulos e provas no provimento dos cargos do magistério oficial; garantia aos professores nomeados por concurso para os institutos oficiais da vitaliciedade e da inamovibilidade nos cargos e, em casos de extinção da cadeira, o professor seria aproveitado (arts. 155 e 158) [Fávero, 2000]

Por sua vez, a Constituição de 1946 faz referência ao provimento de cátedra quando, ao estabelecer critérios para sua ocupação, afirma:

exigir-se-á concurso de títulos e provas. Aos professores admitidos por concurso de títulos e provas, será assegurada a vitaliciedade”. A seguir dispõe: “É garantida a liberdade de cátedra” (art. 168, incisos VI e VII). [FÁVERO, 2000]

Chamlan (idem) acrescenta ainda, no que se refere à supracitada Constituição, em seus artigos 187 e 188, que o aspecto vitalício de professor catedrático associava-se à representação da cátedra como “um complexo unitário e indivisível de poderes e deveres atribuídos pelo Estado a uma pessoa – o catedrático – para agir em seu nome.” E ainda,

se procurássemos especificar, ainda mais, esta relação, diríamos que as cátedras representavam unidades destinadas a ser ocupadas por professores aos quais a vitaliciedade e a liberdade (direitos) eram concedidas e que deveriam ministrar o ensino (dever) em nome do Estado. (idem, p.47)

Ao realizar as leituras das atas do Conselho Universitário da Universidade do Brasil nos percursos entre (1921-1937) e (1937-1965), Fávero (2000) constata “que, até a década de sessenta, o poder nessa Universidade concentrava-se nas atitudes dos catedráticos”. A atuação destes nos órgãos colegiados dar-se-ia, conforme Fávero (idem), através de “um caráter centralizador, operacionalizando-se na maioria das vezes de cima para baixo”, sobretudo nas reuniões do Conselho Universitário da respectiva instituição, nas quais seus pares também predominavam.

CURY (2001) traz importantes contribuições para um entendimento acerca de um órgão colegiado como o Conselho, o qual, especificamente o universitário, Fávero (2000) admite ser um ambiente potencial de expressão do poder outorgado aos catedráticos. Para Cury, etimologicamente,

Conselho vem do latim *Consilium* (distinto de *Concilium*: convocação, assembleia), derivado do verbo *consulo/ consulere*, significando tanto ouvir *alguém quanto submeter algo a uma deliberação de alguém*, após uma *ponderação refletida, prudente e de bom senso*. Ouvir e ser ouvido.” (Cury, 2001, p.47 – grifos do autor)

Entretanto, o “ouvir e ser ouvido”; o ver e ser visto, como admite Cury (idem), não significam necessariamente a presença de um equilíbrio de forças inserido em um espaço que tende à *confrontação* e a concílios, haja vista que, já no trabalho de Fávero (idem), percebe-se um acentuado desequilíbrio de poderes ante os catedráticos, pois “a presença dos diferentes segmentos (representante dos docentes livres, presidente do Diretório Central dos Estudantes) da comunidade acadêmica pouco se faz sentir” diante da supremacia exercida entre os pares das cátedras⁸². Abaixo, regis-

82 Durante reunião do Conselho Universitário da UR, realizada no dia 05.05.1961 e presidida pelo reitor João Alfredo, foi deliberado que ficaria a cargo do professor Gilberto Osório definir os conceitos de cadeiras, disciplinas.

tro fotográfico de reunião do Conselho Universitária da UR (década de 60)
– presença expressiva e majoritária de homens.



Ilustração 05. Reunião do Conselho Universitário da UR (década de 60)

FONTE: SANTOS (2012, p.179)

Nesse registro acima, é possível compreender a estrutura organizacional desse Conselho. Diante da imagem única do então reitor Joaquim Amazonas, localizada acima da cadeira do presidente do Conselho, a dinâmica da reunião é estabelecida, com o reitor, e o vice-reitor pondo-se em um plano de altura superior ao dos demais catedráticos e conselheiros, embora a bancada na qual se acomoda o reitor ainda se encontre mais elevada em relação aos que o ladeiam. As atenções são direcionadas para a figura e a representação central do reitor. Nota-se ainda que há uma aparente hierarquia perante os assentos nesse colegiado entre os próprios docentes conselheiros, uma vez que se percebem assentos mais próximos e mais afastados da mesa de cerimônia, supondo-se que, estando mais centralmente localizado, o conselheiro teria, teoricamente, uma maior atenção diante dos pares, além do próprio predomínio do quantitativo masculino que, inclusive, aparenta idades transitando entre 50 e 70 anos.

A perpetuação de conselheiros empossados ainda no período do reitor Joaquim Amazonas (1946 – 1959), e que se elegeram sucessivas vezes para esse cargo já no período de João Alfredo (1959-1964), demonstra que, mesmo sob a égide de um reitorado “Democratizante-Modernizante” (Canuto, 1987), *clássicas* expressões catedráticas do período centralizador de Joaquim Amazonas, por sua vez, constituíam esse Conselho, como é o caso, por exemplo, dos catedráticos Newton Maia, Jorge Lobo e do próprio João Alfredo.

Tanto João Alfredo quanto Newton Maia compôs esse colegiado durante todo o percurso entre os anos analisados na tabela nº 9, abaixo (totalizando 100% de presença cada docente). Já os professores Murilo LaGreca, Sá Barreto, Luíz Ferreyra dos Santos, Jorge Lôbo e Heitor de Andrade Lima, estiveram presentes durante seis dos sete anos (totalizando 85,7% de presença cada docente). Cinco anos é o período que representa a presença dos professores Jorge Glasner, Nilo Pereira, Jônio Lemos, Madre Maria José Torres, Evaldo Coutinho e Duarte Dias nesse Conselho (significando 71,4% de presença cada docente). Os docentes Sérgio Loreto Filho, Francisco Gondim, Gilberto Osório, Francisco Coutinho, Ivan Loureiro e Romildo Torres representam cada conselheiro 57,1% de presença nessa composição. Os demais membros compuseram esse colegiado no período de até três anos.

Conforme a tabela abaixo, podemos visualizar, na composição do Conselho Universitário da UR, entre os períodos de 1958 a 1964, a preponderância e perpetuação dos catedráticos. Elencamos o período sócio-histórico supracitado para assim possibilitar uma visão mais ampliada dessa composição, adotando ainda quase dois anos do período de Joaquim Amazonas (1958-1959), visto que considerável fração das nomeações subsequentes, já no período João Alfredo (1959-1964), originaram-se entre esses dois respectivos anos (1958-1959). Desse modo, torna-se acessível acompanhar a trajetória dos membros desse Conselho.

Tabela 09 – Composição do Conselho Universitário da UR – 1958-1964

1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964
Reitor Joaquim Amazonas	(transição) Reitor Joaquim Amazonas/ Reitor João Alfredo	Reitor João Alfredo	Reitor João Alfredo	Reitor João Alfredo	Reitor João Alfredo	Reitor João Alfredo
UNIVERSIDADE DO RECIFE - MEMBROS DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO						
Joaquim Amazonas*; -João Alfredo*; -Newton Maia*; -Alberto Moreira*; -Evaldo Coutinho; -Heitor de Andrade; -Frederico Simões Barbosa; -Antônio Figueira*; -Mário Ramos*; -Silvio Rabelo*; -Francisco Sales;	-Joaquim Amazonas*; (2) -João Alfredo*; (2) -Sá Barreto; (1) -Newton Maia*; (2) -Alberto Moreira*; (2) -Frederico Simões; (2) -Mário Ramos*; (2) -Maria José Torres; (2) -Sílvia Rabelo*; (2) -Luiz Guedes; (1)	-João Alfredo*; (3) -Newton Maia*; (3) -Antônio Figueira*; (3) -Jorge Lôbo*; (3) -Romildo Tôrres; (1) -Ferreira dos Santos; (2) -Marcionilo Lins*; (1) -Francisco Coutinho; (1) -Alberto Moreira*; (3) -Júlio Araújo; (2) -Jorge Glasner; (1)	-João Alfredo*; (4) -Newton Maia*; (4) -Madre Maria José Torres; (3) -Ivan Loureiro*; (1) Luiz Osório; (1) -Antônio Figueira*; (4) Romildo Tôrres; (2) -Ferreira dos Santos; (3) -Alberto Moreira*; (4) -Waldomiro Coutinho; (2) -Francisco Gondim; (2)	-João Alfredo*; (5) -Newton Maia*; (5) -Ivan Loureiro*; (2) -Jorge Lôbo*; (4) -Luiz Osório; (2) -Romildo Tôrres; (3) -Francisco Barbosa; (1) -Ferreira dos Santos; (4) -Francisco Coutinho; (2) -Jorge Glasner; (3) Marco Maciel; estudante (3) -Madre Maria José Torres; (4)	-João Alfredo*; (6) -Newton Maia*; (6) -Romero Marques; (1) -Nilo Pereira; (4) -Heitor de Andrade; (6) -Sá Barreto; (5) -Luiz Osório; (3) -Jorge Lôbo*; (5) -Ida Vieira; (1) -Francisco Barbosa; (2) -Jônio Lemos*; (4) -Abgar Soriano*; (2) -Romildo Torres; (4)	-João Alfredo*; (7) -Newton Maia*; (7) -Antônio Baltar*; (1) -José Carlos Moraes (estudante); (1) - Drumond Xavier (estudante); (1) - Oséias Gouveia (estudante); (1) - José Carlos Vasconcellos (estudante); (1) -Murilo Guimarães*; (2)

83 A numeração ao lado dos referidos nomes dos Conselheiros objetiva ilustrar a quantidade de períodos letivos acumulados pelos conselheiros no período entre 1958 e 1964, tendo como parâmetro os dois períodos finais do reitorado Joaquim Amazonas (1958-1959) e toda a trajetória do período de reitorado de João Alfredo na UR (1959-1964).

-Duarte Dias*;	-Armínio do	-Maria da	Marco Maciel;	-Gilberto	-Francisco	-Ivan
-Jorge Lôbo*;	Lalor Mota*;	Conceição	estudante (2)	Osório; (3)	Coutinho; (3)	Loureiro*; (4)
-Carlos	(1)	Machado; (1)	-Gilberto	-Nilo Pereira;	-Ivan	-Francisco
Marinho;	-Pinto de	-Silvio Rabêlo;	Osório; (2)	(3)	Loureiro*; (3)	Coutinho; (4)
-Fernando	Campos; (1)	(3)	-Nilo Pereira;	-Heitor de	-Arnaldo	-Madre Maria
Montenegro;	-Francisco	-Nilo Pereira;	(2)	Andrade; (5)	Caldas; (1)	José Torres; (5)
-Arnaldo Lima;	Gondim; (1)	(1)	-Duarte Dias*;	-Duarte Dias*	-Antônio	- Jônio
-Madre Maria	-Júlio de	-Marco Maciel	(4)	(5);	Figueiredo; (1)	Lemos*; (5)
José Torres;	Araújo; (1)	(estudante);	-Heitor de	-Sá Barreto; (4)	-Dulce Pontes;	-Nilo Pereira;
-José Soriano	-Francisco	(1)	Andrade; (4)	-Evaldo	(1)	(5)
Neto;	Sales; (2)	-Heitor de	-Sá Barreto; (3)	Coutinho; (5)	-Ferreira dos	-Arnaldo
	-* Dias; (2)	Andrade Lima;	-Jônio Lemos*;	-Fernando	Santos; (5)	Caldas; (2)
	Murilo	(3)	(2)	Menezes; (1)	-Jorge Glasner;	-Abgar
	LaGreca; (1)	-Duarte Dias*;	-Evaldo	-Fernando	(4)	Soriano*; (3)
	-Mário	(3)	Coutinho; (4)	B. de	-Margaret	-Jorge Lôbo;
	Nunes*; (1)	-Sá Barreto; (2)	-Murilo	Albuquerque;	Costa; (2)	(6)
	-Abgar	-Jônio	LaGreca; (3)	(1)	-Madre	-Luíz Ferreyra
	Soriano*; (1)	Lemos*; (1)	Luíz Guedes;	(estudante)	Dilucina	dos Santos; (6)
	-Sérgio Loreto	-Evaldo	(3)	-Murilo	Lopes; (2)	-Francisco
	Filho; (1)	Coutinho; (3)	-Jorge Glasner;	LaGreca; (4)	José Lourenço	Barbosa; (3)
	-Ferreira dos	-Murilo	(2)	-Luíz Guedes;	de Lima; (1)	-Gilberto
	Santos; (1)	LaGreca; (2)	-Sérgio Loreto	(4)	-Murilo	Osório; (4)
	-José Soriano	-Baltazar da	Filho; (2)	Sérgio Loreto	Guimarães*;	-Sá Barreto; (6)
	Neto; (2)	Câmara; (1)		Filho; (3)	(1)	-Francisco
	-Marciliano	-Luiz Guedes;		-Jônio Lemos*;	Murilo	Gondim; (4)
	Reis; (1)	(2)		(3)	LaGreca; (5)	-Jorge Glasner;
	-Evaldo	Soriano Neto;		Álvaro	-Francisco	(5)
	Coutinho; (2)	(3)		Figueirêdo; (1)	Gondim; (3)	-Matos Pereira
	-Heitor de	-Waldomiro		-Margaret da		de Jesus; (1)
	Andrade Lima.	Coutinho; (1)		Costa; (1)		-Nelson
	(2)	-Gilberto		-Guilherme		Chaves*; (1)
		Osório; (1)		Martins; (1)		-Sérgio Loreto
		-Luiz Siqueira.		Madre		Filho; (4)
		(1)		Dilucina Lopes		-Murilo
				(1)		LaGreca; (6)
				-José Lourenço		
				de Lima; (1)		

* *Alguns catedráticos*

Percebe-se através dessa tabela, primeiramente, a predominância masculina num espaço em que se constata a presença de *apenas* seis

mulheres conselheiras, a saber: Madre Maria José Torres (1958 – 1959 – 1961 - 1962 – 1964); Maria da Conceição Machado (1960); Margaret da Costa (1962 – 1963); Madre Dilucina Lopes (1962 – 1963); Dulce Pontes (1963); Ida Vieira (1963). Percebe-se uma considerável presença da representante da Faculdade de Filosofia do Recife, Madre Maria José Torres, havendo apenas intervalos nos anos de 1960 e 1963. No ano de 1963, o Conselho Universitário chegou a ser ocupado por quatro mulheres (Margaret da Costa; Madre Dilucina Lopes; Dulce Pontes; Ida Vieira), em um universo que comportava cerca de vinte e dois conselheiros nesse mesmo ano.

Conforme as atas, a participação dos estudantes é bastante pontual e quase inexistente – tanto no reitorado de Joaquim Amazonas como no de João Alfredo. Entre os representantes estudantis no Conselho Universitário⁸⁴, Marco Maciel foi o que mais tempo ficou no cargo, três anos (1960-1961-1962), iniciando como membro desse colegiado em reunião do dia 19.11.1960, sob a presidência do vice-reitor Soriano Neto, e reconduzido em 31.10.1961, em reunião dirigida pelo vice-reitor eleito, Newton Maia. Em reunião do Conselho ocorrida às 22h⁸⁵ do dia 19.06.1961, presidida por João Alfredo, o estudante Marco Maciel acata a sugestão dos professores Francisco Gondim e Alberto Moreira no sentido do adiamento de provas em decorrência da greve estudantil.

O estudante Jócio Bócio é anunciado representante da classe discente no dia 29.08.1962, não sendo encontrados nas atas do Conselho outros registros referentes à sua atuação. Em reunião do dia 09.11.1962, presidida pelo reitor, é anunciada a nova representação estudantil no Conselho, o

84 Ao se fazer a leitura das atas desse Conselho, constata-se que os estudantes eram quase que habitualmente conduzidos pelos docentes conselheiros a compor comissões na Universidade. Entretanto, a presidência dessas comissões era tradicionalmente exercida pelos docentes, sobretudo catedráticos.

85 Horário este incomum, pois essa reunião fora convocada em caráter de urgência após o reitor haver recebido telegrama do ministro da Justiça, Pedroso Horta.

discente Fernando Brito de Albuquerque Maranhão, Entre as atuações do respectivo discente, podemos destacar o elogio do representante à Escola Superior de Química, devido à definição do modelo de promoções, no dia 30.11.1962, além de sua discordância mediante sugestão apresentada pelo Conselho no intuito de o reitor João Alfredo designar membros da diretoria da Faculdade de Filosofia do Recife, em 08.03.1963, em reunião coordenada por Newton Maia. No ano de 1964, quatro estudantes (José Carlos Morais; Drumond Xavier; Oséias Gouveia; José Carlos Vasconcellos) chegaram a pronunciar-se no Conselho, o que não significa ainda certificar que os mesmos teriam assento nesse órgão colegiado.

No dia 27.02.1964, durante o Conselho presidido por João Alfredo, o discente José Carlos Morais Vasconcellos propõe a realização de um novo vestibular tendo em vista a ociosidade de vagas em Faculdades e Escolas da UR; em 12.03.1964, a representação estudantil no Conselho está por conta de Drumond Xavier que, em reunião realizada no dia 19.03.1964, sob a coordenação do vice-reitor Newton Maia, denuncia que a abertura de concursos para cátedras na UR não está de acordo com as exigências da LDB e com as normas do Regimento Geral das Entidades. Após o pronunciamento do discente, o professor Sá Barreto propõe:

- 1 – Suspende em todas as Unidades Universitárias da UR a abertura de novos concursos para cátedra;
- 2 – No caso de concursos já abertos, os candidatos destes dirão se serão aceitos com as novas modificações;
- 3 – Os concursos em andamento, com prazo marcado para sua realização dentro das normas atualmente vigentes, serão realizados”. (Santos, et.al, 2010, p.80)

Como vimos, a composição do Conselho Universitário era masculina, de idade adulta e, os estudantes tiveram pouca intervenção no reitorado de João Alfredo (o que veremos com mais detalhes em outro momento) – apesar de reconhecido como um reitorado democrático. Certamente, não poderia ser diferente, pois prevalecia a cátedra: masculina, imponente,

magistral e hierárquica. Imagens que reportam a perfeição a pessoas ilustres, inteligência suprema eram comuns quando existiam referências dos catedráticos aos próprios catedráticos. O autoelogio era uma constante – basta conferir as atas e as suas memórias quando os mesmos faziam referências aos relatórios, às propostas e às personalidades dos catedráticos. Veremos, agora, como estavam estabelecidos o organograma e o sentido de ordem da Universidade controlada por estes e que mantinham laços familiares, afetivos, políticos e ideológicos com as forças político-econômicas que controlavam Pernambuco e que se conectavam com o Poder nacional.

4.2 Estatuto da Universidade do Recife: Uma breve análise

O estatuto é a expressão da organização na perspectiva de Enriquez e Lèvy: lugar da finitude, das regras explícitas e das definições de funções profissionais. Este é o lugar do instituído.

A então Universidade do Recife (UR), com sede na cidade homônima, atual Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), foi instituída no ano de 1946, através do Decreto-Lei nº 9.388, de vinte de junho do mesmo ano, criando então a UR e dando outras providências. O seu Estatuto foi aprovado através do Decreto nº 21.904, de oito de outubro do respectivo ano. Ambos os documentos foram emitidos e assinados pelo presidente da República, Eurico G. Dutra⁸⁶, e por Ernesto de Souza

86 Empossado em janeiro de 1946, Dutra aproximou-se dos setores conservadores, incluindo aqueles representados pela UDN, através do chamado Acordo Interpartidário, o que acarretou a marginalização de Vargas e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que acabaram por romper com o presidente. Os comunistas, que haviam obtido resultados eleitorais expressivos nas eleições de 1945 e 1947, foram vítimas de uma ferrenha perseguição por parte do governo, que assim se integrava no contexto internacional da Guerra Fria, e tiveram sua atuação política legal novamente proibida. O governo Dutra foi marcado, ainda, por uma política econômica conduzida a partir de postulados liberais, pelo rápido esgotamento das reservas cambiais acumuladas durante a guerra e por uma severa política

Campos⁸⁷. Utilizando-se do Artigo 180 da Constituição, o presidente E. Dutra, ao decretar a criação da UR, estabelece em VII Capítulos o perfil organizacional no qual se pretende estruturar a Universidade.

A composição da UR estava fundada na Faculdade de Direito do Recife, na Escola de Engenharia de Pernambuco, na Faculdade de Medicina do Recife (e nas anexas, Odontologia e Farmácia), na Escola de Belas Artes de Pernambuco e na Faculdade de Filosofia do Recife.” (Decreto-Lei, 1946, p.3b-4).

Conforme esse Decreto-Lei, em seu Capítulo III, a administração da UR será exercida pela Assembleia Universitária, pelo Conselho de Curadores, pelo Conselho Universitário e ela Reitoria. A Assembleia constituída “por professores catedráticos e docentes-livres, um representante de cada instituto técnico-científico, um do pessoal administrativo e um do corpo discente de cada unidade, na forma a ser prescrita pelo Estatuto da Universidade” (Decreto-Lei, 1946, p.6), ocorrendo, ordinariamente, duas vezes ao ano, e extraordinariamente, convocada pelo reitor, objetivando

tomar conhecimento do plano anual dos trabalhos da Universidade; Tomar conhecimento dos relatórios das atividades e realizações do ano anterior ; assistir à entrega dos diplomas honoríficos e de doutor e de professor; além de eleger o seu representante no Conselho de Curadores (Decreto-Lei, 1946, p.6b).

de arrocho salarial. Fonte: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/eurico_gaspar_dutra. Acesso em 05 de jan. de 2012.

87 Como ministro da Educação, teve sob seu comando a organização das universidades autônomas do Paraná, da Bahia, de Pernambuco, assim como as universidades católicas de Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo. Fonte: <http://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/biografias/51/BIOGRAFIA-ERNESTO-DE-SOUZA-CAMPOS.pdf>. Acesso em 05 de jan. de 2012.

O Conselho de Curadores, composição administrativa da Universidade, é constituído pelo reitor, como presidente deste, além de

dois representantes do Conselho Universitário; um professor catedrático representante da Assembléia Universitária; um representante da associação de antigos alunos da Universidade; um representante das pessoas físicas ou jurídicas que tenham feito doações à Universidade; um representante do ministro da Educação e Saúde.” (Decreto-Lei, 1946, p.07).

Suas atribuições estão concentradas em

aprovar os orçamentos da Universidade; autorizar as despesas extraordinárias, não previstas no orçamento; aprovar a prestação de contas de cada exercício, feita ao reitor pelos diretores das unidades universitárias; aprovar a prestação final de contas, anualmente apresentada pelo reitor, a fim de ser enviada ao ministro da Educação e Saúde; resolver sobre aceitação de legados e doações; autorizar acordos entre as unidades universitárias e sociedades industriais, comerciais ou particulares, para a realização de trabalhos ou pesquisas; aprovar o quadro do pessoal extraordinário e as normas propostas para a sua admissão ou dispensa; além de autorizar a abertura de créditos especiais ou suplementares (Decreto-Lei, 1946, p.07b)

Ainda entre os órgãos administrativos da UR, inclui-se o Conselho Universitário, colegiado composto pelo

reitor; diretores de cada uma das unidades universitárias, de ensino superior; um representante de cada uma das Congregações das mesmas unidades; um representante dos docentes-livres, eleito pelos seus

representantes junto às congregações, em sessão convocada e presidida pelo reitor; um representante dos corpos docentes de cada uma das escolas anexas de Odontologia e Farmácia; um representante do Diretório Central dos Estudantes; além de um representante dos institutos técnico-científicos da Universidade (Decreto-Lei, 1946, p.08)

Ao Conselho, conforme o Decreto-Lei nº 9.388, cabe:

exercer, como órgão deliberativo, a jurisdição superior da universidade; aprovar os regimentos organizados para cada uma das unidades universitárias; aprovar as propostas dos orçamentos anuais das unidades universitárias, mantidas ou subvencionadas pela União ou pela Universidade, remetidas ao reitor pelos respectivos diretores; aprovar a proposta do orçamento anual da Reitoria e suas dependências; (...) autorizar as alterações de lotação dos funcionários administrativos da Reitoria e das Unidades Universitárias, quando mantidas ou subvencionadas pela União ou pela Universidade, propostas pelo reitor; resolver sobre os mandatos universitários e sobre os cursos e conferências de extensão; deliberar sobre assuntos didáticos de ordem geral e aprovar iniciativas ou modificações no regime do ensino e pesquisas, não determinadas em Regimento, propostas por qualquer das unidades universitárias, respeitados os limites em que se exercita a autonomia universitária; decidir sobre a concessão dos títulos honoríficos da Universidade (...) deliberar, em grau de recurso, sobre a aplicação de penalidades; deliberar sobre providências destinadas a prevenir ou corrigir atos de indisciplina coletiva, inclusive sobre fechamento de cursos e mesmo de quaisquer unidades universitárias (...); informar os recursos interpostos sobre concursos para professores; deliberar

sobre questões omissas do Estatuto e dos Regimentos Internos. (Decreto-Lei, 1946, p.08-09)

Ao finalizar a abordagem introdutória da estrutura administrativa da UR, a Reitoria institui-se como “órgão executivo central, que coordena, fiscaliza e superintende tôdas as atividades universitárias”. O reitor é nomeado pela Presidência da República, “dentre os professores catedráticos efetivos, em exercício ou aposentados, eleitos em lista tríplice e por votação uninominal pelo Conselho Universitário” (Decreto-Lei, 1946, p.09b). Conforme o Artigo 35 do Capítulo VII Das Disposições Transitórias, “fica criado, no quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, o cargo isolado, de provimento em comissão, padrão R, de reitor da Universidade do Recife. Entretanto, segundo o Artigo 34, o diretor da Faculdade de Direito exercerá, de forma provisória e cumulativa, a Reitoria (Decreto-Lei, 1946, p.17). O reitor eleito terá mandato de três anos, podendo ser reconduzindo através do ritual eleitoral supracitado. São suas atribuições:

convocar e presidir as reuniões da Assembléia Universitária, do Conselho de Curadores e do Conselho Universitário; organizar, ouvidos os diretores das unidades universitárias, os planos de trabalho anual, e submetê-los ao Conselho Universitário (...); administrar as finanças da Universidade, nos termos dêste Decreto-Lei; admitir, transferir e dispensar o pessoal extranumerário, mantidos pelos recursos próprios da Universidade; remover, de acôrdo com as conveniências do serviço, o pessoal administrativo das unidades universitárias mantidas pela União (...); exercer o poder disciplinar, na forma do Estatuto da Universidade. (Decreto-Lei, 1956, p.10)

Ao se reportar à organização universitária, o Decreto-Lei reafirma no Capítulo VI (Das Disposições Gerais) o aspecto departamental das Faculdades e Escolas de ensino superior membros da UR, com cada

departamento sendo “dirigido por um chefe escolhido entre os respectivos catedráticos, por proposta do Diretor e nomeação do Reitor” (idem, p.14).

Quase quatro meses após a aprovação do Decreto-lei que cria a UR e dá outras providências, é acatado o Decreto nº 21.904, de oito de outubro de 1946, que estabelece o Estatuto da UR. Este, organizado em um único Capítulo e VIII Títulos, conferindo personalidade jurídica, regulamenta as ações no âmbito da UR. Já no Artigo 2º do Título I (da Universidade e seus fins), o Estatuto determina como objetivos da UR “o preparo e o aperfeiçoamento cultural e técnico de profissionais e pesquisadores nos domínios da filosofia, das ciências, das letras e das artes. No decorrer do aludido Título, o Estatuto julga de poder do Conselho Universitário decisões envolvendo, por exemplo, a incorporação à estrutura da UR de “faculdade, escola, instituto ou outro estabelecimento de ensino ou técnico”. Após análise dos requerimentos, as determinações teriam caráter “definitivo e irrecorrível” (Estatuto, 1956, p.21-22).

A estrutura de poder da UR, através dos espaços colegiados, como Assembleia e Conselhos Universitários, é tratada com maior profundidade no Título Da composição e das atribuições dos órgãos universitários da Universidade. A Assembleia Universitária é composta por

professôres catedráticos de tôdas as faculdades e escolas; professôres contratados e interinos de todas as faculdades e escolas; representantes de cada um dos institutos técnico-científicos da Universidade; representante do pessoal administrativo de cada uma das faculdades e escolas; representante do corpo discente de cada faculdade ou escola (Estatuto, 1956, p.23)

Estes, são eleitos “em reuniões presididas pelos diretores das respectivas faculdades, escolas e institutos técnico-científicos, e efetuados em dias e horas marcadas pelo Reitor” (Estatuto, 1956, p.23b). A Assembleia seria ritualmente realizada no período de abertura e conclusão de cursos de graduação.

Na primeira assembleia do ano, os membros desta deliberariam sobre a eleição do membro desta Assembleia no Conselho de Curadores, exercendo o candidato eleito o mandato de dois anos, não sendo mencionada no presente Estatuto a recondução ao cargo. Representantes dos então estudantes da UR (antigos) também teriam assento no Conselho de Curadores, exercendo a atividade pelo período de três anos, em cerimônia consoante os rituais de convocação e presidência dessa reunião para a permissão de compor esse Conselho.

Por intermédio do Estatuto, o poder de atribuição do Conselho Universitário é ampliado e, dessa vez, “organizará um regimento comum às unidades universitárias; aprovará os regimentos apresentados pelas Congregações das respectivas unidades; outorgará os títulos de Doutor e de Professôr HONORIS CAUSA e ainda o de Professôr EMÉRITO”. O vice-presidente do Conselho Universitário será eleito entre os catedráticos a cada dois anos, obtendo a incumbência de substituir o reitor em suas funções “em caso da vaga ou impedimento” (Estatuto, 1956, p.24).

O acréscimo de competências destinadas ao Reitor também é verificado no Estatuto na medida em que o referido gestor passa agora a

representar a Universidade, superintender, coordenar e fiscalizar as suas atividades; assinar, com o diretor de cada unidade universitária, os diplomas conferidos pela universidade; contratar professores, com autorização do Conselho de Curadores e por proposta do Conselho Universitário; dar posse aos diretores e aos professores das unidades universitárias, perante as respectivas congregações; realizar acôrdos entre a Universidade e entidades ou instituições públicas ou privadas, com autorização do Conselho de Curadores; desempenhar todos os demais atos inerentes ao cargo, de acôrdo com êste Estatuto, com a legislação vigente e com os princípios gerais do regime universitário; conceder o certificado de livre-docência aos

candidatos docentes-livres regularmente aprovados em concurso; fiscalizar as faculdades, escolas e institutos componentes da Universidade, nos termos do art. 16º do Decreto-lei n.º9.388, de 20 de junho de 1946. (Estatuto, 1956, p.25-26)

Conforme o Estatuto da UR, a Reitoria atuará como órgão central administrativo, organizada através de departamentos de acordo com o estabelecido em Regimento interno aprovado pelo Conselho Universitário. (Estatuto, 1956, p.26b)

As Faculdades e Escolas terão, enquanto instâncias decisórias, a Congregação, o Conselho Técnico-Administrativo e a Diretoria. As congregações situadas no Estatuto como “órgãos superiores de direção pedagógica e didática das faculdades e escolas” serão constituídas por professores catedráticos efetivos em exercício; docentes interinos, professores catedráticos em disponibilidade, docentes eméritos, e por um representante dos docente-livres, com o fim de indicar, entre os catedráticos, os nomes para a formação da lista eleitoral para a direção de Faculdades e Escolas; eleger representante no Conselho Universitário; decidir acerca de questões envolvendo o magistério; definir sobre ocorrências relativas à ordem pedagógica, didática e patrimonial; decidir acerca de casos de deposição de membros do corpo docente; cooperar com a diretoria de Faculdades e Escolas, assim como com os demais órgãos da UR; atuar conforme o Regimento da Unidade atrelada; organizar o regimento da respectiva unidade universitária. (Estatuto, 1956, p.27-28)

A Diretoria das Faculdades e Escolas, órgão executivo, conforme o Estatuto, “coordena, fiscaliza e superintende tôdas as atividades da unidade universitária”. Responsável por, entre outras atribuições, “representar a unidade universitária em quaisquer atos públicos; representar a unidade universitária em juízo ou fóra dele; representar a unidade universitária no Conselho Universitário; aplicar penalidades regulamentares; nomear e contratar docentes-livres, professores adjuntos, assistentes e instrutores,

obedecida a legislação federal; fiscalizar a fiel execução do regime didático, especialmente no que respeita à observância de horários e dos programas e à atividade dos professores, docentes-livres, auxiliares de ensino e estudantes; convocar e presidir as reuniões da Congregação. (Estatuto, 1956, p.29b-31)

No Estatuto da UR, tanto o reitor, quanto as Diretorias, as Congregações e o Conselho Universitário assumem uma feição punitiva ao tratarem do modelo disciplinar na Universidade, cabendo-lhes deliberações acerca da aplicação de penalidades específicas de acordo com as respectivas jurisdições. Conforme o Título VI (Do regime disciplinar), a cada unidade universitária caberá estabelecer os procedimentos disciplinares. No entanto, nesses procedimentos deverá constar uma hierarquia de normas que expressam os graus de punições estabelecidos no presente Estatuto, iniciando-se por “advertência”, seguida de “repreensão”. Estas são deliberadas pelo reitor e pelos diretores de Faculdades e Escolas. Logo em seguida, a penalidade a ser aplicada é a “suspensão” (entre dez e trinta dias). Esta, sob a competência do reitor, dos diretores, do Conselho Universitário e das Congregações. A derradeira penalidade disciplinar a ser imposta é a “destituição”⁸⁸. Tal deliberação é então realizada pelo Conselho Universitário. Entretanto, ainda que “a última instância no tocante às penalidades: “advertência”, “repreensão” e “suspensão” seja o Conselho Universitário, o que concerne à “destituição” caberá ao Conselho Nacional de Educação”. (Estatuto, 1956, p.36-37)

Ora, como vimos, o Estatuto da UR está centrado nos catedráticos e no reitor. O diretor está subordinado ao reitor. O Conselho Universitário é o principal órgão político da Universidade. A participação dos estudantes nele, e nos outros órgãos, e, inclusive, os critérios de representação política destes passam por aprovação do Conselho Universitário. Isso não mudou no reitorado de João Alfredo. Mal os estudantes eram citados nas

88 Conforme o Estatuto, tratando-se de membro do corpo docente, essa penalidade será substituída pela expulsão. (Estatuto, 1956, p.36b)

atas do Conselho, quando o eram, identificavam-nos nominalmente, apenas como representantes.

Caberão ao Conselho Universitário três responsabilidades que terão implicações na criação do SEC, órgão exemplar da mudança da Universidade no contexto do reitorado de João Alfredo: “autorizar as alterações de lotação dos funcionários administrativos da Reitoria e das Unidades Universitárias, quando mantidas ou subvencionadas pela União ou pela Universidade, propostas pelo Reitor; resolver sobre os mandatos universitários e sobre os cursos e conferências de extensão”. Ora, o SEC precisaria lotar docentes e servidores, exigiria recursos novos e os cursos de extensão passariam pelo Conselho. Apesar desses poderes, o Conselho Universitário não mencionava, e nunca mencionou, a existência do SEC nas suas atas. Contudo, o reitor tinha o poder de: “admitir, transferir e dispensar o pessoal extranumerário, mantidos pelos recursos próprios da Universidade; remover, de acordo com as conveniências do serviço, o pessoal administrativo das unidades universitárias mantidas pela União”. Precisamos saber se os docentes e servidores estavam incluídos nessas rubricas, talvez, alguns, mas todos não, pois participavam do quadro efetivo da Universidade.

A Assembleia Universitária, em toda a sua existência, sempre aprovou as contas do reitor (tanto no reitorado de Joaquim Amazonas quanto no de João Alfredo)⁸⁹ e, pelo menos nas atas, nunca existiram disputas, críticas ou dúvidas sobre a Reitoria – exceção feita ao reitorado de Joaquim Amazonas, pois o docente de Medicina, Arsênio Tavares, no início do mandato deste último, fazia críticas abertas ao reitor Joaquim Amazonas. A Assembleia era democrática na composição: encontramos até 160 assinaturas. Já no Conselho de Curadores, somente o estudante antigo tinha direito à representação – ora, quem escolhia este representante? Por que somente um antigo tinha direito de representação? (as disputas financeiras ocorriam aqui: a distribuição de recursos e a criação de cursos (quanto aos

89 Na verdade, o estatuto estabelece “tomar conhecimento” e não aprovar. Contudo, conforme as atas, este era um “evento” harmônico e sem conflito – o que significa “aprovar”.

gastos) passavam por aqui. Nas atas do Conselho apareceram disputas e favorecimento à Faculdade de Direito.

É importante registrar um acontecimento importante na Universidade e no reitorado de João Alfredo: a greve estudantil da Faculdade de Direito, que a escritora Ana Maria César batizou de Maio de 68 brasileiro. O Conselho Universitário dá amplo apoio ao diretor e critica a greve, sendo cúmplice com as medidas exageradas e ultra-autoritárias de Jânio Quadros ao recorrer ao Exército para resolver uma greve local de conflito com o Diretor da Escola, Soriano Neto. João Alfredo não aparece nas atas, na pesquisa da escritora e dos jornais da época com qualquer crítica ao Governo – no máximo, partícipe para encerrar a greve.

Agora nos introduziremos num estudo sobre sua trajetória. Quem é (*foi*) esse reitor que é identificado como aquele que mudou a face político-educacional da Universidade? Quem é (*foi*) esse reitor que foi vice-reitor do mandarim-mor da Universidade, Joaquim Amazonas? Esperamos, aqui, trazer mais informações para constituir a teia complexa do tempo sócio-histórico que fundou, no campo do imaginário, uma nova Universidade.

4.3 Reitor João Alfredo Gonçalves da Costa Lima – origem familiar, profissional e trajetória política e institucional

4.3.1 João Alfredo: origem familiar

Esta seção foi realizada nas fontes de jornais, cartórios da cidade de Surubim e das entrevistas de familiares de João Alfredo desta cidade e com Maria Antonia Mac Dowell (Santos, 2012). A imagem de João Alfredo na cidade de Surubim não é bem vista – pelo menos para alguns. Não há uma homenagem a ele em Surubim nas ruas, avenidas, escolas, hospitais, etc. O homem político aparece aqui – bem menos que Joaquim Amazonas, mas aparece. Sua família dirigia os destinos da cidade de Surubim. Ele tinha

ligações afetivas com Severino Farias, pai do usineiro, deputado e senador Antonio Farias⁹⁰ (apoiou Arraes ao governo e, com o golpe civil-militar, filiou-se à ARENA). Ele foi membro do Rotary Club.

Com o objetivo, nesse momento, de percorrer um breve histórico do homem público João Alfredo Gonçalves da Costa Lima, situamos brevemente o cenário político do qual João Alfredo originou-se, iniciando com as ambiguidades acerca de sua procedência. Tanto Veras (2010, p.79) e (Marques, 1988, anexo) quanto quase que a totalidade dos entrevistados, assim como parte da imprensa escrita pesquisada que circulava no Estado e que noticiou o seu falecimento no ano de 1971, anunciam que João Alfredo nasceu no dia 1º de dezembro de 1898, no município de Surubim⁹¹. A ata da sessão de formatura da 6ª turma de professoras da Escola Normal Regional N. Srª do Amparo, da qual João Alfredo foi paraninfo, no dia dezoito de dezembro de 1960, em Surubim, e situa como “um ilustre filho da terra”.

Contudo, ao solicitar consulta ao Cartório de Registro Civil da referida cidade no ano de 2011, examinando brevemente os registros de nascimento entre os anos de 1891 e 1934, não se constataram no arquivo referências à personalidade aqui estudada. Um fator que também contribui para essa dúvida reflete-se durante pronunciamento do professor Luíz

90 Vereador, 1955-1959, Surubim, PE; Deputado Estadual, 1963-1967, PE, UDN; Deputado Estadual, 1967-1971, PE; Prefeito, 1975-1979, Recife, PE; Deputado Federal, 1983-1987, PE, PDS. Dt. Posse: 01.02.1983; Senador (Constituinte), 1987-1995, PE, PMB. Fonte: http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/parlamentaresconstituintes/. Acesso em 26 de maio de 2012.

91 O município foi criado pela lei estadual nº 1.931 em 11 de setembro de 1928; pertencia anteriormente ao município de Bom Jardim. Fonte: <http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/pernambuco/relatorios/suru154.pdf>. Acesso em 30 de maio de 2011. – dados publicizados em setembro de 2005.

Antônio Medeiros⁹² (2011), quando assegura que “ele é Costa Lima, Costa Lima de Bom Jardim⁹³”.

Um aspecto que corrobora essa ambiguidade está no fato de que Surubim passou à cidade apenas no ano de 1928, sendo antes geografia pertencente ao município de Bom Jardim.

Conforme a sr^a Letícia M. Barbosa⁹⁴, João Alfredo nasceu da Sr^a Maria das Mercês da Costa Lima, sendo “filho de Surubim”. Essa afirmação é contestada pelo prof. Luiz Antônio Medeiros, quando assegura em três momentos da entrevista que “João Alfredo da Costa Lima não tem nenhuma relação com a história de Surubim” e que o autor do livro “Surubim: a história de todos os tempos” ratifica: “Dr. João Alfredo não é personagem de nossa história.” Em relação à origem paterna de João Alfredo, a aludida entrevistada afirma não ter lembranças de seu nome, confirmando apenas que seu avô era conhecido como coronel Urbano.

Ainda conforme a sr^a Letícia M. Barbosa,

João Alfredo era “sobrinho do primeiro prefeito de Surubim, Dídimo Carneiro da Cunha, e do capitão José Natal Carneiro da Cunha. Era casado com uma alemã, Alfa, e teve três filhas, Marta, casada com Dr. Ivo Roesler⁹⁵ “dono da Bomba de Cobalto”, no Instituto de Radium, Aládia e Vilma. Faleceram Alfa e Aládia,

92 Graduado em História pela UNICAP e com especialização em História de Pernambuco pela UFPE. Filho da sr^a Maria José Medeiros.

93 O município de Bom Jardim está localizado na mesorregião Agreste e na Microrregião Médio Capibaribe do Estado de Pernambuco, limitando-se a norte com Orobó e Machados, a sul com João Alfredo, a leste com Vicência e Limoeiro, e a oeste com Surubim e Casinhas. Fonte: <http://www.cprm.gov.br/gehi/atlas/pernambuco/relatorios/bojao24.pdf>. Acesso em 02/08/2011.

94 Parente de Maria José Medeiros (Sr^a criada por João Alfredo; e a sua mãe, a Sr^a Maria das Mercês). Entrevista concedida no dia 21 de julho de 2011, na cidade de Surubim.

95 Em 1993, foi homenageado com o Título de Sócio Honorário da Sociedade de Radiologia de Pernambuco-SRPE. Fonte: <http://www.srpe.org.br/socio>. Acesso em 06 de fev. de 2012.

esta casada com o advogado Antônio Neves⁹⁶. Vilma, viúva de Arthur de Lima Cavalcanti⁹⁷, também muito conhecido do meio político de Recife” (sr^a Leticia M. Barbosa, 2011)

Abaixo, podemos visualizar o busto em homenagem ao tio de João Alfredo, Dídimo Carneiro da Cunha, primeiro prefeito de Surubim. Inaugurado na gestão do prefeito Murilo Jorge Farias Barbosa (01.01.1993 a 13.08.1993) [Medeiros, 2007, p.49], esse monumento está instalado na praça central do município, que, como pode ser notado nessa ilustração, recebe o nome desse homenageado.

96 No período pré e pós-Golpe Militar, em 1964, Neves foi deputado estadual duas vezes. O primeiro mandato foi de 1959 a 1963, pelo PTB; e o segundo, de 1963/67, pelo MDB (hoje PMDB), partido de oposição à Arena. Foi também nessa fase que ele foi eleito presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco em 1959, por duas gestões. Exerceu ainda o cargo de procurador da Prefeitura do Recife e professor de direito administrativo da Faculdade de Ciências Econômicas (hoje Centro de Ciências Sociais Aplicadas) da UFPE. Fonte: <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/clipping/?arquivo=noticia.php&id=21267&data=&texto=&idfonte=&pagina=511>. Acesso em 23 de jan. de 2012.

97 **Industrial, Economista, Empresário, Arquiteto e Agrônomo.** Deputado Federal, 1963-1964, PE, PTB. Dt. Posse: 19/03/1963; Deputado Federal, 1989-1991, PE, PDT. Dt. Posse: 03/01/1989. Vice-Prefeito, Recife/PE, Partido: PTB, Período: 1958 a Deputado Estadual, PE, Partido: PMDB, Período: 1983 a 1987. Diretor-Presidente da Cosinor, Recife, PE, 1968-1983; Presidente da Empetur, PE, 1988; Presidente da Fundação pelo Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife, 1991-1992. Mandato de Deputado Federal cassado, na legislatura 1963-1967, em face do disposto no art. 10 do Ato Institucional nº 1, de 09 de abril de 1964. Fonte: http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=104468. Acesso em 06 de fev. de 2012.



Ilustração 06 - Busto do primeiro Prefeito de Surubim
 FONTE: Autor, 2011



Ilustração 07 - José Natal Carneiro da Cunha, também tio de João Alfredo
 FONTE: Gentileza da sr^a Elzi Bezerra de Melo

Para a sr^a Letícia M. Barbosa, 2011, a sr^a Alfa “era uma pessoa muito extrovertida, tinha uma dicção muito bonita, falava alemão corretamente e era uma pessoa de destaque na sociedade de Recife.” Ao ser indagada sobre a influência da sr^a Alfa na formação do perfil de João Alfredo, a sr^a Letícia afirma que “Alfa era uma pessoa maravilhosa, mas que não influenciava na vida dele, não”. E conclui que a sr^a Alfa “era uma pessoa normal”.

Ao tratar das filhas de João Alfredo, a sr^a Lucila Silva⁹⁸ (2011) relembra que “Marta era uma mãe, uma pessoa muito delicada, maravilhosa, muito educada”. Além de que “fez a cerimônia do seu casamento” numa igreja localizada no bairro de Casa Amarela, em Recife.



Ilustração 08 - 1958; Da direita para a esquerda: 1^a (Marta Lima), e 4^a (Vilma Lima Cavalcanti), filhas de João Alfredo.

FONTE: Gentileza da sr^a Lucila Medeiros Silva (noiva).

98 Filha da sr^a Maria José Medeiros. Entrevista concedida em 21 de julho de 2011, no município de Surubim-PE.



Ilustração 09 - 1959; A senhora logo acima das crianças é Marta Lima; acima de Marta Lima, vê-se Aládia Lima (filhas de João Alfredo). Ao lado desta, vê-se Antônio Neves (genro).

FONTE: Gentileza da sr^a Letícia Medeiros Barbosa

Para o professor Luíz Antônio Medeiros, o laço afetivo que João Alfredo tinha com o município de Surubim era reflexo da relação dele com a sua mãe, a sr^a Maria José Medeiros. Esta, conforme a sr^a Letícia M. Barbosa (2011), criada por ele e por sua genitora, a sr^a Maria das Mercês da Costa Lima, na cidade de Olinda, Pernambuco. Conforme a sr^a Letícia (idem) e com a confirmação da sr^a Lucila Silva, posteriormente João Alfredo foi residir com a família em Recife, na Rua São Salvador, nº85, bairro do Espinheiro, como é possível visualizar abaixo.



Ilustração 10 - aspecto da fachada da então residência do reitor João Alfredo

FONTE: Autor, 2011

De acordo com o professor Luíz Antônio Medeiros (2011):

A ligação dele aqui em Surubim era com a minha mãe, que foi criada com a mãe dele em Olinda. Existia essa relação familiar. Familiar não, porque minha mãe não era do sangue dele. Minha mãe nasceu no Catolé⁹⁹, filha de escravos, e foi educada pelo meu avô que não considerava minha mãe filha, mas a gente respeitava muito a ele. E João Alfredo tinha essa relação com o pai de minha mãe.

Em relação ao modo como era estabelecida a convivência de João Alfredo com sua mãe, o professor Luíz Antônio Medeiros (2011) assegura: João Alfredo

99 De acordo com a sr^a Letícia Medeiros Barbosa (2011), propriedade pertencente à família de João Alfredo.

Gostava de minha mãe. Tratava minha mãe com respeito, e tinha uma relação muito grande com a fortuna do pai de minha mãe, porque uma vez eu perguntei à minha mãe quem era ele, e minha mãe disse que era o pai de criação dela. Agora, minha mãe gostava muito dele. Respeitava muito a ele. E minha mãe aparecia como uma pessoa de apoio. (idem)

E prossegue relembrando: “ele elogiava muito a culinária de minha mãe; disseram que ele gostava muito” (idem). Tanto o professor Luíz Antônio Medeiros quanto a sr^a Letícia advogam ainda que as filhas de João Alfredo sempre tiveram uma relação muito saudável com a Sr^a Maria José Medeiros.

As visitas delas à residência da família Medeiros eram frequentes. Conforme a sr^a Letícia (idem):

Minha mãe foi criada de uma forma espetacular, tanto na parte intelectual quanto na parte doméstica. Ela morou muitos anos em Olinda, depois ela foi nomeada aqui para Surubim para ser fiscal no Colégio do Amparo, e não sei se foi através do Dr. João Alfredo que conseguiu isso para mamãe.



Ilustração 11 - sr^a Maria José Medeiros, com 100 anos em 2010

FONTE: Reprodução gentilmente concedida por Lucila Medeiros Silva, 2011

Ao rememorar os momentos de convivência com João Alfredo nas constantes passagens pela sua casa em Surubim, o professor Luíz Antônio Medeiros assevera:

vi muito João Alfredo na minha casa e, pra mim..., o povo da cidade poderia até achar muito; pra mim, eu não dava a menor importância. Eu gostava dos netos dele, que tinham dinheiro. Me dava muito bem com os netos dele, Nara, Marina Roesler, João, e esse pessoal era riquíssimo (Prof. Luíz Antônio Medeiros, 2011).

Para o professor Luíz Antônio Medeiros (idem), o cotidiano da casa da família era modificado com a presença da família de João Alfredo:

Eu me lembro muito bem..., tinha uma campainha na mesa na hora do café da manhã, na hora do almoço, no jantar. Quando Dr. João Alfredo ia à mesa com a esposa dele para refeição, quando precisava de alguma coisa, um palito que fosse, tocava a campainha, a empregada vinha, atendia e voltava. Isso era o que via em casa. Eu achava interessante. Só quando ele vinha com a família dele é que essa campainha funcionava na mesa, porque era o estilo dele lá não sei pra onde. Quando ele estava lendo as coisas dele, a gente não brincava, não corria e nem gritava. Não era criança. A gente não era para não perturbar, e minha mãe é uma pessoa extraordinária, ela sabia conviver com esse tipo de pessoa, né?. Ela sabia quem era ele, chamava de padinho, respeitosamente. Ela chamava a ele de padinho. Agora, chamava a atenção da gente: psiu, padinho tá ali, cala a boca! Às vezes não precisava nem falar, a gente já sabia que era pra respeitar aquela presença dele. (Prof. Luíz Antônio Medeiros, 2011)

As atenções estavam concentradas no acolhimento à família de João Alfredo durante as estadias na residência da Sr^a Maria José Medeiros. No entanto, não apenas esta casa servia como domicílio temporário para a família Costa Lima nos períodos de férias, mas também a casa do próprio tio, o denominado capitão José Natal Carneiro da Cunha, localizada na Praça Dídimo Carneiro da Cunha, nº44, Centro de Surubim. Abaixo segue registro atual do local.



Ilustração 12 - Residência do capitão José Natal Carneiro da Cunha

FONTE: Autor, 2011

Entre as jornadas de João Alfredo em Surubim, desde sua infância até a consolidação como reitor da Universidade do Recife, a sr^a Letícia (idem), que é afilhada de Marta Roesler, comenta que o aludido,

durante sua infância, gostava muito do interior; sempre, nas férias de julho, ele passava aqui com os tios dele, e tinham fazenda aqui perto do município, e gostava muito dessa vida interiorana. Passava geralmente trinta dias de férias e, às vezes, voltava em dezembro. Gostava muito de ler, de escrever. Às vezes ele trazia livros de Gilberto Freyre. Lembro que ele colocava em

cima da estante, onde ele dormia, os livros de Gilberto Freyre e de outros escritores.

Atraído pelo clima, pela vegetação e pela tranquilidade da cidade interiorana, conforme a sr^a Letícia, João Alfredo comparecia à cidade, vestido de paletó e gravata, em um “carro importado”¹⁰⁰, para retomar hábitos de convivência com “grandes amigos: Severino Farias, Antônio Medeiros Sobrinho¹⁰¹, Dr. José Nivaldo Barbosa, e os genros, que também vinham, Dr. Ivo Roesler, Antônio Neves¹⁰² e Arthur de Lima Cavalcanti.” Já o prof. Luíz Antônio Medeiros acrescenta que não apenas a natureza da região infundia em João Alfredo o desejo de retornar ao município em tempos de férias, mas, a “riqueza do pai de minha mãe. Era isso que eles esperavam. A prova é que ele sabia que existia uma riqueza muito grande, muitas terras, muitas casas, uma fortuna, que foi comprada por Antônio Farias, que já foi senador da República.” A sr^a Letícia Medeiros Barbosa confirma a existência dessa propriedade, contudo fazendo menção a João Alfredo como legítimo patenteador das mencionadas propriedades, como pondera:

Ele tinha uma propriedade num local chamado Catolé, que hoje pertence ao município de Casinhas. Casinhas emancipou-se de Surubim. Depois eles venderam essa fazenda a Severino Farias, pai do ex- senador Antônio Farias, e ainda hoje pertence a eles. (sr^a Letícia M. Barbosa, 2011)

100 Prof. Luiz Antônio Medeiros (ibidem)

101 Conforme a sr^a Letícia M. Barbosa (2011), “casado com Maria José Medeiros”.

102 Maria Antônia Mac Dowell, em entrevista a SANTOS (2012, p. 233), afirma que “João Alfredo tinha um genro, Antonio Neves, deputado federal, se bem me lembro pelo PTB, com muito prestígio, força política, em Brasília. Na sua gestão, Antonio Neves foi seu “braço político” em Brasília, muito operante, trazendo verbas, etc.,” Durante episódio envolvendo a greve estudantil, em 1961, na UR, o deputado Antônio Neves também se faz presente no salão da Biblioteca do IV Exército, na Rua do Príncipe (Recife), no momento em que o presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito do Recife entrega as chaves da referida Faculdade ao ministro da Educação, Brígido Tinoco. (CÉSAR, 2009, p.54)

Os assuntos ligados à esfera da Universidade não eram colocados como elementos de discussão na cidade de Surubim. Não se conversava abertamente acerca do cotidiano universitário. Os raros diálogos entre João Alfredo e os filhos da Sra. Maria José Medeiros eram compostos de um sentimento de respeito exigido pela própria mãe, criada por ele.

O comportamento de João Alfredo durante as hospedagens com a família em Surubim é esmiuçado pela sr^a Letícia M. Barbosa (idem) como de:

uma pessoa meio trancada, não era assim de ficar na cidade passeando, ele ficava muito tempo nas fazendas, simples, mas que costumava saber de tudo do mundo, muito viajado, conhecia toda a Europa. Ele falava inglês, ia muito à Alemanha, para a Europa, e nesse período em que ele vinha pra cá, trazia livros, não sei se eram de medicina, romances, de escritores importantes, ele gostava muito de ler, ele passava o tempo todo deitado numa rede lendo, costumava muito andar a pé, é tanto que a filha, Marta, fazia a mesma coisa que ele. Voltava a Surubim por causa dos hábitos do pai. Ele não era do convívio de ficar numa praça, de conversar com as pessoas, ele tinha um temperamento meio fechado... Ele tinha uma vida muito pacata, de fazenda, de ler, conversava pouco. Era uma pessoa polida, de poucas palavras, poucos amigos, mas mesmo assim ele se destacava em qualquer lugar a que chegasse.

E, para a professora Nonete B. Guerra¹⁰³, o comportamento de João Alfredo remete-se à expressão de “uma pessoa fechada”, mediante a con-

103 Entrevista concedida no dia 1º de agosto de 2011, na UFPE. A professora Nonete Barbosa Guerra nasceu em Surubim, no interior de Pernambuco. Graduiu-se, em 1959, na primeira turma do curso de Nutricionistas da Universidade do Recife, atual no curso de graduação em Nutrição da UFPE. Recém-formada, foi contratada pela então Universidade do Recife como nutricionista do Restaurante da Escola de Engenharia. Após a extinção

vivência não só em Surubim, mas nas poucas vezes que se deparou com João Alfredo durante o seu reitorado. O professor Luíz Antônio Medeiros (idem) chama a atenção de que João Alfredo “era um cara inglês, burguês, com gestos nobres, tá entendendo? Uma fala que eu achava interessante. Uma fala grossa, pausada e colocada”. No entanto, adverte: “eu não tenho saudade dele, não.” (ibidem)

Para o professor Emérito da UFPE, Antônio Carlos Palhares Moreira Reis, João Alfredo era uma pessoa “simpática, cordial, falava com todo mundo” (SANTOS, 2012, p.35). Já para o então secretário Geral da Universidade (UFPE), e depois reitor (1983 a 1987), George Browne Rego, João Alfredo representava “um porte aristocrático, fino, elegante e culto”, e complementa: “tive por ele uma profunda admiração e respeito.” (idem, p.107)

A convivência da professora Nonete B. Guerra com a família de João Alfredo obteve intensidade através de duas das três filhas do referido: Marta e Vilma. Como pondera a docente:

às vezes elas iam me buscar no internato para eu passar o final de semana na casa delas, e nessas saídas eu convivia um pouco com essa família porque ela (Vilma) morava com os pais, ainda era noiva, e naquele tempo eu saía de vela, porque naquele tempo noiva não saía sozinha, eu servia de companhia pra ela e o marido dela, saía com elas. (profª Nonete B. Guerra, 2011-grifo nosso)

E prossegue, apontando que o estabelecimento desse convívio se dava mais especificamente com Vilma, uma vez que a docente

das Unidades de Alimentação das Faculdades, foi transferida para o Instituto de Nutrição, atual Departamento de Nutrição da UFPE. Recebeu o título de Professora Emérita da UFPE, no dia 18 de maio de 2010. Fonte: http://www.ufpe.br/agencia/index.php?option=com_content&view. Acesso em 03 de fev. de 2012.

saía muito com Vilma e com Artur, que era o marido dela. A gente saía muito. Passava às vezes o domingo todinho andando. Pronto. Às vezes eu acho que a gente ia mais à casa dos outros do que à dele (João Alfredo). Ia passear num canto, no outro, a gente passeava bastante. (Profª Nonete B. Guerra, 2011-grifo nosso)

A respeito dos hábitos de João Alfredo, a srª Lucila Silva revela-nos que o docente “coleccionava selos” postais. Ao ser indagada sobre alguns costumes dele, a srª Letícia M. Barbosa remete-nos a aspectos de um suposto perfil religioso de João Alfredo. Conforme a senhora Letícia M. Barbosa (2011),

Ele não era muito de viver na igreja, de rezar, era muito sisudão, eu tenho a impressão de que ele não era da religião católica apostólica, não. Ele não comentava, mas a gente sentia que ele não tinha muita afinidade com a Igreja Católica.

Embora João Alfredo tenha passado todos os períodos de natal em Surubim, para “ter o prazer de ouvir os sinos de sua terra” (ATA, 1960), na ocasião em que é nomeado Reitor da UR (1959), a intensidade das visitas ao município de Surubim é neutralizada. Contudo, o aludido docente respondeu a um convite de uma turma de vinte e uma professorandas da Escola Normal Regional Nossa Senhora do Amparo para ser seu paraninfo. Essa turma de professorandas chamava-se: Madre Alice dos Anjos. Episódio que também é constatado pela srª Letícia M. Barbosa e pelo professor Luíz Antônio Medeiros durante a entrevista. Conforme a srª Letícia M. Barbosa, quando João Alfredo “foi convidado para ser paraninfo da turma, era como filho de Surubim”. Não pelo fato de ser Reitor da UR. E conclui o professor Luíz Antônio Medeiros apontando que “quando se formavam professores..., era como se formar um médico hoje, que era uma coisa de um valor extraordinário. Então ele foi paraninfo da turma.”

Ao examinar as seis páginas manuscritas que compõem a ata¹⁰⁴ da sessão de formatura realizada no dia 18 de dezembro de 1960, observa-se que a secretária da cerimônia, Sr^a Carmelita de Jesus, ao registrar a ata da solenidade realizada às 20h, no salão nobre da referida Escola, titula o paraninfo como Magnífico Reitor da Universidade do Recife.

João Alfredo compõe a mesa com expressões políticas da região, como o “Revmo. Mons. Luís Ferreira Lima, presidente da Mesa; o Revmo. Pe. Edvaldo Bezerra; Dr. Carlos Couto; o Sr. Nelson Barbosa; e a Me. Maria Alice dos Anjos. Durante a abertura da cerimônia, “o Revmo. Mons. Luís Ferreira Lima congratula-se com os presentes e com a juventude feminina” (ATA, 1960) e, em seguida, destaca a decisão das professorandas em convidar “um ilustre filho da terra” para paraninfá-las, uma vez que o convidado é “um homem que sente os grandes aspectos da cultura humana, que honra a sua terra pelos trabalhos que presta em benefício da educação” (idem). E, “como líder da comunidade surubinense, sente-se duplamente feliz pela formatura das jovens e pela presença do ilustre Dr. João Alfredo” (ibidem).

Em seu pronunciamento a oradora da turma, Srta Risoleta M^a Leal de Lira, expressa “gratidão ao distinto paraninfo, Dr. João Alfredo, aos pais, à diretora da Escola e aos Mestres em geral”; prossegue discursando acerca da atividade educacional adicionada às vivências durante os cinco anos de formação, e finaliza com o ritual do juramento e demais procedimentos acompanhados pela composição da Mesa da formatura. Em seguida, João Alfredo inicia seu pronunciamento (ocupando três das seis páginas da ata) “com palavras elogiosas à sua terra natal, tão cheia de poesia e encanto e externando a felicidade que sentiu de voltar a esse ambiente amigo, pela escolha de corações jovens que assim desejaram” (ibidem).

Em seguida, o paraninfo exalta expressões políticas da região e do município como personalidades imprescindíveis para a criação e efetivação de Surubim, destacando o “cel. Urbano Carneiro da Cunha e Dídimo Carneiro

104 Agradecimentos à gentileza das funcionárias da Diretoria da Escola Normal Regional Nossa Senhora do Amparo.

da Cunha, elementos de sua distinta família que se deram generosamente ao trabalho de orientar os destinos dessa comunidade, desde seus primórdios.” Ainda para João Alfredo, “a êles deve Surubim todos os marcos de progresso, como sejam: a construção da Matriz, a criação do Município, a Fundação do Correio, o 1º Banco Comercial, origem do Colégio N. Srª do Amparo e muitos outros que firmaram para sempre a sua memória” (ibidem).

Ao continuar com a palavra, o paraninfo evoca “a memória de sua saudosa mãe, ao lado de quem viveu horas de alegria, como a que neste momento desfruta”, transmitindo a grandeza da missão de educar, posta por João Alfredo como “a mais importante tarefa que se pode ter na sociedade”, atuando “pelo benefício da Pátria, combatendo o analfabetismo que avassala nossa Pátria” (ibidem). Em seu extenso discurso, João Alfredo enobrece a relação família-escola como um roteiro de atividade que deve ser seguido pelas mestras, ponderando que

a escola primária deve ser um ambiente de orientação pra criança, contribuindo assim para a formação de jovens úteis à sociedade, jovens cheios de ideal...combater tabus que as impedem de utilizar com proveito os alimentos, guiá-las no cultivo das plantas, dar-lhes um conhecimento do valor das árvores, incutir noções que esclareçam seus espíritos, desenvolver nelas hábitos de higiene, tudo isto é dever das mestras, daquelas que têm a missão de preparar as crianças, que lhes são confiadas. (ibidem)

E conclui seu pronunciamento afirmando que “aquela que recebe a missão de educar deve exercer seu ofício com fidelidade, de acordo com os preceitos da Pedagogia, encaminhando os corações e as inteligências pela trilha do amor e da compreensão” E, por fim, profere palavras de conselho “às jovens que deverão fazer a felicidade daqueles que constituem sua família” (ibidem). Abaixo, placa comemorativa dos cinquenta anos de formação das professorandas da turma paraninfada por João Alfredo.

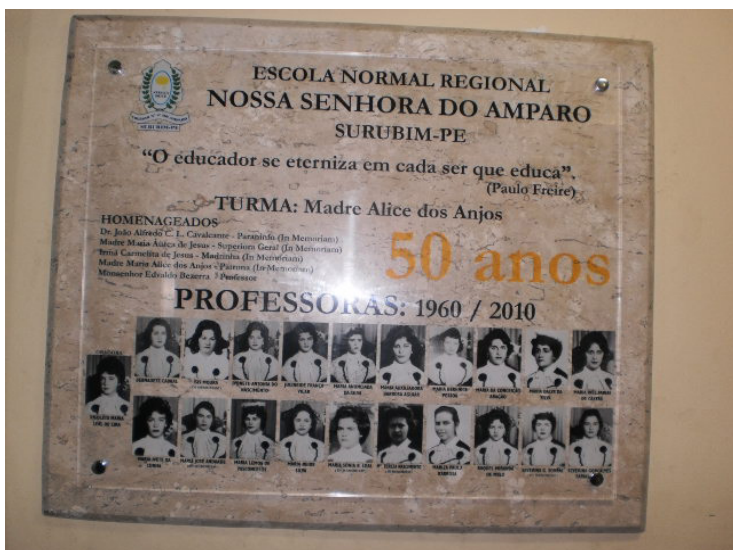


Ilustração 13 - 2010; Placa comemorativa dos cinquenta anos de formação das vinte e uma professorandas da Escola Normal Regional Nossa Senhora do Amparo¹⁰⁵

FONTE: Autor, 2011.

Contudo, um remoto episódio que nos revela gentilmente o professor Luíz Antônio Medeiros (2011), e que não consta, pelo menos de maneira explícita, na ata da formatura das professorandas da aludida Escola, em 1960, conforme o mencionado docente, causaria um certo mal-estar durante a cerimônia, repercutindo nas relações dele com o referido paraninfo: é que, por ocasião dessa solenidade de formatura, João Alfredo

105 Agradecimentos à Diretoria da referida Escola. Nessa placa é possível notar que os homenageados são Dr. João Alfredo (Paraninfo); Madre Maria Áurea de Jesus (Superiora Geral); Sr^a Carmelita de Jesus (Madrinha); Madre Maria Alice dos Anjos (Patrona); e Monsenhor Edvaldo Bezerra (Professor). Entre os homenageados não constam o Dr. Carlos Couto e o Sr. Nelson Barbosa, que também constituíram a Mesa de formatura. O que se pode destacar ainda é o fato de que nessa placa de comemoração aos cinquenta anos de formação, a turma faz referência ao professor Paulo Freire, citando-o, ao afirmar que “o educador se eterniza em cada ser que educa”.

chegou aqui e foi reclamar de uma gameleira que o prefeito tirou do Centro da cidade para urbanizar a cidade. Nunca vi essa gameleira, e eu me lembro muito bem como menino, eu ouvi o burburinho da conversa em casa de que ele afastou os cavaletes que o prefeito Nelson Barbosa colocou para proteger a obra que ele tinha feito na rua Quinze de Novembro, no Centro da cidade. Ele mandou afastar os cavaletes e passou com o carro da Reitoria sobre esse calçamento. Então isso repercutiu muito mal.

Ainda para o professor Luíz Antônio Medeiros (2011), esse episódio contribuiu para trazer à tona descontentamento acerca do modelo de criação ao qual eles foram submetidos quando crianças, pois, conforme seu depoimento, “ele obrigava as pessoas a tratá-lo de magnífico”. Tratamento esse que acentuou uma indiferença do professor Luíz Antônio Medeiros para com João Alfredo

“não somente por uma questão familiar imposta por ele, pai de criação de minha mãe, como eu sou um admirador de seu Nelson Barbosa¹⁰⁶... eu considero seu Nelson Barbosa o maior político da história de Surubim, maior administrador da história de Surubim.”

Em seu livro de memórias “Recordações da minha vida; da minha terra”, ao tratar de “outras realizações na primeira administração (1940-1941)”, o Sr. Nelson Barbosa relata o fato descrito pelo professor Luíz

106 De acordo com Medeiros (2007, p.48-49), Nelson Barbosa ocupou o cargo de Prefeito do município de Surubim em cinco ocasiões: 03/12/1945; 15/11/1963; 24/07/1965; 06/07/1967 e 16/11/1968, pelo Partido Social Democrático-PSD. Conforme o autor de “Surubim: a história de todos os tempos”, Nelson Barbosa era um político ligado a Agamenon Magalhães, e que deu os primeiros passos na política ao integrar a equipe administrativa do Cel. Dídimo Carneiro da Cunha, eleito prefeito do município de Bom Jardim (idem, p.44)

Antônio Medeiros. Conforme o prefeito do Município de Surubim durante cinco mandatos,

na Praça Dídimo Carneiro da Cunha existia uma velha gameleira. Suas raízes salientes passavam muito acima do nível em que seria feito o calçamento e, por isso, foi condenada pelo engenheiro. Isso motivou outro problema para mim...Eu não mandaria derrubar uma árvore por simples capricho. Procurei as partes, oferecendo-me até para perpetuar o nome do coronel Urbano colocando seu busto em local a ser determinado pela família. (Barbosa, 2009, p.143-144)

A proposta de homenagem apresentada pelo então prefeito não foi inicialmente consentida pela família envolvida (cel. Urbano). No entanto, o calçamento foi concretizado; e posteriormente, as desavenças provocadas por esse episódio foram parcialmente superadas pelas partes envolvidas.

Mesmo sendo localizado como “filho de Surubim”, João Alfredo não desfrutava quaisquer tipos de homenagem nessa cidade, além do paraninfado da aludida turma de professorandas, em 1960. Em breve consulta realizada na Agência dos Correios do Município, constatamos que não há nenhuma rua, travessa ou avenida que faça referência ao nome de João Alfredo. No município não há busto, monumentos, placas¹⁰⁷, edificações, escolas públicas da rede municipal¹⁰⁸, estátuas em espaços públicos, em sua homenagem. Ao examinarmos três trabalhos realizados sobre a trajetória do município: “Recordações da minha vida; da minha terra” (Barbosa, 2009); “Surubim pela boca do povo” (Barbosa, 1995) e “Surubim: a história de todos os tempos” (Medeiros, 2007), não encontramos referências ou citações diretas a João Alfredo, fato que corrobora a afirmação inicial do

107 A placa da turma de professorandas na qual consta a homenagem a João Alfredo encontra-se no espaço privado da Escola Normal Regional Nª Srª do Amparo.

108 Conforme Medeiros (2007, p.86-88)

professor Luíz Antônio Medeiros (2011) quando aponta que João Alfredo “não é personagem de nossa história”. Para a sr^a Letícia M. Barbosa (idem), essa constatação de ausência de reconhecimento se justifica mesmo “porque aqui em Surubim nós temos filhos importantes, mas que a cultura de Surubim ainda não alcançou, nem um busto na cidade tem, ” até porque “muito poucas pessoas conheceram Dr. João.” (ibidem)

O percurso político de João Alfredo, conforme a senhora Letícia (2011), não desponta de maneira acentuada no aludido município, uma vez que o referente “não teve nenhum cargo político aqui”, o que, para a referida entrevistada, se justifica pelo fato de que “ele não se envolvia com política aqui no município.” E acrescenta: “A vida política dele, eu não sei informar. Se ele era maçom, se ele era político”. Isto é, embora reconheça, de certo modo, João Alfredo como uma expressão importante para o município, não há por parte da senhora Letícia M. Barbosa confirmações acerca de seus laços com organizações, associações ou demais entidades de classe no município, mesmo tendo laços de herança familiar com a fundação deste.

No entanto, no dia 12 de agosto de 1971, no jornal Diário de Pernambuco (segundo caderno, p.09), o Rotary Club do Recife¹⁰⁹ emite nota convidando parentes e amigos para comparecer à “missa de sétimo dia do falecimento do professor João Alfredo Gonçalves da Costa Lima.” Na íntegra, nota oficial da organização à qual, certamente, João Alfredo era filiado¹¹⁰, o Rotary Club:

O Rotary Club do Recife, através de seus associados profundamente consternados com o súbito falecimento do

109 O Rotary e a sua razão de ser é “estimular o Ideal de **Servir**”, como base de todo **empreendimento** digno, promovendo e apoiando: 1- O desenvolvimento do companheirismo como elemento capaz de proporcionar oportunidade de **servir** (grifos nosso). Fonte: http://www.rotary4500.org.br/modules.php?name=D_objetivos_PQ. Acesso em 06 de fev. de 2012.

110 No dia 15 de março de 1962, João Alfredo profere homenagem ao prof. Mário Ramos em solenidade promovida pelo Rotary Club do Recife.

seu companheiro e Ex- Governador do Distrito – João Alfredo, convida seus parentes e amigos para a missa do 7º. dia de seu falecimento, que será celebrada na Capela do Colégio São Luiz, no dia 13 (sexta-feira) do corrente às 08h da manhã. Manifestam o seu profundo agradecimento a todos que comparecerem a êste ato de piedade e fé cristã” (NOTA, 1971, p.09)

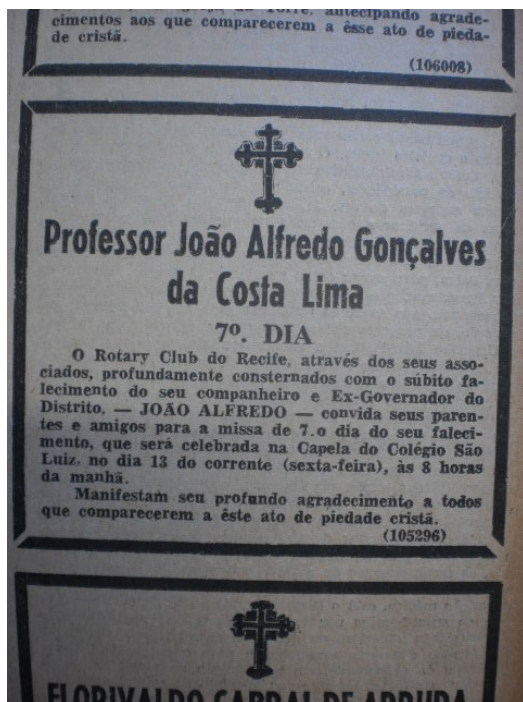


Ilustração 14 - Nota do Rotary Club do Recife
FONTE: Diário de Pernambuco. Recife 12 ago. 1971, p.9.

Além do Rotary Club, do qual foi integrante, e podemos afirmar sua aproximação mediante a nota acima, Marques (1988) chama a atenção de que João Alfredo também pertencia a órgãos de classe, como à “Societé Francaise de Chirugie Esthetic Reparatrice et Plastique, à Associação Paulista de Medicina, à Sociedade Brasileira de Orthopedia e Traumatologia, à Sociedade de Cirurgia de Pernambuco” (MARQUES, 1988, anexo). Vale

acrescentar que João Alfredo foi condecorado¹¹¹ com a Medalha do Mérito Tamandaré¹¹² e, no dia 03 de agosto de 1962, foi “condecorado membro da Ordem Nacional do Mérito Médico” (LIMA, 1964, p.57)

Não encontramos indicativos de que a trajetória educacional inicial de João Alfredo teve passagens pelo município de Surubim¹¹³. Essa circunstância é relatada pela sr^a Letícia M. Barbosa (idem) ao comentar: “ele não estudou em nenhuma escola aqui em Surubim”. Sua formação acadêmica foi iniciada no Estado da Bahia e concluída como médico cirurgião, “diplomado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com diploma datado de 04 de janeiro de 1924” (Marques, idem). Introduziu aqui a cirurgia plástica e a torácica após vários cursos de especialização fora do País¹¹⁴.

4.3.2 João Alfredo: perfil profissional

Em relação à atuação de João Alfredo como médico, o professor Luíz Antônio Medeiros (2011) chama a atenção de que “minha mãe lembra muito aquela época da chamada intentona comunista¹¹⁵, ele era médico, mamãe disse

111 UFP SUSPENDE...1971, p.28.

112 A Medalha do Mérito Tamandaré, criada pelo Decreto nº 42.111, de 20 de agosto de 1957, é destinada a agraciar as autoridades, instituições e personalidades civis e militares, brasileiras ou estrangeiras, que tenham prestado relevantes serviços na divulgação ou no fortalecimento das tradições da Marinha do Brasil, honrando seus feitos ou realçando seus vultos históricos. Fonte: http://www.mar.mil.br/menu_v/condecoracoes_insignias/mmt2.htm. Acesso em 07 de fev. de 2012.

113 Em edição do dia 08.08.1971, Caderno 01, p.18, o Jornal do Commercio assegura que João Alfredo, “filho de políticos militantes e comerciantes, fêz os seus estudos primários em sua cidade natal, vindo depois para o Recife.” (PROFESSOR...1971, p.18).

114 PROFESSOR....1971, p.18.

115 Embora liderada pelos Comunistas, conseguiu congrega os mais diversos setores da sociedade e rapidamente tornou-se um movimento de massas. Muitos militares, católicos, socialistas e liberais, desiludidos com o rumo do processo político iniciado em 1930, quando Getúlio Vargas, pela força das armas, assumiu a presidência da República,

que nunca esquecia, ele chegou todo... a bata suja de sangue, tratando dos pacientes no hospital, ela cuidava, ele voltava". MARQUES (ibidem) atesta que João Alfredo atuou como "Diretor do Hospital Centenário, Cirurgião e Diretor do Pronto Socorro", na cidade do Recife.

Durante o percurso para a instituição e organização da Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco, João Alfredo integrou "a primeira Congregação dessa Faculdade como professor livre-docente da cadeira de Técnica Operatória" (ROCHA, 1975, p.34-35), ficando também responsável, junto com uma confraria docente, pela cotação e pelo pagamento da "primeira prestação do prédio da Benfica", local de instalação da aludida Faculdade. Instituída a Faculdade, João Alfredo compõe, com os Drs. Hoel Sette e Francisco Montenegro, a banca examinadora dos candidatos ao concurso de habilitação na área de Física. "Às 15 horas do dia 15 de dezembro de 1956, no Teatro Santa Isabel, João Alfredo substitui o Reitor Joaquim Amazonas na cerimônia de colação de grau de uma turma de médicos" da mencionada Faculdade. O autor aponta ainda o autor sua atuação, enquanto integrante do corpo docente, como paraninfo das turmas de médicos no curso de 1/4 de século de fundação da referida Instituição. (Rocha, idem, p.45-69). A seguir, aula prática de Anatomia coordenada por João Alfredo.



Ilustração 15 - Dr. João Alfredo dissecando um cadáver no rosto - Aula prática de Anatomia

FONTE: Reprodução de fotografia gentilmente cedida pela então discente da Escola de Bellas Artes, Chloris Marcella Dornellas Camara à Aurora Christina Dornellas Camara, 1984, p.15.

O trânsito de João Alfredo da Faculdade de Medicina de Pernambuco para a Escola de Belas Artes foi impulsionado, conforme VERAS (2010),

pela perda do concurso para uma das Cátedras da FMR¹¹⁶, fator que aliado à sua afeição pela anatomia artística, bem como por sua proximidade com os idealizadores da Escola de Belas Artes, contribuiu para que se envolvesse com o *Comitê pró-Escola de Belas Artes de Pernambuco*” (idem, grifo do autor).

116 O autor utiliza a nomenclatura Faculdade de Medicina do Recife – FMR.

E continua afirmando que “o professor João Alfredo foi empossado catedrático em 15 de julho de 1932, fazendo parte da primeira turma de professores que fundaram a EBAP (Revista da EBAP, 1959, nº2)”. (Veras, 2010, p.79-80). No entanto, ao ler a ata¹¹⁷ de fundação da EBAP, datada de 29 de março de 1932, em reunião secretariada pelo Sr. Jayme de Oliveira, e presidida pelo professor Bibiano Silva, não encontramos referência ao professor João Alfredo, tanto no corpo do texto quanto entre os membros que subscreveram a referida ata¹¹⁸.

Em agosto de 1936, a EBAP, sob a direção do professor Joel Galvão, realiza a “Quinzena da Arte” em homenagem ao quinto ano de sua instalação. O professor de Anatomia Plástica, João Alfredo, integra a programação oficial desse evento representando o corpo docente da Escola com a missão de homenagear os Governos do Estado e da cidade. Essa relação amistosa se estabelece desde a própria institucionalização da EBAP, no ano de 1932, quando o corpo docente da instituição recepciona o interventor Lima Cavalcanti na cerimônia de inauguração, no dia 20 de agosto de 1932. (Câmara, 1984, anexos e Marques, 1988), como pode ser constatado na imagem abaixo.

117 Disponibilizada no trabalho de Norma Marques (1988), intitulado “Escola de Bellas Artes de Pernambuco: aspectos de estudo histórico – 1932-1946 ”.

118 No dia 15 de julho de 1932, são empossados trinta e quatro professores fundadores e catedráticos, entre estes, o médico João Alfredo (Marques, 1988, p.22-24)



Ilustração 16 - Interventor Lima Cavalcanti durante inauguração da EBAP

FONTE: MARQUES, 1988, p.26.

Ainda em 1936, João Alfredo compõe, junto a Jayme Oliveira, Heitor Maia Filho, José Maria Mello, Heinrich Moser e Murilo La Greca, o Conselho de redação do novo Regulamento da EBAP, “composto de treze (13) capítulos e duzentos e oitenta e três (283) artigos, o qual, após algumas reformulações, é aprovado pelo Conselho Técnico Administrativo e homologado em 23 de novembro de 1938” (Marques, 1988, p.13)

A respeito de João Alfredo como membro diretor da EBAP, a sr^a Letícia M. Barbosa (2011) chama a atenção para o fato de que “tem uma irmã mais velha, Lêda, que estudou na Escola de Belas Artes através de Dr. João Alfredo que fez com que ela fizesse o curso de Pintura.” Esse episódio demonstra, de certa maneira, a reprodução do que ocorrera anteriormente com a sr^a Maria José Medeiros, quando, conforme ainda a sr^a Letícia (idem), também obteve a oportunidade de ingressar na vida acadêmica através da autoridade de João Alfredo nas questões atinentes à Universidade e ao seu processo de admissão estudantil.

Nesse caso, as relações afetivas transpassam os limites da esfera familiar e atingem o domínio institucional na Universidade. Ao conceder entrevista à Câmara (1984), a funcionária Judite Fabrício da Costa revela que foi trabalhar na EBAP por meio do então diretor João Alfredo, que também ocupava naquele momento o posto de vice-reitor. Conforme a funcionária entrevistada, João Alfredo “a conhecia do Hospital Centenário, fez o convite ‘à menina’ em 1952. Ela aceitou, e percebeu, na época, um cruzeiro”. E complementa a autora adiantando que o: “seu cargo e função era de inspetor de aluno” (Câmara, 184, p.24 – grifos da autora)

Na trajetória da produção de cunho científico, João Alfredo elaborou dezenas de trabalhos inclusive enfatizando o objetivo de “simplificar, amenizando o ensino de uma matéria considerada árida, e estimular a curiosidade e o gosto dos jovens estudantes pelas coisas de arte” (LIMA, 1967, apresentação). Conforme Marques (ibidem),

publicou cerca de 40 trabalhos, entre os quais: Cirurgia Estética – Rinomioplastia Parcial, Técnica da Toracoplastia Paravertebral Extrapleural de Sauerbruch (tese), aspectos de La Chirurgie Plastique Farcial, Comentários a propósito de alguns casos de Cirurgia Estética e Reparadora, Correção Cirúrgica do Colapso Marínário Angeologia Aplicada à Arte, Projeção atual da Cirurgia Plástica, Importância Social da Cirurgia Plástica. (Marques, ibidem)

A sua tese “Anatomia e Fisiologia Artística, na qual obteve título de Catedrático da EBAP, foi editada pela Imprensa Universitária em 1967. Entre as justificativas adotadas por João Alfredo para a elaboração e publicação dessa tese, está “a carência de compêndios que versem o assunto em português”, tendo, inclusive, através da edição da tese, a intenção de “homenagear a Escola cuja fundação ajudamos e que dirigimos por mais de dez anos.” (LIMA, 1967, apresentação).

4.3.3 João Alfredo: Diretor e Reitor da Universidade do Recife

João Alfredo Gonçalves da Costa Lima já integrava a estrutura de poder da UR desde o ano de 1948, quando, em dois de fevereiro desse ano, é indicado e nomeado para a função de vice-diretor da Escola de Belas Artes da UR, através de portaria assinada pelo reitor Joaquim Amazonas. Um pouco mais de dois meses após essa nomeação, exatamente em 26.04.1948, é nomeado diretor da Escola de Belas Artes da UR, em portaria assinada pelo presidente Eurico Gaspar Dutra e pelo ministro da Educação, Clemente Mariani. Assume um assento no Conselho de Curadores da Universidade, por indicação do conselheiro Manuel Antônio de Moraes Rêgo, diretor da Escola de Engenharia de Pernambuco. João Alfredo foi reconduzido ao cargo em 1951. Em 1952, João Alfredo compõe a lista tríplice na eleição para reitor.

Em 1953, é reconduzido ao cargo de Conselheiro Curador, obtendo assim assento no Conselho Universitário. Em 1954, é eleito e nomeado vice-reitor da UR. Em 1957, é mais uma vez reconduzido e acumula o cargo de Conselheiro Curador e, em 20 de junho de 1959, com o falecimento do reitor Joaquim Amazonas, preside a reunião do Conselho Universitário (Santos e Silva, 2009, p. 40-43). Em 17.11.1959, é legalmente nomeado reitor da UR, autorizado a exercer cumulativamente o exercício de professor catedrático da cadeira de Anatomia e Fisiologia Artística. (SANTOS, 2011, p.110-115) Isso demonstra que João Alfredo inseria-se na natureza institucional da UR, ocupando cargos que lhe asseguravam o direito de pertencer aos recintos deliberativos da Universidade, seja enquanto gestor da Escola de Belas Artes, seja enquanto membro dos Conselhos ou, ainda, como vice-reitor e reitor da respectiva instituição.

João Alfredo assume a Reitoria da UR, na condição de vice-reitor em exercício, como consta em ata do Conselho do dia 20.06.1959. Porém, em 09.06.1959, jornais anunciam o falecimento do reitor Joaquim Amazonas, e a deliberação do vice-reitor diante desse fato. Conforme o jornal Diário de Pernambuco desse dia, João Alfredo “resolve determinar que permaneçam

fechados todos os estabelecimentos de ensino integrados na Universidade do Recife durante três dias, tomando luto oficial por 8 dias. Referentemente ao sepultamento do extinto, comunica que todos os professores deverão comparecer de becas” (ÀS 16 HORAS...1959, p.3).

Em 11.06.1959, jornais já apregoavam matérias tratando do processo sucessório à Reitoria. Com o título “Problema controverso – a sucessão do prof. Joaquim Amazonas”, e o subtítulo: “Nos Estatutos da UR: Compete ao Vice-Reitor assumir Reitoria nos casos de vaga ou impedimento”, o jornal Diário de Pernambuco comunica que, “entre os professores universitários, sobretudo os de Direito, entende-se que o Vice-Reitor João Alfredo exercerá a Reitoria da Universidade do Recife vaga com o falecimento do prof. Joaquim Amazonas”. Contudo, na mesma matéria, o aludido jornal afirma que há divergências entre os docentes, ao defenderem que ocorra a formulação da lista tríplice para ser submetida ao Presidente da República. Em entrevista ainda a esse jornal, o prof. João Alfredo assegura que “não cogita, e nem de longe pensar no problema da sucessão”.

Segundo o professor, “desde que o Reitor, por motivo de saúde, afastou-se do cargo, venho ocupando a Reitoria em toda sua plenitude, de conformidade com o disposto nos Estatutos da Universidade”. A matéria ainda faz referência à lacuna existente no Estatuto acerca da vacância da Reitoria em caso de morte, consultando-se assim, juristas da Universidade que são da opinião de que “o vice-Reitor está qualificado enquanto durar seu mandato (de 2 anos) a exercer a Reitoria na vaga do prof. Amazonas, a não ser que abra mão dessa faculdade e sugira ele próprio as eleições para a lista tríplice”. Finalizando a matéria, o jornal noticia que “existem quatro fortes candidatos ao cargo (Reitor): os profs. Antônio Figueira, ontem reconduzido à direção da Faculdade de Medicina; João Alfredo; Newton Maia e Soriano Neto.” (NOS ESTATUTOS...1959, p.7).

No dia 13.06.1959, o reitor João Alfredo, junto com a Congregação e o Conselho Técnico da Escola de Belas Artes, lançam nota nos jornais em homenagem ao falecimento do então reitor Joaquim Amazonas. Nesta, convidam “professores, os assistentes, demais auxiliares de ensino, estudantes

e funcionários da mesma Escola para assistir a Missa que mandam celebrar em sufrágio da alma do pranteado extinto” (MAGNÍFICO...1959, p13). Expressam assim, um débito afetivo para com a personalidade do ser que reverenciam quase que cotidianamente durante as reuniões do Conselho, principalmente nos dois primeiros anos de reitorado.

Mesmo com a nomeação como reitor da UR, datada de 17.11.1959 e assinada por Isabel Grillo, substituta do diretor Lahir Hort de Azevedo (Santos, 2011, p.110), as visitas ao município não ilustraram um caráter diferenciado por parte da comunidade surubinese, pois “não havia influência na cidade pelo fato de ele ser reitor.” (sr^a Letícia M. Barbosa, 2011).



Ilustração 17 - Reitor João Alfredo G. da Costa Lima

FONTE: Revista da EBAP, 1959, n.º 02.

A nomeação não surpreendeu o professor Luíz Antônio Medeiros, uma vez que “ele tinha pinta de burocrata, de reitor. Essa pinta ele tinha. Eu não nego não”. Ao considerar as convivências que teve com o próprio, o professor Luíz Antônio Medeiros (idem) assegura: “João Alfredo era conservador, não era? No meu entendimento. Ele não era um político de ideias

avançadas. Ele era conservador.” Passando a reconhecer explicitamente o reitor enquanto ser político, e de estar a par das parcerias entre João Alfredo e o professor Paulo Freire, o professor Luíz Antônio Medeiros (ibidem) contesta: “E, por incrível que pareça, ele tinha essa convivência com Paulo Freire, mas eu duvido muito” dessa aproximação entre esses pares. E faz menção à possibilidade de João Alfredo modelar-se por eventuais personalidades de acordo com as ocasiões específicas, haja vista que

Eu posso estar enganado, a não ser que ele tenha a personalidade de reitor, a personalidade de visitante da minha casa, e a personalidade de um cara avançado para ter Paulo Freire como um indicativo de função educacional dele na Universidade Federal de Pernambuco. (ibidem)

E indaga: “quem não conviveria com Paulo Freire? Quem não queria essa convivência?”. Complementa alegando que “ele pode ter sido simplesmente o reitor da época, no período em que estava borbulhando Paulo Freire, esse povo todo, não tinha como não dar espaço”. (ibidem) Alude à associação entre João Alfredo e Paulo Freire como uma possível eventualidade das circunstâncias do contexto político do período, haja vista as disparidades de concepção educacional, diante dos hábitos praticados entre pares familiares, como, por exemplo, a já referida cobrança revelada pelo professor Luíz Antônio Medeiros (ibidem) quando admite que João Alfredo “exigia que o chamassem de magnífico”.

A professora Nonete Barbosa Guerra, ao expor as circunstâncias nas quais ingressou na Universidade, revela-nos que foi

chamada pra tomar conta do restaurante da Escola de Engenharia e, nesse dia, no dia da nomeação, eu fui mesmo ao gabinete de João Alfredo, que era o reitor então, e ele...pra ele assinar a minha Portaria. Eu lembro muito bem que na hora em que ele foi assinar

a Portaria, ele, de cabeça baixa...eu cheguei, dei um bom dia somente assim, aí, depois, ele olhou assim, disse assim: 'Eu lhe conheço, não é?' Quer dizer que não me conhece mais não? Eu sou de Surubim. Amiga, amiga, não, que saía com suas filhas, porque eu era mais nova do que elas, saía com elas, saía muito com Vilma. (profª Nonete B. Guerra, 2011-grifo nosso).

Nesse momento, João Alfredo reconhece a então concluinte do curso de Nutrição; a professora Nonete B. Guerra era companhia dos passeios de Vilma Lima e Artur de Lima Cavalcanti (filha e genro de João Alfredo) em lugares como o Clube Internacional do Recife. No entanto, rememora a profª Nonete B. Guerra quando analisa que “ficava meio constrangida em frequentar esses ambientes.” (idem).

Ao considerar o tempo da gestão de João Alfredo na Universidade, a aludida docente assegura:

eu não vi muitas críticas assim, eu não vi, certo? Como eu estava entrando, estava muito preocupada em desempenhar o meu papel da melhor forma possível porque eu sempre fui uma pessoa muito responsável, aí não tenho muito ideia assim, mas nunca ouvi assim comentários, é, sobre a gestão dele que desabonassem a conduta com alguém. (profª Nonete B. Guerra, 2011)

De acordo com Jonio Santos Pereira de Lemos (então membro do Diretório Acadêmico da Escola de Engenharia no período do reitorado de João Alfredo), João Alfredo foi “continuador de Joaquim Amazonas. Era vice-reitor de Joaquim Amazonas. Ele foi excelente. Homem equilibrado. Nunca houve nada no reitorado dele. Os estudantes gostavam dele, bem como os professores. Ele era excelente” (SANTOS, 2012, p.183). Acrescenta o professor Emérito Antônio Palhares Reis o surto desenvolvimentista na UR nesse período ao apontar que

no reitorado de João Alfredo houve um grande impulso em algumas áreas, como o Serviço Central de Bibliotecas, a criação de diversos cursos na área de Artes (Artes Cênicas e Artes Musicais), ao lado das tradicionais de Pintura, Escultura e Gravura, o que levou o curso de Arquitetura a se separar da Escola de Belas Artes e se constituir unidade autônoma, funcionando no Seminário de Olinda. João Alfredo foi um reitor que muito desenvolveu na área de artes e na comunicação. Enfatizou a Rádio e a Imprensa Universitárias, passando esta a publicar livros e revistas ao lado de todo o material de expediente para toda a Universidade. (idem, p.57)

No dia 14 de agosto de 1962, João Alfredo é convidado para um “almôço-assembléia” realizado no “Grande Hotel sob os auspícios do Clube de Diretores Lojistas do Recife.” Esse convite foi publicizado no Jornal Diário de Pernambuco na edição da mencionada data. O convite também foi direcionado ao escritor Gilberto Freyre¹¹⁹.

Sua renúncia ao reitorado torna-se pública no Diário Oficial da União, em edição do dia 18 de junho de 1964, página 5.240 (seção 1 parte 1), com o Presidente da República concedendo sua exoneração. A respeito desse episódio, a sr^a Letícia M. Barbosa (idem) comenta que “as vindas de João Alfredo ao município, após a renúncia ao cargo de reitor, diminuíram bastante”. E pondera: “quando ele foi colocado para fora como reitor, eu não sei nada a respeito.” (ibidem), desconhecendo quaisquer motivos que tenham contribuído para seu afastamento da administração da Reitoria. Comprova-se novamente que as discussões envolvendo circunstâncias do contexto da Universidade supostamente não se faziam presentes entre membros com laços de consideração familiar no município, uma vez que suas estadias em Surubim foram definidas harmonicamente entre os entrevistados como

119 .Diário de Pernambuco, 14.08.1962, p.06

tomada de proveito das respectivas férias periódicas. Em 1966, João Alfredo recebe “convite do governo alemão para visitar as Universidades” daquele país, chegando a elaborar trabalho resultante dessas experiências¹²⁰.

4.3.4 João Alfredo: falecimento

João Alfredo falece aos setenta e dois anos de idade, em Recife¹²¹. Sua morte foi noticiada no jornal do Commercio no dia 08 de agosto de 1971¹²². O sepultamento foi realizado “às 18h, no Cemitério de Santo Amaro”, Recife, na supracitada data. Ao cortejo fúnebre compareceram “parentes, amigos, professores, e alunos”. Ao descrever as circunstâncias em que João Alfredo viveu os seus últimos momentos, porém, deixando oculto o local do fato, o referido Jornal assegura que o mesmo

encontrava-se às últimas horas da noite de sexta-feira acompanhado de amigos e familiares, alegre, quando foi acometido de um enfarte do miocárdio com edema agudo no pulmão; levado às pressas a um pronto-socorro cardiológico, chegou a falecer antes sem que lhe pudessem ser dados os socorros. (PROFESSOR...1971, p.18)

Através do Jornal Diario de Pernambuco¹²³, é lançado a público um artigo intitulado “Doutor João”, não constando qualquer identificação de sua autoria. Nesse texto, João Alfredo é configurado como “um dos

120 jornal do Commercio – edição de 08 de agosto de 1971 (caderno 01 , p.18)

121 jornal do Commercio no dia 08 de agosto de 1971 (caderno 01, p.18)

122 Caderno 01

123 08.08.1971, 1º caderno, p.04. Apenas no dia 15.08.1971, é lançado um artigo denominado “Doutor João Alfredo”. Dessa vez, com a autoria do colunista Renato Carneiro CAMPOS. (Diario de PE, 1º caderno, p.04)

membros mais empreendedores e capazes da vida universitária brasileira”. Conforme esse autor momentaneamente “oculto”, nas condições em que João Alfredo assume o reitorado, diante “de cinco anos difíceis para a vida nacional”, apenas hipoteticamente se “poderia admitir que outro faria melhor reitorado”, pois “sua experiência como vice-reitor no tempo de Amazonas e seu amor pela Universidade guiaram-no através das mais delicadas situações”. Para esse anônimo autor, João Alfredo “*deixou* o cargo porque entendeu de deixá-lo, para que uma orientação completamente desligada do passado pudesse ser instaurada” (grifo nosso). Não faz referências às circunstâncias políticas internas e “externas” que coadunaram com essa desocupação do mencionado cargo.

De acordo com o artigo supracitado, João Alfredo “foi um reitor jovial, colega dos professores e um tanto pai dos estudantes.” Após a exoneração do cargo de reitor, vai ao Rio de Janeiro, e “dirige o Colégio do Brasil”, onde também “gostava de receber estudantes pernambucanos e conversar durante horas a fio sobre “sua” Universidade, que era a antiga do Recife.” (grifo do autor).

Ao retornar para o Recife,

idoso, porém espigado, elegante e alegre como sempre, dedicou-se a escrever umas **memórias** das quais sempre falava, e que deixou em ponto de serem editadas. Era sempre o mesmo o Dr. João aposentado: escrevendo, recebendo, corujando, a todo momento falava da Universidade com um entusiasmo superior ao de muitos jovens (grifo do autor).

E conclui o “asilado” autor, ao descrever o momento de seu falecimento, atestando que João Alfredo “morreu com uma serenidade impressionante que se espalhava em seu rosto de homem bom. Jogava biriba com amigos quando se acabou, sem um gemido, sem dar cuidados, sem nada.” (DOUTOR...1971, p.04) Não havia mais razões nem condições para festividades de comemoração dos 25 anos da UFPE.

Em nota oficial publicizada em veículos da imprensa escrita¹²⁴, a UFPE, através do reitor Murilo de Barros Guimarães, em face do falecimento do professor João Alfredo,

torna público que se acham suspensas tôdas as solenidades comemorativas do 25º aniversário de instalação da Universidade Federal de Pernambuco, e decreta luto oficial por 7 dias, ficando suspensas tôdas as atividades escolares por 3 dias, à exceção das provas já programadas. (NOTA...1971. p.24)

Após esse ocorrido, membros da família de João Alfredo continuaram a vir a Surubim, conforme nos adianta a srª Letícia M. Barbosa (idem) quando afirma que, “mesmo depois dele morto, a família ainda voltava a Surubim para passar férias enquanto os tios dele eram vivos, Zé Natal.” O professor Luíz Antônio Medeiros (ibidem) recorda a ocasião da vinda recente de familiares de João Alfredo, quando alega: “certo tempo, veio Marta, uma das filhas dele, e veio Vilma, esposa de Arthur Lima Cavalcanti, vieram aqui, viram minha mãe, passaram uma horinha com ela e foram embora, que elas gostavam muito de minha mãe.”

Como forma e expressão de reconhecimento institucional,

pelo desenvolvimento da ciência, mereceu do Conselho da UFPE ter o nome para a sala de reuniões dos colegiados superiores da Universidade no edifício da Reitoria que ficou chamada de Auditório Reitor João Alfredo.”¹²⁵ Esse recinto foi utilizado pela pri-

124 Diário de Pernambuco (08.08.1971, 1º caderno, p.24) e Jornal do Commercio (08.08.1971, caderno 01, p.02)

125 Como consta em Resolução publicizada no dia 07 de agosto de 1971: “Art.2º: a sala de reuniões dos colegiados superiores da Universidade, no edifício da Reitoria, passa a se denominar **Auditório Reitor João Alfredo**” (grifo do original), fato este ocorrido um dia antes da notícia de seu falecimento. (UFP PRESTA... 1971, p.7)

meira vez “para servir de câmara mortuária daquele mestre. (MORTE...1971, p.2)

Abaixo, imagem do busto em homenagem ao reitor João Alfredo na entrada do auditório (1º andar) da Reitoria da UFPE (*Auditório reitor João Alfredo*).



Ilustração 18 - Busto em homenagem a João Alfredo, nomeando o Auditório da Reitoria da UFPE.

FONTE: Autor, 2009

4.4 O Reitorado de João Alfredo através das atas do Conselho Universitário

Vimos a família, os laços sociais e políticos (conservadores e populistas), sua trajetória na Medicina, com as organizações sociais diversas e no reitorado. Tinha influência da intelectualidade europeia. Veremos, agora, o reitor no Conselho Universitário e a dinâmica dessa organização e dos processos de

mudanças, caso tenham ocorrido, nas atas do Conselho Universitário de João Alfredo (1959 a 1964).

Em seu reitorado, reuniu-se trinta e nove vezes, mantendo uma média de seis reuniões por ano. Em 1959, reuniu-se o Conselho Universitário cinco vezes; em 1960, sete vezes; em 1961, seis vezes; em 1962, sete vezes; em 1963, seis vezes; em 1964, oito vezes. As atas são manuscritas, registradas em caderno folha A4, pautada, encadernação dura, e as folhas são coladas.

Do ponto de vista político-organizacional, o SEC nunca foi mencionado nas atas. Nenhum discurso de “Universidade Popular” foi encontrado. Muito menos de Extensão “conscientizadora” ou “autêntica”. A Extensão apareceu apenas uma vez, em reunião do dia 31.10.1961, mas foi através de Luiz Delgado, numa proposta de curso. A figura do reitor fica apagada, discreta, nas atas: aparece, no máximo, como mediador. Surge em cena quando das críticas do médico Antonio Figueira à sua gestão e na greve estudantil que – veremos mais adiante. Menções a Paulo Freire ocorrerão duas vezes, uma na gestão de Joaquim Amazonas (ATA de 06.11.1957) e outra, no reitorado de João Alfredo, citando-o apenas uma vez: a reitoria o indica, como seu representante, para fazer parte da Comissão que irá discutir a reforma universitária (ATA de 28.06.1961).

A análise da ruptura ou não do reitorado, nesta seção, se fará levando em conta 1) os conflitos (natureza, sujeitos, dinâmica); II) dádivas (trocas simbólicas de fortalecimento de vínculo político-institucional); III) reformas do estatuto e dos regimentos; IV) eleição para reitor; V) o papel dos estudantes nas reuniões; VI) criação de órgãos na UR; VII) Gerais.

De uma forma geral, a dinâmica da reunião não é diferente da presidida por Joaquim Amazonas, o seu antecessor e fundador da Universidade: leitura da ata da reunião anterior, expediente (natureza e conteúdo dos processos administrativos), ordem do dia (pauta de discussão), no final da ata, assinaturas dos presentes. Muitas vezes, no expediente, havia discussão dos processos que tomava boa parte da reunião. O reitor é o presidente da reunião; na sua ausência, o vice-reitor, o seu vice-presidente, assume a presidência. João Alfredo ausentou-se por seis vezes, assumindo a presidência

o professor Newton Maia (19.1.1960; 31.10.1961; 24.07.1963; 12.03.1964; 25.03.1964), por cinco vezes (13, 00%), e, uma vez (2, 5%), o professor José Soriano de Souza Neto (19.11.1960) – ou seja, João Alfredo presidiu 84, 5% das reuniões do Conselho. O Conselho Universitário é um órgão essencialmente masculino, como no reitorado de Joaquim Amazonas, também. Apenas uma mulher representava sua Faculdade, a de Filosofia do Recife, até o ano de 1961, uma madre. Já a partir de 1962, encontramos três mulheres assentadas no Conselho. Em 1963, identificamos quatro mulheres. Já em 1964, cai o número de representação feminina para uma representante. Já na Assembleia Universitária¹²⁶, há uma inversão: há bastante presença de mulheres docentes. Em 9 de março de 1961, identificamos nove registros nas atas; em 22 de maio de 1962, identificamos seis assinaturas – não ocorreu a reunião-; em 23 de maio de 1962, identificamos sete mulheres, e, em seis de março de 1964, quatro mulheres.

No que tange ao registro das reuniões, a média de páginas por reunião no Conselho Universitário é de quatro, cinco, como anteriormente afirmamos, mas, quando a supera, em seis ou sete páginas, os assuntos foram greves estudantis, reforma do estatuto/LDB.

Adiantemos de uma maneira geral o que encontramos enquanto sentidos e práticas nas reuniões. Começamos pelos “conflitos”. Definimos conflito sempre que existia discussão e divergência sobre um tema e que estavam em jogo interesses de catedráticos, faculdades, estudantes, ou o próprio Conselho se posicionava contrariamente a um encaminhamento dos governantes (raríssimo) – obrigatoriamente, não precisava ir à votação. Encontramos vinte e cinco conflitos em todo o seu reitorado. Os conflitos mais comuns foram os de recurso de docentes relativos a concurso e a anulação dos mesmos, de direito de faculdade à representação no Conselho

126 Este órgão tinha a função de analisar a prestação de contas da UR, realizava a aula inaugural do ano, elegia representante ao Conselho de Curadores e fazia homenagens a personalidades. Na aula inaugural, um docente era escolhido para fazer seu discurso sobre um tema específico.

Universitário, de criação de institutos, de recursos de estudante relativos a matrículas e de greve estudantil – e de enfrentamento político ao reitor, como oposição.

Da mesma forma que no reitorado de Joaquim Amazonas¹²⁷, João Alfredo enfrentou um opositor dedicado: o médico Antonio Figueira¹²⁸. O debate político ocorreu sempre que ele esteve presente. Após sua saída do Conselho, em 1962, não havia mais polêmica política, mas sim apenas corporativa fragmentada, como a dos recursos docentes. A exceção se fez em 15 de março de 1963 quando o Conselho Universitário, em única vez, fez crítica ao Presidente da República, ao Ministro da Fazenda e Educação nas greves estudantis (19.06.1961 e 10.08.1962). Não era do feitio dos catedráticos levantar a voz com os superiores. Pelo contrário, gostavam de homenagear as autoridades – começando por eles mesmos. De resto, o Conselho Universitário estava instituído na sua harmonização – o reitor não era confrontado, muito menos questionado. Isso ficará claro quando mostrarmos que sua reeleição sempre foi unânime (com pouquíssimos votos aos outros docentes concorrentes, mas por mera formalidade, pois o sistema de escolha exigia a lista tríplice).

Outro aspecto relevante são as dádivas realizadas no e pelo Conselho Universitário. Dádiva, de uma forma genérica, é uma troca simbólica sistêmica em que se realiza o social, fortalecendo e instituindo vínculos sociais (ou institucionais). Conforme Mauss (2003), as sociedades, em sua existência, realizam dádivas: doam, recebem e retribuem mais do que recebem. Outros autores chamam a atenção para a dádiva instrumental (Godbout, 1999).

Sendo assim, encontramos 29 (vinte e nove) dádivas em todo o seu reitorado. Elas eram as mais diversas: a) homenagens a pessoas ilustres com os títulos de professor e doutor *Honoris Causa* e professor Emérito; b)

127 O reitorado de Joaquim Amazonas teve um opositor dedicado: Arsênio Tavares, catedrático da Faculdade de Medicina. Sua participação na Assembleia Universitária era sempre de crítica ao reitor Joaquim Amazonas.

128 Cf. Atas do Conselho Universitário da UR (30.12.1960; 14.03.1961; 05.05.1961; 19.06.1961).

voto de pesar – falecimento de alguém ilustre, normalmente docente ou familiar; c) moção de aplauso; d) voto de congratulação; e) voto de louvor; f) voto de exaltação.

Uma dessas dádivas gerou conflito: em 5 de maio de 1961, o catedrático Newton Maia encaminha uma “Moção de Aplauso” ao senhor presidente Jânio Quadros, e o docente Antonio Figueira é o único que vota contra. Essa foi a única dádiva macropolítica, diferenciando-se do reitorado de Joaquim Amazonas¹²⁹. As homenagens de títulos foram para docentes da Casa.

Quanto às reformas do estatuto, dos regimentos da Universidade, das Faculdades e dos Institutos, a Universidade começava a se integrar às novas mudanças feitas pela LDB. Não houve iniciativas do Conselho de buscar mudanças por conta própria – ele foi forçado a mudar pela LDB. Nunca houve menção ao SEC ou a qualquer política que visasse a uma “Universidade Popular”.

No que diz respeito à eleição do reitor, do vice-reitor e do representante para o Conselho de Curadores, o processo era tranquilo. Na primeira votação de João Alfredo para concorrer ao cargo máximo da Reitoria, ele ficou em terceiro lugar, mas foi o indicado pela Presidência da República. A votação foi a seguinte, de acordo com a lista tríplice: Antonio Figueira, 12 votos; Soriano Neto, 10 votos; João Alfredo, 12 votos. Certamente, a indicação de João Alfredo empurrou Antonio Figueira para ser um crítico firme do seu reitorado. Em 11 de maio de 1962 é feita a votação para sua reeleição e, sem problema, é reconduzido. Para a vice-presidência, também não havia problema; os representantes do Conselho de Curadores normalmente eram reconduzidos.

O ponto que virá é importantíssimo: tanto VERAS (2011) e FREIRE (1961) quanto CANUTO (1987) ressaltam a democratização e as novas relações que foram construídas entre a Universidade e os estudantes. Contudo, nas atas, da mesma forma que com Joaquim Amazonas, os estudantes são

129 Cf. SANTOS E SILVA (2009)

secundarizados: praticamente quase não há registro de intervenção dos estudantes através de seu representante, o DCE. Podemos indagar e especular: 1) os estudantes não intervêm, portanto não pode existir registro; 2) os estudantes intervêm, mas o secretário da reunião não registra. Ambas são problemáticas, pois, se o primeiro caso procede, fica clara a força dos catedráticos no imaginário estudantil; no segundo caso, mostra como os estudantes são inferiorizados e manipulados na ordem fálica do Conselho - em 1964, identificamos quatro nomes de estudantes no Conselho (não sabemos se Oséias Gouveia e José Carlos Vasconcellos foram nomeados ou estavam presentes); até então, os estudantes tinham direito a um assento (José Carlos Morais [27.02.1964] ou Drumond Xavier [12.03.1964] - DCE).

Das trinta e nove atas, apenas em sete identificamos registros de intervenções, falas dos estudantes na reunião, e sete atas que fazem menção à presença dos estudantes na reunião. Ora, o apagamento dos estudantes das atas – e quando apareciam, era de forma simplificada – demonstra o desprestígio dos estudantes perante o Conselho e a Reitoria. Numa das poucas vezes em que se discutia política no Conselho, como na greve, na ata de agosto de 1962, o Conselho se posiciona contra a reivindicação dos estudantes, visto que o governo federal insinuava colocar 1/3 dos estudantes na representação dos órgãos universitários. Um dos argumentos postos foi o da autonomia universitária.

As falas e/ou intervenções dos estudantes nas reuniões acontecem a partir de 9 de novembro de 1962, e a última é em 25 de março de 1964. Não encontramos nenhuma intervenção dos estudantes sobre o SEC, educação popular, conscientização, etc. E nem sobre temas macropolíticos. Os temas que indicam sua fala ou intencionalidade (solicitação de estudantes ou diretório acadêmico ou do DCE) foram sobre matrícula, norma do curso de Química, frequência de disciplina, contra a forma de indicação do diretor de Filosofia (contra o reitor), reivindicação de vestibular em engenharia para preenchimento de vaga, solicitação de esclarecimento sobre artigo da reforma; apoio do DCE à Reitoria contra corte de verbas; questionamento acerca das normas que regiam o professor no cargo de catedrático

(19.03.1964). Mesmo no período de greve (10.08.1962), as falas dos estudantes não aparecem nas atas – e as greves tiveram cunho nacional.

Quando nos referimos à criação de órgãos, como já dissemos, o SEC não é mencionado. No reitorado, os órgãos criados ou aprovados, e a política de recursos humanos, em reunião foram: a) Centro de Pesquisas Históricas, por proposta de José Gonçalves de Mello Neto; b) Instituto de Antropologia Tropical, a ser dirigido por Gilberto Freyre; c) Centro de Estudos e Planejamento Urbano (19.01.1960), que, em agosto desse mesmo ano, passou a se chamar Instituto. Em outubro de 1961, apresenta-se um anteprojeto de Estatuto Básico dos Institutos, inspirado na UNB, e em 10 de agosto de 1962, definem-se e discriminam-se os Institutos que vigorarão; d) Estatuto Docente.

Por último, o tema “Gerais”. Esse assunto incluiu questões referentes ao curso de Biblioteconomia e Documentação e à Extensão. Incluímos o primeiro porque ele terá papel importante no discurso do SEC. Ele aparece na ata (20.01.1964) através da solicitação de reconhecimento ao CFE – que é aprovado por unanimidade. Como já indicamos anteriormente, a Extensão apareceu apenas uma única vez, através do docente Luiz Delgado, com o título do curso: “Aspectos ideológicos da formação brasileira”.

No conjunto da sistematização e análise, veremos com mais detalhe, e vimos sucintamente, que não há nada de novo no Conselho – tanto no que se refere às relações sociais e interinstitucionais quanto no que se refere às propostas políticas organizacionais e às práticas político-pedagógicas. Não podemos esquecer que João Alfredo foi vice-reitor de Joaquim Amazonas – o patriarca que defendeu Agamenon Magalhães e que assumiu a presidência da Administração (quando foi extinta a Assembleia Legislativa), foi deputado estadual de 1927 a 1930, senador estadual na década de 30, fundador da OAB e seu presidente por 17 anos. Na ata de março de 1964, é registrado o apoio do DCE ao esforço da Reitoria em busca de verba. Esse gesto poderia indicar uma relação boa entre os estudantes e João Alfredo, como defende Vera Canuto (1987). Contudo, mesmo assim, não é um indicador seguro, pois os estudantes, em 1947, em sua primeira greve, fazem

um vigoroso apelo a Joaquim Amazonas (glorificando-o)¹³⁰ e ao Conselho Universitário para intervirem no destino da greve, favorável a um entendimento da Faculdade de Engenharia com eles.

No seu reitorado há um diferencial em relação ao reitorado de Joaquim Amazonas: a dádiva política quase inexistiu no seu reitorado, o que o diferencia de Joaquim Amazonas – é verdade que este permaneceu no exercício por 12 anos e ele, apenas por cinco.

Vejamos, agora, com bastantes detalhes, essa síntese que apresentamos anteriormente.

I. OS CONFLITOS.

Como já dissemos, prevaleceram como conflitos, as questões corporativas, como os recursos de docentes relativos a concurso, composição de quórum e conflitos locais das faculdades. Contudo, as greves, a reforma do estatuto – que fortalecia o reitor – esquentaram o funcionamento do Conselho.

Em **25 de junho de 1959**, o professor Arnaldo Caldas encaminha um recurso contrário à decisão da Congregação da Faculdade de Odontologia.

Em **2 de agosto de 1960**, o candidato Dr. João Brasileiro interpôs recurso contra o concurso da cadeira Técnica Odontológica, da Faculdade de Odontologia. O Conselho reconheceu o concurso após longo período de discussão.

Em **24 de julho de 1963**, a professora Dr^a Isabel de Barros Oliveira envia um recurso “contra a decisão da comissão, digo, Congregação da Faculdade de Odontologia em virtude de ter essa Congregação homologado

130 Conforme Santos (2010), pensando em encerrar a primeira greve estudantil da UR, os estudantes fazem apelo a Joaquim Amazonas e aos conselheiros catedráticos para que ajudem a encerrar a greve sem perda aos mesmos: “O D. A. confia na instituição Universidade e na “consciência jurídica dos doutos componentes do nosso egrégio Conselho Universitário”. O D. A. tem a confiança na “clarividência” “daquela consciência jurídica, [que] há de se pronunciar por nós e fará que volte a paz ao seio da nossa querida família universitária”” (p.152).

o resultado final, apresentado pela comissão julgadora no concurso para provimento da cátedra de Buco-Facial, na Faculdade de Odontologia desta Universidade”.

Em **27 de fevereiro de 1964**, “o docente-livre Pedro Paulo Monteiro Martins apresenta impugnação ao edital do concurso da cadeira de Metalurgia e Química Aplicada”.

Um mês após a reunião anterior, em **19 de março de 1964**, o professor George da Mota Passos interpôs recurso, certamente, contra concurso – não ficando claro na ata. Foi feita uma comissão, com participação estudantil, para analisar o recurso.

Mas há conflitos de ordem política. Os docentes da Faculdade de Filosofia, como consta na ata de **1 de agosto de 1959**, encaminham um documento protesto “de vários professores da Faculdade de Filosofia de Pernambuco contra a maneira como fora instituída a lista tríplice dos professores indicados para a composição da Diretoria dessa Faculdade. Este tema toma a maior parte da reunião”.

Em **31 de outubro de 1961**, a Faculdade de Filosofia retorna a discussão da forma de escolha de diretor. A reforma do estatuto, tendo em vista a LDB, mereceu discussões quando tratou da Faculdade de Filosofia, e particularmente quanto à forma de escolha do diretor e do vice, pois constava no artigo 61: “o diretor e o vice-diretor da Faculdade de Filosofia do Recife, escolhidos na forma deste artigo, serão ambos designados pelo Reitor”. Os docentes Evaldo Coutinho, Jônio Lemos, Sá Barreto e o acadêmico Fernando Brito foram contra, com o argumento de que isso atribuiria “poder[es] e, possivelmente, favores ao reitor pelo indicado”.

Um outro conflito que merece a atenção se deu entre Antonio Figueira e Ferreyra dos Santos, que consta na ata de **19 de janeiro de 1960**. Indicamos esse conflito aqui porque, apesar de ele aparentar ser uma questão legal, poderia ser por interesse político, tendo em vista que, posteriormente, esse docente irá compor o Conselho Universitário, o que, certamente, desagradaria a Antonio Figueira que era o representante da Faculdade de Medicina, e existiam disputas da Medicina com outros cursos

da área da Saúde – como Farmácia e Odontologia, por exemplo. O conflito originou-se da indicação daquele professor para compor quorum no concurso de catedrático da cadeira de “Química Tecnológica e Analítica” da Escola de Engenharia. Antonio Figueira foi contra, pois ele “não tem situação regularizada enquanto catedrático”. O Conselho terminou por excluí-lo com o argumento, por parte de Newton Maia, de que havia um número excedente de indicações.

Ambos voltam a integrar a ata, em **20 de abril de 1960**, quando esta “registra” o elogio do docente Ferreyra dos Santos ao próprio Antonio Figueira – ou seja, ele já se encontrava no Conselho como representante e, ao mesmo tempo, “questiona por que não foi aberto concurso” para a cadeira “Química Orgânica”.

Antonio Figueira retorna à cena, conforme a ata de **30 de dezembro de 1960**, quando registra que ele “pretende representar contra o Reitor perante o Conselho Universitário, o Ministério da Educação e o Presidente da República em razão da maneira como vem sendo administrada a UR no que condiz à nomeação do quadro de pessoal”. Na mesma ata consta que o reitor João Alfredo aguardaria “a apresentação concreta das acusações para poder analisá-las”.

Em **14 de março de 1961**, Antonio Figueira retorna com críticas e cobrando resposta do reitor sobre o assunto anteriormente descrito. Conforme a ata, ele expressou que “não fora possível efetuar tais acusações porque não recebeu os Diários Oficiais, assim como o Orçamento Interno para 1961, apesar de solicitação endereçada à Reitoria”. A Reitoria respondeu questionando e explicando que “oficiou as datas dos números do Diário Oficial nos quais foram publicadas as nomeações para o quadro de pessoal da UR. Quanto ao Orçamento Interno, afirma o presidente, viu-se forçado a sustar o processo de impressão e distribuição do mesmo devido a modificações implantadas pela Lei de Paridades. Assim, logo após as modificações, atenderá à solicitação do professor Antônio Figueira”. Antonio Figueira não ficou satisfeito com a explicação porque “o ofício aludido pelo reitor João Alfredo não resolve nada, pois dá como publicadas as

nomeações no início de novembro, o que é possível, haja vista que essas nomeações foram efetuadas no final de novembro”. Foi constituída uma comissão composta pelos diretores da Faculdade de Direito, de Filosofia de Pernambuco e da Faculdade de Arquitetura para estudar o assunto.

Dois meses após o conflito anterior, em **5 de maio de 1961**, Antonio Figueira cobra do reitor e estranha que não estava na pauta de discussão, como em anexo, o ofício de nº 1.686, de 29 de Abril de 1961, dirigido ao Dr. João Monteiro de Melo Filho, “e questiona sobre o porquê de só nesse momento esse assunto estar sendo trazido para conhecimento do Conselho, através de uma providência que parece indicar receio da fiscalização do Estado”. João Alfredo responde que “a fiscalização das contas da UR é realizada pelo Conselho de Curadores, composto por homens da mais alta expressão, e pelo Tribunal de Contas da União”.

Na greve estudantil, em **19 de junho de 1961**, Antonio Figueira faz duas intervenções, conforme a ata: uma questionando o reitor pela demora em pautar este tema no Conselho e outra, uma intervenção contra os estudantes, elaborando proposta aprovada. Na primeira intervenção, indaga “o porquê de somente agora o Conselho ter se reunido para ter conhecimento e decidir sobre a greve estudantil”. A segunda intervenção propõe “que o Conselho permita aos estudantes a realização das provas de acordo com o calendário definido nos Conselhos Técnico-Administrativos das Faculdades e Escolas, no presente mês de junho. A proposta foi aprovada por 13 (treze) votos contra 06 (seis), estes dos docentes Francisco Gondim, Alberto Martins Moreira, Evaldo Bezerra Coutinho, Jônio dos Santos Lemos, José Cavalcanti Sá Barreto e pelo representante estudantil, Marco Antônio Maciel”.

Um outro conflito de aparência legal foi a posição política dos docentes Antonio Figueira e Jorge Lôbo se contrapondo à indicação de um “nome estranho” para compor o quorum do concurso da Escola de Química, conforme a ata de **29 de abril de 1960**. O docente estranho, certamente, era o que pertencia à Escola Superior de Agricultura da Universidade Rural de Pernambuco. Foram os dois únicos votos contrários.

A área de Saúde retorna em conflito, na ata de **19 de novembro de 1960**, na cátedra de “Fisiologia”, pertencente à Medicina, que era ministrada pelo professor Nelson Chaves na Faculdade de Odontologia e integrante, também, desta. O parecerista Luis Guedes conclui por que “seja mantido na situação de catedrático na Faculdade de Odontologia o docente Nelson Chaves até que se crie o cargo de catedrático em Fisiologia nessa Faculdade”. Conclui, também, “pelo indeferimento do pedido do docente Antônio Montenegro de Moraes, entre outras razões, por não existir oficialmente na Faculdade de Odontologia o cargo de catedrático em Fisiologia”.

Um dos problemas que tomou boa parte da reunião do Conselho foi na área da Saúde, na Faculdade de Farmácia, com o pedido de exoneração do diretor, Luiz Ferreyra dos Santos, e do vice-diretor, Fernando Montenegro. Isso foi em **12 de março de 1964**. O impasse está posto: como proceder para ocupar os cargos vagos? Há uma sugestão de que o docente mais antigo da Faculdade, na reunião da Congregação, apresentasse a lista tríplice. Há uma impossibilidade de fazer essa lista, pois há apenas docentes efetivos de Farmácia na Congregação.

O reitor propõe a convocação do “Conselho de professores que estão regendo cadeiras, e inclusive um representante do corpo discente, para a eleição de um coordenador e de um vice-coordenador”. Enquanto a lista não fosse organizada, o professor Francisco Gondim sugere que “o professor Álvaro de Figueiredo poderia despachar o expediente”; o professor Sá Barreto propõe, “tendo em vista vários apelos da representante da Faculdade de Farmácia e da representação estudantil, que seja designada pelo Conselho Universitário uma comissão para indicar as condições de funcionamento da Faculdade de Farmácia, propondo os seguintes nomes para tal comissão: Francisco Gondim, Antônio Figueiredo de Lima e Jorge Lobo”.

Em **19 de agosto de 1960**, um debate que merece destaque é a criação do Centro de Estudos de Planejamento Urbano. O foco da discussão foi a autonomia desse novo órgão a ser criado. Newton Maia questiona a “independência” do Centro diante da Universidade.

Em **31 de outubro de 1961**, a solicitação de criação de três institutos para Engenharia merece atenção e foi caracterizada pelo docente Nilo Pereira como “um surto de progresso”. O tema principal era a construção do Estatuto Básico dos Institutos da UR. A elaboração desse anteprojeto baseou-se na UNB, conforme Nilo Pereira, “visando imprimir ao estatuto um caráter universitário”. Gilberto Osório foi o escolhido para ser o relator desse assunto.

A greve estudantil toma conta da reunião. Pelo visto, sempre foi assim. Em **19 de junho de 1961**, em caráter de urgência (às 22h – alterando a dinâmica das reuniões desse colegiado), o Conselho é convocado “para decidir acerca das primeiras provas parciais nas unidades da UR”, tendo em vista a greve iniciada na Faculdade de Direito e espalhada por toda a Universidade. É proposto pelos docentes Francisco Gondim e Alberto Moreira que as provas parciais sejam adiadas. José Soriano Neto, diretor da Faculdade de Direito, se posiciona dizendo que o fato deve ser levado em conta como Lei de Segurança Nacional e que já tinha comunicado ao Presidente da República e ao reitor desta Universidade.

Conforme a ata, “As providências passaram a ser tomadas pelo ministro da Justiça, general Araújo Mota, comandante do IV Exército, passando assim a situação para a alçada do Ministério da Justiça”. Conforme a ata, o representante estudantil, Marco Maciel, defendeu o adiamento das provas parciais, acatando as propostas dos docentes. As provas parciais foram adiadas para agosto, o que foi aprovado por unanimidade. Para os dirigentes máximos da Universidade, a questão era gravíssima porque impediu “o acesso de docentes e funcionários”. Consta na ata que, por esse motivo, o reitor viajou “no dia 04 (quatro) de junho ao Rio de Janeiro para dar conhecimento do fato ao Exmo. ministro da Educação e Cultura, Brígido Tinôco, afirmando-lhe que a situação pode se agravar com a adesão de estudantes de outras Unidades Universitárias e transpor os limites da Universidade com o apoio das entidades estudantis do País. Comunica ainda o reitor João Alfredo que o Ministro da Educação e Cultura resolveu enviar o Dr. Julianeli para observar “in loco” o desenrolar dos acontecimentos”.

A greve estudantil retorna como tema central na reunião do Conselho Universitário – greve nacional. Em **10 de agosto de 1962**, o reitor comunica que estava no “sul do país” em reunião convocada pelo Ministro da Educação para tratar da greve estudantil. Newton Sucupira, convidado do Conselho, informa “que o Ministro da Educação fizera uma consulta ao CFE sobre a participação dos estudantes nos órgãos coletivos das Universidades”. Mais do que uma consulta, o ministro queria “impor uma lei para conceder um terço solicitado pelos estudantes, além de outras medidas especiais. O Conselho preferiu emitir parecer em que ficaram estabelecidas a inoportunidade de modificar a Lei de Diretrizes e Bases e a necessidade de resguardar a autonomia da Universidade”. O CFE sugeriu, continua Sucupira, o mínimo de 3 estudantes com o argumento de que “a representação estudantil deveria ser plural”. Três semanas após, em **29 de agosto de 1962**, o assunto da representação estudantil retorna com o parecer no. 155/62, de Abgar Renault, que não aceitava ingerência do poder executivo sobre a LDB, recém-aprovada, e que feria a autonomia da Universidade ao querer mudar o artigo 168 da Constituição que se referia à vitaliciedade da cátedra – com essa medida, João Goulart queria atender à reivindicação da UNE (Cunha, 1983).

Com base no parecer, conforme a ata, o docente Gilberto Osório apresenta o projeto dos Estatutos com vários artigos restritivos à representação estudantil que era completamente vinculada às notas e aprovações. O projeto da UNE atacava duramente a cátedra, o concurso catedrático, a vitaliciedade, e defendia a realização de provas de segunda época mesmo que o estudante não tivesse frequentado aulas, a garantia de matrículas e a anulação das decisões dos conselhos, caso fossem anticonstitucionais. O projeto apontava para a ruptura e, certamente, não teve fôlego e foi o último projeto antiprivatista (Cunha, 1983).

As propostas da comissão da reforma do estatuto são severamente conservadoras. Assim expõe a ata: “A primeira alteração será no art.50 que diz respeito à recusa de matrícula caso o estudante seja reprovado mais de uma vez em qualquer série ou conjunto de disciplinas. Além disso,

será igualmente recusada a matrícula ao aluno que deixar de se submeter, por dois anos consecutivos, a exames para efeito de promoção, salvo em caso de doença ou por outro motivo de força maior, verificados por parte da comissão especialmente designada pelo Conselho Administrativo". Gilberto Osório continua sua exposição, apresentando a redação de nº. 122: "São irrelevantes para representantes do corpo discente, em quaisquer dos órgãos colegiados da Universidade e das Faculdades e Escolas previstos neste Estatuto, os alunos que não tiverem obtido no ano letivo imediatamente anterior aprovação na respectiva série, ou conjunto de disciplinas, ou que tenham incorrido na pena disciplinar de suspensão".

O artigo 102, parágrafo 6, trata, também, da representação estudantil, e assim consta na ata: "são inelegíveis para presidente de Diretório Acadêmico os alunos que não tiverem obtido, no ano letivo imediatamente anterior, aprovação na respectiva série, ou conjunto de disciplinas, ou que tenham incorrido na pena disciplinar de suspensão". Foi aprovado, também, o artigo 105 e acrescido um parágrafo sobre "inelegibilidade do presidente do D.C.E". Continuam as condicionalidades impostas à representação estudantil, substituindo o parágrafo 2º do artigo 33, do último período, pelo seguinte: "Essa representação será exercida, em cada caso, por um estudante eleito dentre os que tiverem alcançado classificação acima da média geral das classificações obtidas pelo corpo discente no ano letivo imediatamente anterior". Finalmente foi aprovada a seguinte substituição no art.35, no último período: "a representação do corpo discente no Conselho Departamental será exercida por dois estudantes eleitos dentre os que tiverem alcançado classificações compreendidas acima da média geral das classificações omitidas, digo, obtidas pelo corpo discente no ano letivo imediatamente anterior".

Um dos raros momentos de autonomia do Conselho Universitário ante as autoridades políticas, conforme ata de **15 de março de 1963**, foi quando o Conselho aprovou "o envio de um telegrama ao Exmo. Sr. Presidente da República e aos Ministros da Fazenda e Educação reiterando os termos de reivindicação e de crítica à situação dos cursos. O professor Francisco Gondim propõe enviá-los a várias autoridades".

Outro momento, se não de conflito, pelo menos de tensão, foram as duas últimas reuniões presididas pelo reitor João Alfredo: 1) a da constituição da Comissão de Sindicância imposta pela portaria nº. 1 do Comando Supremo da Revolução (ATA de **27 de abril de 1964**); 2) a do comunicado do seu afastamento definitivo do reitorado (ATA de **12 de junho de 1964**). Se acreditarmos na fidelidade da transcrição das atas, não houve debate, discussão, ponderação, crítica ou qualquer posicionamento sobre ambos. A primeira ata elege apenas a comissão¹³¹ que ficará com a incumbência de averiguar os atos contra a “revolução”. A justificativa da convocação da reunião foi para que os seus membros tomassem “conhecimento das providências, por esta Reitoria, em face da portaria nº. 1 do Comando Supremo da Revolução, do Ato Institucional e do aviso do Senhor Ministro a todas as Universidades”.

Os escolhidos foram os professores: Everardo da Cunha Luna, Catedrático de Direito Penal da Faculdade de Direito; Armínio de Lalor Mota, professor emérito da Faculdade de Medicina e Alberto de Cavalcante de Figueiredo, Catedrático de Economia das Indústrias da Escola superior de Química. Já na segunda ata, João Alfredo trata de “comunicar aos conselheiros o seu afastamento da presidência da Reitoria da Universidade do Recife. Afastamento definitivo”. Não teria sentido o reitor continuar na Reitoria e permanecer nela “sem contar com a confiança do governo federal; [ele], renunciava, portanto, ao restante do seu mandato e, na oportunidade, estava encaminhando o pedido de sua exoneração ao Presidente da Republica” (ATA de **12.06.1964**).

II. DÁDIVAS.

As homenagens que foram realizadas pelo e no Conselho Universitário, aos diversos docentes e seus familiares e às personalidades políticas, foram

131 Nas atas dessa Comissão, o SEC já está como pauta em sua 3ª reunião (30.04.1964), em que fora determinada a coleta na imprensa da capital de todo material envolvendo a Rádio Universidade do Recife (setor do SEC).

das de ordem: 1) Honoris Causa (professor), duas homenagens; 2) Professor Emérito, cinco homenagens; 3) profundo pesar, dez homenagens, mais o aniversário de um ano da morte de Joaquim Amazonas; 4) congratulação, três homenagens; 5) voto de exaltação, uma homenagem; 6) Moção de aplausos/ palmas, uma vez; 7) despedida, uma homenagem.

TÍTULOS DE PROFESSOR OU DR.HONORIS CAUSA E PROFESSOR EMÉRITO

Em **25 de junho de 1959**, a Faculdade de Medicina encaminha proposta de título¹³² de “professor Honoris Causa” ao docente **Alexandre M. Morimier**, da Universidade de Sorbonne, sendo aprovada por unanimidade. Em **2 de agosto de 1960**, o diretor da Escola de Engenharia comunica que a Congregação aprovou a indicação do título de “professor Honoris Causa” ao docente **Oswaldo Gonçalves de Lima**. Não encontramos nas atas qualquer registro de outorga de título “Doutor Honoris Causa” nesse reitorado.

Em **30 de dezembro de 1960**, o diretor da Faculdade de Medicina encaminha cópia de proposta aprovada nessa Congregação indicando o docente **Odilon Cunha Gaspar** para “Professor Emérito” da Faculdade. Em **2 de março de 1962**, o docente Jorge Lôbo solicita que seja posta em votação a proposta da Congregação da Faculdade de Medicina concedendo o título de “Professor Emérito” da UR ao docente **Armínio de Lalor Mota**, proposta esta aprovada por unanimidade. Novamente, em **15 de abril de 1962**, a Faculdade de Medicina toma a iniciativa de homenagear um

132 O título de Professor Honoris Causa é concedido a professores ou cientistas de notório reconhecimento, não pertencentes ao quadro da Universidade e que tenham prestado serviços relevantes à instituição ou ao desenvolvimento do ensino, da ciência, tecnologia ou cultura. O título de Doutor Honoris Causa é destinado a pessoas que tenham contribuído para o progresso da Universidade, da região ou do País ou pela atuação em favor das ciências, letras, artes ou cultura. O título de Professor Emérito é destinado a professores aposentados que tenham se distinguido no ensino, na pesquisa, na extensão e na administração universitária. Podendo a outorga ocorrer *in memoriam* (Boletim *In Campus*, UFPE, nº154, Dez. 2010, p.08)

dos seus pares. Agora o homenageado é o professor **Antonio Monteiro de Moraes Nascimento** com o título de “Professor Emérito”. Nessa mesma ata, o professor Dr. **Nelson de Albuquerque Melo** foi homenageado com o título de “Professor Emérito” – ambos não são identificados pela ata da Faculdade de origem. A Faculdade de Medicina, em **15 de março de 1963**, toma novamente a iniciativa de nova homenagem de título de “Professor Emérito”, dessa vez, para o professor **Mário Ramos**.

VOTOS DE PROFUNDO PESAR

Na primeira reunião após a morte de Joaquim Amazonas, em **20 de junho de 1959**, na reunião de elaboração da lista tríplice, inauguram-se os “votos de pesares”. O vice-reitor, João Alfredo, solicita um voto do *mais* profundo pesar, exaltando as qualidades de *Joaquim Amazonas*, e um minuto de silêncio. Três meses após, em **30 de setembro de 1959**, o professor Jorge Lobo solicita que seja posto em ata um voto de profundo pesar pelo falecimento dos professores *Fernando Simões Barbosa* e *Alcides Codeceira*, solicitação esta aprovada unanimemente pelo Conselho. Nove meses após, em **3 de junho de 1960**, conforme a ata, “o presidente da reunião propõe um voto de profundo pesar devido ao falecimento dos docentes *Armando Meira Lins* e *Arnóbio Graça*”.

O presidente da reunião refere-se também ao próximo dia oito deste mês (junho de 1960), quando a Universidade registra, com profundo pesar, o primeiro aniversário do falecimento do então reitor Joaquim Amazonas, devendo ser realizada uma sessão “in memoriam”, às 20h do dia oito do referido mês, no salão nobre da Faculdade de Direito do Recife, bem como haverá missas no período da manhã”. Em **2 de março de 1962**, “o docente Nilo Pereira comunica o falecimento dos docentes *Aníbal Gonçalves Fernandes* e *Olívio Montenegro*, sendo aprovado unanimemente um voto de pesar pelos respectivos falecimentos. O docente Newton Maia sugere que igual homenagem fosse tributada ao docente *Napoleão Albuquerque*, então professor da Escola de Engenharia, recentemente falecido”. Foram apresentados, também, em **29 de agosto de 1962**, votos de pesar pelo

falecimento do Dr. *Domingos da Silva Ferreira* e da viúva do Dr. *Fernando Simões Ferreira*. No início do ano vindouro, em **21 de fevereiro de 1963**, nova homenagem pela partida: voto de pesar pelo falecimento de *Hoel Sette*. Último homenageado.

CONGRATULAÇÃO

Em **14 de março de 1960**, Newton Maia congratula-se com o retorno da *Madre Maria José Torres*, da Faculdade de Filosofia, aos assentos do Conselho. Já em **3 de junho de 1960**, o “docente Antônio Figueira propõe que fique consignado em ata um voto de congratulações pela eleição do estudante *Silvio Correia Lins* para presidente da União dos Estudantes de Pernambuco, proposta esta aprovada unanimemente”. Em **28 de junho de 1961**, certamente por interesse político, pois estava em divergências com propostas da Reitoria, Jorge Glasner congratula-se com o reitor *João Alfredo* por o mesmo ter proposto a criação de comissão para discussão da reforma universitária. Em **30 de novembro de 1962** é proposto um voto de congratulação ao Dr. *Luis Ignacio de Barros Lima*.

VOTO DE LOUVOR

O voto de louvor ocorreu em apenas uma reunião, em **3 de junho de 1960**: “o professor Marcionilo Lins propõe que fique consignado em ata um voto de louvor ao docente Chaves Batista pelo fato de que, segundo ainda o docente, muito eleva o nome da Universidade do Recife no meio científico”.

VOTO DE EXALTAÇÃO

Apenas uma vez o termo exaltação aparece, em **31 de maio de 1963**: Nilo Pereira propõe um voto de exaltação ao prof. Abgar Soriano.

MOÇÃO DE APLAUSOS/ PALMAS

Essa moção foi polêmica, pois tinha um caráter explicitamente político e divergente do professor Antonio Figueira. Os homenageados foram o presidente da República, Jânio Quadros, e o reitor João Alfredo. Conforme

a ata, em **5 de maio de 1961**, “o docente Newton Maia solicita uma moção de aplauso ao Sr. presidente da República, Jânio Quadros, e ao reitor João Alfredo. A proposta do docente Newton Maia é colocada em discussão e votação, sendo aprovada por 21 (vinte e um) votos contra 01 (um) voto manifestado pelo professor Antônio Figueira”. O motivo da moção de aplauso é justificado por seu autor: “Newton Maia informa aos Conselheiros que os diretores de Faculdades e Escolas foram surpreendidos com o Decreto do Exmo. Sr. presidente da República demitindo todo o pessoal civil da União nomeado a partir de 30 de Setembro de 1960. Entretanto, o presidente Jânio Quadros cedeu ao reitor João Alfredo a permanência do pessoal da UR”. O reitor recebe outra moção de aplausos, não mais no Conselho Universitário, mas na Assembleia Universitária, em **9 de março de 1961**, após aprovação das contas da Universidade por esse órgão.

DESPEDIDA

Como o próprio termo diz, é uma despedida por trabalho cumprido. Conforme a ata, em **20 de janeiro de 1964**, o professor João Alfredo faz a leitura de um ofício do professor Heitor de Andrade Lima, já que o mesmo atingira a idade da aposentadoria e, por isso, apresenta sua despedida do Conselho Universitário.

III. REFORMAS DOS ESTATUTOS E REGIMENTOS

Nesta seção, além dos registros das atas das discussões sobre estatutos e regimentos, veremos solicitações de ingressos de Escolas e Faculdades à Universidade do Recife, regulamento interno do Conselho Universitário e políticas de estruturação de pessoal. Ou seja, tudo que tenha a ver com formatação organizacional e política de recursos humanos.

Na segunda reunião do ano, em **29 de abril de 1960**, o Conselho inicia e encaminha vários assuntos referentes aos institutos, agregação de faculdades e regimento interno do Conselho. Assim, quanto ao regimento interno do Conselho, foi designada “uma comissão formada pelos professores Soriano Neto, Newton Maia e Duarte Dias para elaboração desse

projeto”. Nessa mesma reunião, quanto “à regulamentação que está a exigir a criação e o funcionamento dos Institutos, elege-se então uma comissão formada pelos docentes Nilo Pereira, presidente, Evaldo Coutinho, Luiz Guedes, Jorge Lobo e Nelson Chaves, sendo estes nomes aprovados unanimemente”. Ainda nessa mesma reunião, a Faculdade de Ciências Médicas solicita agregação à Universidade do Recife, e “o professor Evaldo Bezerra Coutinho conclui pela agregação solicitada, após serem satisfeitas diversas exigências. O docente João Duarte Dias pede vista do processo, ficando assim adiada a discussão sobre essa matéria”.

O tema do estatuto básico que irá reger os Institutos volta à cena em **2 de março de 1962**. Conforme a ata, “o docente Gilberto Osório de Andrade indaga se o prazo concedido às Congregações das Faculdades para se pronunciarem sobre o Estatuto Básico dos Institutos já se esgotara, haja vista ter obtido resposta de algumas Escolas e Faculdades, acrescentando que desejaria receber a lista dos Institutos que foram reconhecidos pela UR”. Em **27 de fevereiro de 1964**, Nilo Pereira, relata o processo de Nº 1744/64 no qual o diretor da Faculdade de Medicina comunica que o curso de Nutrição fora desligado da Faculdade de Medicina, passando a ser ministrado pelo Instituto de Nutrição. (SANTOS ET ALL. 2010, p.78)

Em **21 de fevereiro de 1963**, o Conselho se deteve nas políticas de quadro da Universidade – única vez em que o estatuto se refere a elas, já apresentadas em forma de projeto. Foi tema único na reunião: anteprojeto do estatuto do Professor Universitário. Conforme a ata, “Foram sugeridas 42 emendas advindas das Escolas e Faculdades: extinção do instituto da docência- livre, resguardados os direitos adquiridos; remoção a pedido e ex officio; substituição do período de férias escolares e fixação das férias; previsão de haver Escolas que ainda não dispõem de instalações suscetíveis de fazer efetiva a prestação das 18 horas semanais de trabalho; estes foram alguns dos assuntos discutidos e deliberados”.

Um ano atrás, em **15 de abril de 1962**, a questão referente ao quadro de servidores foi assunto de pauta. A questão se referia, especificamente, à gratificação aos servidores que tinham “Dedicação Exclusiva”. Esse

assunto, conforme a ata, mereceu longa discussão porque ela estava correlata ao financiamento, às leis federais e à reforma universitária. Assim foi exposto na ata: “[Afirma o docente Sérgio Loreto Filho] que, consultando o Regimento Interno da Faculdade de Medicina, verificou que o mesmo não autoriza sua Congregação ou Conselho Administrativo a regulamentar Leis Federais, concluindo que é de parecer que este Conselho pode e deve aprovar a proposta da adoção da Faculdade de Medicina da UR, do regime de tempo integral”, mas obedecendo aos preceitos das leis da pátria”. Um mês antes, em **2 de março de 1962**, o Conselho apreciou um recurso ao Ministro da Educação do docente Jaime de Salles George, de Engenharia para receber gratificação noturna. (SANTOS et all. 2010, p.64)

Quanto ao estatuto da Universidade e aos regimentos das Faculdades, que o tema da reforma universitária entra na ata do Conselho pela primeira vez em **28 de junho de 1961**. Um fato que merece destaque é a presença de Paulo Freire para ser membro da Comissão do Conselho representando a Reitoria – o que é de espantar, pois os conselheiros não admitiam “estranhos” (não catedráticos e não conselheiros) assumindo responsabilidades que não lhes competiam. Além disso, a inclusão de cinco estudantes. A ata registra da seguinte forma esse acontecimento: “o presidente do Conselho comunica aos demais conselheiros a iniciativa que tomou constituindo uma comissão para proceder a estudos que possibilitem uma maior adequabilidade da UR às novas condições do País”.

Com o objetivo de elaborar sugestões que se situem na área de competência da UR, propôs-se realizar um estudo amplo acerca da Reforma Universitária. A comissão¹³³ foi formada pelos docentes Newton da Silva Maia, Oswaldo Gonçalves de Lima, Antônio Bezerra Baltar, Murilo Guimarães, Nelson Ferreira de Castro Chaves, Gilberto Osório de Oliveira

133 Conforme depoimento de Guilherme Robalinho (então estudante de Medicina e presidente da UEP), a formação dessa Comissão foi uma conquista do movimento estudantil. Através desse convívio, foi possível elaborar “um esboço da reforma universitária”.

Andrade e pelos universitários¹³⁴ Guilherme José Robalinho de Oliveira Cavalcanti, Antônio José de Cerqueira Antunes, Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Andréa Maria Altino de Campos, George Antônio Sebastião Palharim da Silva e pelo representante da Reitoria, professor Paulo Reglus Neves Freire”.

Em **8 de março de 1963**, as reformas organizacionais e curriculares precisam ser feitas, pois a reforma universitária o exige. Conforme a ata, “os assuntos em pauta requerem uma certa urgência em virtude da reformulação dos currículos mínimos determinados pelo Conselho Federal de Educação” – afirma o presidente em exercício da reunião, Newton Maia. Por outro lado, conforme a ata, “as Escolas e Faculdades, por força da Lei de Diretrizes e Bases, estavam obrigadas a reformar os seus regimentos, mas tal reforma dependia ainda, em grande parte, do Regimento geral das entidades universitárias, que, por sua vez, só poderia ser preparado após a aprovação do Estatuto da Universidade do Recife pelo Conselho Federal de Educação (C.F.E.). Constam ainda da pauta ofícios de cinco Escolas contendo os novos currículos mínimos adotados para o corrente ano letivo e a modificação do Regimento Interno contendo novas regras de aprovação do regimento escolar”. Foi nessa mesma reunião que o reitorado foi criticado por ter o poder de indicar o diretor e o vice-diretor da Faculdade de Filosofia – Sá Barreto chega a afirmar que o Conselho Federal de Educação interfere na autonomia universitária.

Enfim, o Estatuto da UR é enviado para a publicação no Diário Oficial, conforme a ata de **31 de maio de 1963**. Essa reunião se faz pela primeira vez com a presença do professor Murilo Guimarães, diretor e representante da Faculdade de Direito. Na ata de **24 de julho de 1963**, na seção expediente, registra-se que “o processo de Nº 7569/63- deu conhecimento aos senhores conselheiros de que o presidente do Conselho Federal de Educação aprovou o parecer nº 101 das comissões de Ensino Superior

134 Todos indicados pelo DCE-UR e pela UEP (CÉSAR, 2009, p.142)

e de Legislação e Normas, aceitando as alterações feitas no Estatuto da Universidade do Recife”.

Já em **15 de abril de 1962**, o reitor João Alfredo “ressalta a necessidade que tem a UR de elaborar novos Estatutos, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, ficando deliberado que será de 15 (quinze) dias o prazo para Faculdades e Escolas enviarem normas à Secretaria da UR, após recebimento pelas Secretarias das mesmas, sendo esta proposta aprovada unanimemente”.

Ao mesmo tempo que a Reitoria abriu a participação dos estudantes naquela comissão de 28 de junho de 1961, o mesmo Conselho, em **29 de agosto de 1962**, aprova várias medidas restritivas à organização estudantil – os catedráticos ditavam as regras de poder como bem já disse Gadiel Perruci. Não trataremos mais desse assunto aqui porque já o fizemos na parte em que expusemos “os conflitos”.

IV. ELEIÇÃO PARA REITOR, VICE-REITOR E CURADORES.

Essas eleições eram realizadas sem conflito e disputas competitivas. A competição era formal, apenas para cumprir a norma da lista tríplice. Não houve nenhum incidente.

O primeiro registro em ata da escolha do reitor foi a eleição de João Alfredo em substituição ao reitor Joaquim Amazonas (1946 a 1959), em **20 de junho de 1959**. Essa eleição talvez sele a oposição firme do docente Antonio Figueira ao seu reitorado, pois esse último foi o primeiro da lista, o mais votado. João Alfredo foi incluído na terceira lista – Newton Maia retirou seu nome em benefício de João Alfredo. Conforme a ata, foram indicados para a lista tríplice, a ser enviada ao governo federal. Na votação, Antonio Figueira obteve 12 votos; Soriano Neto, 10 votos; João Alfredo, 12 votos. O reitor João Alfredo é escolhido pelo Presidente da República a partir dessa votação (SANTOS et al, 2010, p.43).

Em **11 de maio de 1962**, João Alfredo é reconduzido ao cargo. Conforme a ata, “o presidente comunica a distribuição das chapas e dos envelopes para votação do primeiro lugar da lista. Efetuada a votação, após

os docentes Jorge Lôbo e Luiz Osório de Siqueira Neto terem atuado como escrutinadores, é divulgado o resultado: professor João Alfredo Gonçalves da Costa Lima, 22 (vinte e dois) votos; docente Antônio Bezerra Baltar, 02 (dois) votos; professor Evaldo Bezerra Coutinho, 01 (um) voto. É efetuada, então, votação para definir o segundo lugar da lista, com o seguinte resultado: professor Newton da Silva Maia, 18 (dezoito) votos; docente Antônio Bezerra Baltar, 04 (quatro) votos; docente Evaldo Bezerra Coutinho, 01 (um) voto; professor João Alfredo Gonçalves da Costa Lima, 01 (um) voto, além de 01 (um) voto em branco. Em seguida, é efetuada votação para eleição do segundo componente da lista, com o seguinte resultado: professor Gilberto Osório de Oliveira Andrade, 16 (dezesseis) votos; docente Antônio Bezerra Baltar, 034 (quatro) votos; docente Antônio Simão dos Santos Figueira, 02 (dois) votos; professor Evaldo Bezerra Coutinho, 01 (um) voto; docente João Duarte Dias, 01 (um) voto; e professor Heitor de Andrade Lima, 01 (um) voto.

Após conhecimento do resultado para composição da lista tríplice, o presidente suspende a sessão para ser lavrada a presente ata. Reabertos os trabalhos, o presidente manda que a ata seja lida. Sendo posta em votação, a mesma é aprovada unanimemente”.

Já em **17 de agosto de 1959**, é feita a escolha do **vice-reitor**. O escolhido foi o docente José Soriano Neto. Este docente será pivô de uma das maiores greves estudantis (1961) feitas até agora nesse período. Na época, ele era diretor da Faculdade de Direito. Foi convocada a reunião do Conselho, em face da necessidade de se elegerem tanto o vice-presidente desse Conselho (será atribuído cargo ao vice-reitor) como dois representantes para o Conselho de Curadores, tendo o professor José Soriano de Souza Neto (21) vinte e um votos; o professor Sá Barreto, (01) um voto; o docente Abgar Soriano, (01) um voto. Diante do resultado, o presidente declara eleito para o cargo de vice-presidente do Conselho Universitário o professor José Soriano de Souza Neto. (SANTOS e *et all.* 2010, p. 46).

Já em **21 de agosto de 1961**, há mudança na **vice-reitoria** – será que a greve o desgastou?. José Soriano sai para a entrada de Newton Maia.

Conforme pesquisa de Santos et all (2010), a ata indicava que “será efetuada a eleição para vice-presidente desse Conselho, que também é o vice-reitor, nos termos do Estatuto da UR, bem como a eleição para dois representantes deste Conselho no Conselho de Curadores. Após distribuição das cédulas, os votos são recolhidos. O presidente convida os docentes Luiz Osório de Siqueira Neto para a apuração dos votos, constatando-se o seguinte resultado: Docente Newton da Silva Maia, 19 (dezenove) votos; docente Jorge de Oliveira Lôbo, 01 (um) voto; e o docente José Soriano de Souza Neto, 01 (um) voto. Diante do resultado, o presidente proclama eleito vice-presidente do Conselho Universitário o docente Newton da Silva Maia”. (SANTOS ET ALL. 2010, p. 62).

Um ano e meio após, o vice-reitor, Newton Maia, é reconduzido ao cargo. Ou seja, em **9 de novembro de 1962**, conforme Santos et all (2010), “o presidente diz que naquele momento deveria ser eleito pelo Conselho o novo vice-reitor. É eleito, e reconduzido ao cargo, o professor Newton Maia, obtendo 19 votos - Jorge Lobo obteve 1 voto” (SANTOS et all. 2010, p. 71).

Em **17 de agosto de 1959**, o presidente comunica que será efetuada a eleição para os representantes do **Conselho de Curadores**: após votação e apuração, verifica-se que o professor Newton Maia obtém vinte (20) votos; o professor Duarte Dias, dezenove (19) votos; o professor Sá Barreto, dois (02) votos; o professor Jorge Lobo, um (01) voto; o docente Heitor de Andrade Lima, um (01) voto; o docente Alberto Moreira, um (01) voto; o professor Monsenhor Francisco Sales, um (01) voto; e o docente Luiz Siqueira Neto, um (01) voto. Ante os resultados, o presidente proclama eleitos os professores Newton Maia e Duarte Dias (SANTOS et all. 2010, p. 46).

Dois anos após, nova eleição para o Conselho de Curadores. Em **21 de agosto de 1961**, conforme SANTOS ET ALL (2010), “o presidente da reunião informa que será efetuada eleição para dois representantes do Conselho Universitário no Conselho de Curadores. Distribuídas e recolhidas em seguida as cédulas, verifica-se na apuração que o docente Nilo de Oliveira Pereira obteve 20 (vinte) votos; o docente João Duarte Dias, 16 (dezesseis); o docente Heitor de Andrade, 03 (três) votos; o professor

Gilberto Osório de Oliveira Andrade, 01 (um) voto; o professor Newton da Silva Maia, 01 (um) voto; e o professor Armínio do Lalor Mota, 01 (um) voto. Em seguida, o presidente, diante dos resultados eleitorais, proclama eleitos os docentes Nilo de Oliveira Pereira e João Duarte Dias, representantes do Conselho Universitário no Conselho de Curadores da UR” (SANTOS ET ALL, 2010, p. 62).

Em **15 de abril de 1962**, é eleito o suplente para o Conselho de Curadores. Conforme SANTOS ET ALL, em pesquisa na ata, “sugere o presidente que se faça eleição para suplente do referido docente no Conselho de Curadores, nomeando os docentes Sérgio Loreto Filho e Luiz Guedes como executores desse processo. Após votação e apuração dos votos, o resultado é exposto: professor Luiz Ferreira dos Santos, 16 (dezesesseis) votos; professor Heitor de Andrade Lima, 01 (um) voto; professor Jônio Lemos, 01 (um) voto; professor Evaldo Coutinho, 01 (um) voto; e professor Waldomiro Soares Coutinho, 01 (um) voto, sendo declarado eleito o docente Luiz Ferreira dos Santos” (SANTOS ET ALL, 2010, p.66).

V. O PAPEL DOS ESTUDANTES NAS REUNIÕES.

Os estudantes são referidos quatorze vezes em assuntos diversos, sendo a metade como seu próprio porta-voz. Raras vezes os estudantes apareceram com sua própria voz no Conselho. Na maioria das atas nem referência existe; no máximo, são *meros* assinantes das mesmas. A voz do estudante se dava através do DCE.

No reitorado de João Alfredo, a primeira referência à categoria estudante se dá em **29 de abril de 1960**. Na oitava reunião do Conselho é que algum assunto referente ao estudante é registrado em ata. Aparece como informe do presidente da reunião. Conforme SANTOS ET ALL (2010), “o presidente da reunião informa do Parecer Nº 112, do Ministério da Educação e Cultura, referente à situação dos estudantes matriculados com dependência. O presidente da reunião solicita a palavra ao professor Newton Maia, pois o referido Parecer descreve situação de estudantes da Escola de Engenharia. O Conselho se manifesta sobre se o estudante

dependente, mesmo reprovado nas cadeiras em dependência, pode ser considerado aprovado nas cadeiras de série superior, tendo obtido média suficiente, e, nesse caso, se em cadeiras isoladas dessa mesma série ou apenas com aprovação integral em todas as cadeiras” (SANTOS ET ALL, 2010, p.50).

Dois meses após, em **3 de junho de 1960**, o estudante aparece na ata pela homenagem de Antonio Figueira, como já vimos anteriormente, ao “estudante Silvio Correia Lins para presidente da União dos Estudantes de Pernambuco, proposta esta aprovada unanimemente”.

Um ano e meio após, em **19 de novembro de 1960**, o estudante retorna nas atas em duas situações: docente em defesa de Zélia Lafayette Bezerra e da apresentação do novo conselheiro Marco Maciel. Assim, aponta a ata que o diretor da Faculdade de Arquitetura, em nome do CTA dessa Faculdade, solicita pronunciamento desse Conselho sobre o caso da estudante Zélia Lafayette Bezerra acerca do Parecer de nº 112, da Comissão de Ensino Superior. O representante do estudante é apresentado na reunião. (SANTOS ET ALL, 2010, p.55). Em **9 de novembro de 1962**, um estudante aparece na ata como o mais novo conselheiro e presidente do DCE: Fernando Brito de Albuquerque Maranhão (SANTOS ET ALL, 2010, p.71).

Cinco meses após, o “caso de Zélia Lafayette” retorna ao Conselho. Em **14 de março de 1961**, o docente Sá Barreto, relator do processo, é favorável ao reclamo da solicitante, e o Conselho acolhe o parecer. Conforme a ata, o professor Sá Barreto esclarece haver a referida estudante requerido a validade de aprovação que obteve em 1958, na cadeira de “Resistência dos Materiais – Estabilidade das Construções”, na 3ª série. Encontrando-se matriculada na 4ª série, com dependência na referida cadeira, a estudante solicita que lhe seja reconhecido o direito originado no parecer de nº 112, pois embora tenha sido reprovada nessa cadeira em 1959, em 1958 lograra aprovação. O Conselho Técnico-Administrativo indagou sobre a aplicabilidade do direito invocado, uma vez que só em abril de 1960 o Conselho Universitário pronunciou-se favoravelmente acerca das conclusões desse parecer (SANTOS ET ALL, 2010, p. 57).

Apesar de os estudantes estarem em greve nacional, a ata de **10 de agosto de 1962** *não registra fala* de estudante. Esta é a ata em que se faz referência à ampliação de 1/3 de estudantes na representação dos órgãos colegiados das universidades. O representante dos estudantes, Marco Maciel, estava presente. Em **29 de agosto de 1962**, reunião que continua a aprovar questões referentes à representação estudantil, não encontramos referência a nenhum estudante – apesar da presença do representante estudantil, Marco Maciel.

Já, nas atas em que o estudante aparece com voz ativa, ou se posiciona votando ou respondendo a ofício de Diretório Acadêmico, registramos a primeira em **19 de junho de 1961**. Duas vezes há registro nesta ata, quando o estudante Marco Antônio Maciel afirma que a maioria dos estudantes está de acordo com a proposta dos docentes Francisco Gondim e Alberto Moreira e explica não haver o movimento contado com pessoas estranhas ao âmbito universitário, e votando contra a proposta de Antonio Figueira que assumia a defesa do calendário elaborado pelo CTA das Faculdades e Escolas (SANTOS ET ALL, 2010, p. 60).

Um ano e meio após, em **9 de novembro de 1962**, o Conselho se depara com reivindicação do Diretório Acadêmico de Medicina sobre direito de matrícula de dois estudantes. Conforme a ata, o Conselho Administrativo dessa Faculdade sugere apreciação por parte do Conselho Universitário do pedido do D.A. no sentido de reconsiderar a matrícula dos estudantes Maria Odalina Mendes Rodrigues Leitão e Lourenço de Souza Gomes Pereira, de nacionalidade portuguesa (SANTOS ET ALL, 2010, p.71).

O estudante aparece com voz, como na anterior, quando solicita frequência de disciplina na cadeira de Astronomia e Geodésia de Campo do 3º ano, por já ter sido aprovado na citada cadeira, conforme prova o seu histórico escolar. Isso se deu em **30 de novembro de 1962**.

Em **8 de março de 1963**, o estudante está presente na ata ao ser identificado com voto contrário ao artigo que estabelecia poder de indicação do reitor no cargo de diretor, achando alguns docentes e o representante dos estudantes que isso atribuiria “poder e, possivelmente, favores

ao reitor pelo indicado [diretor da Faculdade de Filosofia]” – esse assunto encontra-se na seção “Os conflitos”

Um ano após, a participação dos estudantes retorna. Em **27 de fevereiro de 1964**, o representante estudantil, José Carlos de Moraes Vasconcellos, fala de uma proposta que recomenda aos diretores das Faculdades e Escolas o preenchimento das vagas no primeiro ano e, se possível, a realização de um novo vestibular. Nessa mesma reunião, a representação estudantil indaga por que o Conselho Universitário tomava conhecimento daqueles relatórios. Respondeu o relator que se trata de uma exigência estatutária e que é uma maneira de saber se as bolsas de estudo de estágios estão sendo aproveitadas pelos contemplados. (SANTOS et al, 2010, p. 78).

Newton Maia, vice-reitor e presidente em exercício da reunião, recebe apoio da representação estudantil. Isso ocorreu em **12 de março de 1964**. A questão do apoio referia-se à luta por mais verba para a Universidade. Conforme a ata, o presidente em exercício reconhece que as questões postas espelhavam críticas à gestão, mas o reitor tem brigado por mais verbas, e que cabe a todos resistir e lutar por mais verbas através de um “movimento no país inteiro”. O DCE pede a palavra, concorda com a fala, e afirma que fará um movimento contra o corte de verbas. Uma semana após, em **19 de março de 1964**, os estudantes, como já mencionamos, criticam os concursos que estavam se desenvolvendo incompatíveis com a LDB. Assim, a ata se posicionou: “acadêmico Drummond Xavier fala da abertura de vários concursos e fala que isso não está de acordo com a LDB e com a aprovação do Regimento Geral das Entidades; os concursos para cátedra vão ter nova feição”.

Depois de debates, foram aceitas as seguintes propostas do prof. Sá Barreto: 1. Suspender em todas as unidades Universitárias da Faculdade do Recife a abertura de novos concursos para cátedras 2. No caso de concursos já abertos, os candidatos destes dirão se serão aceitos com as novas modificações 3. Os concursos em andamento, com prazo marcado para sua realização dentro das normas atualmente vigentes, serão realizados.

Nessa mesma reunião, é criada uma comissão e o representante estudantil é incluído para estudar recurso interposto por um docente. (SANTOS et all, 2010, p. 80).

Uma outra reunião é convocada uma semana após, em **25 de março de 1964**, e os estudantes aparecem de duas formas: como membros de uma comissão (Oseias Gouveia e José Carlos Vasconcellos) e na solicitação de esclarecimento. O representante dos estudantes, Drumond Xavier, pede esclarecimento sobre o art. 50 do estatuto que não vigorará neste ano na Faculdade de Direito. A ordem do dia é para discussão do Projeto de Regimento Geral das Entidades Universitárias. (SANTOS et all, 2010, p. 81).

VI. CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS NA UR.

No reitorado de João Alfredo, como já dissemos, foram três os novos órgãos criados: Centros de Estudos e Institutos. Na seção de Estatutos e Regimentos, indicamos que a Universidade necessitou criar normas pra sua regulamentação. Quanto às Faculdades, cada uma delas, ou parte delas, tomava iniciativa para sua criação. Na Engenharia, numa das atas, Newton Maia usa a expressão “surto” para indicar atos criadores de Institutos nesta Faculdade. O curso de Nutrição passa a ser ministrado no Instituto.

No início do mandato de João Alfredo, em **19 de janeiro de 1960**, nessa reunião, propõe-se a criação de dois Centros e um Instituto. O docente José Gonçalves de Mello Neto propõe a criação do Centro de Pesquisas Históricas. Em seguida, é apresentado o processo de número 10.141 em que o diretor da Faculdade de Medicina encaminha as normas de funcionamento do Instituto de Antropologia Tropical, sendo indicado o nome do professor Gilberto Freyre para dirigi-lo. Além dessas criações, é apresentado o processo de número 17.170 em que o diretor da Faculdade de Arquitetura encaminha proposta do professor Antônio Baltar para a criação de um Centro de Estudos de Planejamento e Urbanismo. (SANTOS et all, 2010, p.55)

Em **2 de agosto de 1960**, seis meses após, a criação do Centro de Estudos Históricos volta à pauta de reunião enquanto processo.

Já em **19 de agosto de 1960**, o Centro de Estudos de Planejamento e Urbanismo volta à discussão na forma de Instituto e não mais como Centro. O professor Luiz Osório de Siqueira Neto relata o processo de nº 17.170 em que o diretor da Faculdade de Arquitetura encaminha proposta do docente Antônio Bezerra Baltar para a criação de um Centro de Estudos de Planejamento Urbano, com aprovação do Conselho Técnico da referida Faculdade. O professor Luiz Osório apresenta extenso parecer, concluindo pela aprovação da iniciativa, sendo este Centro transformado no Instituto de Planejamento Urbano Regional. Após extenso debate entre os docentes Luiz Guedes, Antônio Figueira, Nilo Pereira, Francisco José Gondim Coutinho, Gilberto Osório, Evaldo Coutinho e Luiz Osório acerca da autonomia deste Centro, o Conselho aprova unanimemente a criação do referido órgão na Faculdade de Arquitetura, sendo, de acordo com a proposta do docente Newton Maia, necessária uma análise sobre o caráter de independência deste Centro. (SANTOS et al, 2010, p.55)

VII. GERAIS.

O tema da Extensão quase não apareceu nas reuniões do Conselho. É curioso isso, pois era uma das atividades mais importantes da ideologia do SEC. Outro assunto que também aparece na ata, mas de forma insignificante, é a questão da documentação. Para o SEC, a documentação era importantíssima – e somente no início de 1964 ela é referida de forma indireta pelo curso de Biblioteconomia

Em **31 de outubro de 1961**, em primeira aparição e aprovado por unanimidade, o docente Heitor de Andrade Lima relata o processo de nº 16.745/61 em que o diretor da Escola de Belas Artes da UR comunica a aprovação, pelo Conselho Técnico Administrativo – CTA da referida Escola, da realização de um curso de Extensão Universitária e solicita a aprovação do Conselho Universitário. Afirma o citado relator que o curso a ser ministrado pelo professor Luiz Delgado, sobre “Aspectos Ideológicos da formação brasileira”, é palpitante e da vida atual, e ainda mais tentador ante o mérito incontestado daquele a quem cabe a sua explanação. (SANTOS et al, 2010, p.63).

Em **21 de janeiro de 1964**, o professor Murilo Guimarães relata o processo de nº 22. 597 em que o diretor do curso de Biblioteconomia e Documentação da U. R. a fim de solicitar o reconhecimento do mesmo pelo Conselho Federal de Educação, sendo aprovado com unanimidade. (SANTOS et all, 2010, p.77).

Apesar de o curso preparatório para vestibular não ser tratado como uma atividade de extensão e de o Conselho não se considerar competente para avaliar tal tópico, pois se refere ao estabelecimento de um curso extrauniversitário, a questão foi posta por Luiz Siqueira em nome do diretor de Engenharia que se encontrava ausente. Tanto Medicina quanto Engenharia, no reitorado de Joaquim, prepararam essa atividade. Isso ocorreu em **30 de dezembro de 1960**. (SANTOS et all, 2010, p.56).

De tudo o que foi posto até aqui, dessas atas, do ponto de vista da dinâmica de seu funcionamento, dos papéis sociais a serem desenvolvidos pelos catedráticos entre eles mesmos e perante os estudantes, o Conselho se coloca à parte da sociedade. Vive seu mundo imaginário apartado do que está fora de si. Não há um dentro e fora, como defende Paulo Freire, mas apenas um “dentro”.

A lógica funcional do Conselho se realiza pelo que ENRIQUEZ (1997) chamou de imaginário enganador, desconhecimento e resistência ao outro e à ótica criativa humana. Enquanto isso, pelo imaginário motor, seus docentes compartilham imaginário social de comunidade (trabalhadores, estudantes, artistas), desenvolvimento (crescimento, prosperidade), cultura regional (singularidade, popular) – alguns dos seus catedráticos, até, assumindo postos públicos legislativos e executivos. A lógica funcional do Conselho Universitário não é a lógica do SEC. Apesar disso, num *pacto invisível, silencioso*, aceita-se a criação de um órgão cuja autonomia destoa da lógica universitária com toda a sua formalidade e inautenticidade que tanto os criadores do SEC propagavam. Essa é a obra de um imaginário radical, criador, sobre o qual CASTORIADIS (1995) nos alertava.

A universidade cumpria uma de suas funções imaginárias: produzir quadros políticos para governarem a sociedade. No reitorado de Joaquim

Amazonas fez-se muito bem isso. Contudo, no reitorado de João Alfredo, a produção de seus quadros efetivou-se numa lógica ideológica que se contrapunha aos catedráticos que representavam a tradição clássica.

Do ponto de vista da organização, estavam bem definidos os papéis dos docentes catedráticos e estudantes: os primeiros, senhores de si mesmos, enquanto os estudantes estavam ali para cumprir as regras nessa ordem hierárquica. Quando houve a possibilidade de reorientar as regras de poderes dos órgãos colegiados, democratizando-os, o Conselho reagiu contrariamente. Os argumentos em defesa da autonomia universitária foram usados contra a democratização. Prevaleceu o imaginário enganador. Além desse momento, durante todo o reitorado, a metade de sua funcionalidade, os estudantes quase não são citados nas atas, mesmo com representantes. Os estudantes foram silenciados intencionalmente? Os estudantes se reconheciam na representação catedrática e, portanto, aceitavam os catedráticos e se colocavam subalternos?

A argumentação de Canuto (1987) de que no reitorado de João Alfredo houve “uma redução progressiva do poder da cátedra” (p.11) não procede. O crescimento do discurso científico na Universidade não é prova de que os catedráticos estavam perdendo terreno. O funcionamento, as representações e as deliberações no Conselho não apontam uma ruptura. Mesmo com a departamentalização pós anos 70, as lutas institucionais de resistência às mudanças continuavam, como aponta Maria Antônia Mac Dowell, em entrevista ao pesquisador SANTOS (2012). O sonho de uma universidade eficiente, racional não vingou ainda. Até porque, talvez, nem “Universidade” ainda tivéssemos. Ou seja, o espírito universitário exigia um “campus” que somente aos poucos foi se constituindo – ainda nos governos militares. Exigia uma dedicação exclusiva – a Universidade era um bico, os docentes viviam de outras fontes, assim defende Maria Antônia Mac Dowell (Santos, 2012).

Inquietante na análise das atas do Conselho é a constatação de que da mesma forma que o SEC não passou pelo Conselho para sua criação – a autonomia do Instituto de Planejamento Urbano gerou enormes

discussões, com resistências de alguns conselheiros -, o CEI, Centro de Estudos Internacionais, citado por VERAS (2010) como uma novidade que expressava essa “mudança” na Universidade, também não foi mencionado no Conselho. Será que foi criado, também, por portaria?

Não podemos esquecer que João Alfredo nunca encontrou um grupo opositor em seu Conselho, sobretudo com a saída de Antônio Figueira ainda no ano de 1962. Ou seja, os catedráticos não eram oposição efetiva a ponto de tentar impedi-lo nas sucessões “eleitorais”. Ao mesmo tempo, não houve esforço para que ele ficasse no cargo. Aceitou-se facilmente seu pedido de exoneração. Nas atas não se discute seu ato. Aceitou-se tranquilamente. A professora Maria Antônia Mac Dowell (2012) ressalta essa questão, também, em sua entrevista. Apesar de criticá-lo duramente, ela posicionou-se da seguinte forma:

O que ouvi de Sá Barreto – meu grande e saudoso amigo José de Sá Barreto – foi que todos, inclusive aqueles que, como o próprio Sá Barreto, dentro da Universidade discordavam da administração de João Alfredo e a ela faziam oposição, todos se levantaram, desceram com ele e o acompanharam até a porta principal da Reitoria. Foi um gesto que honra a Universidade, não só de solidariedade àquele professor, mas de protesto, de repúdio ao arbítrio, à violência que o vitimaram (SANTOS, 2012, p. 235-6).

Os estudos das atas do Conselho, também, põem em dúvida as afirmações categóricas de democratização e mudanças que estavam em andamento, segundo Canuto (1987), Veras (2010) e Freire (1961).

Desse modo, analisaremos o SEC, criado por João Alfredo e coordenado pelo professor Paulo Freire; de acordo com Maria Antônia Mac Dowell, essa adesão do reitor às ideias de Paulo Freire impulsionaria não *somente* a sua renúncia ao reitorado, como também sua cassação, haja vista que, “por parte do Governo Militar, é fato sabido que João Alfredo foi

cassado por causa do apoio que deu a Paulo Freire, e por nenhuma outra razão.” (SANTOS, 2012, p.234).

O SEC é o principal órgão identificado como exemplo da uma nova Universidade que está sendo implantada.

O Serviço de Extensão Cultural (SEC) da (na) Universidade do Recife

5.1 Imaginário SEC: instrumento das transformações sociais

Vimos até o momento lógicas de poder, relações institucionais no Conselho Universitário e que lá não houve nenhuma referência ao Serviço de Extensão Cultural (SEC) – apesar de ser responsabilidade legal do Conselho Universitário criar os órgãos. Mas o que é o SEC? O que se propõe? Efetivamente representou mudanças no paradigma da organização dos catedráticos? A estrutura organizacional do SEC coadunava com a da própria Universidade?

O reitor João Alfredo fez uso do Decreto nº 21.904, artigo 17, alínea a, de 08 de outubro de 1946, para fundamentar a Portaria nº 2, de 08 de fevereiro de 1962, de criação do SEC. Quatro considerações foram definidas como justificativa para essa criação:

1ª) que um dos objetivos primordiais da Universidade é a formação da cultura e a propagação do ensino e do esclarecimento público; 2ª) a necessidade de uma maior e mais efetiva participação da Universidade do

Recife no esforço do soerguimento regional em que se empenha, presentemente, o Nordeste; 3ª) que a ação da Universidade não se deve sobrepor ao processo de desenvolvimento, mas antes nêle se inserir, proporcionando constante integração de professores e alunos na comunidade; 4ª) enfim, que é dever da Universidade promover uma maior divulgação de seus trabalhos e realizações que possibilite o reconhecimento, por parte da coletividade, de sua importância e de seus altos propósitos. (Boletim, nº01-SEC)

Essas considerações permitem perceber argumentos políticos, sociais e econômicos como defesa para a criação do SEC, no sentido, inclusive, de reconhecer, além do mítico¹³⁵ (baseado na admiração idealizada) estado de desenvolvimento em que se situava a região Nordeste, o perfil rígido da organização da UR, uma vez que, para haver a instalação desse Serviço, o reitor remete-se ao respectivo Artigo (17º), alínea (a), estes, componentes do Título II (Da Composição e das atribuições dos órgãos Universitários da Universidade) do Estatuto da UR, o qual determina atribuições ao reitor para além das já definidas no Decreto-lei nº 9.388, de 20 de junho de 1946 (Cria a Universidade e dá outras providências), e nesse sentido, passando a “representar a Universidade, superintender, coordenar e fiscalizar as suas atividades” (ESTATUTO DA UR, 1946, p.23-25). Desse modo, o SEC é criado sob a égide de João Alfredo; e que, conforme depoimento da professora Maria Antônia Mac Dowell, as ligações de “amizade pessoal, colegas que eram da mesma Escola, da mesma Congregação”, entre João Alfredo e Paulo Freire criaram os alicerces para a construção desse Serviço, até porque

seu consequente provimento na cátedra deixava a Paulo sem qualquer vínculo com a Universidade do Recife. João Alfredo então contratou-o como Professor

135 ENRIQUEZ (1997, p.42)

Assistente, levou-o para a Reitoria e entregou-lhe a direção do recém-criado Serviço de Extensão Cultural. (SANTOS, 2012, p.234-235)

Abaixo, imagem da fachada do prédio onde funcionou o SEC (1962-1964), localizado na Rua Gervásio Pires, nº674, 1º andar – Recife – PE, conforme endereço registrado nos boletins desse Serviço.



Ilustração 19 - Fachada do prédio do SEC

FONTE: Autor, 2009

Como aponta CORTEZ (2008), a equipe do SEC era composta por “fervorosos católicos e ateus empedernidos. Gente mais à esquerda, outros bastante céticos e outros, mesmo que disfarçando, com o pezinho na direita”. Essa composição revela vários perfis de seus membros, e, ainda segundo Cortez (idem, idem), Paulo Freire “lidava com extrema seriedade com a diversidade de opiniões, com as ambiguidades e contradições tanto do ser humano como da própria realidade”.

A referida equipe era composta pelo

Professor Jomard Muniz de Brito, o crítico literário Luiz Costa Lima, o poeta Sebastião Uchôa Leite, o economista Roberto Cavalcanti de Albuquerque, o jornalista Juracy Andrade, o matemático e musicólogo Jarbas Maciel, as educadoras Maria Adozinda Monteiro, Dulce Dantas, Astrogilda de Carvalho Paes de Andrade, Elza Freire, Alrenice Cardoso, o escritor e advogado Arthur Carvalho, o poeta e tradutor José Laurênio de Melo, o gerente administrativo Paulo Pacheco, o ensaísta suíço Pierre Furter, Almeri Bezerra de Mello (diretor do SEC), Paulo Freire, o tradutor Paulo Meneses, o assistente-administrativo Plácido Mendes de Lima, o técnico de som Hugo Martins e Marcius Cortez (Cortez, 2008, p.16)

De acordo ainda com Cortez (ibidem), a experiência pioneira de alfabetização, em 1960, na comunidade do Poço da Panela (Recife), através do MCP, e as atividades conjuntamente com a equipe do SEC contribuíram para a fundamentação do Método de Alfabetização de Adultos, embora “as diretrizes básicas já estivessem prontinhas nas cabeças do Paulo e da Elza” [sua companheira] (Cortez, 2008, p.17- grifo nosso)

Ao eleger como prioridade o “Sistema de Educação de Adultos”, o SEC passa a realizar atividades que ultrapassariam os limites territoriais do Estado. Seu auditório “com cento e vinte cadeiras”, onde eram realizados “seminários, palestras, discussões em grupo, encontros de pedagogos, assembleias, reuniões de serviço”, não mais suportava a demanda de convites enviados ao Serviço (Cortez, 2008, p.13-29).

Também integravam o SEC a Revista Estudos Universitários¹³⁶ e a Rádio Universidade do Recife. No Boletim nº 2 (maio-junho, 1962), é noticiada a informação de que circulará “em agosto próximo o primeiro

136 O lançamento da Revista *Estudos Universitários* não foi “apenas” noticiado nos boletins (01 e 02) do SEC, mas também compôs as páginas *Capa e 2º caderno* do Jornal do Commercio que circulou no dia 18.11.1962.

número da referida Revista, contando com colaborações de Vamireh Chacon, Nelson Saldanha, Celso Furtado, René Ribeiro, Paulo Freire, João Alexandre Barbosa e Jarbas Maciel.” (p.29) No exemplar de nº 03-04 do Boletim do SEC é confirmado o lançamento dessa Revista, em cerimônia ocorrida no mês de agosto na sala do Conselho Universitário da UR; esse momento, segundo o reitor João Alfredo, era “uma homenagem aos que fazem da Universidade do Recife uma instituição que se afirma também por uma cultura que, através do regional, servirá à dinâmica universal do saber”. (p.20)

Ainda no boletim nº 2, um outro projeto do SEC estava “em via de concretização”. Dessa vez, a “Rádio Universidade do Recife”, cuja instalação se dará no bairro do Engenho do Meio (Recife), em terreno da cidade universitária, com um transmissor de um Kw que lhe permitirá cobrir toda a área do Recife metropolitano.” (p.31). Por sua vez, o boletim nº 3-4 anuncia que a aludida Rádio “deverá estar em fase de experiência no mês de setembro próximo” (p.21) E, no boletim nº 05-06, é informado que “a Rádio Universidade do Recife, inaugurada em fase definitiva desde setembro do ano passado, vem se mantendo no ar diariamente no horário das 20 às 23 horas”; em seguida descreve a sua respectiva programação. À véspera da inauguração da referida Rádio, ela foi manchete na edição do jornal Diário de Pernambuco [DP] (RÁDIO...1963, p. capa) Em entrevista ao respectivo Jornal, o coordenador da Rádio, José Laurênio de Melo, declara que “toda a programação da Rádio está sendo estruturada dentro dos princípios que justificaram a fundação do Serviço de Extensão Cultural”, com “um caráter eminentemente cultural e educativo”. (RÁDIO...1963,).

Em pouco tempo, as atividades circulariam por outros Estados¹³⁷, como no Sertão do Rio Grande do Norte, com a segunda experiência de

137 Em 23.04.1963, o Jornal do Commercio circula matéria informando do interesse do professor Antônio Pimentel, chefe da Secção de Extensão Cultural do Departamento de Educação e Cultura da Universidade Federal de Goiás em organizar intercâmbio com o SEC. (p.10)

alfabetização, em Angicos, quando, em 02 de abril de 1963, na solenidade de encerramento dessa experiência, apareciam entre os membros da plateia uma comitiva formada pelo

presidente João Goulart, Ministros civis e militares, o governador Aloísio Alves, o prefeito da cidade de Natal, Djalma Maranhão, autoridades da igreja, membros da imprensa, o cônsul dos Estados Unidos, alto funcionários da propaganda “Aliança para o Progresso”, estudantes, professores, intelectuais, artistas e povo (RÁDIO...1963,)

Paulo Freire, ao discursar nesse momento de encerramento, expressa-se inicialmente da seguinte forma:

Senhor Presidente, Senhores Governadores. É com muita satisfação e também com muita humildade, sobretudo humildade, que dirigimos nossas palavras, tentando, numa síntese, fundamentar o Sistema de Educação em que está contido o método eclético com que estamos conseguindo quase resultados mágicos, mas que, na verdade, não são mágicos, porque fundamentados em princípio de ordem científica, filosófica...” (RÁDIO...1963)

Ao prosseguir com o discurso, Paulo Freire afirma que “aquele era um trabalho que trazia ao Sertão do Rio Grande do Norte a Universidade do Recife”, e continua, estabelecendo uma comparação entre “as universidades brasileiras alienadas e aquelas que se voltavam para o povo, a fonte máxima “onde temos que beber a autenticidade da sabedoria universitária”” (RÁDIO...1963,)

Próximo ao término de seu pronunciamento, toma a palavra o presidente João Goulart, o qual encerra a solenidade elogiando “o eminente professor por sua brilhante aula”, e finaliza com “parabéns ao grande

mestre” (ibidem, p.19). Desse modo, essas experiências tiveram proporções para além dos limites geográficos do País, quando, na primeira página do Jornal estadunidense *New York Times*, é noticiada essa atividade de alfabetização e que a mesma fora patrocinada pelo governo dos Estados Unidos por intermédio da “Aliança para o Progresso”. (ibidem, p.14-23 – grifos do autor)

A criação do SEC ocasionou reações intensas por parte de expressões intelectuais, inclusive de segmentos de estudantes, no universo político-acadêmico e em instâncias das Forças Armadas¹³⁸. Tanto a Revista Estudos Universitários quanto a Rádio Universidade foram elementos de denúncias. No tocante à Revista, CORTEZ (2008) alega inclusive que, por conter esse material “ensaios onde seus articulistas questionam as ideais centrais do autor de “Casa Grande & Senzala” (Gilberto Freyre), a mesma foi fechada”. (idem, p.14 –grifo nosso)

Entre os meses de maio e junho do ano de 1964, foram publicados no jornal Diário de Pernambuco 08 (oito) textos entre matérias (03) e artigos (05) referentes a denúncias contra o reitor da UR. Destes, cinco artigos (03.05.1964; 10.05.1964; 17.05.1964; 07.06.1964; e 11.06.1964) foram assinados por Gilberto Freyre. Estes incluíam acusações e retorno às respostas do reitor João Alfredo. As respostas do reitor se deram nos dias 05.05.1964 e 10.06.1964, sob o título “ Reitor João Alfredo responde a artigo de Gilberto Freyre” (2º Caderno - última página). Exatamente após três dias da circulação dessa resposta na imprensa escrita (13.06.1964), é anunciada, nesse mesmo veículo de informação, a renúncia do reitor João Alfredo. (PROFESSOR...1964, p.3) Ao ser indagada por SANTOS (2012)

138 Com o regime civil-militar instaurado em 1964, é instalada no dia 27 de abril deste, na UR, uma Comissão Designativa, que ficou responsável por investigar denúncias e apurar as atividades supostamente classificadas como “subversivas” envolvendo a UR, sendo composta por Armínio de Lator Mota; Everardo da Cunha Luna; Alberto de Cavalcanti Figueiredo; Nildo Carneiro Leão; Major João Batista de Araújo. Nas atas dessa Comissão, o SEC torna-se pauta quase que constante, num total de 24 reuniões entre os meses de abril e maio. (SANTOS et al, 2010, p.39-99)

a respeito dos motivos que impulsionaram a sistemática perseguição de Gilberto Freyre ao reitor João Alfredo, a professora Maria Antônia Mac Dowell, relata que

Do ponto de vista dos Militares, portanto, entende-se que, ao considerarem essas ações perigosamente “subversivas”, por elas responsabilizassem a João Alfredo. O que, porém, dificilmente se entende é que Gilberto assim também as considerasse. Não sei que outras razões pudesse ele ter contra João Alfredo. E mais do que isso, ainda que as tivesse e ainda que discordasse das ideias e das ações de Paulo ou do próprio João Alfredo, é difícil entender que daí passasse a advogar o tratamento que lhe foi aplicado. Todos nós, que o admirávamos, lastimamos essa e outras atitudes que tomou à época, com as quais desmerecia todo um passado que o honrava. De qualquer forma, os fatos foram esses. Paulo Freire foi preso logo nos primeiros dias. Gilberto tinha uma coluna no Diário de Pernambuco, que, nessa época, não sei se já antes, se chamava qualquer coisa como “Recordar é Viver”, e nela, sistematicamente, praticamente todos os dias, passou a, como você disse, “exigir a cabeça” de João Alfredo, “recordando” as iniciativas “subversivas” do SEC, insistindo na responsabilidade do reitor por elas, citando-lhe pronunciamentos e discursos (em pelo menos boa parte escritos por Paulo, que reitores não têm tempo para isso...). A isso aplicou-se com implacável tenacidade e não descansou até que João Alfredo renunciou e logo em seguida foi “cassado”. (idem, p.235)

Para o professor Emérito Antônio Palhares Moreira Reis,

a Reitoria criou o Serviço de Extensão Cultural, que foi muito mal compreendido, por se entender que era

um foco de doutrinação de esquerda e apenas isso, quando, na verdade, o trabalho era bem mais amplo e voltado para a comunidade circundante e não apenas para dentro da Universidade do Recife. (p.58)

Em edição do Diário de Pernambuco do dia 06.05.1964, páginas 04-08, é anunciada uma matéria intitulada “Estava integrado na ação subversiva” apontando atividades do SEC como justificativa para exigir de João Alfredo renúncia imediata, como informa abaixo:

está circulando no seio da comunidade universitária manifesto já assinado por centenas de alunos de nossas escolas – Direito, Medicina, Engenharia e demais estabelecimentos de ensino superior – exigindo a renúncia imediata do reitor João Alfredo, alegando em primeiro plano sua convivência com os comunistas contra os quais foi feita a revolução ora implantada no País.” (ESTAVA..., 1964, p.04)

Segue, abaixo, fragmento extraído do manifesto acima mencionado:

Os estudantes universitários de Pernambuco, conforme já haviam declarado anteriormente, vêm novamente estranhar a permanência, no cargo, do reitor João Alfredo Gonçalves da Costa Lima que, na direção da Universidade do Recife, vinha sendo conivente com a atuação do Serviço de Extensão Cultural e da Rádio Universitária que com o dinheiro da Reitoria vinha fazendo propaganda de caráter comunista e anti-constitucional. Não nos cumpre apurar que padrinhos políticos o vêm protegendo. Os estudantes universitários de Pernambuco, porém, não conseguem entender uma redemocratização no Brasil sem o afastamento daqueles que tanto mal fizeram, ou ajudaram a fazer, no caso contra a autêntica democracia brasileira através do

Serviço de Extensão Cultural e da Rádio Universidade do Recife, atividades puramente anti-brasileiras que vinham se desenvolvendo oficialmente com a conivência do reitor João Alfredo, que tudo vem fazendo para permanecer no cargo. Constituindo-se esta tolerância e esta conivência uma verdadeira base do poder anti-universitário e anti-brasileiro dentro da Universidade do Recife a serviço da comunização da educação e da cultura de nosso País. Nós, os estudantes universitários de Pernambuco, por meio desta, fazemos um apêlo às autoridades competentes para que investiguem com a maior brevidade as atividades da Reitoria. Que seja instaurado inquérito e ouvidos professores e alunos sôbre as atividades subversivas aqui denunciadas e que são a pura realidade. As próprias declarações anteriores à revolução, de sua “Magnificência”, podem perfeitamente servir de prova para sua perfeita integração no movimento comunista que vinha se desenvolvendo dentro da Reitoria com a sua conivência e sob as suas ordens... (ibidem – grifos do original)

Em reunião do Conselho Universitário do dia 12.06.1964, o reitor João Alfredo comunica o seu afastamento do exercício. Antecedendo esse ocorrido, mais exatamente no dia 25.04.1964, um grupo de estudantes, entre estes Fernando Freyre, que, declara essa matéria, “falando em nome do grupo”, denuncia atividades na UR que atendiam a interesses “comunizantes” (UNIVERSITÁRIOS...1964, p.3 - grifo nosso). Nessa ocasião, essas acusações de atividades subversivas através do SEC, sobretudo através da Rádio Universidade, intensificavam-se.

No seu último parágrafo, no texto é anunciado:

Deixemos, através do DIÁRIO, um apêlo às autoridades competentes para que investiguem as atividades da Reitoria, no seu programa de comunização no Brasil. O mesmo poderia ser feito com o Diretório

Central dos Estudantes da Universidade do Recife, que, com o apoio do reitor João Alfredo, difundia programas comunizantes e subversivos através da Rádio da Universidade. Não acreditamos que o reitor Costa Lima estivesse alheio a todos esses movimentos. Que sejam ouvidos professores e estudantes. Que tudo seja esclarecido e os responsáveis, punidos. Este é o apêlo desse grupo de estudantes que aqui estão representando o pensamento da classe universitária pernambucana. (UNIVERSITÁRIOS...1964, p.3)

Abaixo a supracitada matéria que circulou no jornal Diário de Pernambuco



Ilustração 20 – Matéria – “Universitários estranham permanência do Reitor”

FONTA: Diário de Pernambuco. Recife, 25 abr 1964, p.3.

Por meio do SEC, o envolvimento com segmentos da representação estudantil deu-se também de maneira amistosa, uma vez que, já no boletim n.01, é anunciado que

do programa organizado para a União Nacional dos Estudantes, através da UNE-Volante no Recife, constarão uma entrevista com o Magnífico Reitor da Universidade e um encontro com a equipe do SEC, quando serão discutidos as finalidades e programas de realizações dêste Serviço e as razões que orientam a sua criação. (p.21)

Além disso, o próximo boletim (nº 02) também serviu como registro de atividades conjuntas do SEC com entidades estudantis¹³⁹, dessa vez também oriundas de outros Estados, como, por exemplo, quando “o professor Paulo Freire, diretor do SEC, foi convidado pelo Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Rio Grande do Norte para realizar conferência em Natal sobre problemas educacionais e sobre a Universidade do Recife”. E, por sua vez, o “professor Roberto Cavalcanti de Albuquerque (responsável pelo Setor de Extensão em Nível Superior do SEC)” foi convidado para “palestrar sobre Reforma Universitária, dessa vez, no congresso promovido pela União dos Estudantes de Pernambuco.” (p.31).

No tocante à relação do SEC com o segmento dos servidores administrativos da UR, no boletim n.02 é noticiado que esse Serviço “promoveu, em sua sede, reunião com o pessoal administrativo da Reitoria da Universidade do Recife” e, nessa ocasião, “foram expostos os objetivos de planos do novo serviço criado na Universidade. À reunião compareceram funcionários dos vários setores e divisões de que se compõem a Reitoria” (p.32). Desse modo, o SEC é apresentado aos demais servidores da Reitoria,

139 Mesmo diante dessa amistosa relação com segmentos da organização estudantil, um fato registrado por CÉSAR (2009) conduz também a mencionar uma ocasião que, mesmo que datada do ano de 1961, e, portanto, antecedente à criação do próprio SEC, compõe a trajetória das discussões em torno de Reformas na UR. Conforme CÉSAR (idem, p.48), quando um grupo de estudantes chegou ao reitor para solicitar passagens no intuito de levar ao conhecimento do ministro Brígido Tinoco as ocorrências das circunstâncias da greve estudantil, João Alfredo respondeu que “não dava passagens a grevistas.” (ibidem, idem)

muito embora os demais funcionários já integrassem o corpo do SEC desde sua criação.

5.1.2 O SEC através dos boletins

Para conhecermos um pouco melhor o SEC, elencamos e analisaremos mais detalhadamente os seis boletins publicados por esse órgão que, com o golpe civil-militar, foi desativado e seus boletins quase extintos.

Os boletins tinham uma média de 26 páginas, folha A 4, mimeografadas, alguns desenhos, não existindo fotografias. A estrutura do boletim estava assentada em: sumário, problemas atuais, atividades do SEC, registro e noticiário. Somente no último número, o sexto, surgiu uma outra divisão: “Bibliografia de tese” e “resenhas”. Apesar de defender uma Universidade Popular e educação popular, não havia nem coluna e nem espaço para sindicalistas, populares, trabalhadores rurais – todas as produções escritas eram dos membros e de uns poucos convidados do SEC (todos docentes).

Os boletins são publicados em 1962 (nº 1, 2, 3, 4) e em 1964 (nos. 5 e 6). Há uma lacuna de publicação em 1963 – certamente porque o SEC assumiu a divulgação intensa em todo o Brasil do seu projeto educacional; veremos isso mais adiante. Contudo, nos números 5 e 6, há um relatório de atividades do ano de 1963, sem se justificar por que não houve a publicação dos boletins nesse devido ano. Constam no relatório que foi denominado de “plano de atividades de 1963”: convite para alfabetização de adultos em Angicos, formação de coordenadores em parceria com a União dos Estudantes de Pernambuco e o governo do Estado, intervenção do SEC em todo o Brasil (palestras, seminários, cursos), etc.

O SEC se transforma numa força viva, transpassando Recife ao Brasil todo para expor e dar curso para formação de coordenadores: Santa Catarina, o primeiro. Depois, vai à PUC do Rio de Janeiro e a Natal. Em São Paulo, Rio Grande do sul, Rio de Janeiro, Paraná, Maranhão realizaram-se cursos sobre o sistema de educação de adultos. Em Brasília, instala

Círculo de Cultura. Em Salvador realiza curso. Na Câmara de Deputados (nas Comissões do Vale do São Francisco e da Educação), no Rio de Janeiro, apresenta exposição. Todo esse investimento foi realizado no ano de 1963.

Na catalogação bibliográfica ou nas identificações dos exemplares, inexistem a composição e seus responsáveis. Apenas nos números 5 e 6 (1964) encontraremos identificações e responsáveis: SEC: Diretor: Paulo Freire; Secretário: Pe. Almerly Bezerra; Redação do boletim: Equipe do SEC; Mecanógrafo: Severino Vieira.

A partir dos estudos dos boletins, identificamos vários docentes que compunham o SEC – não sabemos se outros faziam parte, pois não tínhamos um documento único que os identificasse. Apenas uma mulher presente entre seus membros – os outros, todos homens. São eles: Pe. Paulo Gaspar de Meneses, Paulo Freire (diretor), Jomard Muniz de Britto (encarregado das questões educacionais), Roberto Cavalcanti (encarregado das questões econômicas), Luiz Costa Lima (encarregado das questões culturais), Jarbas Maciel (encarregado dos debates sobre o “trânsito” – no sentido de transição, adotado por Paulo Freire), Aurenice Cardoso da Costa (encarregada da educação – particularmente, a metodologia de Paulo Freire), João Alexandre Barbosa (encarregado da documentação), Pierre Furter (prof. do Liceu de Zurique), Sebastião Uchoa.

A relação institucional de Paulo Freire com o reitor, a partir das atas do Conselho Universitário, dá-se, em 28 de junho de 1961, quando o mesmo é indicado pelo reitor para representar a Reitoria na Comissão de reforma universitária – menção esta nunca mais feita nas atas desse Conselho.

Ao analisar a estrutura e os conteúdos de todos os boletins, podemos dizer que tivemos dois SECs: um de 1962 e um em 1964. O primeiro *propunha-se a fazer* em nome do povo – a referência à Universidade estava bem presente também; o segundo *fazia* em nome do povo – informações sobre a Universidade quase não aparecem. O SEC, nós podemos afirmar, também, era uma parte estranha à Universidade, pois esta quase não é mencionada em seus boletins. Nas poucas vezes em que a Universidade aparece sistematicamente nos boletins, é na catalogação bibliográfica e

no número 1, quando o reitor João Alfredo apresenta em “editorial”, se podemos dizer assim, o que é e o papel do SEC. Na verdade, o SEC é um órgão *do* reitor, e não da Universidade. Todas as publicações do SEC passam *pelo* reitor – assim se define em suas normas. Conforme esse boletim, quando explicita as funções administrativas do SEC, “todos os planos de trabalho e realizações do SEC serão submetidos previamente à apreciação do Magnífico Reitor da Universidade” (p.8).

A portaria de criação do SEC, nº. 2, de 8 de fevereiro de 1962, reproduzida no boletim, em seu item 3, estabelece que o SEC “deverá estruturar-se administrativamente de acordo com o que for determinado no Regimento Interno da Reitoria”.

A relação do SEC com a Universidade é muito tênue – retirando os aspectos legais. Nos dois primeiros números, o SEC faz referência direta e mais sistemática sobre as produções da Universidade. Nos outros, concentra-se apenas ou majoritariamente nas ações do SEC. No número 1, que foi o boletim que divulgou o SEC - a organização funcional, a finalidade, o aparato legal-, a Universidade está bastante presente na seção “noticiários” sobre: 1) a realização da Assembleia Universitária; 2) a reforma universitária; 3) o lançamento em breve da revista Estudos Universitários; 4) a organização de um Simpósio pelo Centro de Estudos Internacionais (CEI).

No boletim nº 2, a Universidade aparece na mesma intensidade: 1) informe sobre a reeleição de João Alfredo para reitor da Universidade; 2) sobre o Estatuto da Universidade; 3) lançamento da revista Estudos Universitários; 4) sobre a criação de comissão organizadora do CEI. Já nos boletins 3 e 4, a informação sobre a Universidade cai e, nos nº 5 e no 6, nada sobre a Universidade.

No boletim 3, duas informações: 1) um curso para estrangeiros nas línguas inglesa e francesa; 2) lançamento da revista Estudos Universitários. No boletim nº 4, apenas uma informação: realização de Ciclo de Conferências do CEI: “Problemas do Desenvolvimento”.

Esse “sumiço” da Universidade nos boletins do SEC, de certa forma, é reconhecido pelo próprio SEC ao ressaltar que, em 1963, a atuação do SEC

deu-se, quase exclusivamente, sobre o tema “educação de adultos”. Assim expõe o redator:

“Como se vê, nesse resumo das atividades do SEC, principalmente no campo de cursos, as suas atenções estiveram centralizadas no setor educação de adultos. Seguindo uma linha evolutiva, o SEC, parte esse ano para a 2ª fase dessa sua etapa inicial, seminário interno e um retorno com maior ênfase nos cursos extensão. Com isso espera cumprir o SEC, equitativamente as suas tarefas”.

Além de toda intervenção no Brasil, pelo SEC, expondo seu projeto educacional-político, esse órgão recebeu várias visitas internacionais, entre os quais: em 1962, entre julho e dezembro, a dos estadunidenses O. Haller, do Departamento de Antropologia e Psicologia Social da Universidade Estadual de Michigan, e F. Fliegel, sociólogo e economista rural da Universidade Estadual da Pensilvânia (financiados pelo programa cultural Fulbright); entre maio e junho, de Portugal, a do professor Frederico Irmen (Língua e Civilização Luso-Brasileira), da Universidade Heilderberg; a do professor e poeta estadunidense Robert Lowell, da Universidade de Harvard, acompanhado de sua esposa, a romancista Elisabeth Hardwick e do novelista Keith Botsford; a do professor português, de Rennes, França, Massa A. Michel. Além desses docentes, recebeu visitas do estudante norte-americano Kenneth Shepard, da California State University; do Adido Cultural Assistente do Consulado Geral dos Estados Unidos, dr. Steven Ebbis, e dos jornalistas Morton Silverstein e M. Flowers.

Contudo, a dissociação entre o SEC e a Universidade no transcorrer do seu funcionamento não era decorrente apenas do fato de ter privilegiado a “educação de adultos”; não era um problema de “desvio no planejamento”, mas, por parte da Universidade, o SEC é um ser estranho à Universidade. Os discursos desta não faziam parte dos discursos do SEC. Isso fica bastante evidente em três entrevistas com docentes, na seção

“Problemas Atuais”, feitas pelo segundo boletim, com Oswaldo Lima, Paulo Rosas e Claudio Souto.

Se estes foram entrevistados, certamente, é porque todos eram defensores de reforma na Universidade numa perspectiva científica – nas entrevistas fica bem claro isso. Até onde sabemos, entre estes, apenas Paulo Rosas era envolvido e compromissado com lutas sociais – Claudio Souto faz menção elogiosa à UNE na entrevista, mas não sabemos seu envolvimento político efetivo. Por sinal, é bom destacar que ele, Paulo Rosas, foi partícipe ativo do Movimento de Cultura Popular. Uma das atividades do MCP era a articulação com a pesquisa. Conforme Santos (2001), “uma das pesquisas desenvolvidas tinha como objetivo investigar, ao longo da história, as mudanças da história, as mudanças de comportamento na sociedade recifense” – Paulo Rosas coordenava-a. (SANTOS, 2001, p.233).

Contudo, apesar de seu vínculo com as lutas sociais, em Paulo Rosas, na entrevista, não aparece nenhuma questão referente a uma Universidade Popular, a uma reforma organizacional que *revisasse* o poder dos catedráticos. Para eles, os defensores de uma Universidade Popular, bastava defenderem o Povo – *falarem em nome* dele.

Se existia um consenso nos discursos deles era o de que a Universidade, naquela contemporaneidade, era tradicional ou clássica, portanto precisava transformar-se em uma “moderna”. Fora isso, o laço que deveria existir entre o “mundo de dentro” (universidade) e o “mundo de fora” (a sociedade), numa perspectiva de conscientização e libertação, passava longe dos discursos dos três docentes. As entrevistas tratavam sobre “Pesquisa Fundamental e Organização Universitária” e foram divulgadas no segundo boletim. Uma síntese do boletim sobre as três entrevistas, e que entravam em consonância com o SEC, era que elas “concluíram pela necessidade de incremento à produção científica como elemento básico de autenticidade universitária” (p.5). Tanto Paulo Freire como o reitor João Alfredo eram defensores de uma universidade científica e não escolástica/ clássica, o que eles chamavam de “universidade inautêntica”. Contudo, universidade, para Paulo Freire, teria que ser “popular” e “conscientizadora” – o que destoava dos docentes anteriormente.

Pelas atas do Conselho Universitário (1959 a 1964), os Centro e Institutos foram criados sem nenhuma referência ao SEC: a) Centro de Pesquisas Históricas, por proposta de José Gonçalves de Mello Neto; b) Instituto de antropologia Tropical, a ser dirigido por Gilberto Freyre; c) Centro de Estudos e Planejamento Urbano (19.01.60) que, em agosto desse mesmo ano, passou a se chamar Instituto.

Passemos, agora, às entrevistas com mais detalhes. Oswaldo Gonçalves de Lima, do Instituto de Antibióticos, define bem seu entendimento de Universidade: se ela quer se reconhecer como tal, não pode contemporizar “com qualquer desvio de sua *inviolável* função de *cultura séria*” (grifos nosso) (p.6). Esse docente defenderá uma universidade pesquisadora articulada com o ensino. Segundo ele, “o ensino superior só é verdadeiramente universitário se se faz acompanhar de pesquisa” (p.6). E mais: “sem ciência básica, não pode haver realmente desenvolvimento proporcionado indispensável ao progresso nacional efetivo” (p.6). Ele “lamenta” que ainda há de lutar para ser ouvido, pelos senhores do poder, por algo óbvio.

Ora, para chegar a tal estágio, valorização da ciência, citando Carl Wuster, serão necessários: espírito, paciência, dinheiro, sorte e bondade. A defesa da “indispensabilidade da pesquisa básica” não diz respeito apenas ao interesse pelo “progresso”, mas à “manutenção econômica da produção industrial” (p.8). Nessa mudança necessária do ensino superior, o “conceito de mestre” precisa ser reformulado: “de simples repetidor do alheio conhecimento para um ativo intérprete da matéria que lhe é dado estudar, transmitir” (p.9). O seu modelo é a Inglaterra que estabeleceu a “dedicação exclusiva”. A extensão e as massas populares, como vimos, não fazem parte do discurso de Oswaldo Lima sobre a “nova universidade”. O SEC, também, não segue as orientações de Carl Wuster para construir a universidade nova.

Já Paulo da Silveira Rosas defenderá uma posição sem desqualificar a universidade que ele chamará de “clássica”, pois, “se as universidades modernas, de 1962, se limitassem a copiá-las como paradigmas rígidos, estariam a traí-las no que mais significativo possuem”. A “universidade

contemporânea”, diz o docente, tem que ir além: deve criar “metodologia nova, a fim de compreender com eficácia as peculiaridades da ‘problemática’ atual”. Sabendo situar-se nesse e no tempo histórico, “a Universidade será merecedora de respeito e admiração” (p.10). A Universidade de 1962, diz o docente, “para ser fiel ao espírito de universidade, há de ser, necessariamente, vasto e dinâmico laboratório”. Defende que os técnicos sejam “preparados” e não “improvisados”; para isso, “um programa inteligente de viagens pode ser incrementado”.

As condições materiais mínimas de trabalho são necessárias para que os docentes se motivem. É imprescindível “a criação de um núcleo de pesquisa e dinamização do ensino de Psicologia”. A Universidade, para ser “instrumento consciente e vivo de mudanças” que vêm se processando na região e no Brasil, deve formar profissionais, técnicos e cientistas, implantar e valorizar o espírito científico e de investigação (incluindo o filosófico) e de invenção (incluindo o artístico). A Universidade deve criar, reformular, adaptar soluções para “os problemas que nos estimulam” (p.12).

Ele é partidário da “criação de todo um sistema de institutos universitários, independentes de cadeiras e mesmo de Escolas e Faculdades. Institutos onde os docentes e discentes de qualquer campo específico da cultura venhamos nos encontrar”. Na perspectiva de Paulo Rosas, ao discutir a organização e sua dinamicidade, a Extensão não se insere e nem a finalidade popular da Universidade apreendida pelo SEC – pelo menos nesse texto analisado. Mas Paulo Rosas tinha um entendimento avançado na época, concebia uma articulação interdisciplinar, o que certamente mexeria na concepção organizacional. Infelizmente, ele não explicitou suas ideias na concepção organizacional. Paulo Rosas não era membro do Conselho Universitário, suas ideias não circularam por lá – mesmo sendo companheiro de Paulo Freire e de João Alfredo.

Já o professor Cláudio Souto, professor da Faculdade de Direito, defende uma universidade não de “dissertações”, mas de “teses”. A Universidade deve valorizar a “técnica científica”. Para ele, “a organização universitária brasileira se mostra inautêntica na medida em que a seleção de

seu corpo docente se faz em desconsideração da necessidade da produção científica, elemento básico da autenticidade universitária”. Os concursos para docentes, pela política “mesquinha das Congregações”, muitas vezes, “não valorizam senão muito acidentalmente a pesquisa científica” (p.13). Insistindo sobre a predominância da superficialidade da dinâmica da produção intelectual vigente, as dissertações x as teses, ele advoga que as primeiras, “é que são o caminho suave e normal para as cátedras universitárias. As teses, os pensamentos originais, parecem ter o dom estranho e paradoxal de ferir certas suscetibilidades assentadas em banca de julgamento” (p.14).

Esse docente recorre à UNE para chamar a atenção de que algo está mudando positivamente, pois ele coaduna dessa posição dessa entidade com: 1) a crítica aos concursos formais e deficientes; 2) a extinção do sistema de cátedras em substituição, e a defesa da estrutura departamental. Para que a criação dos departamentos seja plena, será necessário, defende o docente, que seja estruturada uma carreira de magistério da seguinte forma: Instrutor, Professor Assistente, Professor Associado e Professor Titular. E aí ele inova: a comissão julgadora não seria composta apenas de docentes, mas por estudantes, “selecionados por suas qualidades morais e intelectuais” (p.16). O fim da cátedra justifica-se, também, porque é “anti-democrática e vem entravar a revelação de idéias novas e vitalizadoras”. Vimos que na “reforma da Universidade” pretendida por esse docente, a Extensão, ação prioritária do SEC, não é abordada – e, muito menos, ao seu público faz menção: o popular.

Ora, uma universidade popular exigiria mudanças na sua organização (o que implica concepção, composição, natureza e finalidade), e nenhum dos três sinalizou *explicitamente* tal. Na verdade, a mudança defendida pelos três docentes era a de *modernização* – tanto que algumas delas foram efetivadas pelos governos civis-militares de 1964 que destituíram o reitor João Alfredo. Com exceção desse último docente e parcialmente, de Paulo Rosas, ele inovou ao defender a participação dos estudantes nos concursos para docentes – o que não ocorreu na reforma da Universidade, e nem foi discutido, no Conselho Universitário.

Mas, antes de iniciarmos a análise das significações da organização do SEC, será importante uma análise de um texto publicado no boletim nº. 2, de Paulo Freire, o seu diretor. Este afirmará categoricamente que existe um “dentro” (a universidade) e um “fora” (o povo ou a população). O de dentro tem que “abrir-se” para *servir* os de “fora”. Essa abertura terá que ser feita pela Extensão Cultural. Os docentes, anteriormente, não visualizavam a Extensão como algo importante, mas sua modernização, as condições materiais e a capacitação dos docentes e dos servidores. No campo da forma não há diferença entre Paulo Freire e os docentes anteriormente expostos, pois Paulo Freire defendia também a modernização universitária, mas, no plano ideológico, existiam sim, diferenças. É o que veremos agora.

5.2 O SEC para Paulo Freire: conceito, problemas e tarefas atuais

O texto que será analisado agora foi escrito para o Boletim nº 2, denominado “Extensão Cultural”. Paulo Freire lança mão de alguns conceitos e categorias utilizados pelos docentes anteriormente citados, como desenvolvimento econômico, autenticidade/inautenticidade, universidade científica, crítica às cátedras e formação de elites.

Os conceitos que aqueles docentes não utilizam, Paulo Freire os utiliza semanticamente – alienação, formação, consciência, educação de adultos e educação dialógica – como algo *natural* da vida universitária. Contudo, tem-se que construir um órgão que faça, realize essas tarefas que estão postas como “Problemas regionais e brasileiros”: o Serviço de Extensão.

Para Paulo Freire, a universidade atual é “inautêntica”, pois fica fechada em si mesma. “Há uma defasagem entre o que nela se vive e o que existe fora dela”. Falta “sintonia com os novos meios”, e essa falta de sintonia torna-a “inautêntica do seu tempo” e “[desengajada] do verdadeiro humanismo”. Ele defende uma “integração” da universidade com esses “novos anseios”, “sem traições à ciência”, ao “humanismo” e à “teoria”

– essa integração deve se ajustar “às condições de uma sociedade em processo de desenvolvimento” (p.3).

A Universidade tem que abrir-se para o que “está fora dela”; “abrir-se a êsse ‘mundo’ que está lá fora” é um “dos seus maiores deveres para com parcela imensa da população brasileira”. A educação ainda é “marcadamente um privilégio entre nós” (p.3). Com o SEC, a Extensão Cultural surge como “uma tentativa séria de sua abertura, como um caminho através do qual poderá ela, rompendo o seu fechamento, lançar-se ao ‘mundo de fora’” visando à sua “autenticação” (p.4). Portanto, há um muro estabelecido que demarca claramente um (a universidade) e outro (a população). Isso implica certamente dizer que a Universidade não precisa mudar, mas, se ela tiver uma “Extensão Cultural”, um meio, um instrumento, fará, cumprirá esse “serviço”.

A “Extensão Cultural” não deve ser um “setor de informação”, mas “uma dimensão da Educação de Adultos” – informação, complementa ele, “é um meio de formação” (p.4), pois, em seu entendimento, aquela “não se reduz à mera divulgação, à simples veiculação do que ocorre na Universidade, como se fosse uma agência de notícia, nem tampouco propaganda”. Como ela é “intencionalmente dirigida a objetivos formadores pré-fixados”, “atinge clientela que se inserem num amplo trabalho educativo” (p.4). A Extensão Cultural tem de evitar “distorções”, em sua “fascinação perigosa, fácil e leviana da sloganização”.

A Extensão Cultural, conclui Paulo Freire, numa concepção democrática, “há de ser um meio de generalização da cultura, jamais de sua vulgarização ou de seu rebaixamento”. Ela não pode ser um meio de “domesticação”, pois seus objetivos “são altamente criticizadores” (p.17).

Talvez, por tudo isso, não fosse necessário fazer modificação por “dentro” da Universidade. Por isso mesmo, talvez a Universidade, através do Conselho Universitário, “desconhecesse” a existência do SEC.

Da análise desse texto, podemos dizer que Paulo Freire toma o SEC como um meio, um instrumento, um mediador que terá que se ligar àqueles de “fora”, mas de forma “criticizadora”. Sendo assim, como já insinuamos

anteriormente, a Universidade não precisa se democratizar, porque a democratização será realizada pela Extensão Cultural, e somente esta interessa para a “democratização da cultura”, que é um dos seus “maiores deveres”.

Essa concepção instrumental do SEC será matizada na organização desse órgão e espelhará sua divisão de trabalho, sua dinâmica e as funções estabelecidas – recorrendo aos meios impressos, à Rádio. Essa concepção instrumental se materializa também, haja vista que o SEC terá que prestar contas não à Universidade, mas ao reitor. É o que veremos agora.

5.3 Organização do SEC: significações imaginárias

Iniciemos agora a análise da estrutura do SEC que foi exposta no primeiro número do Boletim.

O SEC era composto por:

1. Conselho Orientador (Diretoria);
Este Conselho é composto de diretor, de secretário geral e dos diversos setores.
“Compete-lhe dirigir, supervisionar e planificar todas as atividades do SEC. A Diretoria é órgão de execução e fiscalização” (p.8)
2. Secretaria Geral – subordinada ao Conselho (serviços de secretaria) – mecanografia
Cabe a este “coordenar a atuação dos diversos Setores e a direção dos serviços da Secretaria” (p.8)
3. Subordinados ao Conselho Orientador:
 - 3.1 Setor de Educação de Base;
 - 3.2 Setor de Extensão de Nível Médio;
 - 3.3 Setor de Extensão em Nível Superior;
 - 3.4 Setor de Documentação;
 - 3.5 Setor de Cinema e Teatro;
 - 3.6 Setor de Rádio e Televisão;

Quanto aos setores, nessa seção do boletim que apresenta as funções administrativas, a organização funcional do SEC, não são explicitadas as funções dos “setores”. Isso exige uma interpretação: ou porque é óbvio que cada setor sabe o que fazer, ou porque o que eles vão fazer é uma deliberação do Conselho como órgão colegiado principal – a definição última sempre será do reitor -, ou porque eles são uma divisão simplesmente operacional, instrumental. Acreditamos que essa última se justifica mais – verificaremos isso mais adiante.

Apenas introduzamos o lado instrumental, operativo desses setores através dos quais o SEC atribuía a si mesmo um papel *vanguardista*; o Conselho apareceria mais como um Comitê Central (estrutura colegiada). A existência de níveis, argumenta o boletim, “em nada prejudica sua indispensável coordenação” (p.8) – reforçando o caráter instrumental dos setores.

Essa seção do boletim justifica os setores, mas não os define. Assim, afirma: “a organização funcional do SEC foi concebida em consonância com a natureza do Serviço, suas finalidades e o campo operacional da Extensão Cultural a que se propõe”. A divisão em setores visa “dar-lhes caráter autônomo ao mesmo tempo que salienta sua importância como manifestações culturais, independentemente de sua finalidade de instrumentos de difusão cultural”.

Bem, observada a organização, veremos, agora, os objetivos proclamados do SEC: a) “promover a difusão cultural, levando a Universidade a agir junto ao povo, através dos meios de divulgação a seu alcance”; b) “contribuir, por meio de publicações, cursos, palestras, informes de interesse científico e outras realizações culturais para o desenvolvimento da cultura e da mentalidade regional”; c) “realizar, na Universidade e fora dela, cursos de extensão e seminários, visando, sobretudo, ao estudo da realidade e da cultura brasileiras e dos problemas da região”; d) “procurar divulgar amplamente os trabalhos e as realizações da Universidade do Recife, proporcionando um maior conhecimento de sua natureza e de seus objetivos”.

Os objetivos do SEC merecem uma discussão porque revelam os valores e interesses da sua criação – informando, também, os vínculos deles

com o tempo histórico. A temporalidade da época apontava para conflitos, para a instituição “região” e para o sujeito “povo” – as ligas camponesas são os melhores exemplos de sujeitos que serão reconhecidos como potência revolucionária. O próprio surgimento do Movimento de Alfabetização de que o SEC é sujeito levava a ideologia populista, instituindo o “povo” – mas sempre como ator coadjuvante.

Pois bem, o “povo” aparece ao SEC como “objeto”, e não como sujeito. Ele se torna sujeito *enquanto personagem* em torno do qual é criada a expectativa de que ele tem possibilidade de se levantar contra as formas opressoras porque a “atualidade brasileira” exige e permite isso.

O afirmado anteriormente procede, visto que o primeiro e os outros objetivos *localizam* a finalidade do SEC: “promover” a difusão cultural, “contribuir” por meio de publicações, “realizar” cursos e “divulgar”. Ou seja, o “povo” aparece como “objeto” a receber as ações e os conhecimentos do SEC e, em segundo plano, da Universidade. E mais: essas ações visam “ao desenvolvimento da cultura e da mentalidade regional”, a “estudos da realidade e da cultura brasileiras e do problema da região”.

Ao analisar a estrutura organizacional, os objetivos e o contexto histórico, existe coerência política e ideológica entre eles. O povo é um sujeito novo nos discursos, como região, desenvolvimento, contudo ele é “velho” num aspecto: o paternalismo vanguardista que a história produziu com seus personagens que emergiram contra a dominação e a opressão da época.

Dissemos anteriormente que o SEC “era uma parte estranha à Universidade”. Ora, o Plano de Atividade (p. 9 -14) fortalece esse argumento, pois os seus criadores (João Alfredo e Paulo Freire, provavelmente) inventaram a categoria “interpretação” para pôr pra funcionar o SEC na Universidade. A “interpretação” é “um esforço interpretativo de seus objetivos, de seus métodos de ação e das razões por que foi criado”. Ou seja, o SEC (ou melhor, a Diretoria através dos setores) tentará incutir, *instituir* os valores dele em “reuniões informais com os funcionários de um ou mais setores de cada vez”. Recorre à metáfora militar “marcha” para demonstrar o “esforço” que tem que ser despendido, “procurando alcançar todas as

entidades universitárias”. Ou seja, o SEC foi criado sem que a Universidade dele tivesse tomado conhecimento. O SEC não é produto de discussões nos órgãos universitários. Não podemos esquecer que o SEC foi criado não por resolução do Conselho Universitário, órgão colegiado máximo da Universidade, mas por “portaria” – e que o reitor, conforme suas normas, através do regimento da Reitoria, teria controle pleno dos planos e ações do SEC.

A categoria “interpretação” é colocada em prática para instruir, instituir o SEC entre os seus funcionários. Conforme o boletim nº. 2, o SEC realizou reunião em sua sede, com “o pessoal administrativo da Reitoria da Universidade, em que foram expostos os objetivos e planos do novo serviço criado na Universidade. À reunião compareceram funcionários dos vários setores e divisões de que se compõe a Reitoria” (p.32).

A “coisa” foi criada, e caberia “convencer” os outros de sua função e virtualidade. O SEC é produto do imaginário social “povo”, “desenvolvimento regional”, “progresso”, “transformação social”, “cultura popular”, e se articulava com as classes sociais e os partidos vigentes. Podemos dizer que ele é produto de “fora” da Universidade que instituiu uma estrutura organizacional com discurso popular numa universidade *não* popular. O SEC instituiu-se como um “comitê central” de um “partido” que defendia as causas populares sem os populares em seu interior – no SEC e na Universidade. O SEC *falava em nome de*. O SEC *não era* popular na sua composição e na sua organização.

O SEC era um instrumento – via-se como tal. Da mesma forma como a ciência é um instrumento de mudança social. A ciência, também, *falava em nome de*. As três falas dos entrevistados apontavam uma fé na ciência enquanto novo mundo. Queriam transformar a universidade clássica em universidade científica. Nisso se identificaram os golpistas civis-militares e os reformistas da universidade. Os militares nos deram uma universidade científica – a que preçõ!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desengavetar e reinterpretar os documentos de uma importante instituição de ensino como a UFPE proporciona tornar pública uma concepção de percurso, de consolidação, de desnaturalização de uma estrutura organizacional tão complexa e que condiciona a pesquisa a adentrar organicamente nas substâncias de sua institucionalização. Desse modo, permite que seja revelada a expressão dessa Universidade a partir de sua própria “fala”, como se percebe através do livro de Atas do Conselho Universitário no período ora estudado.

A pertinência da análise dessas atas está também na possibilidade de enxergar uma Universidade enquanto elemento resultante e produtor de significações e significantes que conduzem sua história enraizada em tradições culturais e que assim não se isola dos reflexos emitidos pelas disputas de poder que se estabelecem nas relações político-sociais.

Através da análise dos documentos produzidos pela própria Universidade, podemos afirmar que o contexto político produzido tanto na esfera estadual quanto na nacional exigiu da UFPE reconhecer que as condições de produção social decretavam a modernização da estrutura das organizações, fundadas na oligarquia e nas práticas patrimonialistas.

A Universidade do Recife espelhava e era agente significativa da predominância masculina nos seus órgãos, nas homenagens (somente aos homens) e nas relações políticas com os seus representantes nos governos e parlamentos. Era expressão e agente das oligarquias locais

– representando uma concepção escolástica. Em momentos de mudanças, ela se aproxima da ciência e dos seus modernizadores: da aristocracia e dos empresários modernizantes conservadores e dos populistas – que imaginavam uma Universidade popular sem povo, pois não foi pensada uma universidade democrática, mas um serviço ao povo (o que é bem diferente).

O que se percebe ainda é que, ao mesmo tempo que a Instituição reconhece essas exigências, com a formação de Comissões responsáveis por conduzir a Universidade às Reformas, inclusive com a participação de representações estudantis e a implantação de discursos pelos seus pares que coadunavam com os discursos realizados por representações governamentais, a mencionada instituição não apresenta evidências claras de modificação de sua estrutura interna, como, por exemplo, as dinâmicas estabelecidas nas relações de poder presentes em um órgão de predomínio dos docentes catedráticos, como reconhecemos o seu Conselho Universitário.

Verifica-se que esse Conselho apresenta modificações organizacionais, no que se refere às rígidas formalidades, apenas no que concerne a um momento, quando da ocasião da reunião ocorrida no dia 19.06.1961, às 22h, em circunstâncias emergenciais, para se tratar de questões envolvendo a Greve estudantil, uma vez que, como de regra, as reuniões eram realizadas no período da manhã (10h, 11h).

O decurso dessas reuniões possibilita compreender esse Conselho enquanto instância de disputa, como se constata através das denúncias realizadas pelo professor Antônio Figueira a respeito da forma como o reitor João Alfredo conduzia as reuniões, a fiscalização das contas financeiras da UR, assim como a maneira segundo a qual estavam se estabelecendo as contratações e a manutenção dos servidores na Universidade. Manifestando, inclusive, o docente denunciante, voto contrário à Moção de aplauso concedida pelo Conselho ao presidente Jânio Quadros e ao reitor João Alfredo (05.05.1961), pelas providências tomadas para a manutenção do quadro de servidores da UR.

Durante o período do reitorado de João Alfredo (1959-1964), percebe-se que as personagens homenageadas nesse tempo compreenderam critérios e origens já verificados no reitorado de Joaquim Amazonas, com a outorga de títulos de Doutor e/ou Professor Honoris Causa, Professor Emérito, Votos de Louvor, Votos de pesar, não se verificando em nenhum dos dois reitorados a entrega de título ou quaisquer homenagens a personagens que fugissem do universo catedrático, ou da expressão de poder institucional, revelando o caráter vaidoso desse órgão, uma vez que era comum também a prática de louvação entre os próprios pares. Não são constatadas referências a representações populares, uma vez que “povo” também constituiu os inúmeros discursos do reitor João Alfredo.

Ambos os reitorados fizeram menção e homenagens a Presidentes da República e Ministros da Educação. E, por sua vez, o reitor Joaquim Amazonas estendeu seus laços políticos ao homenagear, em reunião do dia 19 de janeiro de 1951, o governador Barbosa Lima Sobrinho (Dr. Honoris Causa). No período de João Alfredo não há registro de homenagens a governador em atas do Conselho. Entretanto, um aspecto que deve ser considerado foram as homenagens realizadas a representações estudantis durante os reitorados.

Em 14 de janeiro de 1954, o estudante Hélio Cavalcanti Santiago Ramos (vice-presidente da UNE), através de proposta apresentada pelo DCE, é homenageado (voto de pesar) no Conselho Universitário por ocasião de seu falecimento, sendo esta a única homenagem prestada a um discente durante todo o reitorado de Joaquim Amazonas. No reitorado de João Alfredo, assim como no reitorado antecedente, apenas um estudante obteve homenagem. Em contraposição, constata-se que a homenagem (Voto de congratulações) prestada agora é proposta por um catedrático, professor Antônio Figueira, ao estudante Silvio Correia Lins, pela conquista do pleito para a presidência da UEP. Dessa vez, o estudante é homenageado em vida.

O caráter desenvolvimentista assumiu um perfil atuante no reitorado de João Alfredo, com a criação de Cursos, Centros, Institutos. Contudo, não

podemos associar esse caráter à rigidez de uma estrutura organizacional conservada nas benesses catedráticas. Até porque inúmeras questões anunciadas no Conselho recebiam status de informe, ficando sob a responsabilidade de Comissões, deixando de ser assunto de trato ampliado do colegiado.

Mesmo destacadamente presente em cinco dos quatro períodos aqui mencionados, a organização institucional refere-se exclusivamente à criação de Centros e Institutos de Pesquisa, mudança de denominação, ou, ainda, recondução de Conselheiros, não ocorrendo discussões ou encaminhamentos, por exemplo, tratando da dinâmica estabelecida no Conselho.

Um elemento substancial que em algumas análises é definido como um indício concreto de ruptura nessa organização é o SEC. Entretanto, o que podemos afirmar é que o SEC não foi uma criação oriunda do corpo universitário, da chancela do Conselho Universitário, porquanto não se encontram referências ao respectivo Serviço na leitura das atas das trinta e nove reuniões realizadas no reitorado de João Alfredo, muito embora, em relação à Extensão propriamente, ocorre referência logo em 31.10.1961, quando o docente Luíz Delgado submete ao Conselho aprovação para realização de um curso de Extensão, versando “Aspectos Ideológicos da Formação Brasileira”.

Desse modo, ao ser criado fora das instâncias do Conselho Universitário, o SEC não se torna reconhecido, por sua vez, pelo aludido colegiado e, talvez, conseqüentemente, pela própria UR, haja vista que até o ano de 2008 não se têm evidências de homenagens¹⁴⁰ a esse Serviço pelos seus 05, 10, 20, 30 ou 40... anos de criação. O que também nos con-

140 Em 30.10.2008, foi realizado um debate no Centro de Artes e Comunicação (CAC-UFPE) intitulado: “Extensão em Freire, 50 anos depois: resgate de uma universidade inserida na sociedade”, organizado pelo Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas e com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT-UFPE), contando, inclusive, com a atuação de membros do SEC. No dia 10 de maio de 2012, foi realizado, no Centro de Educação (UFPE), um evento intitulado “Do SEC à PROEXT: Extensão Universitária – 50 anos depois”, dessa vez

diciona a afirmar que o SEC localizava-se *na* UR, e que seria um equívoco situá-lo como *da* UR. Pode, então, ser caracterizado como um projeto pessoal envolvendo diretamente o reitor João Alfredo, diante da exigência de quadros de estudantes, servidores e docentes da UR contagiados pela possibilidade de ratificar os discursos e as atividades oriundos da efervescência política com a qual a UR se deparava.

Na realidade, verifica-se que João Alfredo assumiu durante o reitorado um perfil de emissor do discurso de aproximação da UR com as problemáticas do “povo”, o que podemos afirmar como um discurso localizado “fora” da UR, e uma prática de gestão que dava prosseguimento aos ritos, às significações, às dinâmicas e às formalidades que a adoção do cargo de reitor demanda, isto é, “dentro”. Essa ambiguidade pode ser evidenciada quando, ao mesmo tempo que se cria o SEC, a própria UR também resiste a mudanças, inclusive, num período em que a defesa da modernização dos modelos de relações de produção social constituíam o imaginário de quase todo um período.

Ainda em relação ao SEC, o que se verifica através da análise de seus boletins (total de 06) é que esse Serviço assume dois perfis: o inicial, em 1962, quando *se disponibiliza a fazer* as transformações sociais em nome do “povo”; o segundo, em 1964, quando *fazia* em nome do “povo”. Isso o caracteriza como uma organização que transpassa o caráter planejador das ações para o de planejador-realizador das mesmas, muito embora, prevalecendo em nome do, e não com o “povo”, sob a coordenação do professor Paulo Freire, numa relação institucional com João Alfredo no Conselho, introduzida quando FREIRE é indicado pelo reitor (28.06.1961) para representar a Reitoria na Comissão da Reforma Universitária.

Compreender o reitor João Alfredo enquanto sujeito sócio-histórico permitiu percebê-lo como um elemento criado dentro de um contexto que, também criado, possibilitou-lhe assumir um reitorado. Sujeito de

porte aristocrático, expressão de grupos, membro de associações nacionais e internacionais, de órgãos de classe, de clubes como o Rotary, do qual chegou a tornar-se governador distrital, lugar de influência do ideal de “servir”¹⁴¹, este bastante presente nos discursos do reitor.

Com isso, do que foi apresentado, podemos também afirmar que, no sentido das relações internas de poder, João Alfredo não se configura como elemento “novo”, primeiramente, porque o mesmo fazia parte dessa estrutura de poder desde o ano de 1948 e, segundo, por também representar uma “oligarquia acadêmica” na UR. Entretanto, a experiência do SEC comprova a ciência do reitor, no sentido de que, havendo possibilidade de criar essa organização, muito provavelmente o Conselho não seria a instância legitimadora, revelando a anti poiésis como significação predominante desse colegiado.

Desse modo, podemos concluir que esta pesquisa acerca desse reitorado não se esgota aqui, haja vista que, a partir do momento em que uma instituição “fala” de si, através de si e não somente para si, proporciona um autoconhecimento e permite ainda a articulação de novas indagações, entre as quais: 1ª O SEC pode ser configurado como um desvio na trajetória da UR, considerando inclusive a tradição política no Estado? ; 2ª A lógica racionalista presente no Conselho Universitário da UR esvazia o caráter político dessa instância? ; 3ª O fato de a UR não assumir institucionalmente um caráter modernizador de gestão representou a sua dissociação da dinâmica da sociedade?. Esses questionamentos pretendem contribuir posteriormente com a formulação de novos rumos de análise organizacional no que concerne ao processo de produção e reprodução de uma instituição.

141 Referência: nota de rodapé nº116.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

- ALBARELLO, Luc. DIGNEFFE, Françoise. HIERNAUX, Jean Pierre. MAROY, Christian. RUQUOY, Danielle. SAINT-GEORGES, Pierre de. **Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais** – Lisboa, Gradiva, 1997
- ANDRADE, Gilberto Osório de. **Propósitos de Universidade**: Recife: Imprensa Universitária, 1965;
- ARAÚJO, Maria Cristina de Albuquerque. **A Escola Nova em Pernambuco: educação modernidade**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002;
- BARBOSA, Letícia Rameh. **Movimento de cultura popular: impactos na sociedade pernambucana**. Recife: Bagaço, 2009;
- BARBOSA, Mariza Paula. **Surubim pela boca do povo**. Recife: Gráfica M. Inojosa LTDA, 1995;
- BARBOSA, Nelson. **Recordações da minha vida, da minha terra**. Org. COSTA, Maria Chrsitina Malta de Almeida; GUERRA, Nonete Barbosa., 2ª ed. Recife: Gráfica e Ed. Liceu, 2009;
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**: Lisboa: Edições 70, 1994
- BARROS, Souza. **A década de 20 em Pernambuco (uma interpretação)**. Rio de Janeiro: Acadêmica LTDA, 1972
- BOBBIO, Norberto; NICOLA, Matteucci; GIANFRANCO, Pasquino. **Dicionário de política**. Brasília. Universidade de Brasília, 1998;
- BORBA, Andréa de Miranda. **Elites Políticas nos Anos 30**. In Revista do Arquivo Público. Recife: Arquivo Público Estadual, v.40, nº43, 1990;
- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas lingüísticas – o que falar quer dizer**. São Paulo, EDUSP, 1998;

- BRAYNER, Flávio Henrique Albert; SOUZA, João Francisco de. (org.) **A dúvida e promessa: educação popular em tempos difíceis**. Recife, Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens e Adultos e em Educação Popular – UFPE (NUPEP), Bagaço, 1999;
- BURITY, Joanildo A. (org.) **Cultura e identidade – perspectivas interdisciplinares**. Rio de Janeiro, DP&A, 2002;
- CÂMARA, Aurora Christina Dornellas. **A Escola de Belas Artes de Pernambuco – contribuição para a cultura pernambucana**. Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional – Centro de Educação – UFPE, 1984;
- CANUTO, Vera. **Projetos institucionais e Conjuntura política** – Revista – PIMES -Comunicações - UFPE, 1967;
- CAPES. **Estudo e Desenvolvimento Regional – Pernambuco**. Série Levantamento e Análise – 22, 1959;
- CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil**, 19ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2009;
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 4ª reimpressão, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995;
- CASTRO, Josué de. **Documentário Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1957;
- CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto, como o caso foi – Da Coluna Prestes à queda de Arraes: memórias**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978;
- CAVALCANTI, Zaida Maria Costa. **DEC: a Bibliografia de uma Instituição cinquentenária**. Recife, Secretaria de Educação do Estado de PE- Departamento de Cultura, 1986;
- CÉSAR, Ana Maria. **A faculdade sitiada** - A greve dos estudantes de Direito do Recife, em 1961, que envolveu o Exército e a Presidência da República. Recife: CEPE, 2009;
- CLEOFAS, João. **Reforma Agrária no Brasil**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1960;
- CONSELHO Federal de Educação. **Competência do Conselho Federal de Educação**. Rio de Janeiro: GB, 1970;
- CONSULTA Popular/ PB. João **Pedro Teixeira: vivo na memória e nas lutas dos trabalhadores**: João Pessoa: Idéia, 2002;
- CORTEZ, Marcius. **O golpe na alma**. Bosque dos Cravos –SP: Pé-de-chinelo, 2008;
- CUNHA, Luíz Antônio. **A Universidade crítica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983

- CURY, Carlos Roberto Jamil. In FERREIRA, Naura Syria Capareto. AGUIAR, Márcia Angela da S. (orgs). **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 3ªed.: São Paulo: Cortez, 2001;
- EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança. – a indústria açucareira em Pernambuco – 1840 – 1910**. Rio de Janeiro; Paz e Terra; Campinas; UNICAMP, 1977;
- ENRIQUEZ, Eugène. **A organização em análise**. Petrópolis-RJ: vozes, 1997;
- FAVERO, M. L. A. **Universidade e Poder – Análise crítica / Fundamentos Históricos: 1930 – 1945**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980;
- FREIRE, Paulo. **A propósito de uma administração**. Recife: Imprensa universitária, 1961;
- _____. **Educação e Atualidade Brasileira**, tese de concurso para a cadeira de história e filosofia da educação na Escola de Belas Artes de Pernambuco, Recife, 1959;
- FREYRE, Gilberto. **Em torno da situação do professor no Brasil**. Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1956;
- FURTADO, Celso. **A Operação Nordeste**. Rio de Janeiro: INEP, 1959;
- GODBOUT, Jacques T. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999;
- GODOY, Josina Maria Lopes; COELHO, Norma Porto Carreiro. **Livro de leitura para adultos. Recife – Movimento de Cultura Popular: Gráfica Editôra do Recife S.A.**, 1962;
- GÓES, Moacyr de. **De pé no chão também se aprende a ler – 1961-1964 – Uma Escola Democrática**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980;
- INEP, Educação e Região: **Problemas de política e administração escolares no Nordeste brasileiro**. Recife: INEP, 1960;
- LIMA, João Alfredo G. da Costa. **Presença na Universidade**. Recife: Imprensa universitária, 1964;
- MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Carneiro Leão and the higher education issue**. Revista Brasileira de História da Educação, nº17, maio/ago, 2008;
- MACIEL, Marco. **Palavras, ações, obras**. Brasília: Senado Federal, 2007;
- MARQUES, Norma. Escola de Bellas Artes de Pernambuco – Aspectos de Estudo Histórico 1932 / 1946. Monografia – Especialização em Artes Plásticas, UFPE, 1988;
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: COSAC NAIFY, 2003;

- MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos** 3ªed., Porto Alegre, Artmed, 2004;
- MEDEIROS, Luiz Antonio. **Surubim – a história de todos os tempos**. Surubim: Gráfica Agreste LTDA, 2007;
- MERCADANTE, Paulo. **A Consciência Conservadora no Brasil. Contribuição ao Estudo da Formação brasileira**. Rio de Janeiro: SAGA, 1965;
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001;
- MONTENEGRO, Olívio. **Memórias do Ginásio Pernambucano**. Recife, 1943;
- OLIVEIRA, Lucia L. **A questão nacional na Primeira República: Brasiliense**; Brasília: CNPQ, 1990;
- REIS, Palhares Moreira **A Universidade do Recife**; Recife, 1959;
- ROCHA, Leduar de Assis. **Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco: passado e presente**, Recife: Universidade, 1975;
- SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz de. **Dos Velhos aos Novos Coronéis: um estudo das redefinições do coronelismo**. Recife, PIMES, 1974;
- SANTOS, Evson Malaquias de Moraes, SILVA, Talita Maria Soares da. **O reitorado de Joaquim Amazonas através das Atas do Conselho Universitário da Universidade do Recife-1946-1959**: Recife: Universitária da UFPE, 2009;
- SANTOS, Evson Malaquias de Moraes (org.), SILVA JUNIOR, Edelson de Albuquerque, SILVA, Natanael Luna, SILVA, Talita Maria Soares da. **Atas do Conselho, da Assembléia Universitária e da Comissão Designativa do reitorado de João Alfredo e vice-reitorado de Newton Maia da Universidade do Recife- junho de 1959 a agosto e 1964**; Recife: Universitária da UFPE, 2010;
- SANTOS, Evson Malaquias de Moraes. **A primeira greve estudantil da UFPE – 09 a 19 se setembro de 1947**. Recife. EDUFPE, 2010;
- _____. **UFPE - Instituição, Gestão, Política e Seus Bastidores**. Recife. EDUFPE, 2012;
- SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Autores Associados, 2008;
- SCHELLING, Vivian. **A presença do povo na cultura brasileira – ensaio sobre o pensamento de Mário de Andrade e Paulo Freire**. Campinas-SP: UNICAMP, 1991;
- SELLARO, Lêda Rejane Accioly. **Educação e Modernidade em Pernambuco - renovação do ensino público (1920/1937)**. HISTEDBR – Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” – Anais do IV Seminário Nacional, S/D, pp. 491-505;

SHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1982;

SOARES, José Arlindo. **A frente do Recife e o governo Arraes: nacionalismo em crise 1955-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982;

SOUTO MAIOR, Heraldo Pessoa. **Para uma história da sociologia em Pernambuco: a Pós-Graduação (1963-2004)**. Recife: EDUFPE, 2005;

SZYMANSKI, Heloisa. ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. PRANDINI, Regina Célia Almeida Rego. **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**, Brasília, Liber Livros, 2004

UNIVERSIDADE do Recife. **Simpósio sobre problemática universitária**. Imprensa Universitária, 1965;

VERAS, Dimas. **Sociabilidades letradas no Recife: A Revista Estudos universitários (1962-1964)**, Recife – Dissertação (mestrado)-UFPE;

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Ideologia e Desenvolvimento Nacional**. Rio de Janeiro, ISEB, 1959;

WEFFORT, Francisco Correia. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980;

Jornais

ÀS 16 HORAS, o sepultamento: luto nas Faculdades da UR. Diário de Pernambuco. Recife, 09 jun 1959, p. 3;

ASSISTÊNCIA às Escolas e Institutos e construção da Cidade Universitária. Diário de Pernambuco. Recife, 26 jun 1959, p.2;

CAMPOS, Renato Carneiro. **Doutor João Alfredo**. Diário de Pernambuco, Recife, 08 de ago. 1971, 1º caderno, p.04;

ELEITO vice-reitor a Universidade do Recife o professor Soriano Neto. Diário de Pernambuco. Recife, ago 1959, capa;

ESCUDOS Universitários. Jornal do Commercio. Recife, 18 nov 1962, 2º caderno, capa;

ESTADOS Unidos entregam mais Cr\$ 175 milhões para a educação no R. G. do Norte. Diário de Pernambuco. Recife, 05 set 1963, p.5;

ESTAVA integrado na ação subversiva. Diário de Pernambuco. Recife, 06 mai 1964, p.4;

FALECEU, ontem, o prof. Joaquim Amazonas, reitor da Universidade. Diário de Pernambuco. Recife, 09 jun 1959, p.03;

IMPrensa Universitária. Diário de Pernambuco. Recife, 18 set 1963, p.4;
JOÃO Alfredo renuncia à Reitoria da Universidade do Recife, Recife, 13 jun 1964, p.3;
MAGNÍFICO Reitor Joaquim Inácio de Almeida Amazonas. Diário de Pernambuco. Recife, 13 jun 1959, p. 13;
M.C.P. reabrirá aulas radiofônicas logo depois o carnaval: 80 classes. Diário de Pernambuco. Recife, 08 fev 1962, p.5;
MORTE de Costa Lima motiva luto na UFP. Jornal do Commercio, Recife, 10 ago 1971, p.2;
NOS Estatutos da UR, compete ao vice-reitor assumir Reitoria nos casos de vaga ou impedimento. Diário de Pernambuco. Recife, 11 jun 1959, p.07;
NOTA do Rotary Club. Diário de Pernambuco. Recife, 12 de ago 1971, p.9;
NOTA oficial - UFPE, Diário de Pernambuco, Recife, 08 ago. 1971, 1º caderno, p.24;
PROF. da UR de Goiás organiza intercâmbio com o SEC de Recife. Jornal do Commercio. Recife, 23 abr 1963, p.10;
PROFESSOR João Alfredo é sepultado em santo Amaro. Diário de Pernambuco. Recife, 08 ago de 1971 p.18;
RÁDIO da UR será inaugurada em setembro. Diário de Pernambuco. Recife, 04 set 1963, capa;
UFP PRESTA homenagens ao seu antigo reitor. Diário de Pernambuco. Recife, 07 ago 1971, p7;
UFP SUSPENDE aulas em homenagem ao ex-reitor. Diário de Pernambuco. Recife, 08 ago 1971, p.28;
UNIVERSITÁRIOS estranham permanência do Reitor. Diário de Pernambuco. Recife 25 abr 1964, p.3;
VIAJA ao Rio o novo reitor da Universidade. Diário de Pernambuco. Recife, 28 jun 1959, capa;

Documentos

A EDUCAÇÃO de adultos e as populações marginais: mocambos. Departamento de educação primária Pernambuco. Recife, 1958;
ATA da sessão de formatura da 6ª turma de Professôras da Escola Normal Regional N.Srª do Amparo. Surubim, 18 dez 1960;
BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Brasília, 1961;
_____, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96**. Brasília, 1996;

- _____. **Plano Trienal de Educação-1963-1965**. Brasília, 1963;
- DIÁRIO Oficial da União; **Exemplar do dia 18 de junho de 1964**, p.5240 (Seção I – Parte I);
- DISCURSO de posse do Presidente da República João Goulart em 1º de setembro de 1961. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV;
- FREIRE, Paulo. CHACON, Dulce. FREIRE, Elza.RIBEIRO, Judite da Mota. PERES, José Augusto de Sousa. **A Educação de Adultos e as Populações Marginais: mocambos**, Recife: Secretaria do Estado dos Negócios de Educação e Cultura, 1958;
- SUDENE, **Primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento do Nordeste**. Recife, 1960
- UNIVERSIDADE do Recife. **Atas do Conselho Universitário da Universidade do Recife**; 1959 – 1964;
- _____. **Boletim número 01 do Serviço de Extensão Cultural**, março/abril de 1962;
- _____. **Boletim número 02 do Serviço de Extensão Cultural**, maio/junho de 1962;
- _____. **Boletim número 03 do Serviço de Extensão Cultural**, julho/agosto de 1962;
- _____. **Boletim número 04 do Serviço de Extensão Cultural**, setembro/dezembro de 1962;
- _____. **Boletim número 05 e 06 do Serviço de Extensão Cultural**, janeiro/fevereiro de 1964;
- _____. **Decreto-lei nº9.388 de 20 de junho de 1946**;
- _____. **Decreto-lei nº 21.904 de 08 de outubro de 1946**;

Revistas

- CHAMLIAN, Helena Coharik. **Estudo da Organização Departamental nas Universidades mantidas pelo Governo do Estado de São Paulo - Relatório de Pesquisa**. Revista da Faculdade de Educação – São Paulo, jan./jun., 1984, pp.41-124;
- MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de. **A opção pelo pensar**. In: Revista Continente Multicultural. Edição de janeiro de 2006, PP 80-83, Recife - CEPE;
- PONTUAL, Virgínia. **Tempos do Recife: representações culturais e configurações urbanas**. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº42, 2001, p. 417-434;
- UNIVERSIDADE Federal de Pernambuco. **BOLETIM In Campus**, nº154, Dez.2010, p.08;

Sítios eletrônicos

- BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **A Era Vargas acabou?** . In: Seminário 50 anos da Era Vargas, 2004, Recife. Getulio Vargas 50 anos depois, 2004. Disponível em www.fundaj.gov.br;
- BOMENY, Helena . **A Reforma Universitária de 1968: 25 Anos Depois**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 26, n. 26, p. 51-71, 1994. http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_04.htm. Acesso em 14 de Fev. de 2012;
- CARVALHO, José Murilo de . **Rui Barbosa e a Razão Clientelista**. In Dados vol.43 n.1 Rio de Janeiro 2000. Fonte:http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582000000100003&script=sci_arttext . Acesso em 24 de Fev. de 2012;
- DISCURSO de Gilberto Freyre. Jornal do Commercio. Recife, 25 jan. 2004. Disponível em : http://jc3.uol.com.br/jornal/2004/01/25/not_80039.php. Acesso em 20 de maio de 2010;
- FAVERO, M. L. A. **Da Cátedra Universitária ao Departamento; subsídios para discussão**. In: 23ª Reunião Anual da ANPEd, 2000, Caxambú-MG. Anais da 23ª Reunião da ANPEd /CD - ROM, 2000. <http://www.unirio.br/estatuto/Da%20Catedra%20Universitaria%20ao%20Departamento.pdf>. Acesso em 30 de março de 2012;
- MANIFESTO de intelectuais em apoio a Arraes. Jornal do Comércio – na trilha do Golpe. Recife, 25 jan. 2004. Disponível em: http://jc3.uol.com.br/jornal/2004/01/25/not_80151.php. Acesso em 20 de maio de 2010;;
- MONTENEGRO, Antônio Torres. **As Ligas Camponesas e os Conflitos no Campo**. In Revista de História: Saeculum nº18 – jan./jun, 2008. Disponível em http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum18_dos01_montenegro.pdf. Acesso em 2011;
- PERRUCCI, Gadiel. **Um projeto oligárquico-liberal de universidade** (notas para uma história da UFPE). Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=490&textCode=3167&date=currentDate>. Acesso em: 17.08.2009. Cadernos de Estudos Sociais. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Vol. II (2) jul/dez de 1986;
- PORTELLA, Eduardo. **USP: as curvas da modernidade**, 1994. Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-401419940003000006&script=sci_arttext. Acesso em 30 de março de 2012.

- ROSAS, Paulo. **O Movimento de Cultura Popular – MCP**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1986, p. 19 -36. Disponível em <http://forumeja.org.br/df/sites/forumeja.org.br.df/files/prosasn.pdf>
- SIQUEIRA, Antônio Jorge. **Nação e Região: os discursos fundadores**. Fonte: periódicos.fundaj.gov.br/index.php/CES/article/download/605/567. Acesso em 24 de Fev. de 2012.
- VIANNA, Luiz Werneck. **Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira**. In Dados vol. 39 no. 3 Rio de Janeiro 1996. Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581996000300004&script=sci_arttext. Acesso m 24 de Fev. de 2012.
- WEBER, Silke. **Política e Educação: o Movimento de Cultura Popular no Recife**. In Dados – Revista de Ciências Sociais v. 27 n. 2, 1984, p. 233-262. Disponível em: forumeja.org.br/df/sites/forumeja.org.br.df/files/silke.pdf . Acesso em 12 de Março de 2012.

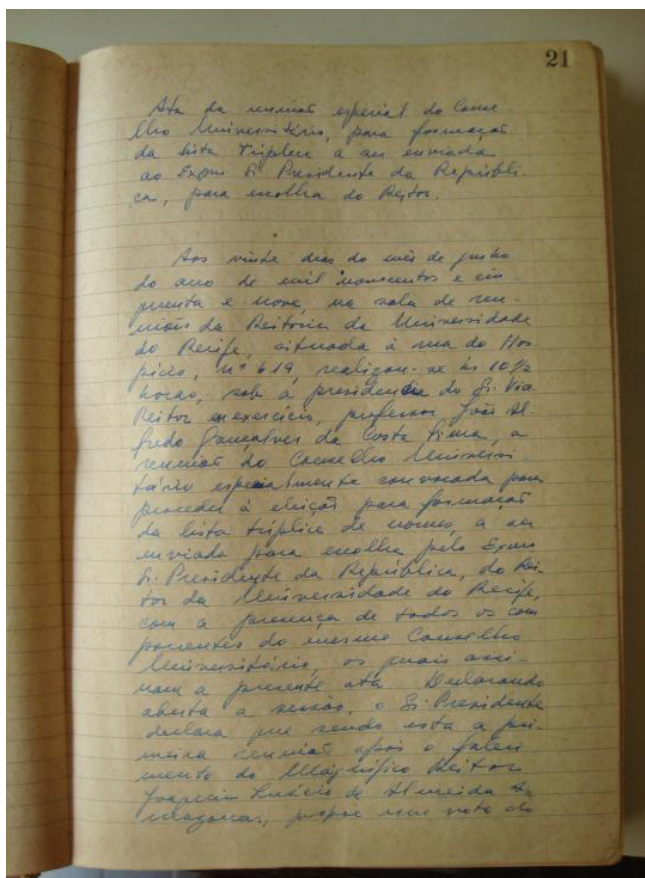


Ilustração 01: ata da reunião do Conselho Universitário da UR, realizada no dia 20.06.1959 – p.21; FONTE: SANTOS (2010)

Pesquisa – Mestrado-UFPE – 2010-2012

Roteiro de entrevista – reitorado de João Alfredo na Universidade do Recife - UR

1ª - Origem familiar;

Nascimento; residência; infância; matrimônio; pai; mãe; filhos; profissão; a família e a UR;

2ª - Origem social;

Escolarização ; ensino superior ; laços de amizade na cidade;

3ª - Hábitos; Costumes;

4ª - Religião;

Relação religiosa de João Alfredo; da Família; Devoção;

5ª - Membro de Organização; Associação; Partidos;

Períodos da filiação; ações nesse período;

6ª - Ligação política com a cidade de Surubim;

Influência na cidade antes, durante e após o reitorado na UR;

7ª - Tornando-se reitor da UR, volta à cidade de Surubim;

8ª - Livros utilizados costumeiramente por João Alfredo;

9ª - João Alfredo e a UR;

A UR para João Alfredo; Amizades; O Serviço de Extensão Cultural (SEC); Paulo Freire; O Instituto de Ciências do Homem (ICH); O Conselho Universitário da UR; professores Soriano Neto; Duarte Dias; Newton Maia;

10ª - Reconhecimento na cidade de Surubim; Homenagens, celebrações, Estátuas, bustos, quadros;

11ª - João Alfredo e a atuação política;

Movimento estudantil; movimento sindical; movimento social;

12ª - Contribuições e barreiras da conjuntura política *nacional* durante o reitorado;

13ª - Contribuições e barreiras da conjuntura política *estadual* durante o reitorado;

14ª - Contribuições e barreiras da conjuntura política *municipal* durante o reitorado;

15ª - Ligação pessoal com a cidade de Surubim (*além do nascimento*);

16ª - Contribuições de João Alfredo para a UR (*o novo*);

17ª - Limitações de João Alfredo frente às condições políticas na UR;

18ª - João Alfredo após a renúncia do cargo de reitor;

19ª - Sepultado em Surubim;

20ª - Comentário acerca do reitor Joaquim Amazonas

Sucessão; postura política; ruptura; conservação de uma organização universitária;

21ª - Arquivos; Documentos; escritos de João Alfredo; Fotografias; 209

Convite

O Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas, convida o (a) com muita emoção a fim de participar do próximo **PAULO FREIRE EM DEBATE**, a realizá-lo no dia 30 de outubro, às 19 horas, no Centro de Arte e Comunicação – CAC/UFPE, tendo como tema-foco: **Experiência em Prática, 50 anos depois: resgate de uma universidade inserida na sociedade. Temos o privilégio de um encontro com o renomado "educador do mundo" construtor de marco histórico da extensão, através do SEC - Serviço de Extensão Cultural.**

Tomado de alegria e de calor freiriano, nosso Centro acolherá, numa expressão **MESSA REDONDA**, personagens que atuam com o Mestre das virtudes Pedagógicas, revelando-nos preciosos depoimentos – testemunhos documentais.

MESSA REDONDA

Prof. Jomar Muniz de Brito – Mesa
Professor do CAC/UFPE
Professor Emérito da UFPE

Prof. Almyr Bezerra – Soc. De Desenvolvimento Social – Consultante
Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente –
Constituição

Prof. Juracy Andrade – Editor-chefe do Jornal do Commercio PE

Prof.ª Solange Coutinho – Pro-Reitora de Extensão – UPE/PE/UFPE

Prof. Xavier Wydenbroek – Professor do Centro de Educação – UFPE
Diretor Pedagógico do Centro Paulo Freire
Coordenação da Mesa

Na certeza de que o referido evento muito contribuirá para o nosso enriquecimento e, sobretudo, para o repensar da extensão universitária hoje, contamos com sua valiosa presença.

Muito cordalmente
A. R. Tedesco
Diretor do Observatório



Do SEC A PROEXT: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA 50 ANOS DEPOIS

Programação

Data: 10 de maio de 2012

Local: Auditório do
Centro da Educação - CE

Inscrições: 7h30min - 8h

8h - 8h30min

Mesa abertura

Prof. Anísio Brasileiro - Reitor da UFPE

Diretor do Centro

Prof. Edilson Fernandes - Pró-Reitor da PROEXT

Prof. Agostinho Rosas - Centro Paulo Freire

Profa. Ma. Eliete Santiago - Cátedra Paulo Freire

8h30min - 9h30min

Palestra: Almer Bezerra

(Coordenação Prof. Flávio Brayner)

10h - 12h

I Mesa: O SEC em perspectiva histórica

(Coordenação Prof. José Luiz Simões - Núcleo Teo. e Hist. PPGE)

Profa. Kalma Beltão

Prof. Flávio Brayner

Prof. Euson Malaquias

Prof. Edelson de Albuquerque

Prof. André Ferreira

14h - 16h

II Mesa: Extensão e Comunicação

(Coordenação Extensão CE: Liliane Teófilo)

Profa. Ma. Eliete Santiago - Cátedra Paulo Freire

Prof. Agostinho Rosas - Centro Paulo Freire - Ex-Coordenador

da extensão da LIPE

Prof. Edilson Fernandes - Pró-Reitor - PROEXT

16h - 18h

III Mesa: Memória do SEC

(Coordenação: Maria Náyde Lima - Centro Paulo Freire)

Prof. Jomard M. de Brito

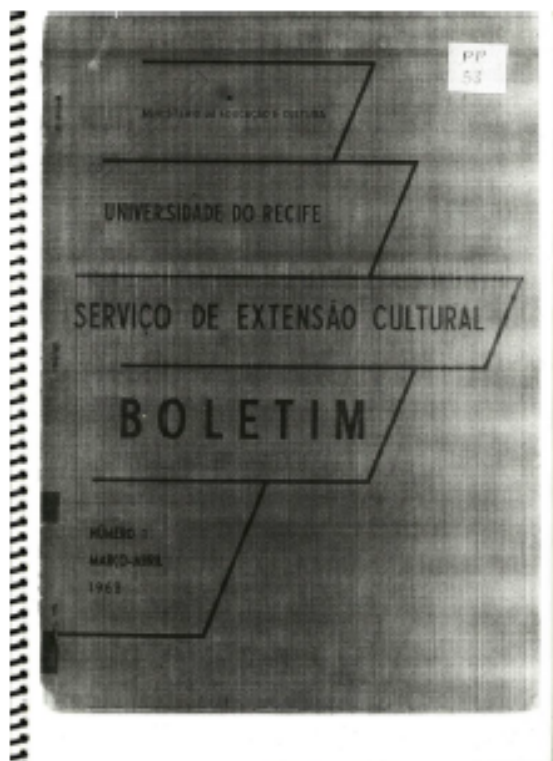
Prof. Hugo Martins



PROEXT



Abaixo, fotocópia do Boletim nº01 (março-abril de 1962) do SEC, com 22 (vinte e duas páginas), contando como Sumário: O SEC, prolongamento da Universidade; A criação do SEC; Organização funcional; Plano de Atividades; Problemas atuais; Registro e Noticiário. Podemos afirmar que os outros cinco exemplares (nº 02, 03, 04 e 05/06) seguem a mesma lógica de ilustração da capa de apresentação, obviamente alterando a sua numeração.



Boletim SEC, n. 01 – março-abril de 1962.

ANEXO 06

Abaixo, é possível visualizar um exemplar (144 páginas) de 1963 (janeiro-março), ilustração 01; e um exemplar (79 páginas) datado de dezembro de 2004, todavia lançando em 21.12.2009 (simbolizando a retomada da Revista), ilustração 02.



Ilustração 1



Ilustração 2

<i>Título</i>	O REITORADO DE JOÃO ALFREDO NA UNIVERSIDADE DO RECIFE-UR (1959-1964) Patrimonialismo Populista e Modernização Científica
<i>Autor</i>	Edelson de Albuquerque Silva Junior
<i>Projeto Gráfico/Capa</i>	Bruna Andrade
<i>Créditos da capa (foto)</i>	Edição de imagem a partir do busto em homenagem ao Reitor João Alfredo, Reitoria da UFPE.
<i>Revisão de Texto</i>	Antônio Neto
<i>formato</i>	Digital
<i>fontes</i>	Calibri, Kohinoor Bangla, Abadi MT Condensed
<i>Editoração eletrônica</i>	TIC Editora UFPE

Este trabalho de pesquisa possui vários méritos, entre eles o seu tema e seu objeto próprio de investigação, e o seu tratamento científico. Pela primeira vez no Programa da Pós-Graduação em Educação da UFPE, um reitorado da própria instituição está como tema de pesquisa (reitorado) e como objeto (instituição, prática e política educacional). Vale ainda destacar que não é “qualquer” um reitorado, mas o de João Alfredo, reitorado perseguido pela ditadura civil-militar, que assume a Universidade após o falecimento do reitor Joaquim Amazonas, e aquele que acolheu o grande professor Paulo Freire no Serviço de Extensão Cultural (SEC), e que serviu de referência ao Estado nacional, elaborando políticas públicas de alfabetização.

Evson Malaquias de M. Santos

Prof. Doutor Associado DAEPE/CE/UFPE

ISBN 978-85-415-0887-2



9 788541 508872